

MAGNO MEDEIROS
ANA CAROLINA TEMER

Comunicação, Cidadania Midiatizada e Direitos Humanos



Conselho Editorial

Presidente: Prof. Dr. Ronaldo Manzi Filho	FacMais e SIPP – Brasil e França
Prof.ª M.ª Amanda Oliveira da Câmara Moreira	Ufersa – Brasil
Prof.ª Dr.ª Beatriz Fernandes Genaro	DIB – Itália
Prof. Dr. Edson Santos Silva	Unicentro – Brasil
Prof.ª Dr.ª Elianda Figueiredo Arantes Tiballi	PUC-Goiás – Brasil
Prof. Dr. Hector Rolando Guerra Hernandes	UFPR – Brasil
Prof. Dr. Herivelto Pereira de Souza	UnB e SIPP – França
Prof. Dr. Ricardo Wagner	UFPR – Brasil
Prof.ª Dr.ª Ross Barrantes	Usmp – Peru

Comitê Científico – Ciências Humanas

Presidente: Prof. Dr. Márcio José Pereira	UEM – História
Prof. Dr. André Costa Aciole da Silva	IFG – História
Prof. Dr. Allan Damasceno	UFRJ – Educação
Prof.ª Dr.ª Aparecida Carina Alves de Souza	UFF – Educação e Linguística
Prof. Dr. César Costa Vitorino	Uneb – Educação e Linguística
Prof.ª Dr.ª Clarice Pimentel Paulon	USP – Psicologia
Prof. Dr. Diego Avelino de Moraes Carvalho	IFG – História
Prof.ª Dr.ª Manuela Mendonça	ULisboa – História
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação	Uneb – Educação e Linguística
Prof. Dr. Rafael Silva Gargano	UnB – Filosofia
Prof. Dr. Rodrigo Vieira Marques	UFG – Filosofia
Prof.ª Dr.ª Sandra Célia Coelho G. da Silva	Uneb – Educação e Linguística
Prof. Dr. Saul António Gomes	UC – História
Prof. Dr. Silvio Ricardo Gomes Carneiro	UFABC – Filosofia
Prof. Dr. Toni Reis	UFPR – Educação
Prof. Dr. Wagner Xavier de Camargo	UFSCar – Antropologia
Prof. Dr. Wilson Alves de Paiva	UFG – Educação



Valdemir Paiva	Samuel Hugo
EDITOR-CHEFE	DIAGRAMAÇÃO E PROJETO GRÁFICO
Éverson Ciriaco	Os Autores
DIREÇÃO EDITORIAL	REVISÃO DE TEXTO
Katlyn Lopes	Thais Valentim
DIREÇÃO EXECUTIVA	REVISÃO EDITORIAL
Paula Zettel	
DESIGN DE CAPA	

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
BIBLIOTECÁRIA: MARIA ISABEL SCHIACON KINASZ, CRB9 / 626

C741 Comunicação, cidadania midiatisada e direitos
 humanos [recurso eletrônico] / organização de
 Magno Medeiros, Ana Carolina Temer – 1.ed –Curitiba: Editorial Casa, 2022.
 270p.: il.

Vários colaboradores
 ISBN 978-65-5399-097-5

1. Comunicação. 2. Mídia. 3. Cidadania. 4. Direitos humanos. I. Medeiros, Magno (org.). II. Temer, Ana Carolina (org.).

CDD 302.23 (22.ed)
 CDU 301.151

Nº. Registro Doi: 10.55371/978-65-5399-097-5

1ª edição – Ano 2022

Copyright © Editorial Casa, 2022

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

É proibida a reprodução total ou parcial, mediante quaisquer meios, sem a expressa anuência desta editora.

Não encontrando nossos títulos na rede de livrarias conveniadas e informadas em nosso site,
 contatar o Editorial Casa.



R. Marechal Deodoro, 503, Sala 207, Centro | CEP 80020-320 | Curitiba-PR

Telefone: (55) (41) 3264-9696 | E-mail: contato@editorialcasa.com.br

www.editorialcasa.com.br

**Magno Medeiros
Ana Carolina Temer
(org.)**

COMUNICAÇÃO, CIDADANIA MEDIATIZADA E DIREITOS HUMANOS



APRESENTAÇÃO

Vamos falar sobre Comunicação, Cidadania Midiatizada e Direitos Humanos

Uma das bases para estudar as tensões que envolvem a Comunicação é entendê-la como um serviço público (ou um serviço ao público), cujo funcionamento envolve uma relação complexa, e eventualmente contraditória, com a cidadania e os direitos humanos.

Mas a Comunicação midiatizada é também uma linguagem, uma forma específica de mostrar e interpretar a vida social, que afeta diferentes dimensões do cotidiano e da vida contemporânea. Dessa forma, estudar a comunicação é estudar a própria vida — uma vez que ela é a base da vida social. A comunicação é também uma forma de conhecimento do mundo e da vida social, conforme é analisado por Robert Park e Adelmo Genro Filho, e a sua compreensão exige não apenas a análise de um modo de dizer, ou de uma tecnologia, ou mesmo de um processo produtivo específico, mas também as relações que envolvem elementos caros à vida contemporânea, como a cidadania e os direitos humanos.

Nesse sentido, esse livro é uma coletânea de artigos desenvolvidos por meio de uma relação dialógica por professores(as), pesquisadores(as), alunos(as) de Programas de Pós-Graduação em Comunicação e autores(as) ligados(as) à graduação e à pós-graduação, que participaram de dois eventos científicos em Goiânia/GO — Brasil, em 2021: o XIV Seminário Internacional de Mídia, Cultura, Cidadania e Informação, realizado de 24 a 26 de março, cujo tema foi "Comportamento informacional e produção social de sentidos", e o XV Seminário Internacional de Mídia, Cultura, Cidadania e Informação, realizado de 25 a 27 de agosto, com o tema "Desafios midiáticos da Comunicação e da Informação no cenário contemporâneo". Esses textos buscaram ampliar a reflexão sobre comunicação, cidadania midiatizada e direitos humanos, a partir de análises e pesquisas sobre as relações intrínsecas que envolvem estes elementos. Isso implica ir além da dimensão tecnológica, que permite a distribuição da informação por meio de múltiplos veículos e recursos técnicos, garantindo acesso e consumo. Tais recursos tecnológicos a tudo modificam seletivamente — pois a tecnologia não é neutra, e a comunicação inserida nestas tecnologias — ou viabilizada por meio delas — tem dimensão técnica que exige um modelo de produção, cujo resultado é o acesso a um conjunto diferente de conteúdos,

ao mesmo tempo triviais e essenciais, que afetam a vida e os direitos fundamentais de cada indivíduo em particular, mas que afetam a sociedade como um todo.

Dessa forma é necessário pensar a comunicação como algo que afeta, e de muitas maneiras constrói novas formas de cidadania — uma cidadania midiatizada ou permeada pela necessidade do acesso a conteúdos midiáticos, mas também pelo receio da potencialidade transformadora (e até mesmo destrutiva) destes meios — e nos faz repensar a questão dos direitos humanos e os tensionamentos que cercam a informação.

É nesse ponto que começamos a falar sobre as reflexões que, tensionando estes elementos, também buscam novos estudos sobre a comunicação midiatizada e os desafios que ela traz consigo. Uma vez que tem um caráter didático, e busca também a divulgação de pesquisas e reflexões de caráter científico, o livro foi dividido em três partes. A primeira envolve questões sobre o “Ativismo digital, violência midiatizada e direitos humanos”, e coloca no centro do debate a questão dos usos dos meios de comunicação digitais para a divulgação de grupos de pressão política, social e econômica. Aborda certas atuações que se inserem em processos de violência midiatizada, elemento que ultrapassa o espaço digital e afeta os direitos individuais em aspectos que ainda nos surpreendem pela sua gravidade e suas consequências. Neste tópico, há uma pesquisa sobre os 25 vídeos mais visualizados em um canal do YouTube, ligado ao governo federal, que faz uma análise de conteúdo das temáticas abordadas pelas três últimas administrações governamentais, observando quais pautas foram tratadas e o silenciamento de determinados temas (Entre temáticas e silenciamentos: análise de conteúdo do canal do YouTube do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos — de autoria de Isabella Szabor Machado Mustafé e Magno Medeiros). Outro artigo aborda a cobertura dos protestos pela imprensa alternativa brasileira, que abre espaço para o debate sobre a atuação de veículos independentes como construtores da cidadania e, consequentemente, fortalecedores da democracia no cenário político atual brasileiro (Mídia NINJA e #29m: a cobertura dos protestos pela imprensa brasileira — de autoria de Jhayne Geovana Santos Lima e Suzana Da Silva Rangel). Outros temas importantes são analisados e discutidos em artigos específicos: a importância da voz de pessoas negras como instrumento para a estruturação cultural na diáspora africana (Ecos Afro-Atlânticos: reinscrições das vozes negras na atualidade — de autoria de Lucas Lustosa de Brito e Magno Medeiros); uma reflexão sobre o papel desempenhado por movimentos sociais brasileiros na configuração de uma esfera pública contra-hegemônica e suas implicações para a redução da assimetria comunicacional entre os cidadãos (A esfera pública brasileira subalternizada: a atuação dos movimentos sociais diante dos atuais contextos digitais — de autoria de Milena dos Santos Marra, Lucas Lustosa de Brito e Magno Medeiros).

A segunda parte do livro, “Narrativas da violência, comunicação e direitos humanos”, é dedicada a análises que envolvem narrativas agressivas, discutindo como a mídia é usada

em processos de violência simbólica e suas relações com a questão dos direitos humanos. São textos que investigam e debatem temas instigantes: bastidores da produção de um quadro do programa televisivo Cidade Alerta Curitiba, da RIC TV Record (Isolamento e violência doméstica: bastidores do quadro do Cidade Alerta — de autoria de Mayara Celeste Locatelli); reflexões iniciais sobre a mídia e a necessidade de investigação sobre a violência de gênero/violência doméstica em Goiás (Violência doméstica e covid-19: os desafios do enfrentamento das violências durante a pandemia — de autoria de Nathália Pacheco Matos e Kalyne Menezes); representações dos sujeitos suicidas no/pelo texto jornalístico e as justificativas que a imprensa digital elabora em relação ao ato suicida (Casos de suicídio em sites do Vale do Araguaia/MT: uma análise discursiva — de autoria de Talita Furtado de Queiroz Franco e Deyvisson Pereira da Costa); discussão sobre a história da assistência psiquiátrica em Goiás no século XX em um recorte dos 40 anos de manutenção do Hospital Psiquiátrico Professor Adauto Botelho, de Goiânia (A loucura no século XX: assistência psiquiátrica em Goiás e o Hospital Psiquiátrico Prof. Adauto Botelho — de autoria de Luiz Phillippe de Araújo Barbosa, Thauany Ribeiro Melo e Kalyne Menezes); e discussão sobre a (des)construção do personagem Marcos Antônio de Oliveira nas páginas policiais dos jornais de Ponta Grossa, cidade do interior do Paraná, no final dos anos 1990 (A história de um "criminoso" contada pelos jornais: a narrativa de (des)construção de Marcão nas páginas dos impressos de Ponta Grossa — de autoria de Afonso Ferreira Verner e Cintia Xavier).

A terceira parte, "Jornalismo, Ciência e Comunicação Pública", envolve o debate sobre o jornalismo e sua responsabilidade social com a divulgação científica e com a comunicação pública. Esta seção possui artigos que abordam estudos e pesquisas sobre temas contemporâneos: reflexões sobre o saber da ciência em relação ao tecido da vida humana, e a apropriação subjetiva deste saber com base na responsabilidade e na superação das fronteiras de um conhecimento funcional (O Jornalismo e a comunicação da ciência: roteiros, possibilidades e reflexões — de autoria de Guilherme Lucian e Ângela Teixeira de Moraes); debate teórico sobre as distinções de conceitos que envolvem jornalismo e ciência, como: extensão, diffusionismo, difusão científica, disseminação científica, divulgação científica e jornalismo científico (Comunicação da ciência e jornalismo: implicações para a cidadania — de autoria de Mayara Jordana Sousa Santana e Ângela Teixeira de Moraes); painel analítico da produção jornalística da TV universitária em comparação com o que é produzido pelas emissoras comerciais, elucidando os dilemas e as potencialidades desse subcampo da televisão (O jornalismo de interesse comum na TV Universitária brasileira — de autoria de Kamyla Faria Maia); reflexões sobre a relação entre rádio e território comunicacional desde o ponto de vista do sensível e do comunitário (Produtos radiofônicos e território comunicacional: entre o comunicacional e o sensível — de autoria de Pricilla de Souza Andrade e Magno Medeiros); discussões sobre a questão da inclusão, enquanto prática social, e

a transposição das barreiras comunicacionais como viabilização das interações entre os sujeitos em sua diversidade (Comunicação organizacional inclusiva: o surdo no ambiente corporativo — de autoria de Daniela Priscila de Oliveira Veronezi e Tiago Mainieri); estudo de caso sobre o perfil da UFG no Instagram e reflexão sobre comunicação organizacional na Era Digital (Assessoria de Comunicação no contexto das redes sociais digitais: UFG no Instagram — de Débora Maria A. Reis e Kalyne Menezes). Por fim, o último capítulo faz um mapeamento temático sobre o tema “interesse público”, cujo conceito é desenvolvido em pesquisas do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFG (O interesse público nas produções do PPGCOM/UFG: Levantamento das principais abordagens teóricas, de Eva Ribeiro, Hélder Lima, Lígia Clemente, Mayara Silva e Tiago Mainieri).

Trata-se, portanto, de um conjunto de textos cujo elemento em comum é a preocupação com a comunicação e as suas relações com diferentes aspectos da sociedade, todos eles ligados à questão da dignidade humana e dos direitos humanos, buscando reflexões que vão além de uma primeira leitura. Mas o material também é marcado pela diversidade de propostas e abordagens teórico-metodológicas, permitindo aos seus leitores ampliar e até mesmo conhecer novas abordagens e inovadoras faces de pesquisas científicas sobre comunicação.

Certamente, essa coletânea de artigos irá proporcionar uma leitura reflexiva e instigante, ampliando, assim, o aporte epistemológico e teórico-metodológico sobre comunicação, cidadania e direitos humanos. Sejam bem-vindos(as) a esse campo interdisciplinar do conhecimento científico.

Ana Carolina Rocha Pessoa Temer

Professora pesquisadora do PPGCOM/UFG

Magno Medeiros

Professor pesquisador do PPGCOM/UFG e do PPGIDH/UFG

PREFÁCIO

Em tempos de pandemia da Covid-19, proliferam os discursos de descredibilização da ciência agenciados por um governo autoritário que não hesita em cortar drasticamente verbas públicas para financiamento de pesquisas e promove o desmonte da ciência brasileira. Ao lado dele, movimentos obscurantistas e negacionistas minoritários atacam cientistas, propagam visões distorcidas sobre a ciência e seu funcionamento, influenciando círculos do poder na tomada de decisões e formulação de políticas públicas. Nesse ambiente de desconfiança, uma parcela da sociedade questiona sobre o valor e o impacto social do conhecimento científico. Pesquisar para quê?

O livro *Comunicação, Cidadania Midiatizada e Direitos Humanos* é uma excelente contribuição ao debate sobre questões que atravessam a vida cotidiana de forma dramática: violência contra mulher, racismo, negação de direitos humanos à população LGBTQIA+, processos de midiatização e o papel do jornalismo industrial e do contra hegemônico na sociedade.

Ao reunir uma parcela da produção científica desenvolvida no âmbito da linha Mídia e Cidadania do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFG, apresentada no XIV Semic e XV Semic, ambos realizados em 2021, a publicação evidencia a importância do conhecimento gerado no campo das Ciências Sociais Aplicadas. Primeiro ao oferecer um discurso organizador, explicativo e comprehensivo sobre fenômenos comunicacionais para uma sociedade cada vez mais complexa. O desafio de quem pesquisa hoje é apresentar claramente as conexões de sua investigação com as demandas sociais por explicações sobre questões e problemas que impactam a vida. Segundo por desvelar, revelar e iluminar, na acepção de Juremir Machado da Silva (2010), processos midiáticos encobertos pelo manto da normalidade. O ato de tirar a venda dos olhos e desvelar o véu que encobre os objetos, coloca pesquisadores e pesquisadoras diante do necessário agir sob o real. Os estudos aqui reunidos oferecem saberes, análises e diagnósticos com potencial de influenciar a revisão e a construção políticas públicas que garantam os direitos previstos na Constituição brasileira e protejam os cidadãos.

Pesquisar a partir do real, conecta o fazer e o pensar e, ao mesmo tempo, põe foco na responsabilidade com o que se investiga. Como lembra Boaventura de Sousa Santos em *Sociologia das Ausências e uma Sociologia das Emergências* (2004, p. 784) "não é ver como o conhecimento representa o real, mas conhecer o que determinado conhecimento produz na realidade: a intervenção no real".

As pesquisas reunidas neste livro conformam uma diversidade de olhares interdisciplinares, pluralidade de métodos; caminham em direção a compreensão e explicação sem renunciar à invenção e a criatividade ou perder de vista o foco orientativo baseado na relevância social. Além disso, mostram que para encontrar resultados significativos é preciso muito diálogo, colaboração, troca e sinergia de conhecimentos em diferentes níveis, entre pós-graduandos(as), graduandos(as) e seus orientadores(as).

Certamente é desafiador tornar-se relevante enquanto dimensão investigativa, propositiva, crítica e ética diante das cobranças de aplicabilidade que se faz no âmbito dos processos avaliativos da pós-graduação. Mais ainda, navegar no campo da Comunicação marcado pelo seu incontornável caráter interdisciplinar em diálogo com fronteiras de outras disciplinas sem perder a relevância, mantendo o necessário rigor teórico-metodológico. É nesse caminho de cruzamentos que se encontra a especificidade epistemológica e metodológica dos estudos na área, ou seja, na teia de interconexões entre linhas de pesquisa, subcampos, práticas profissionais e compromissos públicos, sem que para isso haja um conjunto único de regras que expliquem ou organizem todos estes pontos.

Faço votos que este livro possa se tornar uma referência para os estudos no campo da Comunicação, mídia, cidadania e Direitos Humanos e inspirar jovens interessados em ingressar na pós-graduação.

Nelia Del Bianco

Professora colaboradora do PPGCOM UFG

Professora visitante do PPGCOM da UFOP

Professora pesquisadora colaboradora do PPGCOM da UnB

REFERÊNCIAS

SILVA, Juremir Machado da. **O que pesquisar quer dizer:** como fazer textos acadêmicos sem medo da ABNT e da Capes. 1. ed. Porto Alegre: Sulina, 2010.

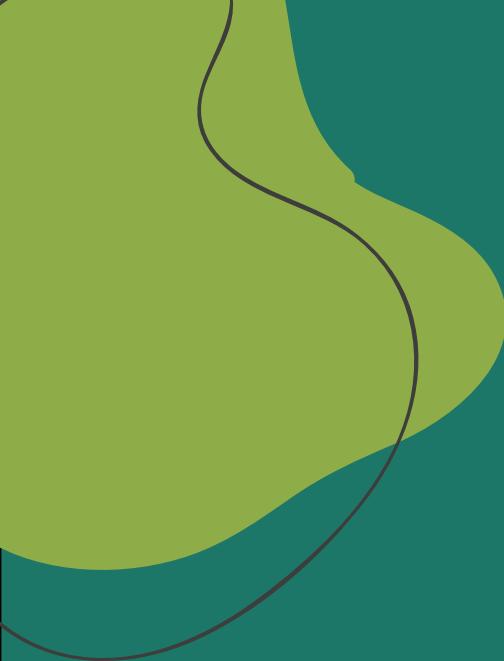
SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, B. S. (org.). **Conhecimento Prudente para uma Vida Decente**. São Paulo: Cortez Editora, 2004. p. 777-821.

PARTE 1
**ATIVISMO DIGITAL, MOVIMENTOS SOCIAIS MEDIATIZADOS
E DIREITOS HUMANOS**

- ENTRE TEMÁTICAS E SILENCIAMENTOS: ANÁLISE
DE CONTEÚDO DO CANAL DO YOUTUBE DO MINISTÉRIO
DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS** 14
Isabella Szabor Machado Mustafé, Magno Medeiros
- MÍDIA NINJA E #29M: A COBERTURA DOS
PROTESTOS PELA IMPRENSA BRASILEIRA** 34
Jhayne Geovana Santos Lima, Suzana da Silva Rangel
- ECOS AFRO-ATLÂNTICOS:
REINSCRIÇÕES DAS VOZES NEGRAS NA ATUALIDADE** 52
Lucas Lustosa de Brito, Magno Medeiros
- A ESFERA PÚBLICA BRASILEIRA SUBALTERNIZADA:
A ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DIANTE DOS
ATUAIS CONTEXTOS DIGITAIS** 65
*Milena dos Santos Marra, Lucas Lustosa de Brito,
Magno Medeiros*

PARTE 2
**NARRATIVAS DA VIOLENCIA,
COMUNICAÇÃO E DIREITOS HUMANOS**

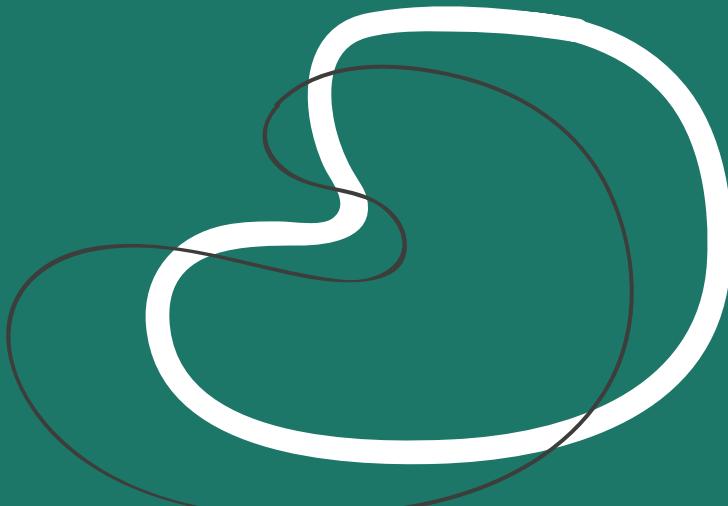
- ISOLAMENTO E VIOLENCIA DOMÉSTICA:
BASTIDORES DO QUADRO DO CIDADE ALERTA** 79
Mayara Celeste Locatelli
- VIOLENCIA DOMÉSTICA E COVID-19:
OS DESAFIOS DO ENFRENTAMENTO DAS
VIOLENCIAS DURANTE A PANDEMIA** 97
Nathália Pacheco Matos, Kalyne Menezes
- CASOS DE SUICÍDIO EM SITES DO VALE DO ARAGUAIA-MT:
UMA ANÁLISE DISCURSIVA** 110
Talita Furtado de Queiroz Franco, Deyvisson Pereira da Costa
- A LOUCURA NO SÉCULO XX:
ASSISTÊNCIA PSIQUIÁTRICA EM GOIÁS E
O HOSPITAL PSIQUIÁTRICO PROF. ADAUTO BOTELHO** 130
*Luiz Phillippe de Araújo Barbosa, Thauany Ribeiro Melo, Kalyne
Menezes*
- A HISTÓRIA DE UM “CRIMINOSO” CONTADA PELOS JORNais: A
NARRATIVA DE (DES)CONSTRUÇÃO DE MARCÃO NAS PÁGINAS
DOS IMPRESSOS DE PONTA GROSSA** 143
Afonso Ferreira Verner, Cintia Xavier



PARTE 3

JORNALISMO, CIÊNCIA E COMUNICAÇÃO PÚBLICA

O JORNALISMO E A COMUNICAÇÃO DA CIÊNCIA: ROTEIROS, POSSIBILIDADES E REFLEXÕES	160
<i>Guilherme Lucian, Ângela Teixeira de Moraes</i>	
COMUNICAÇÃO DA CIÊNCIA E JORNALISMO: IMPLICAÇÕES PARA A CIDADANIA	177
<i>Mayara Jordana Sousa Santana, Ângela Teixeira de Moraes</i>	
O JORNALISMO DE INTERESSE COMUM NA TV UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA	191
<i>Kamyla Faria Maia</i>	
PRODUTOS RADIOFÔNICOS E TERRITÓRIO COMUNICACIONAL: ENTRE O COMUNICACIONAL E O SENSÍVEL	206
<i>Pricilla de Souza Andrade, Magno Medeiros</i>	
COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL INCLUSIVA: O SURDO NO AMBIENTE CORPORATIVO	222
<i>Daniela Priscila de Oliveira Veronezi, Tiago Mainieri</i>	
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO NO CONTEXTO DAS REDES SOCIAIS DIGITAIS: UFG NO INSTAGRAM	236
<i>Débora Maria Alves dos Reis, Kalyne Menezes</i>	
O INTERESSE PÚBLICO NAS PRODUÇÕES DO PPGCOM/UFG: LEVANTAMENTO DAS PRINCIPAIS ABORDAGENS TEÓRICAS	249
<i>Eva Márcia Arantes Ostrosky Ribeiro, Hélder Samuel dos Santos Lima, Lígia Regina Guimarães Clemente, Mayara Martins da Quinta Alves da Silva, Tiago Mainieri</i>	
ÍNDICE REMISSIVO	267





PARTE 1

ATIVISMO DIGITAL, MOVIMENTOS SOCIAIS MEDIATIZADOS E DIREITOS HUMANOS

ENTRE TEMÁTICAS E SILENCIAMENTOS: ANÁLISE DE CONTEÚDO DO CANAL DO YOUTUBE DO MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS

Isabella Szabor Machado Mustafé¹

Magno Medeiros²

RESUMO

Este artigo analisa os 25 vídeos mais visualizados do canal do YouTube do Ministério dos Direitos Humanos, compreendendo as temáticas abordadas pelas três últimas administrações governamentais — Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro —, e como utilizaram o canal oficial como meio de comunicação para divulgar ações e políticas sobre os direitos humanos, com objetivo de observar quais pautas foram tratadas e tiveram grande alcance durante os diferentes governos, o que dá indícios também do silenciamento de determinados temas. Entende-se que a promoção dos direitos fundamentais é essencial para manutenção do regime democrático e exercício da cidadania, e observa-se o potente uso das redes sociais pela comunicação pública na difusão e conscientização do conceito de direitos humanos, para que a população se reconheça como sujeito de tais direitos e desenvolva uma percepção coerente com a realidade. Foi realizada uma análise de conteúdo temático-categorial dos 25 vídeos com maior número de visualizações no canal do YouTube do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, órgão do Poder Executivo responsável pelo desenvolvimento de políticas públicas voltadas aos direitos da criança, do adolescente, do idoso, da cidadania, das mulheres, das pessoas negras, da população LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais e outros grupos e variações de sexualidade e gênero), e das pessoas com deficiência, visando assegurar os direitos humanos e promover a inclusão na sociedade. Nota-se que 60% das postagens analisadas foram postadas entre 2019 e 2020, na gestão Jair Bolsonaro, o que caracteriza um uso frequente do YouTube pelo governo (volume de postagens), bem como um grande

¹ Mestranda do PPGCOM/UFG. E-mail: szabor.isa@gmail.com. Apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Brasil (Capes) — Código de Financiamento 001.

² Doutor pela USP, Professor Titular e ex-diretor da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás. Pesquisador e docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos, ambos da UFG. E-mail: magno@ufg.br.

alcance (número de visualizações) o que nos leva a questionar a possibilidade de ter sido fruto de processos automatizados (robôs) ou por manobras impulsionadas pelo algoritmo do YouTube. Ademais, nesta gestão a promoção dos direitos da criança e do adolescente foi a temática mais abordada, enquanto não houve referência aos direitos da população LGBTQIA+, nem da população negra, como foi observado em outros governos em campanhas contra homofobia, transfobia e racismo, o que provê vestígios das pautas prioritárias do governo e compromissos simbólicos que ele assume com sua base.

Palavras-chave: Redes Sociais. YouTube. Direitos Humanos. Comunicação Pública. Democracia.

AGENDAS OF THE MINISTRY OF HUMAN RIGHTS ON THE YOUTUBE CHANNEL

ABSTRACT

This article analyzes the 25 most viewed videos on the Ministry of Human Rights' YouTube channel, including the themes addressed by the last three government administrations — Dilma Rousseff, Michel Temer and Jair Bolsonaro — and how they used the official channel as a means of communication to spread the word actions and policies on human rights, with the objective of observing which agendas were dealt with and had a wide reach during the different governments, which also gives evidence of the silencing of certain themes. It is understood that the promotion of fundamental rights is essential for the maintenance of the democratic regime and the exercise of citizenship, and there is a strong use of social networks by public communication in the dissemination and awareness of the concept of human rights, so that the population can recognize itself as subject of such rights and develop a perception consistent with reality. A thematic-category content analysis of the 25 most viewed videos on the YouTube channel of the Ministry of Women, Family and Human Rights, responsible for the development of public policies aimed at the rights of children, adolescents, elderly, citizenship, women, black people, the LGBTQIA+ population (Lesbians, Gays, Bisexuals, Transsexuals, Queer, Intersex, Asexuals and other groups and variations of sexuality and gender), and people with disabilities, in order to ensure their rights human rights and promote inclusion in society. It is noted that 60% of the posts analyzed were posted between 2019 and 2020, in the Jair Bolsonaro administration, which characterizes the government's frequent use

of YouTube (volume of posts), as well as a large reach (number of views) which leads to questioning the possibility of having been the result of automated processes (robots) or maneuvers driven by the YouTube algorithm. Furthermore, in this administration, the promotion of the rights of children and adolescents was the most discussed theme, while there was no reference to the rights of the LGBTQIA+ population, nor of the black population, as observed in other governments in campaigns against homophobia, transphobia and racism, which provides vestiges of the government's priority agendas and symbolic commitments that it assumes with its base.

Keywords: Social Networks. YouTube. Human Rights. Public Communication. Democracy.

INTRODUÇÃO

Para 54% dos brasileiros, os direitos humanos fortalecem a democracia, enquanto para 30% eles enfraquecem, segundo a pesquisa Pulso Brasil, realizada pelo Instituto Ipsos, em maio de 2018. O relatório mostrou que seis em cada dez brasileiros (63%) são a favor dos direitos humanos, mas quando se trata da percepção em relação à justiça, nota-se um desconhecimento do real significado dos direitos humanos, visto que, para 66%, os direitos humanos defendem mais os bandidos que as vítimas. Ademais, na visão de apenas 18% dos entrevistados o governo brasileiro garante integralmente os direitos humanos da população; em oposição, a maioria (66%) considera que o governo não garante.

Após 72 anos da assinatura da Declaração Universal dos Direitos Humanos e 32 anos da implantação da Constituição Federal de 1988, pode-se dizer que os dados da percepção da população sobre o papel dos direitos humanos na democracia brasileira e, principalmente, quanto à atuação do governo na garantia dos direitos são preocupantes. Alguns autores pontuam que o regime democrático no Brasil, ainda incipiente, está sob ameaça pelo aumento do autoritarismo político e por passar por momentos de tensão, como apresenta Tosi (2019), desde o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, com uma onda crescente de violência (criminal e política) assolando o país, uma militarização da sociedade, bem como a presença de militares no poder, a influência do fundamentalismo religioso na política, o monopólio dos meios de comunicação, o uso intenso de fake news e o aumento da intolerância. Deste modo, "para evitar o oxímoro de uma 'democracia totalitária', é preciso garantir os direitos sobretudo das minorias" (TOSI, 2019, p. 55).

A partir de uma discussão teórica, o presente estudo busca compreender, em um primeiro momento, a relação do regime democrático com a garantia dos direitos humanos, tendo como base principalmente os conceitos de Bobbio (1986, 1998, 2000, 2004) e Chauí (2012). Diante da pesquisa bibliográfica e dos dados supracitados, o trabalho se propõe a explorar o papel e a atuação do governo brasileiro na promoção do conhecimento sobre

os direitos humanos e identificar quais são as pautas abordadas na comunicação governamental. Para isso, no segundo momento, foi realizada uma pesquisa exploratória do canal do YouTube do órgão responsável pelos direitos humanos no Poder Executivo, atualmente denominado Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Entende-se que a comunicação do Estado “sempre é necessariamente estratégica” (WEBER, 2011, p. 105) e utilizada na “disputa a opinião pública com as mídias, a partir da sua versão dos fatos e da sua promoção” (WEBER, 2011, p. 112), portanto, o volume de material de comunicação e os agendamentos propostos têm objetivos bem delimitados.

Observa-se o canal do YouTube por duas perspectivas: como rede social e como repositório digital, disponível para qualquer pessoa com acesso à internet e um dispositivo, para analisar como as diferentes administrações governamentais utilizaram o YouTube como meio de comunicação para divulgar ações sobre o tema e como pautaram os direitos humanos. Mais ainda, o YouTube como espaço de difusão da comunicação política (MORALES; DELGADO, 2020) em que as novas tecnologias da informação e comunicação possibilitam novas formas de interação entre governo e cidadãos, uma relação mais estreita na qual as instituições públicas “assumem a tarefa de conhecer os seus cidadãos, apresentando ao público que vai receber informações mais coerentes, ordenadas e adaptadas” e o cidadão se torna um ator político, “participam e co-criam (sic) as informações em conjunto” (MORALES; DELGADO, 2020, p. 142).

Foi realizado um levantamento dos 25 vídeos mais com maior número de visualizações no canal, relacionando três gestões — Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro. Posteriormente, por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2011), as postagens foram divididas por mandato e foram identificadas as principais temáticas abordadas, para analisarmos as pautas tratadas durante as diferentes administrações.

Cabe destacar que esta é uma análise introdutória, uma análise descritiva dos dados encontrados, que corresponde ao movimento exploratório de aproximação do objeto da dissertação da autora, que visa investigar as estratégias discursivas na divulgação das políticas públicas em campanhas publicitárias promovidas pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

DEMOCRACIA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

O conceito de democracia foi discutido ao longo de séculos por vários autores, com definições e aplicabilidades diversas. Ao propor um significado mais restrito de democracia (preferivelmente do que um conceito amplo, como o autor coloca), Norberto Bobbio (1986, 1998, 2000) determina características do sistema democrático, regras do jogo, que

as chama de universais procedimentais. Trata-se de características mínimas, de princípios que estabelecem não "o que", mas sim o "quem" e o "como" das decisões políticas (BOBBIO, 2000, p. 427). Essas normas não correspondem exatamente às únicas regras do jogo, mas sim regras preliminares que permitem que o jogo aconteça (BOBBIO, 1986, p. 19). Podem ser resumidas em seis procedimentos:

- 1) todos os cidadãos que tenham alcançado a maioridade etária sem distinção de raça, religião, condição econômica, sexo, devem gozar de *direitos políticos*, isto é, cada um deles deve gozar do *direito de expressar sua própria opinião ou de escolher quem a expresse por ele*; 2) o voto de todos os cidadãos deve ter igual peso; 3) todos aqueles que gozam dos direitos políticos devem ser livres para poder votar segundo sua própria opinião formada, ao máximo possível, livremente, isto é, em uma livre disputa entre grupos políticos organizados em concorrência entre si; 4) devem ser livres também no sentido em que devem ser colocados em condições de escolher entre diferentes soluções, isto é, entre partidos que tenham programas distintos e alternativos; 5) seja para as eleições, seja para as decisões coletivas, deve valer a regra da maioria numérica, no sentido de que será considerado eleito o candidato ou será considerada válida a decisão que obtiver o maior número de votos; 6) *nenhuma decisão tomada por maioria deve limitar os direitos da minoria*, particularmente o direito de se tornar por sua vez maioria em igualdade de condições (BOBBIO, 2000, p. 427, grifo nosso).

O autor complementa que nenhum regime histórico jamais observou inteiramente todas as regras, e por isso pode-se falar de regimes "mais ou menos democráticos", do mesmo modo que "não é possível estabelecer quantas regras devem ser observadas para que um regime possa dizer-se democrático", mas que "um regime que não observa nenhuma não é certamente um regime democrático" (BOBBIO, 1998, p. 327). Portanto, a democracia representativa aborda deliberações coletivas tomadas por pessoas escolhidas para representar a sociedade. É um regime político que prevê a soberania cidadã, "o poder que emana dos cidadãos" (BOBBIO, 2004, p. 47), por meio do sufrágio universal, e a instituição e exercício dos direitos do homem (sic passim) estão no cerne de sua definição.

Tais direitos são históricos, como defende Bobbio (2004), por emergirem em determinadas circunstâncias, fruto das "lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual" (BOBBIO, 2004, p. 9). Assim também os são os direitos denominados direitos humanos, produtos não da natureza, mas da civilização humana que, além de históricos, são mutáveis, sujeitos a ampliações (BOBBIO, 2004, p. 20).

Marilena Chauí (2012, p. 151) corrobora os procedimentos básicos definidos por Bobbio, e afirma que a criação de direitos está no fundamento da democracia. Para a autora, os direitos diferem de uma necessidade, de uma carência e de um interesse, que possuem caráter particular e específico, para serem gerais e universais, válidos para todos os indivíduos, grupos e classes sociais. Contudo, as necessidades, as carências e os interesses

correspondem à expressão de algo mais profundo, manifestam uma demanda que explica e determina o direito.

Outra característica original da forma política democrática, apontada pela autora, é a legitimação de conflitos. De acordo com Chauí (2012, p. 152), a democracia está aberta às disputas, e "não só trabalha politicamente os conflitos de necessidades, carências e interesses, mas procura instituí-los como direitos e, como tais, exigem que sejam reconhecidos e respeitados", bem como prevê e possibilita a existência de contrapoderes sociais, formados por associações, movimentos sociais e populares, sindicatos para limitar o poder do Estado.

Mais do que um regime de governo, ao caracterizar a democracia também como forma da existência coletiva, Chauí (2012) expande o conceito de democracia de regime político para instituir uma sociedade democrática, na qual

[...] além de eleições, partidos políticos, divisão dos três poderes da república, distinção entre o público e o privado, respeito à vontade da maioria e das minorias, institui algo mais profundo, [...] ou seja, quando institui direitos e que essa instituição é uma criação social (CHAUÍ, 2012, p. 151).

Nesse aspecto, a autora complementa que a atividade democrática social "realiza-se como um poder social que determina, dirige, controla e modifica a ação estatal e o poder dos governantes" (CHAUÍ, 2012, p. 151).

Um importante marco para concretização e internacionalização dos direitos humanos³ foi a aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1948. Após o terror da Segunda Guerra Mundial, do genocídio e de tantas injustiças, diversos Estados buscaram uma maneira de preservar a dignidade humana com a positivação dos direitos humanos, admitindo-se um caráter universal. Formada por trinta artigos, a declaração indica os direitos fundamentais de todo e qualquer ser humano. Cria-se a ideia de cidadão do mundo, que deve ser aplicada e respeitada em todos os países.

Alguns autores dividem a manifestação dos direitos fundamentais em gerações sucessivas, que surgem gradativamente e não são substituídas pela nova; é um processo cumulativo e qualitativo (BONAVIDES, 2011, p. 563). Baseado no lema revolucionário francês do século XVIII (liberdade, igualdade e fraternidade), Karel Vasak, fundador da teoria geracional, distribuiu os direitos humanos em três dimensões principais⁴: a primeira geração corresponde aos direitos de liberdade; a segunda geração, aos direitos de igualdade; e a terceira, aos direitos de fraternidade (BONAVIDES, 2011).

3 Este estudo utiliza os conceitos de direitos do homem, direitos fundamentais e direitos humanos como sinônimos. Não é escopo da discussão apresentar as distinções quanto às suas características e natureza. Ver Bonavides (2011) e Vinci (2017).

4 Fala-se atualmente de nove gerações dos direitos humanos, mas o intuito do trabalho é apresentar os três fundamentais.

Originados no século XIX, os direitos fundamentais da primeira geração consistem nos direitos inerentes à individualidade humana, relacionados ao princípio da liberdade: os direitos civis e políticos. Segundo Bonavides (2011), tais direitos

[...] têm por titular o indivíduo, são oponíveis ao Estado, traduzem-se como faculdades ou atributos da pessoa e ostentam uma subjetividade que é seu traço mais característico; enfim, são direitos de resistência ou de oposição perante o Estado (BONAVIDES, 2011, p. 563-564).

Deste modo, consistem no reconhecimento dos direitos das liberdades individuais e exigem do Estado uma conduta negativa, para haver uma separação explícita entre Sociedade e Estado (BONAVIDES, 2011, p. 564).

Vinculados ao princípio da igualdade, os direitos fundamentais da segunda geração dominaram o século XX e, como explica Bonavides (2011), são os "direitos sociais, culturais e econômicos, bem como os direitos coletivos ou de coletividades, introduzidos no constitucionalismo das distintas formas de Estado social" (BONAVIDES, 2011, p. 564). Os direitos sociais dizem respeito aos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, à aposentadoria, ao seguro-desemprego, à assistência social, voltados à garantia de justiça social e associados ao Estado do Bem-estar Social. Entende-se que a noção de liberdade por si só não era suficiente para manter a dignidade humana, e que "o Estado não deveria apenas se abster de invadir a esfera de liberdade do indivíduo, mas também deveria agir para assegurar o exercício de direitos por ele" (VINCI, 2017, p. 64).

Acrescentam-se à liberdade e à igualdade os direitos da terceira geração, baseados nos direitos da fraternidade. Concretizados no fim do século XX, são dotados de humanismo e universalidade, "não se destinam especificamente à proteção dos interesses de um indivíduo, de um grupo ou de um determinado Estado" (BONAVIDES, 2011, p. 569). Correspondem aos direitos difusos e coletivos: o direito ao desenvolvimento, o direito à paz, o direito ao meio ambiente, o direito de propriedade sobre o patrimônio comum da humanidade e o direito de comunicação.

Ao discorrer sobre as ilusões e tensões relacionadas aos direitos humanos, Boaventura de Sousa Santos (2014) salienta que tais direitos são a manifestação hegemônica da linguagem de dignidade humana, podendo existir outras, e nela, uma grande parte da população mundial não é sujeito, mas sim objeto de discursos de direitos humanos (SANTOS, 2014, s.p.). Deste modo, é preciso pensar, proteger e promover os direitos individuais e os coletivos, de autodeterminação, como dos povos indígenas e afrodescendentes.

Como é possível notar, a transformação da organização social, da vida, das condições econômicas, técnicas, dos meios de comunicação, das relações sociais, bem como o surgimento de novas necessidades, carências e interesses (CHAUÍ, 2012) levam a novas

demandas de direitos (BOBBIO, 2004, p. 20). Por outro lado, Bobbio (2004, p. 16-17) destaca que o problema de fundamentar os direitos foi resolvido com a promulgação da DUDH, mas o problema mais grave em relação aos direitos do homem, de nosso tempo, não é tanto o de justificá-los, mas o de protegê-los. Para o autor, trata-se de um problema não filosófico, mas político, de buscar o “modo mais seguro para garanti-los, para impedir que, apesar das solenes declarações, eles sejam continuamente violados” (BOBBIO, 2004, p. 17).

Ainda de acordo com o Bobbio (2004), são três os fatores e momentos necessários do mesmo movimento histórico: direitos do homem, democracia e paz, em que, “sem direitos do homem reconhecidos e protegidos, não há democracia; sem democracia, não existem as condições mínimas para a solução pacífica dos conflitos” (BOBBIO, 2004, p. 7). Nesse sentido, Piovesan (2014) pontua que o regime democrático é o regime mais compatível com a proteção dos direitos humanos e confirma que “não há direitos humanos sem democracia, tampouco democracia sem direitos humanos” (PIOVESAN, 2014, p. 37).

É importante ressaltar que a classificação dos direitos humanos em gerações específicas, como apresentado, não é estática e ocorre para fins didáticos. Mais ainda, a evolução dos direitos e os conflitos de classes sociais articula-se com a concepção de cidadania. De acordo com Marshall (1967), a cidadania abrange a conquista e exercício de três direitos em linearidade: os civis, os políticos, e os sociais. Os direitos civis referem-se aos direitos fundamentais à vida, à liberdade, direito à propriedade, à igualdade perante a lei, direito de manifestar o pensamento. Os políticos, por sua vez, envolvem o direito à participação no governo, como direito de votar e ser votado, de organização política. Já os direitos sociais garantem os direitos à participação na riqueza coletiva, à igualdade, direito à justiça social, à educação, à saúde, ao trabalho, visando qualidade de vida para todos. No Brasil, a geração dos direitos humanos e constituição da cidadania não seguem a linearidade proposta por Marshall (1967). A sequência neste contexto é outra: direitos sociais, políticos e civis. Carvalho (2003) utiliza esses conceitos aplicando-os à realidade brasileira, considerando que a conquista de uma cidadania plena que combina a liberdade, a participação e a igualdade para todos, é um ideal desenvolvido no ocidente e talvez inatingível, mas que serve como parâmetro para identificar a qualidade da cidadania em diferentes países.

Em continuidade à observação no Brasil, uma importante atitude afirmativa quanto aos direitos humanos foi a criação do Programa Nacional de Direitos Humanos, o PNDH 1, em 1996. No ano seguinte, destaca-se a criação de um órgão executivo responsável pela promoção dos direitos humanos, a Secretaria dos Direitos Humanos, uma secretaria com estatuto de ministério, criada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Na gestão Luiz Inácio Lula da Silva, o órgão adquiriu status de Ministério e, em 2015, a presidente Dilma Rousseff unificou as secretarias de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e de Políticas para Mulheres formando o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos

Humanos (MMIRDH). Em 2016, na administração Michel Temer, o Ministério foi extinto e recriado em 2017 sob o nome de Ministério dos Direitos Humanos. Na administração Jair Bolsonaro, a pasta foi intitulada Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, tendo responsabilidade também sobre as políticas indígenas, por meio da Funai (anteriormente vinculada ao Ministério da Justiça).

Em suma, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos compõe o gabinete executivo do Governo Federal. É o órgão encarregado de implementar políticas públicas voltadas aos direitos da criança, do adolescente, do idoso, da cidadania, das mulheres, das pessoas negras, da população LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais e outros grupos e variações de sexualidade e gênero), e das pessoas com deficiência, visando assegurar os direitos humanos e promover a inclusão na sociedade.

Como um mecanismo que efetiva os direitos da cidadania, a comunicação pública promove o direito à informação (MAINIERI; ROSA, 2012), voltada para assuntos de interesse público e com o objetivo de promover o debate. Nesse aspecto, a comunicação pública tem como finalidade o interesse público e sua vertente, a comunicação governamental, visa divulgar as ações do governo e consolidar sua identidade institucional perante a opinião pública (DUARTE; VERAS, 2006, p. 9), bem como visa informar e influenciar a adoção de um determinado comportamento.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para analisar como as diferentes gestões governamentais utilizaram os meios de comunicação disponíveis para divulgar, informar a população e promover uma atitude, optou-se pela pesquisa exploratória do canal do YouTube do Ministério dos Direitos Humanos e posteriormente pelas práticas metodológicas definidas por Bardin (2011) com uma análise de conteúdo temática. O canal do YouTube do Ministério foi escolhido por ser uma rede social, um espaço de cultura participativa (BURGESS; GREEN, 2009) que permite os usuários interagirem com o conteúdo por meio dos comentários, curtidas (likes), descurtidas (deslikes) e possibilita observar o comportamento do público diante de uma temática por meio das métricas. O YouTube também cumpre função de repositório digital de vídeos, e, consequentemente, de documentação, o que permite analisar as temáticas abordadas pelas diferentes administrações governamentais ao longo dos anos.

Com 9,76 mil inscritos e 363 vídeos enviados⁵, o canal do YouTube referente ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos foi criado no dia 28 de junho de

⁵ Dados acessados em 28 de out. de 2020 e atualizados em 21 de dez. de 2020.

2011. Portanto, foi utilizado por outros governos e a sua função de armazenamento permite observar os envios anteriores de campanhas, pronunciamentos e dentre outros materiais utilizados para comunicação governamental. A fim de sistematizar e organizar a análise, a constituição do corpus se desenvolveu no procedimento da coleta dos vídeos. Utilizou-se o filtro de "mais populares" para ordenar os envios pelo maior número de visualizações. Selecionados 25 vídeos, as informações foram recolhidas e dispostas em uma tabela⁶ a partir das seguintes categorizações: a posição do vídeo no ranking (#) na primeira coluna; na segunda coluna está o título do vídeo, tal como foi enviado no canal do YouTube; a terceira coluna corresponde ao número de visualizações (views); seguido pelo número de curtidas (likes) — quarta coluna; de descurtidas (dislikes), na quinta coluna; seu tempo de duração na sexta coluna; a data da postagem na sétima coluna; o tema do conteúdo postado na oitava coluna; e por fim, na nona coluna, o mandato que ocorreu (determinado a partir da data do envio e disponível somente no corpus da pesquisa, não nos quadros a seguir). Diante dos dados, foram identificados envios em três gestões governamentais — Jair Bolsonaro, Michel Temer e Dilma Rousseff — que foram as categorias escolhidas para divisão e apresentação dos resultados. Para melhor diagramação no artigo e análise, a tabela foi separada em três quadros, por mandato do governo mais recente ao mais antigo. Esta etapa corresponde à pré-análise de Bardin (2011, p. 130), em que operações são realizadas para "recorte do texto em unidade comparáveis de categorização para análise temática e de modalidade de codificação para o registro dos dados".

A análise de conteúdo temática, segundo Bardin (2011), consiste em "descobrir os 'núcleos de sentido' que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição, podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido" (BARDIN, 2011, p. 135). Nesse caso, as categorias temáticas dos vídeos do Ministério nos permitem identificar a frequência e a diversidade de conteúdos postados durante as administrações governamentais e inferir quais eram as pautas abordadas e que tiveram um grande alcance (visualizações) na rede social YouTube.

A partir da classificação do material coletado, chegamos a nove categorias de vídeos: Infância e Adolescência; Família; Pessoas com deficiência/doença rara; População Indígena; Combate ao preconceito — LGBTfobia; Combate ao preconceito — Racismo; Combate à violência de gênero; Combate à violência doméstica; e Valorização dos Direitos Humanos.

Os vídeos agrupados na categoria "Infância e Adolescência" referem-se às produções comunicacionais que abordam temáticas relacionadas às crianças e adolescentes, como combate ao abuso sexual, assédio, crimes virtuais, valorização da vida (prevenção do suicídio e automutilação), combate à pornografia infantil, prevenção às drogas, comemorativo do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A categoria "Família" abrange os que

⁶ Corpus da pesquisa disponível em: bit.ly/PesquisaMMFDHYoutube. Acesso em: 22 abr. 2022.

tematizam a família como eixo principal. Já a categoria “Pessoas com deficiência/pessoas com doença rara” corresponde a produção filmica que aborda o preconceito com pessoas com Hanseníase e com uma criança autista. A “População Indígena” consiste na unidade que tem a população indígena como pauta prioritária, para preservação e valorização. Enquanto a categoria “Combate ao preconceito — LGBTfobia” reúne campanhas de enfrentamento à homofobia, de respeito às diferenças, de acolhimento e divulgação do canal de denúncias para vítimas de transfobia, a categoria “Combate ao preconceito — Racismo” agrupa os vídeos de divulgação do canal de denúncia para crimes de racismo, a “Combate à violência de gênero” os vídeos contra assédio e enfrentamento à violência contra a mulher, e a “Combate à violência doméstica” a produção de divulgação do canal de denúncias durante o isolamento social. Os vídeos de celebração dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da campanha pelo respeito aos direitos humanos estão categorizados como “Valorização dos Direitos Humanos”.

ANÁLISE

Como a seleção do material é baseada nos 25 vídeos mais visualizados, esperava-se encontrar pouca quantidade de vídeos do mandato atual por considerar que vídeos mais antigos teriam sido mais vistos, disponíveis a mais tempo na plataforma. Ao contrário, dos 25 vídeos levantados, 60% do resultado foram vídeos postados na administração Jair Bolsonaro, a maior quantidade de vídeos por mandato. É importante ressaltar que este dado não significa necessariamente que houve um maior uso por parte do governo atual, visto que os contextos são diferentes — 10 anos de diferença considerando o vídeo mais antigo dentre o material coletado — bem como o próprio uso do YouTube como canal de difusão e rede social mudou bastante desde a época da gestão de Dilma Rousseff, por exemplo. Além disso, a gestão atual tem em seu histórico a utilização de recursos automatizados e robôs para promover maior presença das redes, o que não caracteriza real engajamento e uma tática do MMFDH é o excesso de produção de peças comunicacionais⁷, que nos faz indagar se a pulverização de material mais auxilia ou atrapalha o processo de agendamento das políticas públicas lançadas.

Outra expectativa era que a comunicação governamental do órgão responsável pelas políticas públicas dos direitos humanos abordasse temas correlatos, observasse os sujeitos de tais direitos (população negra, com deficiência, LGBTQIA+, mulheres etc.), e promovesse valores coerentes com a preservação dos direitos humanos e a democracia.

⁷ Entre 2019 e 2020, o MMFDH lançou 27 campanhas de comunicação e o total de 340 peças de comunicação, um grande volume em apenas dois anos de mandato. Este dado é fruto do mapeamento realizado para dissertação da autora e será explorado em outro trabalho.

#	Título	Views	Likes	Dislikes	Tempo	Postagem	Tema
2	Denuncie a violência doméstica. Para algumas famílias, o isolamento está sendo ainda mais difícil	3.245.459	637	29	00:30	15/05/2020	Violência doméstica
3	Vídeo #NãoTemDesculpa — Corretor moral	136.012	13	2	00:31	28/02/2020	Violência de gênero
5	Maio Laranja — Ministério divulga dados de violência sexual contra crianças e adolescentes	25.046	594	0	01:00	18//05/2020	Infância e Adolescência
7	Depoimento: Ministra Damares Alves	13.502	1.3 mil	63	07:43	30/07/2020	Infância e Adolescência
10	#SalveUmaMulher — Ministério lança campanha de enfrentamento à violência contra a mulher	11.527	554	36	08:23	08/03/2019	Violência de gênero
12	MMFDH — lança o documentário "O Índio Velho: memória ancestral"	7.958	209	8	07:07	14/03/2019	População indígena
14	Campanha Acolha a Vida — Luiza Brunet	7.413	1.1 mil	4	01:00	12/04/2019	Infância e Adolescência
16	#AoVivo Ministério promove fórum sobre o combate à pornografia infantil na internet. Acompanhe! (transmissão ao vivo)	6.390	753	4	3:51:25	29/07/2020	Infância e Adolescência
17	Edital premiará as melhores máscaras de proteção criadas por crianças	5.429	77	118	3:08	19/05/2020	Infância e Adolescência
18	18 de Maio — Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	5.284	55	2	0:30	18/05/2019	Infância e Adolescência
20	Fórum Nacional sobre Letalidade Infantojuvenil	4.929	512	26	3:12:50	23/09/2020	Infância e Adolescência
21	Acolha a Vida: Michelle Bolsonaro	4.716	281	5	1:10	30/09/2019	Infância e Adolescência
23	Famílias Fortes — SNF — Regras da Casa	3.771	55	9	3:13	20/04/2020	Família
24	MMFDH promove cerimônia de inclusão com a presença do menino Artur	3.537	278	1	2:30	05/09/2019	Pessoas com Deficiência/ Doença Rara
25	Fórum Nacional sobre Drogas na Infância e na Adolescência (transmissão ao vivo)	3.567	440	13	3:41:10	15/12/2020	Infância e Adolescência

Quadro 1 – Mandato Jair Bolsonaro (15 vídeos).

Fonte: Elaborado pelos autores.

No quadro 1 estão dispostos os 15 vídeos mais visualizados da referida gestão, sendo os da posição no ranking nº: 2, 3, 5, 7, 10, 12, 14, 16, 17, 18, 20, 21, 23, 24, 25. Cabe destacar que um vídeo postado em dezembro de 2020, mês da atualização da pesquisa, compõe o ranking na última colocação. Dentre as cinco primeiras colocações no ranking geral dos

mais visualizados, três são dessa gestão, e o primeiro do mandato e segundo geral com maior número de visualizações (3.245.459) foi postado em maio de 2020, durante a pandemia de covid-19, e pauta violência doméstica.

Nota-se que, no geral, há um baixo engajamento ao considerar o número de likes e dislikes comparando com a quantidade de visualizações. A postagem com maior número de likes (1.3 mil) é um depoimento da ministra Damares Alves sobre crimes virtuais de assédio contra crianças e adolescentes, enquanto o vídeo com maior número de dislikes (118) trata do edital lançado pelo ministério, em 2020, sobre um concurso de máscaras, que também conta com a figura da ministra na apresentação da campanha.

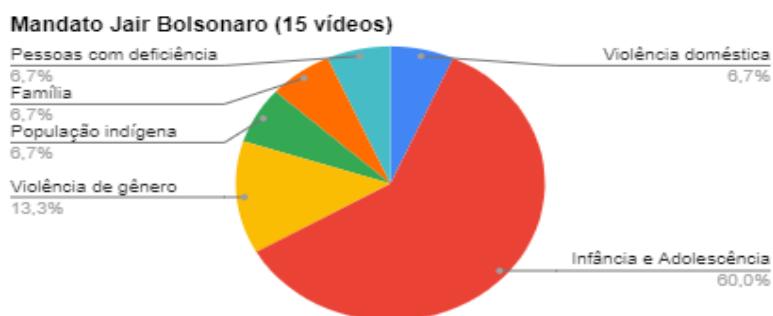


Gráfico 1 – Temáticas abordadas no mandato de Jair Bolsonaro.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quanto ao conteúdo, os principais temas dos vídeos são: Infância e Adolescência (9 vídeos), seguidos da categoria de combate à violência de gênero, combate à violência doméstica, população indígena, família, e pessoas com deficiência/doenças raras. É possível perceber que os assuntos que têm crianças e adolescentes como eixo central são prioridade da gestão, bem como tem grande alcance no público, visto que fazem parte do ranking. A segunda categoria mais frequente é relacionada à pauta de gênero, coerente com a orientação da administração atual visto que a própria nomenclatura oficial do Ministério da Mulher, da Família, e dos Direitos Humanos indica que as políticas de gênero são importantes para o governo. A categoria “família”, “violência doméstica” e “população indígena” só aparecem no mandato de Jair Bolsonaro. A primeira possivelmente por ser a primeira vez que a família é colocada como pauta prioritária na agenda pública; a segunda por abordar a violência doméstica de forma ampla, não relacionada à violência contra mulheres, idosos, ou crianças e adolescentes, como foi realizada em outras campanhas; e a terceira pelo fato de políticas indígenas serem responsabilidades de outro órgão executivo, como supracitado.

#	Título	Views	Likes	Dislikes	Tempo	Postagem	Tema
1	70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos	3.411.162	135	20	00:30	26/11/2018	Valorização dos Direitos Humanos
6	Campanha LGBT — Delegada Laura Teixeira	16.537	336	57	03:57	31/01/2018	Combate ao preconceito — LGBTfobia
13	Campanha Disque 100: Racismo não é piada. Racismo é crime!	7.936	265	23	01:17	03/07/2018	Combate ao preconceito — Racismo
19	Disque 100 agora no aplicativo Proteja Brasil	5.026	66	8	1:00	24/10/2016	Combate ao preconceito — LGBTfobia
22	Estatuto da Criança e Adolescente completa 28 anos	4.317	61	17	1:06	13/07/2018	Infância e Adolescência

Quadro 2 – Mandato Michel Temer (5 vídeos).

Fonte: Elaborado pelos autores.

O quadro 2 refere-se aos vídeos com maior número de visualizações postados durante o período da administração Michel Temer (2016–2018), totalizando 5 vídeos e posicionados nos seguintes lugares no ranking: 1º, 6º, 13º, 19º e 22º. O vídeo mais visto dentre os 25 selecionados foi postado em novembro de 2018, dura 30 segundos, conta com 3.411.162 visualizações e trata de uma comemoração dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH).

Nesse caso é possível perceber um baixo engajamento, assim como no quadro anterior, sendo o envio com maior número de likes (336) um vídeo protagonizado pela Delegada Laura Teixeira, mulher trans, que fala sobre sua rotina abordando a importância de respeitar as diferenças e a população LGBTQIA+. Dentre os 5 vídeos do quadro 2, esse também é o com maior número de dislikes (57).

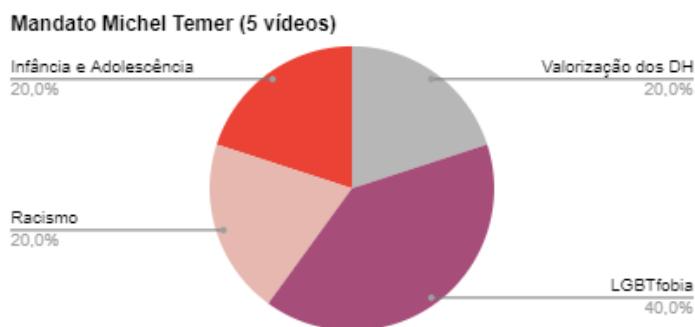


Gráfico 2 – Temáticas abordadas no mandato de Michel Temer.

Fonte: Elaborado pelos autores.

As temáticas presentes nos conteúdos postados são: combate ao preconceito — LGBTfobia, combate ao preconceito — Racismo, Valorização dos Direitos Humanos, e Infância e Adolescência. O combate ao preconceito, tanto a LGBTfobia e o racismo eram temas recorrentes dos vídeos produzidos na gestão de Michel Temer, o que demonstra o esforço em promover a adoção de comportamentos: o respeito às diferenças, acolhimento à população LGBTQIA+, e a denúncia de vítimas de transfobia, homofobia e racismo. Nota-se o intuito de difundir e ressaltar a importância dos direitos humanos para a sociedade, com a produção de vídeos comemorativos do aniversário de 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Assim como no mandato de Jair Bolsonaro, houve a produção e difusão do vídeo com a temática de infância e adolescência.

#	Título	Views	Likes	Dislikes	Tempo	Postagem	Tema
4	Campanha de enfrentamento à homofobia	40.647	440	84	00:35	19/12/2011	Combate ao preconceito — LGBTfobia
8	Campanha Nacional pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes durante o carnaval	12.800	104	4	00:30	03/02/2015	Infância e Adolescência
9	Não desvie o olhar. Fique atento. Denuncie. PROTEJA nossas crianças e adolescentes da violência	11.922	87	4	00:30	25/01/2013	Infância e Adolescência
11	"Onde tem respeito, tem Direitos Humanos; onde não tem, disque 100"	10.194	69	7	00:30	19/12/2011	Valorização dos Direitos Humanos
15	Paredes Invisíveis — Região Nordeste	6.462	150	1	31:31	03/03/2015	Pessoas com Deficiência/ Doença Rara

Quadro 3 – Mandato Dilma Rousseff (5 vídeos).

Fonte: Elaborado pelos autores.

No quadro 3 estão expostos os dados com o recorte dos vídeos mais visualizados, postados durante a administração Dilma Rousseff (2011-2016), sendo 5 vídeos que estão nas 4^a, 8^a, 9^a, 11^a e 15^a posição no ranking. Dentre eles, o vídeo com maior número de views, enviado durante o governo Dilma Rousseff, corresponde ao 4º vídeo mais visto no ranking, com 40.647 visualizações, duração de 35 segundos, postado em dezembro de 2011, e trata de uma campanha de enfrentamento à homofobia. Também corresponde ao vídeo com maior número de likes (440) e número de dislikes (84).

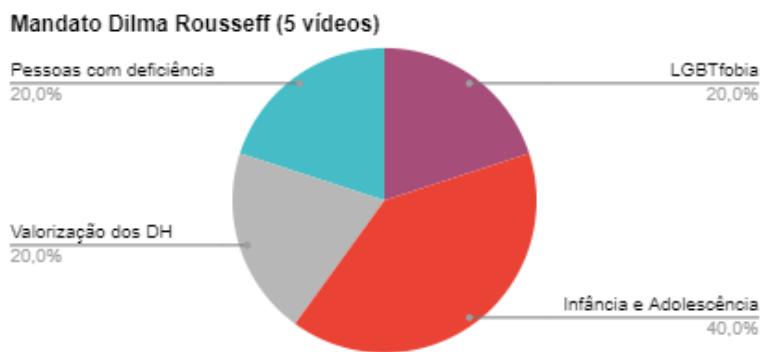


Gráfico 3 – Temáticas abordadas no mandato de Dilma Rousseff.

Fonte: Elaborado pelos autores

Na gestão Dilma Rousseff é possível notar pelo gráfico 3 que, dentre os vídeos mais visualizados, são quatro as temáticas principais: infância e adolescência, combate ao preconceito — LGBTfobia, valorização dos direitos humanos e sobre pessoas com deficiência/doenças raras. Observa-se que a proteção de crianças e adolescentes foi uma temática bastante difundida durante o governo, bem como o enfrentamento à homofobia, a promoção do respeito aos direitos humanos, e conscientização da população e não discriminação de pessoas com doenças raras.

Diante dos dados expostos nos quadros 1, 2 e 3, nota-se que há um alto número de visualizações nos conteúdos enviados pelo Ministério, porém, baixas interações com poucos likes e também dislikes. A maior parte das postagens estava com os comentários desativados — somente 5 tinham essa função habilitada (nº 4, 9, 11, 16 e 20), 3 vídeos da administração Dilma Rousseff e 2 da gestão Jair Bolsonaro. O vídeo mais visto (3.411.162 visualizações), uma peça de 30 segundos sobre os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, foi postado na gestão Michel Temer, no dia 26 de novembro de 2018, o que demonstra a divulgação de um dos principais documentos dos direitos humanos teve uma grande difusão. O 25º com maior número de visualizações (3.567) foi enviado na administração Jair Bolsonaro, sendo também o vídeo mais recente do ranking, postado no dia 15 de dezembro de 2020, o que nos dá indícios do uso dos meios de comunicação pelo governo e aceitação do público, seja pelos apoiadores ou pelos interessados na temática abordada. Os vídeos mais antigos foram postados no dia 19 de dezembro de 2011, durante a gestão Dilma Rousseff, e estão na posição nº 4 e 11 no ranking, sendo uma campanha contra a homofobia e divulgação da Ouvidoria do Ministério, respectivamente, o que nos leva a questionar sobre a ampla promoção do combate à LGBTfobia e incentivo às denúncias de violações dos direitos humanos, de apoio às vítimas.

Dentre os 25 vídeos levantados, o com maior duração (3:51:52) está na 16ª posição no ranking, com 6.390 visualizações e se trata de um evento on-line promovido pela gestão

Jair Bolsonaro sobre combate à pornografia infantil na internet, aspecto que demonstra a relevância do tema para o governo e sua audiência. O envio mais gostado (com maior número de likes) é o depoimento da ministra Damares Alves sobre crimes virtuais contra crianças e adolescentes (#7), com 1,3 mil likes e 13.502 visualizações, postado no dia 30 de julho de 2020 com duração de 7 minutos, que nos dá indício do público, que tem um grande número de visualizações na temática de combate à pornografia infantil na internet e que dão o seu like para a declaração da ministra de enfrentamento aos crimes virtuais contra a infância e adolescência. Não se pode afirmar, baseado neste recorte pontual, que a proteção das crianças e adolescentes na internet seja uma pauta prioritária do governo e de sua audiência, mas é preciso ressaltar que nesta pesquisa foi um dado relevante e que, ao observar o contexto e as outras ações políticas, é um indício que fortalece essa hipótese. Já o com menor número de likes da lista é uma peça da campanha #NãoTemDesculpa, sobre importunação sexual no carnaval, lançado na gestão Jair Bolsonaro no dia 28 de fevereiro de 2020.

A análise temática dos gráficos 1, 2 e 3 nos permite inferir que a proteção de crianças e adolescentes foi uma pauta prioritária e bem difundida nos três mandatos analisados, pelo tema infância e adolescência estar presente e com grande volume de produções. Enquanto no mandato de Jair Bolsonaro surgem temas relativamente novos, como família e população indígena, a ausência de outros de igual relevância como o combate ao racismo e à LGBTfobia (presentes nos governos anteriores) nos dá indícios de quais são os sujeitos e pautas prioritárias na gestão governamental atual. A presença de vídeos que tematizam a promoção e valorização dos Direitos Humanos em dois mandatos (Michel Temer e Dilma Rousseff) sugerem que era objetivo do governo difundir informação e conscientizar sobre os direitos fundamentais, bem como promover acolhimento e justiça às vítimas de violações de tais direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como demonstrado por Bobbio (1986, 1998, 2000, 2004), Chauí (2012), Piovesan (2014), o regime democrático é mais adequado para assegurar os direitos humanos e garantir a dignidade de indivíduos e povos. A garantia dos direitos, portanto, é proporcional à garantia da democracia e rumo à cidadania plena (CARVALHO, 2003; MARSHALL, 1967). Nesse aspecto, deve-se pensar o papel do governo na manutenção e informação sobre os direitos humanos, e o papel da sociedade, nas exigências de seus direitos, no cumprimento de seus deveres e na conscientização sobre a relevância do assunto.

No cenário de fragilidade da democracia brasileira, urge a difusão do conceito dos direitos humanos, bem como de sua importância, para que a população se reconheça como sujeito de direitos humanos e desenvolva uma percepção coerente com a realidade, diferentemente dos dados supracitados. Quando se trata de questões de interesse público e cidadãs, o YouTube é importante aliado para levar o conteúdo a mais pessoas, considerado

[...] uma ferramenta de grande potencial, fácil de usar, eficaz para a comunicação com públicos políticos, por meio da qual podem ser criados espaços para um debate verdadeiramente produtivo para a sociedade (MORALES; DELGADO, 2020, p. 147).

A pesquisa exploratória apresenta limitações, pela quantidade de material coletado e desproporcional amostra de cada gestão, porém permite realizar algumas inferências de como os governos brasileiros fizeram uso da rede social YouTube e quais os temas abordados durante a gestão. Pelo grande volume de vídeos enviados e mais vistos no ranking elaborado, pode-se dizer que o governo Jair Bolsonaro tem utilizado bastante o YouTube como canal de comunicação, mas não se pode afirmar se é um uso mais eficiente do que os outros governos, pela diferença de 10 anos da postagem, em que a plataforma e o contexto eram diferentes. Uma postagem recente teve grande alcance, que nos leva a indagar se tem uma audiência cativa, se foi a pertinência do tema ou se há o uso de estratégias automatizadas.

No geral, observa-se poucas ou nenhuma reação/interação como as curtidas e descurtidas, e os comentários não estão habilitados em muitas postagens, situação que impede a interação e o feedback do público, elemento essencial na comunicação pública. O alto alcance e baixo engajamento leva a questionamentos, como a possibilidade do alcance ter sido fruto de processos automatizados (robôs) ou por manobras impulsionadas pelo algoritmo do YouTube.

Cabe pontuar que uma estratégia governamental atual é a publicação em excesso de peças de comunicação, a pulverização do material e o grande volume de informação, o que também pode representar um tipo de censura, visto que “enterrar a verdade com mentiras ou informações inúteis” consiste em uma nova forma de censura (SERRANO, 2015, p. 121).

Quanto ao conteúdo dos envios, nota-se que houve uma ênfase na promoção dos direitos da criança e do adolescente principalmente na gestão Jair Bolsonaro, enquanto dentro dos mais visualizados no material coletado não houve referência aos direitos da população LGBTQIA+, nem da população negra, como foi observado em outros governos a presença de vídeos de campanhas contra homofobia, transfobia e racismo. É possível traçar um paralelo do foco do governo nos direitos da criança e do adolescente com a intitulação atual do Ministério, no qual anteriormente era denominado Ministério das Mulheres,

da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMIRDH), com “mulheres” e “igualdade racial” o que conota que pautas raciais e de gênero poderiam ser prioridades para àquela gestão, enquanto atualmente a nomenclatura Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) demonstra que, além de questões de gênero, a “família” tem grande importância na formulação de políticas públicas desta gestão. A concepção usual de “família” concebida pelo atual governo federal remete a um modelo tradicional, conservador, patriarcal, heteronormativo e cristão, e deve ser “preservada” desde o início da trajetória dos ciclos da vida, com a proteção (e controle) das crianças e adolescentes. A ausência de visibilidade de temáticas LGBTQIA+ também se apresenta como reforço simbólico do modelo heteronormativo.

Do mesmo modo que muitas produções filmicas têm como eixo central a infância e adolescência, outros temas podem atravessar a questão dos direitos humanos e também de “família”, com a apresentação de múltiplas formações familiares e representação de sujeitos diversos, por exemplo a figura de pessoas com deficiência em campanhas que não tem o tema principal pessoas com deficiência/doenças raras. Em futuras pesquisas, determinados vídeos podem ser analisados em profundidade, com análise filmica e discursiva, observando se os conteúdos postados promovem boas práticas democráticas, se consideram o público como sujeitos ou objetos de discurso de direitos humanos.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. 3. reimpr. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BOBBIO, N. Democracia. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Tradução de Carmen C. Varriale et al. Coordenação da tradução de João Ferreira. Revisão geral de João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. Brasília, DF: Unb, 1998. p. 319-329.
- BOBBIO, N. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. (Pensamento crítico, 63).
- BOBBIO, N. **Teoria geral da política**: a filosofia política e as lições dos clássicos. Organizado por Michelangelo Bovero. Tradução de Daniela Beccaccia Versiani. 14. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- BONAVIDES, P. A Teoria dos Direitos Fundamentais. In: BONAVIDES, P. **Curso de Direito Constitucional**. 26. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2011. p. 560-577.
- BURGESS, J.; GREEN, J. **YouTube e a Revolução Digital**: como o maior fenômeno da cultura participativa transformou a mídia e a sociedade. São Paulo: Aleph, 2009.
- CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CHAUÍ, M. Democracia e sociedade autoritária. **Comunicação & Informação**, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 149-161, jul./dez. 2012.
- DUARTE, J.; VERAS, L. (org.). **Glossário de Comunicação Pública**. Brasília, DF: Casa das Musas, 2006.

IPSOS PUBLIC AFFAIRS. Direitos Humanos e Marielle Franco. **Pulso Brasil**, São Paulo, ed. 157, maio 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3dYB2gA>. Acesso em: 17 dez. 2020.

MAINIERI, T.; ROSA, E. C. F. Comunicação pública, cidadania e democracia: algumas reflexões. **Revista Comunicação Midiática**, Goiânia, v. 7, n. 1, p. 192-206, jan. 2012.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MORALES, N. M.; DELGADO, L. A. YouTube y las nuevas estrategias de Comunicación Política. In: TORRES-TOUKOUMIDIS, A.; SANTIS-PIRAS, A. de (org.). **YouTube y la comunicación del siglo XXI**. Quito: Ciespal, 2020. p. 137-150.

PIOVESAN, F. **Direitos Humanos e Justiça Internacional**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

SANTOS, B. de S. Direitos Humanos: ilusões e desafios. In: SANTOS, B. de S.; CHAUÍ, M. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2014.

SERRANO, P. Democracia e liberdade de imprensa. In: MORAES, D. de; RAMONET, I.; SERRANO, P. **Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação**. São Paulo: Boitempo, 2015. E-book.

TOSI, G. Democracia e direitos humanos: uma conquista civilizatória ameaçada no Brasil e no mundo. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, Bauru, v. 7, n. 1, p. 32-59, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2PVZo2t>. Acesso em: 17 dez. 2020.

VINCI, L. V. D. **A relação entre democracia e direitos e garantias fundamentais**. 2017. 109 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

WEBER, M. H. Estratégias da comunicação de Estado e a disputa por visibilidade e opinião. In: KUNSCHE, M. M. (org.). **Comunicação pública, sociedade e cidadania**. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2011. p. 101-119.

MÍDIA NINJA E #29M: A COBERTURA DOS PROTESTOS PELA IMPRENSA BRASILEIRA¹

Jhayne Geovana Santos Lima²
Suzana da Silva Rangel³

RESUMO

Este trabalho se propõe a oferecer uma contribuição para o debate sobre a atuação de veículos independentes como fortalecedores da cidadania e, consequentemente, fortalecedores da democracia no cenário político atual brasileiro. O artigo é pautado, principalmente, na repercussão das manifestações de 29 de maio de 2021 contra o governo de Jair Bolsonaro na imprensa tradicional (Jornal O Globo e Jornal O Estado de S. Paulo) comparada à cobertura feita pelo veículo independente Mídia NINJA (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação). A Mídia NINJA foi criada em 2013 e ganhou notoriedade e alcance nacional justamente durante as manifestações nacionais do mesmo ano. O veículo, que é financiado por colaboradores e organizações internacionais, intitula-se como uma rede de comunicação livre e ativista, além de engajar mais de 2 milhões de apoiadores e contar com mais de 500 pessoas diretamente envolvidas no projeto espalhadas pelo Brasil. A Mídia NINJA defende a parcialidade como um princípio e a todo momento deixa em evidência seus objetivos e posicionamentos sociais, como a busca por uma nova narrativa social. As manifestações “Fora Bolsonaro 29M” ou “#29M” reuniram centenas de milhares de pessoas em mais de 200 cidades dos 26 estados e do Distrito Federal, segundo organizadores, além de movimentar e promover debates e centenas de milhares de publicações também nas redes sociais. As motivações foram principalmente pautadas pela atuação do governo de Jair Bolsonaro durante a pandemia da covid-19. Após o evento, foi percebido uma atuação detalhada do veículo Mídia NINJA durante a cobertura, com diversas transmissões ao vivo e dezenas de publicações e registros de todo o país e uma cobertura intimista, quase nula, dos veículos da grande imprensa. Para auxiliar na reflexão acerca da relevância no jornalismo independente e sua relação com a

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

² Mestranda em Comunicação do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás (UFG). Bolsista Capes. Jornalista, UFMS (2019). E-mail: jhaynegeovana@gmail.com.

³ Mestranda em Comunicação do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: suzanarangel22@yahoo.com.br.

cidadania, serão trabalhadas as colocações e características do jornalismo trabalhadas por Groth (2011) e Traquina (2005) e os aspectos de cidadania apresentados principalmente por Bobbio (2004). Como resultado, é possível observar que o veículo Mídia NINJA desempenha importante papel social ao abordar de forma detalhada os protestos contra o governo e atuar de forma ativista, alcançando e movimentando um grande público nas redes sociais.

Palavras-chave: Jornalismo. Cidadania. Mídia Independente. Mídia NINJA. Manifestações Nacionais.

MÍDIA NINJA AND #29M: COVERAGE OF PROTESTS BY THE BRAZILIAN PRESS

ABSTRACT

This work aims to offer a contribution to the debate on the role of independent media as strengthening citizenship and, consequently, strengthening democracy in the current Brazilian political scenario. The article is mainly based on the repercussion of the demonstrations of May 29, 2021 against the government of Jair Bolsonaro in the traditional press (O Globo and O Estado de S. Paulo) compared to the coverage made by the independent vehicle Mídia NINJA (Independent Narratives, Journalism and Action). Mídia NINJA was created in 2013 and gained notoriety and national reach precisely during the national events of the same year. The vehicle, which is financed by collaborators and international organizations, calls itself a free and activist communication network, in addition to engaging more than 2 million supporters and having more than 500 people directly involved in the project throughout Brazil. Mídia NINJA defends partiality as a principle and at all times highlights its goals and social positions, such as the search for a new social narrative. The demonstrations "Fora Bolsonaro 29M" or "#29M" brought together hundreds of thousands of people in more than 200 cities in 26 states and the Federal District, according to organizers, in addition to moving and promoting debates and hundreds of thousands of publications also on social networks. The motivations were mainly based on the performance of the Jair Bolsonaro government during the covid-19 pandemic. After the event, it was noticed a detailed performance of the Mídia NINJA during the coverage, with several live broadcasts and dozens of publications and records from all over the country and an intimate coverage, almost nil, from the major press vehicles. To help reflect on the relevance of independent journalism and its

relationship with citizenship, the placements and characteristics of journalism worked on by Groth (2011) and Traquina (2005) and the aspects of citizenship presented mainly by Bobbio (2004) will be discussed. As a result, it is possible to observe that the Mídia NINJA media plays an important social role by addressing in detail the protests against the government and acting in an activist way, reaching and moving a large audience on social networks.

Keywords: Journalism. Citizenship. Independent Media. Mídia NINJA. National Manifestations.

INTRODUÇÃO

"Ô, ô, ô, cara. Quem fala de... eu não sou coveiro, tá?" Jair Bolsonaro, em 20 de abril de 2020, interrompendo o jornalista em uma entrevista coletiva, em frente ao Palácio do Planalto. Nessa ocasião, o jornalista apenas tentava passar a informação que naquele dia, mais de 300 mortes ocorreram no país, em decorrência do coronavírus. Infelizmente, frase como essa proferida pelo atual Presidente da República, não é uma exceção. Durante esses três anos de Governo, o que vimos e ouvimos foi uma enxurrada de indelicadezas e estupidez, oriundas de um governante sem empatia. Em um período tão catastrófico e sensível, o que menos se esperava era a arrogância de um líder para com jornalistas e seu povo. Afinal, o país computa 582.670⁴ óbitos, aparecendo em 2º lugar⁵ no ranking em números de mortos no mundo.

A lista de arbitrariedades de Bolsonaro com a pandemia é grande: incentivo a compra do "kit covid", ironias à eficácia do uso de máscara, tentativas para vetar a população do isolamento social, recusa na compra de vacinas da Pfizer em agosto de 2020, e todos os obstáculos criados por seu Governo para assinar contratos com demais fabricantes de vacinas e assim, imunizar a população. Não é em vão que sua popularidade dá sinais de declínio. Em pesquisa divulgada pela Atlas Político, em 30 de julho de 2021, Jair Bolsonaro aparece com 62% de rejeição, perdendo para seus adversários em um possível segundo turno.

Essa rejeição a Bolsonaro se expandiu às ruas do Brasil e mundo, onde manifestações foram criadas como forma de repúdio à inércia do presidente com a pandemia. Partidos de oposição, sindicatos, movimentos sociais, estudantes, classe artística e demais profissionais da sociedade civil, saíram às ruas pedindo o Impeachment e protestando sobre o descaso com a vacina. Nos últimos meses, quatro manifestações foram criadas: 29 de maio, 19 de junho, 3 de julho e 24 de julho. Com o lema: "Vacina no braço, comida no prato" os atos #forabolsonaro tomaram grandes proporções nas ruas e nas mídias sociais.

4 Atualizado em 4 set. 2021. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 4 set. 2021.

5 Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/04/29/ranking-da-covid-como-o-brasil-se-compara-a-outros-paises-em-mortes-casos-e-vacinas-aplicadas.ghtml>. Acesso em: 22 abr. 2022.

Grande parte de todo esse manifesto vem impulsionado pelo poder das mídias sociais que possuem um cunho jornalístico, como no caso da Mídia NINJA. Só no Instagram, o perfil possui 3,9 milhões de seguidores com seu posicionamento crítico sobre o Governo e suas práticas antidemocráticas. Enquanto isso, Bolsonaro tenta se desvincilar da sua queda de popularidade, convocando suas chamadas "motociatas" junto aos seus apoiadores, para rodar alguns estados do Brasil. Uma forma estratégica e descabível para ignorar as manifestações contrárias ao seu Governo.

Ao que parece, o Presidente continua não vendo a gravidade da pandemia. A tal "gripezinha", como o coronavírus já foi nomeado por ele, não possui prioridade em seu Governo que, mais uma vez,vê a possibilidade de "afrouxar" as medidas de enfrentamento à pandemia. Bolsonaro segue seu pacto de agradar o empresariado, rejeitando a ideia de *lockdown*, deixando as fronteiras sempre abertas para a entrada de turistas. O Brasil cada dia mais precisa lutar para sobreviver ao vírus e as atrocidades de seu Presidente.

O PAPEL SOCIAL DO JORNALISMO

Segundo Groth (2011), o jornalismo é baseado na junção entre a personalidade moral-intelectual e a busca por um objetivo voltado para a liberdade e a humanidade. Ainda de acordo com o autor, a prática do jornalismo é voltada à sociedade. É basicamente o ato de expor fatos e levar informação a indivíduos e essa veiculação pode ser construída de diversas maneiras. O autor explica que o jornalismo não possui um valor próprio, mas um valor de efeito, ou seja, é um valor gerado por meio das diversas relações e interpretações anteriores. Além disso, sua prática pode ser aliada a diferentes objetivos.

A informação pode e deve servir à sociedade, aos indivíduos bem como às suas coletividades para inúmeros fins intuitivos de preservação e promoção, elevação e ampliação, que então dão à mediação do jornalismo o seu valor. No entanto, estes fins concorrem entre si e têm que ser medidos segundo valores elevados e mais elevados, e depois serem mantidos em uma escala (GROTH, 2011, p. 51).

O autor explica que o jornal e a revista são meios de formação indispensáveis para a sociedade moderna e que sua prática se configura por meio de leis próprias que são baseadas em valores específicos. "O sentido e as características do jornalismo representam valores medianos bem específicos, a serem reconhecidos pelos valores de formação e da condução da sociedade" (GROTH, 2011, p. 51). Esses valores causam, muitas vezes, divergências sobre a forma com que determinada veiculação pode ocorrer.

Para Traquina (2005), uma das principais funções do jornalismo é a capacidade de dar visibilidade a fatos secretos e/ou desconhecidos da população. Além disso, o autor afirma que "a importância de manter a credibilidade leva a um trabalho constante de verificação dos fatos e de avaliação das fontes de informação. A exatidão da informação é também vital" (TRAQUINA, 2005, p. 132).

Os jornais e revistas, ainda segundo Groth (2011), são obras culturais capazes de gerar valores a atuar como influências na compreensão dos indivíduos. Por meio do jornalismo, uma pessoa é capaz não apenas de se informar sobre determinado tema, mas também está exposta a condições que facilitam seu entendimento e formação de opinião. O jornalismo disponibiliza fatores que auxiliam nesse processo. A forma com que essa relação com a informação vai ser construída está diretamente relacionada aos objetivos e vivências pessoais. Groth (2011) complementa que toda obra cultural tem como direcionamento o indivíduo e a construção da realidade.

Groth (2011), ao discorrer sobre a essência do jornalismo, afirma que a sua prática está relacionada principalmente ao papel e significado da imprensa na sociedade. O jornalismo é capaz de pautar discussões coletivas e evidenciar fatos relevantes de diversas formas. Traquina (2005) pontua que os valores do jornalismo são voltados principalmente para a questão da verdade, independência, objetividade e serviço ao público, então, teoricamente, existe uma preocupação acerca desse conteúdo produzido e da função social na qual ele vai desempenhar.

O jornalismo é instrumento essencial para o fortalecimento do direito à cidadania. Bobbio (2004) discorre que os direitos dos homens existem por meio da relação do indivíduo com a sociedade. A cidadania está relacionada ao poder de participação dos cidadãos, então é importante refletir sobre o papel da mídia na promoção da informação e incentivo à participação.

MÍDIA NINJA E O JORNALISMO INDEPENDENTE

A Mídia NINJA (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação) foi criada em 11 de junho de 2013 e ganhou notoriedade nacional após fotografar, filmar e transmitir em tempo real os protestos de rua realizados no mesmo ano. Pablo Capilé, um dos líderes da iniciativa, publicou no dia 6 de junho de 2013, em seu perfil pessoal no Facebook, a mensagem que convocava profissionais da mídia para uma reunião aberta que trataria do projeto que ainda estava sendo elaborado.

Semana que vem, terça-feira, dia 11 de junho vai rolar uma reunião aberta com profissionais de mídia, desempregados, ou a fim de se desempregar, para apresentar

um projeto que vem sendo elaborado em fogo brando há mais de um ano. E que agora está no ponto para receber todos os que se animarem com a ideia: NINJA (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação (CAPILÉ, 2013).

Trata-se de uma rede descentralizada de mídia que declara e evidencia seu posicionamento político como sendo de extrema-esquerda, com atuação em mais de 250 cidades no Brasil. Sua abordagem é conhecida pela militância sociopolítica, declarando-se ser uma alternativa à imprensa tradicional. Além de Capilé, Bruno Torturra, Rafael Vilela, Felipe Altenfelder, Driade Aguiar, Filipe Peçanha e Thiago Dezan também foram responsáveis pela elaboração e execução do projeto de uma mídia livre. De acordo com o próprio site do veículo "O Jornalismo é uma das ferramentas e linguagens que utilizamos para levantar temas e debates, fortalecendo narrativas que não tem visibilidade nos meios convencionais de comunicação".

Surgimos em meio à multidão. Num momento decisivo em que a história do país se pôs diante de nós. Fomos os olhos, a voz e o coração de milhares de pessoas. Transmitindo de dentro os acontecimentos, nos envolvemos e fomos parte do processo de transmutação política de nossa geração (MÍDIA NINJA, s.d.).

A Mídia NINJA também evidencia em suas redes que não recebe financiamento nem possui alinhamento automático com nenhum partido político, ou seja, seu financiamento se dá por meio do investimento de colaboradores, apoio na estrutura e força de trabalho da rede Fora do Eixo, além de custeio e apoio de organizações internacionais interessadas em trabalhar com projetos ligados à questões socioambientais e culturais. O veículo esclarece sua autonomia ao trabalhar pautas diversas de forma independente. "Temos autonomia dos poderes econômicos e políticos, que não determinam nossa linha editorial nem os conteúdos que queremos comunicar" (MÍDIA NINJA, s.d.).

Defendemos abertamente a parcialidade enquanto um princípio de nosso trabalho, por acreditar que nenhuma construção humana é capaz de ser imparcial, já que resulta da soma e do acúmulo de todas as suas experiências anteriores e de nossas visões de mundo. O Jornalismo — assim como a ciência — apoiaram-se historicamente na noção de imparcialidade como forma de ter credibilidade e legitimidade. Contudo, com uma nova lógica de troca de conteúdo e com novas possibilidades de audiência, mais do que buscar uma única "verdade" para os fatos, temos hoje uma multiplicidade de leituras e possibilidades, e isso é o que qualifica atualmente o conteúdo e é a base da troca de informação e credibilidade. Valorizamos a multiplicidade de parcialidades e buscamos alinhar a informação com um conjunto de valores e direitos sociais, com os quais temos compromisso e que para nós são fundamentais. Nossas pautas são nossas causas. Acreditamos no movimento e na transformação social, a partir de uma experiência radical de mídia livre e distribuí-

ida, a serviço de uma nova narrativa social, mais comunitária e mais afetiva (MÍDIA NINJA, s.d.).

Além disso, é esclarecido que a Mídia NINJA também não recebe qualquer tipo de recurso público para seu funcionamento. Em texto publicado referente às perguntas frequentes sobre a iniciativa, é afirmada a necessidade e maior investimento público em novas mídias e novos veículos por meio de editais abertos e transparentes.

Os veículos de comunicação corporativos sobrevivem às custas de altos investimentos públicos, tanto em publicidade quanto com crédito, financiamento, e re-negociações de dívidas tributárias. Por outro lado, inexistem políticas públicas que – de forma transparente – democratizem os investimentos de comunicação aos veículos independentes e mesmo os próprios veículos públicos de comunicação, que operam de forma precária (MÍDIA NINJA, s.d.).

A Mídia NINJA, em nome de seus colaboradores, também publica um trecho em que mais uma vez é comentado sobre os objetivos e posicionamento da rede de comunicação, principalmente como atuante no processo de transformação social.

Existe um processo de mais de uma década de construções, no qual iniciativas como o CMI (Centro de Mídia Independente), o Intervozes, o Fórum de Mídia Livre, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação ou até mesmo as experiências de Rádios Livres e Comunitárias se formaram, se consolidaram e inspiraram a geração que concebeu a Mídia NINJA e outras iniciativas mais recentes. Para nós, a grande novidade está na visualização que é possível se fazer, hoje, da soma dessas iniciativas que ganham força e legitimidade para se apresentar como a nova grande mídia. Trata-se de uma ecologia de produção de conteúdos que tem capacidade de incidir diretamente nas disputas de imaginário contemporâneas e colaborar com a obtenção de conquistas públicas da sociedade. Em razão disso, compreendemos que muitas vezes estamos na contramão dos interesses dos veículos que fazem parte do sistema de comunicação corporativo no Brasil, faz parte da disputa, e a Mídia NINJA escolheu um lado (MÍDIA NINJA, s.d.).

Além de ganhar alcance nacional logo nos primeiros meses de atuação, a Mídia NINJA também possui diálogo com midiátivistas e grupos de mídias cidadãs em todo o mundo e já foi comentada por diversos veículos internacionais, como The Guardian e New York Times. "Eles estão interessados em apresentar uma narrativa alternativa aos principais meios de comunicação, informando ao vivo da linha de frente" (WATTS, 2013).

JORNALISMO E ATIVISMO ON-LINE

As transmissões ao vivo de conteúdos jornalísticos por meio das redes sociais se tornaram cada vez mais comum com o avanço da tecnologia e aumento do uso de dispositivos móveis. O processo de globalização foi importante e essencial para o acesso à informação e para mudanças relevantes na sociedade. Esse processo é responsável pela profusão de informação e interconexão do mundo em redes. Tornou-se muito fácil saber o que está acontecendo ao vivo em várias partes do mundo de forma simples e ágil. De acordo com Castells (1999), as novas tecnologias da informação são capazes de integrar o mundo em redes globais e a comunicação feita por meio do uso de computadores gera comunidades virtuais.

Recuero (2009) utiliza o teorema dos grafos para discorrer sobre a presença de redes sociais no ciberespaço e denomina as mesmas como sendo o conjunto e ligação entre atores e suas conexões. Os atores seriam as pessoas envolvidas e relacionadas na rede em específico, mas ao abordar as conexões desenvolvidas na internet, o termo se torna mais amplo. Por causa do distanciamento entre os envolvidos na interação social, principal característica da comunicação mediada por computador, os atores não são imediatamente discerníveis. Assim, neste caso, trabalha-se com representações dos atores sociais, ou com construções identitárias do ciberespaço (RECUERO, 2009, p. 25).

As redes sociais permitem a interação e formação de laços sociais entre os envolvidos no processo comunicativo. Recuero (2009) afirma que a interação é considerada a matéria-prima das relações dos laços sociais e é influenciada pelas percepções e particularidades de cada ator. A interação social então se trata do processo comunicativo entre as partes e a forma com que ele ocorre. Além disso, as redes sociais possuem a capacidade de permitir a difusão de informações para diversos públicos e garantir maior alcance do conteúdo produzido. Para Recuero (2009), o ciberespaço e as ferramentas de comunicação apresentam singularidades quando se trata da interação entre as partes.

O primeiro deles é que os atores não se dão imediatamente a conhecer. Não há pistas da linguagem não verbal e da interpretação do contexto da interação. É tudo construído pela mediação do computador. O segundo fator relevante é a influência das possibilidades de comunicação das ferramentas utilizadas pelos atores. Há multiplicidade de ferramentas que suportam essa interação e o fato de permitirem que a interação permaneça mesmo depois do ator estar desconectado do ciberespaço. Esse fato permite, por exemplo, o aparecimento de interações assíncronas (RECUERO, 2009, p. 32).

No Brasil, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgada e desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE), entre 2017 e 2018 houve contínuo e expressivo crescimento do uso da internet por parte da população. Em 2018, a internet era utilizada em 79,1% dos domicílios brasileiros. Juntamente com o aumento do uso da internet, o uso das redes sociais no Brasil também apresenta um crescimento.

De acordo com a pesquisa *Global Digital Overview 2020*, produzida em outubro de 2020 e divulgada em 2021 por *We Are Social* e *Hootsuite*, mais de 4,5 bilhões de pessoas em todo o mundo já usam a internet, das quais 3,8 bilhões estão nas redes sociais (VOL-PATO, 2021). Quando se trata de dados nacionais, são 205,8 milhões de linhas de telefone celular, o equivalente a 97% da população. Já o acesso à internet atinge 150,4 milhões de brasileiros, uma penetração de 71%, enquanto os usuários de redes sociais chegam a 140 milhões de pessoas, 66% do total de habitantes. Os brasileiros, ainda segundo a pesquisa, passam em média 3 horas e 31 minutos por dia conectados às redes sociais, perdendo apenas para Filipinas.

O levantamento *Digital News Report*, realizado pelo *Reuters Institute for the Study of Journalism*, e divulgado em 2020, aponta que, pela primeira vez desde o início da pesquisa em 2013, as redes sociais passam a televisão em preferência como meio de acesso a informações. 67% das pessoas ouvidas disseram usar as redes sociais como fontes de notícias e 66% afirmaram usar a TV. A pesquisa também esclarece que o acesso a notícias por meio de smartphones é estável, enquanto o acesso por meio de computadores diminuiu. O Facebook continua sendo a principal plataforma de acesso relacionado ao consumo de notícias no país, seguido do WhatsApp e YouTube. Visto o grande consumo de notícias por meio das redes sociais, tornou-se cada vez mais comum a utilização de novas ferramentas na veiculação de conteúdos por parte das empresas jornalísticas.

Reflexo desse aumento do uso das redes sociais e consequente aumento do consumo de notícias por meio delas é o alcance e repercussão obtidos pela Mídia NINJA nas redes sociais. O trabalho da Mídia NINJA é distribuído em diversas plataformas além do próprio site oficial. Só no Instagram a conta⁶ do veículo possui mais de 3 milhões e 900 mil seguidores. Já no Facebook, a página⁷ da Mídia NINJA possui mais de 2 milhões e 200 mil curtidas e no Twitter, a conta⁸ do veículo possui mais de 900 mil seguidores.

MANIFESTAÇÕES DE 29 DE MAIO E REPERCUSSÃO

O artigo trata de uma pesquisa qualitativa e as metodologias utilizadas se tratam basicamente da pesquisa bibliográfica e do estudo de caso. De acordo com Duarte (2005),

6 Disponível em: <https://www.instagram.com/midianinja/?hl=pt-br>. Acesso em: 22 abr. 2022.

7 Disponível em: <https://www.facebook.com/MidiaNINJA>. Acesso em: 22 abr. 2022.

8 Disponível em: <https://twitter.com/MidiaNINJA>. Acesso em: 22 abr. 2022.

estudo de caso é um método qualitativo utilizado em diversas áreas do conhecimento com o objetivo de reunir o maior número possível de informações. Ainda segundo o autor, o estudo de caso possui quatro características essenciais:

Particularismo: o estudo se centra em uma situação, acontecimento, programa ou fenômeno particular, proporcionando assim uma excelente via de análise prática de problemas da vida real; Descrição: o resultado final consiste na descrição detalhada de um assunto submetido à indagação; Explicação: o estudo de caso ajuda a compreender aquilo que submete à análise, formando parte de seus objetivos a obtenção de novas interpretações e perspectivas, assim como o descobrimento de novos significados e visões antes despercebidas; Indução: a maioria dos estudos de caso utiliza o raciocínio indutivo, segundo o qual os princípios e generalizações emergem a partir da análise dos dados particulares. Em muitas ocasiões, mais que verificar hipóteses formuladas, o estudo de caso pretende descobrir novas relações entre elementos (DUARTE, 2005, p. 217).

Para este trabalho, além das reflexões acerca da função social do jornalismo e do uso das redes sociais por parte de veículos jornalísticos, será observado o caso da cobertura do veículo independente Mídia NINJA durante as manifestações contra o governo de Jair Bolsonaro em 29 de maio de 2021, principalmente nas redes sociais Twitter e Instagram. Além disso, as capas de 30 de maio de 2021 do Jornal O Globo e Jornal O Estado de S. Paulo também serão observadas para que se obtenha um parâmetro da cobertura feita por veículos convencionais e por veículos independentes. Como parte da reflexão acerca da cobertura sobre as manifestações, serão observados também os textos publicados pelos veículos Brasil de Fato e El País Brasil e pelos observatórios Repórter Brasil e Observatório da Imprensa.

As manifestações de 29 de maio de 2021, nomeadas "Fora Bolsonaro 29M" ou apenas "#29M", reuniram e movimentaram milhares de pessoas pelo país, seja nas ruas ou nas redes sociais. Os protestos tiveram como principal motivação a atuação do governo de Jair Bolsonaro durante a pandemia da covid-19, principalmente após repercussão de duas ações feitas pelo governo que auxiliaram no atraso da vacinação da população brasileira. A primeira se trata da recusa da compra da vacina, mesmo após diversos contatos feitos pela farmacêutica Pfizer, que estão sendo comprovados na Comissão Parlamentar de Inquérito em curso no Senado Federal.

A segunda ação trata da crise diplomática com a China, fornecedora de insumos para a produção da CoronaVac, causada principalmente por Ernesto Araújo, ex-ministro das Relações Exteriores e por Eduardo Bolsonaro, deputado federal por São Paulo e filho do presidente Jair Bolsonaro. Além disso, é possível observar outras ações tão graves quanto as já citadas que também contribuíram para o cenário atual da covid-19 no país,

como as aglomerações promovidas pelo presidente, o não uso de máscaras e a promoção de medicamentos sem comprovação científica.

Em 26 de fevereiro de 2020, o primeiro caso da doença foi confirmado no Brasil. De acordo com o Ministério da Saúde, a covid-19 é uma doença provocada pelo vírus Sars-CoV-2 que apresenta infecções variáveis e é transmitida por meio do contato e interação entre pessoa infectada e pessoa saudável. Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o surto da doença constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional e em 11 de março de 2020 a covid-19 foi caracterizada como uma pandemia. De acordo com dados do Ministério da Saúde, o Brasil já registrou mais de 20 milhões de casos e mais de 560 mil mortes com a doença.

Em maio de 2020, a Avaaz, comunidade de mobilização on-line, divulgou um levantamento sobre a covid-19 que aponta que nove em cada 10 brasileiros entrevistados viram pelo menos uma informação falsa sobre a doença e que sete em cada 10 entrevistados acreditaram ao menos uma vez em conteúdo desinformativo sobre a pandemia. Ainda de acordo com a pesquisa Avaaz (2020), "os internautas brasileiros acreditam mais nas informações falsas sobre o coronavírus que os italianos ou os estadunidenses". O WhatsApp e o Facebook são as fontes de acesso mais citadas entre os entrevistados referente ao acesso ao conteúdo falso.

Entende-se que o jornalismo e o acesso à informação são essenciais, principalmente no cenário em que o país se encontra. A desinformação por parte do governo e da população demonstra que mais do que nunca é necessária a disseminação não apenas sobre os fatos referentes à doença e à vacinação, mas também sobre as ações e posicionamentos do governo em relação à pandemia. O papel da imprensa é fundamental, especialmente em momentos de crises, porque é por meio do trabalho jornalístico que a população pode ter real noção do que acontece no país e no mundo.

Durante os dias que antecederam as manifestações de 29 de maio, a Mídia NINJA publicou constantemente em suas redes sociais orientações sobre a realização dos protestos pelo país como forma de informar e convocar também a população a comparecer nos atos. Além disso, horários e locais dos atos também foram divulgados.



Figura 1 – Publicação Mídia NINJA.

Fonte: Instagram (2021).⁹

Durante o dia, apenas no Instagram da Mídia NINJA foram publicadas mais de 70 imagens e vídeos das manifestações, inclusive foram feitas publicações que denunciavam a truculência policial e as consequentes agressões em algumas regiões do país. As publicações, feitas quase que de forma simultânea durante o evento, reuniram milhares de curtidas. A mais curtida obteve mais de 200 mil curtidas.

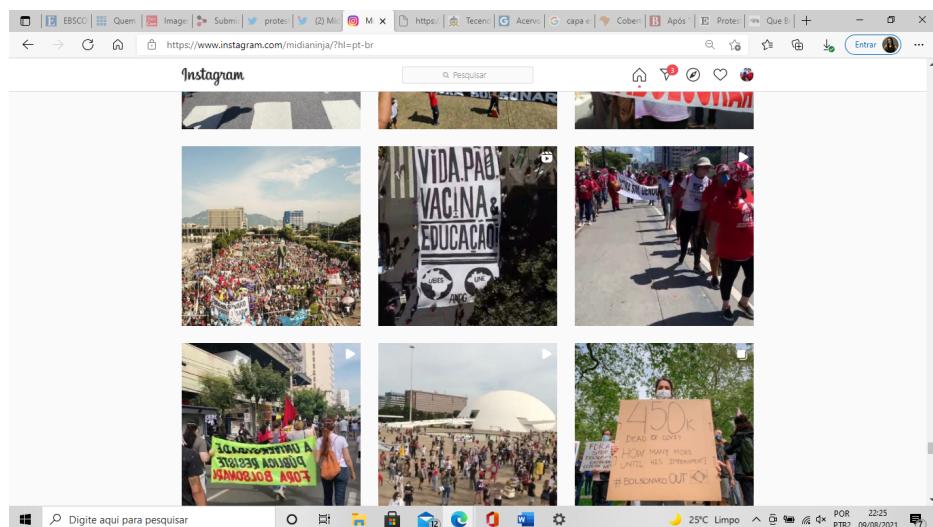


Figura 2 – Perfil da Mídia NINJA.

Fonte: Instagram (2021).¹⁰

9 Disponível em: <https://www.instagram.com/midianinja/>. Acesso em: 7 ago. 2021.

10 Disponível em: <https://www.instagram.com/midianinja/>. Acesso em: 7 ago. 2021.

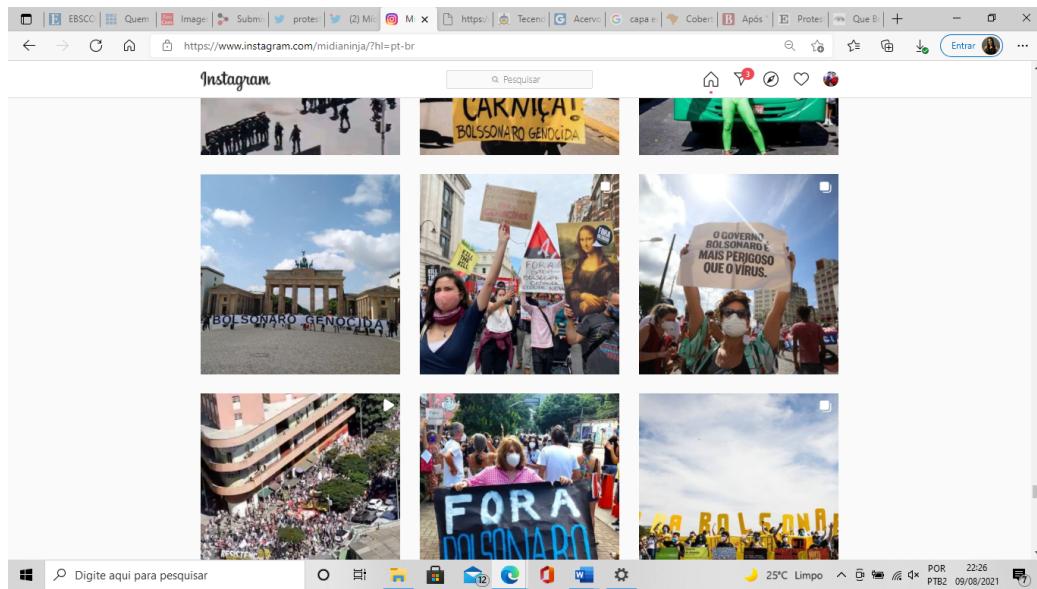


Figura 3 – Perfil da Mídia NINJA.

Fonte: Instagram (2021).¹¹

A capa do jornal *O Estado de S. Paulo*, de 30 de maio de 2021, apresenta uma pequena chamada, quase no fim da página, com o título “Milhares vão às ruas contra Bolsonaro e causam aglomeração”. Fica evidente qual o objetivo do veículo ao utilizar o termo “aglomeração” ao se referir às manifestações. Além de não dar devida importância à mobilização que contou com milhares de pessoas, o veículo minimiza o objetivo do ato que era justamente ir contra todas as ações do governo de Jair Bolsonaro, principalmente durante a pandemia. Governo esse que tratou com descaso, minimizou a doença e principalmente a dor de mais de 500 mil famílias brasileiras.

¹¹ Disponível em: <https://www.instagram.com/midianinja/>. Acesso em: 7 ago. 2021.

O ESTADO DE S. PAULO

Domingo 30 DE MAIO DE 2021 R\$ 7,00 AND 142 N° 40111

PENSANDO EM
SUSTENTABILIDADE
1982 - 2021

estadão.com.br

Cidades turísticas se reinventam para atrair o home office

Prefeituras, empresas de telefonia e aplicativos de delivery investem em busca de profissionais digitais

Com a pandemia, pessoas com maior poder aquisitivo têm voltado a atentar para cidades turísticas que oferecem boas condições de trabalho, mas que também são locais de férias. Prefeituras, empresas de telefonia e aplicativos de delivery investem em busca de profissionais digitais para atrair um mercado que não quer mais viajar.

Aos 100 dias de governo, Bolsonaro volta contra seus erros e manda seguir desvios no Ministério Público e no Congresso. O presidente joga suas tropas contra o Congresso, querendo, ao final da quarentena, baixar de roteiro e a máscara. POLÍTICA / PÁG. A2

Offensivas jurídicas do Planalto fracassam

As investidas do governo, que agiu contra seu próprio lado, seguem desviantes no Ministério Público e no Congresso. O presidente joga suas tropas contra o Congresso, querendo, ao final da quarentena, baixar de roteiro e a máscara. POLÍTICA / PÁG. A2

Eleição Catarinense

O presidente joga suas tropas contra o Congresso, querendo, ao final da quarentena, baixar de roteiro e a máscara. POLÍTICA / PÁG. A2

Milhares vão às ruas contra Bolsonaro e causam aglomeração

Milhares de pessoas protestaram em mais de 20 capitais e cidades do interior e sua ação não contribuiu para pandemia. Milhares de pessoas protestaram em mais de 20 capitais e cidades do interior e sua ação não contribuiu para pandemia. POLÍTICA / PÁG. A2

A carreira de Pazuinho até virar alvo da CPI

Aluno de colégio militar desde os 10 anos, general se livrou de acusação de homossexualidade e agora é alvo de Bolsonaro na brigada parapetada e chega a ministro. POLÍTICA / PÁG. A2

Com a pandemia, pessoas com maior poder aquisitivo têm voltado a atentar para cidades turísticas que oferecem boas condições de trabalho, mas que também são locais de férias. Prefeituras, empresas de telefonia e aplicativos de delivery investem em busca de profissionais digitais para atrair um mercado que não quer mais viajar.

Aos 100 dias de governo, Bolsonaro volta contra seus erros e manda seguir desviantes no Ministério Público e no Congresso. O presidente joga suas tropas contra o Congresso, querendo, ao final da quarentena, baixar de roteiro e a máscara. POLÍTICA / PÁG. A2

As investidas do governo, que agiu contra seu próprio lado, seguem desviantes no Ministério Público e no Congresso. O presidente joga suas tropas contra o Congresso, querendo, ao final da quarentena, baixar de roteiro e a máscara. POLÍTICA / PÁG. A2

Eleição Catarinense

O presidente joga suas tropas contra o Congresso, querendo, ao final da quarentena, baixar de roteiro e a máscara. POLÍTICA / PÁG. A2

Milhares vão às ruas contra Bolsonaro e causam aglomeração

Milhares de pessoas protestaram em mais de 20 capitais e cidades do interior e sua ação não contribuiu para pandemia. Milhares de pessoas protestaram em mais de 20 capitais e cidades do interior e sua ação não contribuiu para pandemia. POLÍTICA / PÁG. A2

A carreira de Pazuinho até virar alvo da CPI

Aluno de colégio militar desde os 10 anos, general se livrou de acusação de homossexualidade e agora é alvo de Bolsonaro na brigada parapetada e chega a ministro. POLÍTICA / PÁG. A2

Leisure Sun Andes

Deputado federal

Federación de aliança entre presidentes

de países da América Latina

O presidente joga suas tropas contra o Congresso, querendo, ao final da quarentena, baixar de roteiro e a máscara. POLÍTICA / PÁG. A2

Celso Ming

Ex-ministro da Mídia

O presidente joga suas tropas contra o Congresso, querendo, ao final da quarentena, baixar de roteiro e a máscara. POLÍTICA / PÁG. A2

José R. Mendonça

Deputado federal do Barroso

Brasil

O presidente joga suas tropas contra o Congresso, querendo, ao final da quarentena, baixar de roteiro e a máscara. POLÍTICA / PÁG. A2

Exército ocupa Cali

após novas mortes

INTERNACIONAL / PÁG. A2

O presidente joga suas tropas contra o Congresso, querendo, ao final da quarentena, baixar de roteiro e a máscara. POLÍTICA / PÁG. A2

Chelsea bate o City e conquista Champions

ESPORTES / PÁG. A2



NA QUARENTENA



DICAS PARA CORRER

Com especialistas, preparamos manual para quem quer iniciar na corrida. PÁGINA 117

Covid faz com que pacientes cardíacos fiquem em fila

Cerca de 60 mil pacientes com doenças cardíacas foram atendidos em cirurgias surpresas ou adiadas por causa da pandemia. O risco é de morte prematura e algo exagerado. ECONOMIA / PÁG. A2

Exército ocupa Cali

após novas mortes

INTERNACIONAL / PÁG. A2

O presidente joga suas tropas contra o Congresso, querendo, ao final da quarentena, baixar de roteiro e a máscara. POLÍTICA / PÁG. A2

Chelsea bate o City e conquista Champions

ESPORTES / PÁGINA 12

O presidente joga suas tropas contra o Congresso, querendo, ao final da quarentena, baixar de roteiro e a máscara. POLÍTICA / PÁG. A2

Há uma fera nas próximas páginas.

CADACHERY

SUSTENTABILIDADE

ECONOMIA / PÁG. A2

O presidente joga suas tropas contra o Congresso, querendo, ao final da quarentena, baixar de roteiro e a máscara. POLÍTICA / PÁG. A2

Há uma fera nas próximas páginas.

CADACHERY

SUSTENTABILIDADE

ECONOMIA / PÁG. A2

O presidente joga suas tropas contra o Congresso, querendo, ao final da quarentena, baixar de roteiro e a máscara. POLÍTICA / PÁG. A2

Há uma fera nas próximas páginas.

CADACHERY

SUSTENTABILIDADE

ECONOMIA / PÁG. A2

O presidente joga suas tropas contra o Congresso, querendo, ao final da quarentena, baixar de roteiro e a máscara. POLÍTICA / PÁG. A2

Há uma fera nas próximas páginas.

CADACHERY

SUSTENTABILIDADE

ECONOMIA / PÁG. A2

O presidente joga suas tropas contra o Congresso, querendo, ao final da quarentena, baixar de roteiro e a máscara. POLÍTICA / PÁG. A2

Há uma fera nas próximas páginas.

CADACHERY

SUSTENTABILIDADE

ECONOMIA / PÁG. A2

O presidente joga suas tropas contra o Congresso, querendo, ao final da quarentena, baixar de roteiro e a máscara. POLÍTICA / PÁG. A2

Há uma fera nas próximas páginas.

CADACHERY

SUSTENTABILIDADE

ECONOMIA / PÁG. A2

O presidente joga suas tropas contra o Congresso, querendo, ao final da quarentena, baixar de roteiro e a máscara. POLÍTICA / PÁG. A2

Há uma fera nas próximas páginas.

CADACHERY

SUSTENTABILIDADE

ECONOMIA / PÁG. A2

O presidente joga suas tropas contra o Congresso, querendo, ao final da quarentena, baixar de roteiro e a máscara. POLÍTICA / PÁG. A2

Há uma fera nas próximas páginas.

CADACHERY

SUSTENTABILIDADE

ECONOMIA / PÁG. A2

O presidente joga suas tropas contra o Congresso, querendo, ao final da quarentena, baixar de roteiro e a máscara. POLÍTICA / PÁG. A2

Há uma fera nas próximas páginas.

CADACHERY

SUSTENTABILIDADE

ECONOMIA / PÁG. A2

O presidente joga suas tropas contra o Congresso, querendo, ao final da quarentena, baixar de roteiro e a máscara. POLÍTICA / PÁG. A2

Há uma fera nas próximas páginas.

CADACHERY

SUSTENTABILIDADE

ECONOMIA / PÁG. A2

O presidente joga suas tropas contra o Congresso, querendo, ao final da quarentena, baixar de roteiro e a máscara. POLÍTICA / PÁG. A2

Há uma fera nas próximas páginas.

CADACHERY

SUSTENTABILIDADE

ECONOMIA / PÁG. A2

O presidente joga suas tropas contra o Congresso, querendo, ao final da quarentena, baixar de roteiro e a máscara. POLÍTICA / PÁG. A2

Há uma fera nas próximas páginas.

CADACHERY

SUSTENTABILIDADE

ECONOMIA / PÁG. A2

O presidente joga suas tropas contra o Congresso, querendo, ao final da quarentena, baixar de roteiro e a máscara. POLÍTICA / PÁG. A2

Há uma fera nas próximas páginas.

CADACHERY

SUSTENTABILIDADE

ECONOMIA / PÁG. A2

O presidente joga suas tropas contra o Congresso, querendo, ao final da quarentena, baixar de roteiro e a máscara. POLÍTICA / PÁG. A2

Há uma fera nas próximas páginas.

CADACHERY

SUSTENTABILIDADE

ECONOMIA / PÁG. A2

O presidente joga suas tropas contra o Congresso, querendo, ao final da quarentena, baixar de roteiro e a máscara. POLÍTICA / PÁG. A2

Há uma fera nas próximas páginas.

CADACHERY

SUSTENTABILIDADE

ECONOMIA / PÁG. A2

O presidente joga suas tropas contra o Congresso, querendo, ao final da quarentena, baixar de roteiro e a máscara. POLÍTICA / PÁG. A2

Há uma fera nas próximas páginas.

CADACHERY

SUSTENTABILIDADE

ECONOMIA / PÁG. A2

O presidente joga suas tropas contra o Congresso, querendo, ao final da quarentena, baixar de roteiro e a máscara. POLÍTICA / PÁG. A2

Há uma fera nas próximas páginas.

CADACHERY

SUSTENTABILIDADE

ECONOMIA / PÁG. A2

O presidente joga suas tropas contra o Congresso, querendo, ao final da quarentena, baixar de roteiro e a máscara. POLÍTICA / PÁG. A2

Há uma fera nas próximas páginas.

CADACHERY

SUSTENTABILIDADE

ECONOMIA / PÁG. A2

O presidente joga suas tropas contra o Congresso, querendo, ao final da quarentena, baixar de roteiro e a máscara. POLÍTICA / PÁG. A2

Há uma fera nas próximas páginas.

CADACHERY

SUSTENTABILIDADE

ECONOMIA / PÁG. A2

O presidente joga suas tropas contra o Congresso, querendo, ao final da quarentena, baixar de roteiro e a máscara. POLÍTICA / PÁG. A2

Há uma fera nas próximas páginas.

CADACHERY

SUSTENTABILIDADE

ECONOMIA / PÁG. A2

O presidente joga suas tropas contra o Congresso, querendo, ao final da quarentena, baixar de roteiro e a máscara. POLÍTICA / PÁG. A2

Há uma fera nas próximas páginas.

CADACHERY

SUSTENTABILIDADE

ECONOMIA / PÁG. A2

O presidente joga suas tropas contra o Congresso, querendo, ao final da quarentena, baixar de roteiro e a máscara. POLÍTICA / PÁG. A2

Há uma fera nas próximas páginas.

CADACHERY

SUSTENTABILIDADE

ECONOMIA / PÁG. A2

O presidente joga suas tropas contra o Congresso, querendo, ao final da quarentena, baixar de roteiro e a máscara. POLÍTICA / PÁG. A2

Há uma fera nas próximas páginas.

CADACHERY

SUSTENTABILIDADE

ECONOMIA / PÁG. A2

O presidente joga suas tropas contra o Congresso, querendo, ao final da quarentena, baixar de roteiro e a máscara. POLÍTICA / PÁG. A2

Há uma fera nas próximas páginas.

CADACHERY

SUSTENTABILIDADE

ECONOMIA / PÁG. A2

O presidente joga suas tropas contra o Congresso, querendo, ao final da quarentena, baixar de roteiro e a máscara. POLÍTICA / PÁG. A2

Há uma fera nas próximas páginas.

CADACHERY

SUSTENTABILIDADE

ECONOMIA / PÁG. A2

O presidente joga suas tropas contra o Congresso, querendo, ao final da quarentena, baixar de roteiro e a máscara. POLÍTICA / PÁG. A2

Há uma fera nas próximas páginas.

CADACHERY

SUSTENTABILIDADE

ECONOMIA / PÁG. A2

O presidente joga suas tropas contra o Congresso, querendo, ao final da quarentena, baixar de roteiro e a máscara. POLÍTICA / PÁG. A2

Há uma fera nas próximas páginas.

CADACHERY

SUSTENTABILIDADE

ECONOMIA / PÁG. A2

O presidente joga suas tropas contra o Congresso, querendo, ao final da quarentena, baixar de roteiro e a máscara. POLÍTICA / PÁG. A2

Há uma fera nas próximas páginas.

CADACHERY

SUSTENTABILIDADE

ECONOMIA / PÁG. A2

O presidente joga suas tropas contra o Congresso, querendo, ao final da quarentena, baixar de roteiro e a máscara. POLÍTICA / PÁG. A2

Há uma fera nas próximas páginas.

CADACHERY

SUSTENTABILIDADE

ECONOMIA / PÁG. A2

O presidente joga suas tropas contra o Congresso, querendo, ao final da quarentena, baixar de roteiro e a máscara. POLÍTICA / PÁG. A2

Há uma fera nas próximas páginas.

CADACHERY

SUSTENTABILIDADE

ECONOMIA / PÁG. A2

O presidente joga suas tropas contra o Congresso, querendo, ao final da quarentena, baixar de roteiro e a máscara. POLÍTICA / PÁG. A2

Há uma fera nas próximas páginas.

CADACHERY

SUSTENTABILIDADE

ECONOMIA / PÁG. A2

O presidente joga suas tropas contra o Congresso, querendo, ao final da quarentena, baixar de roteiro e a máscara. POLÍTICA / PÁG. A2

Há uma fera nas próximas páginas.

CADACHERY



Figura 5 – Capa 30 de maio de 2021.

Fonte: O Globo (2021).¹³

Quando se trata das manifestações de 29 de maio nas redes sociais, o pesquisador e cientista de dados Fabio Malini divulgou em seu perfil no Twitter o grafo relacionado ao uso da #29MForaBolsonaro na própria rede social. O pesquisador ainda esclarece que a hashtag obteve 202 mil participantes, com 1.828.048 postagens, sendo 841 mil retweets. O que chama a atenção no grafo é que a Mídia NINJA foi um dos principais atores do evento quando se fala em alcance e engajamento.

¹³ Disponível em: <https://portal.grupovirta.com.br/noticia/pdf.action?urlId=5lCpw3uuUphUFNTXM1drtN%2FVP9gs9T%2F-ZsrNnlPa3DrY%3D>. Acesso em: 8 ago. 2021.

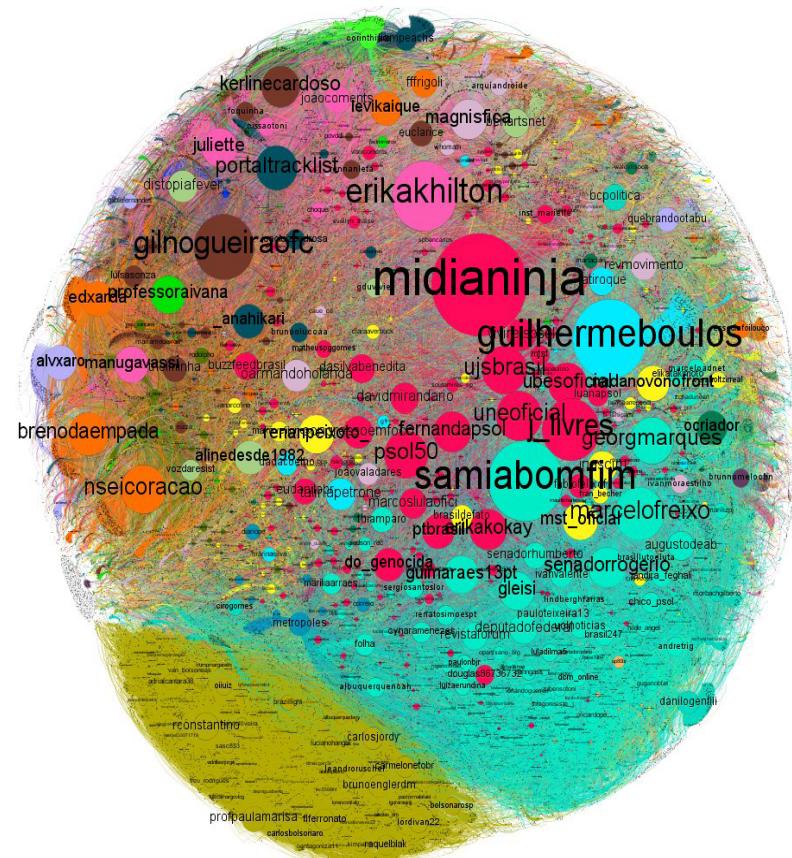


Figura 6 – Grafo #29MforaBolsonaro.

Fonte: Fabio Malini (2021).¹⁴

Após os atos, a repercussão principal foi justamente referente à cobertura adotada pelos veículos da grande mídia. Diversas postagens foram feitas, principalmente no Twitter, questionando os veículos da grande imprensa quanto aos atos. Essa cobertura mínima também se tornou instrumento de debate por parte de outros veículos e também observatórios da imprensa. Dentre os veículos, no El País foi publicado o artigo de opinião “A imprensa que ignora riscos para 2022”, no qual Cecília Olliveira comenta sobre as manifestações pelo país, a cobertura feita pelos veículos, principalmente os televisivos, e ainda destaca dados referentes ao exercício do jornalismo no país.

O Ranking da Liberdade de Imprensa, elaborado pela Repórteres sem Fronteiras, por exemplo, aponta que desde o início do Governo de Jair Bolsonaro o Brasil já caiu quatro posições. No Brasil de Fato foi publicado o texto “Após ‘esconder’ #29M, imprensa nacional dá destaque para protestos contra Bolsonaro” que trata justamente da reação às críticas

¹⁴ Disponível em: <https://twitter.com/fabiomalini/status/1398782282211762176?s=20&t=9aDT6j8TQ8pLXyRDXfvsOg>. Acesso em: 8 ago. 2021.

por parte dos veículos. Já a Repórter Brasil e o Observatório da Imprensa refletem de forma mais detalhada sobre a cobertura feita pelos veículos de jornalismo impresso e televisivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da observação é possível concluir que a Mídia NINJA desempenha um trabalho voltado em informar a sociedade de forma detalhada, indo ao contrário das coberturas feitas pelos veículos da grande mídia. Em uma sociedade em que os Direitos Humanos são questionados e violados, faz-se cada vez mais necessária a veiculação de informações de forma clara, objetiva e com linguagem acessível, àqueles que possuem o mínimo de conhecimento. Pensemos sempre na informação, como forma de liberação e inclusão daqueles que estão à margem da sociedade.

A democracia constantemente é ameaçada pelo autoritarismo que por vezes, emerge das profundezas e volta à tona, espalhando o medo de retornarmos a todo aquele período obscuro da ditadura militar. Dessa forma, concluímos que o papel social da Mídia NINJA é de relevância, por dar visibilidade aos movimentos sociais, legitimando narrativas que ficam excluídas da mídia tradicional.

REFERÊNCIAS

- AVAAZ. O Brasil está sofrendo uma infodemia de covid-19. **Avaaz**, 4 maio 2020. Disponível em: https://avaazimages.avaaz.org/brasil_infodemia_coronavirus.pdf. Acesso em: 4 ago. 2021.
- BRASIL. **Painel Coronavírus**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 3 set. 2021. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 7 ago. 2021.
- BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- CAPILÉ, Pablo. **Semana que vem...** Rio de Janeiro, 6 jun. 2013. Disponível em: <https://www.facebook.com/pablocapile>. Acesso em: 7 ago. 2021.
- CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- DUARTE, Márcia Yukiko Matsuuchi. Estudo de Caso. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.
- GROTH, Otto. **O poder cultural desconhecido**: fundamento da Ciência dos Jornais. Petrópolis: Vozes, 2011.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: Acesso à Internet e à Televisão e Posse de Telefone Móvel Celular. Brasília, DF: Pnad Contínua, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=downloads>. Acesso em: 5 ago. 2021.
- MÍDIA NINJA. Perguntas frequentes. **Mídia NINJA**, s.d. Disponível em: <https://midianinja.org/perguntas-frequentes/>. Acesso em: 7 ago. 2021.
- RECUERO, Raquel. **Redes sociais na Internet**. 1. ed. Porto Alegre: Sulina, 2009.

REUTERS INSTITUTE; UNIVERSITY OF OXFORD. Digital News Report: Brazil. **Digital News Report**, 2021. Disponível em: <http://www.digitalnewsreport.org/survey/2020/brazil-2020/>. Acesso em: 6 ago. 2021.

SAMPAIO, Lucas. Ranking da covid: como o Brasil se compara a outros países em mortes, casos e vacinas aplicadas. **O Globo**, 29 abr. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/04/29/ranking-da-covid-como-o-brasil-se-compara-a-outros-paises-em-mortes-casos-e-vacinas-aplicadas.ghtml>. Acesso em: 7 ago. 2021.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: porque as notícias são como são. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

WATTS, Jonathan. Brazil's ninja reporters spread stories from the streets 2014. **The Guardian**, 2013. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2013/aug/29/brazil-ninja-reporters-stories-streets>. Acesso em: 7 ago. 2021.

ECOS AFRO-ATLÂNTICOS: REINSCRIÇÕES DAS VOZES NEGRAS NA ATUALIDADE

Lucas Lustosa de Brito¹
Magno Medeiros²

RESUMO

A voz de pessoas negras é instrumento potente para a estruturação cultural na diáspora africana, tendo em vista que a transmissão ancestral por meio da oralidade foi, por muito tempo, a única forma de perpetuação de ritualidades, religiosidades e aspectos culturais. Reconhecendo que discurso e poder estão imbricados em uma perspectiva analítica, observa-se as relações entre diferenças e desigualdades resultantes de uma construção colonial e hegemônica, sobretudo quando ressaltadas relações racializadas. Este trabalho é fruto de observações enxergadas na dissertação de mestrado "Resistência, mídia e cidadania: narrativas negras no Programa Espelho do Canal Brasil" (BRITO, 2020) e busca apresentar uma reflexão acerca da enunciação discursiva de pessoas negras em diferentes contextos históricos, onde em um momento se observa a invisibilização de vozes escravizadas em um contexto de Brasil escravista e em outro momento é possível refletir o atual contexto, em que o intradiscorso ressalta na atualidade os meios de comunicação digital como nova alternativa para a reinscrição de vozes negras. Propõe-se então uma análise discursiva em Orlandi (2009) em que perspectivas interdiscursivas e intradiscursivas são base para uma análise contextualizada, utiliza-se também dos conceitos de subalternidade e enunciação em Spivak (2012). Especificamente, duas imagens são o objeto de análise deste artigo, sendo a primeira a gravura da escrava Anastácia, obra datada de 1839 de Étienne Arago, na qual é retratada a imagem de uma mulher negra escravizada utilizando a máscara de Flan-dres, imposta por escravistas, e que a impossibilitava de comer e dificultava a sua fala. A segunda imagem é da ativista e escritora negra Preta Rara, registrada pela fotógrafa Cibele Appes em 2017, em que Preta Rara segura um megafone, e com uma paleta de cores bastante vívidas

¹ Doutorando em Comunicação, na linha Mídia e Cidadania do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: lucaslustosab@gmail.com.

² Doutor pela USP, Professor Titular da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás. Pesquisador e docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos, ambos da UFG. E-mail: magno@ufg.br.

representa o seu papel no estímulo à denúncia de milhares de empregadas domésticas que sofriam exploração no ambiente de trabalho. As diferentes narrativas encontradas nas enunciações discursivas de ambas as personagens (Preta Rara e Anastácia) apontam pistas de que configurações comunicacionais em rede possibilitam a reinscrição de discursos negros na atualidade.

Palavras-chave: Discurso. Comunicação. Negritude. Raça. Diáspora.

AFRO-ATLANTIC ECHOES: REINSCRIPTIONS OF BLACK VOICES NOWADAYS

ABSTRACT

The voice of black people is a powerful instrument for cultural structuring in the African diaspora, considering that ancestral transmission through orality was, for a long time, a unique way of perpetuating rituals, religiosities and cultural aspects. Recognizing that discourse and power are intertwined in an analytical perspective, it is observed as relations between differences and special inequalities of a colonial and hegemonic construction, especially when racialized relations are highlighted. This work is the result of observations perceived in the master's thesis "Resistance, media and citizenship: black narratives in the Mirror Program of Canal Brasil" (BRITO, 2020) and seeks to present a reflection on the discursive enunciation of black people in different historical contexts, where at one time there is an invisibility of enslaved voices in a context of slavery Brazil and at another moment it is possible to reflect the current context, where the intradiscourse stands out currently, the digital media as a new alternative for the reinscription of black voices. It is then proposed a discursive analysis in Orlandi (2009) in which interdiscursive and intradiscursive perspectives are the basis for a contextualized analysis, it also uses the concepts of subalternity and enunciation in Spivak (2012). Specifically, two images are the object of analysis in this article, the first being the engraving of the slave Anastácia, a work dated from 1839 by Étienne Arago, which portrays the image of a black woman enslaved wearing a Flanders mask, imposed by slavers, and that made it impossible for her to eat and made it difficult for her to speak. The second image is of the black activist and writer Preta Rara, recorded by photographer Cibele Appes in 2017, where Preta Rara holds a megaphone, and with a very vivid color palette, she re-presents her role in encouraging the complaint of suffering exploitation in the environment

of job. The different narratives found in the discursive utterances of both characters (Preta Rara and Anastácia) point to clues that network communicational configurations enable the reinscription of black discourses nowadays.

Keywords: Discourse. Communication. Blackness. Race. Diaspora.

INTRODUÇÃO

A voz é potente instrumento que viabiliza e possibilita a comunicação na humanidade há bastante tempo, sendo a oralidade o caminho fundamental para a transmissão de saberes e perpetuação cultural. Em uma sociedade que há séculos diferencia sujeitos e estimula a prática de desigualdades, a categorização de existências que subsume todas e quaisquer manifestações de saberes repreendem e silenciam o "outro" em detrimento do "eu", o "oeste" em detrimento do "resto". Este trabalho é fruto de percepções observadas na dissertação de mestrado Resistência, mídia e cidadania: narrativas negras no Programa Espelho do Canal Brasil³ de Brito (2020).

Tendo em vista que todas as experiências que têm suas origens no continente africano foram silenciadas em um contexto de Brasil escravista, racista e eugenista, a cultura, religiosidade e ritualidades pan-africanas se estenderam em múltiplas práticas "quilombísticas" ao longo dos séculos. Os saberes encontraram na oralidade, caminho para a construção de uma ancestralidade afro-brasileira.

Entretanto, reconhecendo o lugar subalternizado em que a população negra ocupa no Brasil, o apagamento ancestral afro-brasileiro é uma prática cotidiana incessante. Tendo em vista esses processos que violentam a memória e silenciam vozes negras no Brasil, este trabalho propõe uma reflexão acerca dos aspectos discursivos das populações negras no Brasil, em específico, de mulheres negras.

A escolha representativa das mulheres negras, neste trabalho, observa duas imagens que estão distantes em um lapso temporal secular, e se distanciam também pela carga simbólica que carregam. A primeira imagem observada é a gravura da escrava Anastácia, que é registrada com uma mordaça, exprimindo de maneira literal a impossibilidade de falar, ou mesmo ser ouvida. A segunda imagem a ser observada é uma fotografia que registra a escritora Preta Rara com um megafone, referindo-se ao papel que ela ocupou ao apresentar, por meio de redes sociais digitais, a possibilidade de enunciação discursiva para empregadas domésticas que eram exploradas.

³ Dissertação defendida por Lucas Lustosa de Brito, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de mestre em 2020.

O objetivo deste artigo é apresentar reflexões acerca da importância da reinscrição da enunciação discursiva de pessoas negras em rede, a partir de um eixo histórico de falas subalternizadas. Para isto, a análise discursiva em Orlandi (2009) será utilizada para compreender aspectos de intra e interdiscursos presentes nos diferentes contextos encontrados nos objetos.

DIFERENÇA E DESIGUALDADE: DISCURSOS CONTRA-HEGEMÔNICOS

Em uma sociedade repleta de diferenças derivadas da multiplicidade étnica, cultural, de gênero, de classe, entre outras várias possíveis, compreender o potencial da comunicação na legitimação das desigualdades é urgente. Observar a diferença é necessário para reconhecer as diferentes trajetórias que circundam corpos subalternizados pela sua raça, promovendo desigualdades — racismos.

O entendimento das diferenças diante de determinados contextos de sociedade varia, pois, as percepções que pautam a diferença e a identidade partem de um resultado de construções simbólicas e discursivas que julgam o diferente a partir de um olhar hegemônico, estabelecendo relações e hierarquias de poder. As percepções acerca da diferença partem de pensamentos de teóricos pós-coloniais e diáspóricos que percebem uma dicotomização do mundo em *oriente* e *ocidente*, ou como Stuart Hall (1996) aponta, a dicotomia *West/Rest*, a qual privilegia-se o olhar do ocidente civilizado, polido e desenvolvido, e o oriente atrasado, insignificante e passível de colonização.

A identificação, segundo Hall (2014), está sujeita ao que Jacques Derrida coloca como *différence*. O conceito de *différence* parte de uma perspectiva discursiva que pressupõe a existência de binarismos estabelecidos em um contexto ocidental de sociedade, e que, segundo Sérgio Costa (2006) constituem a base das estruturas de dominação modernas, transformando as marcas identitárias em estanques e totalizantes.

Neste sentido, é necessário pensar o *ocidente* e *oriente* como lugares de enunciação, partindo da ideia de colonizador e do colonizado. Costa (2006) reforça dizendo que

O oriente do orientalismo, ainda que remete vagamente, um lugar geográfico, expressa mais propriamente uma fronteira cultural entre um “nós” e um “eles”, numa relação que produz e reproduz o outro como inferior (COSTA, 2006, p. 86).

O outro, sempre será carregado de significações e estereótipos que o *eu* abomina e discrimina.

Edward Said (2007) demonstra em sua obra *Orientalismo* uma perspectiva bem definida do *oriente como invenção do ocidente* em que o sujeito ocidental delimita de maneira arbitrária o oriental como o "outro", o que o distancia da "realidade universal".

Em outras palavras, essa prática universal de designar mentalmente um lugar familiar, que é o "nossa", e um espaço não familiar além do "nossa", que é o "deles", é um modo de fazer distinções geográficas que pode ser inteiramente arbitrário. Uso a palavra "arbitrário" neste ponto, porque a geografia imaginativa da variedade "nossa terra — terra bárbara" não requer que os bárbaros reconheçam a distinção. Basta que "nós" tracemos essas fronteiras em nossas mentes; "eles" se tornam "eles" de acordo com as demarcações, e tanto o seu território como a sua mentalidade são designados como diferentes dos "nossos" (SAID, 2007, p. 91).

Andreas Hofbauer (2011) apresenta um entendimento de diferenças que colocam hierarquias de poder e perspectivas hegemônicas de modo dual, diante da possibilidade de atrelamento do conceito de desigualdade.

Quais diferenças são vistas como justas e quais como injustas frequentemente varia, porém, entre as sociedades. Existem, evidentemente, também disputas internas a respeito de tais avaliações. Geralmente há, no entanto, algumas concepções que se impõem como discursos hegemônicos e que buscam explicar e justificar certas diferenças como benignas para a coesão e a integridade do corpo social, bem como condenar outras como socialmente malignas ou imorais, que podem vir a ser identificadas e reprovadas como "desigualdade" (HOFBAUER, 2011, p. 71-72).

Entendendo estas construções discursivas que subjugam o *outro*, e promovem desigualdades no contexto social, é fundamental observar a raça como uma diferença e o racismo como uma forma de impulsionar as desigualdades no Brasil. A sociedade brasileira reafirma os aspectos de um paraíso racial em que as desigualdades são justificadas pelo olhar em que se valoriza o mérito individual ante as diferenças, Kabengele Munanga explicita o aspecto problemático deste cenário, dizendo que "A perpetuação do preconceito racial em nosso país revela a existência de um sistema social racista que possui mecanismos para produzir as desigualdades raciais dentro da sociedade" (MUNANGA; GOMES, 2004, p. 182).

As práticas discursivas que ampliam a percepção social da pessoa negra como cidadã de segunda ordem se desdobram no cotidiano de maneira velada e inconspícua e reverberam no imaginário popular sendo naturalizadas, e estabelecendo uma relação de manutenção perene ao racismo. Porém, a lente através da qual grande parte dos brasileiros enxergam discursos carregados de racismo, é a mesma lente ajustada à ótica *freyriana* que atribui cordialidade racial e democracia social ao contexto de Brasil, filtro este que qualifica o racismo institucional e estrutural que orienta a sociedade.

Sueli Carneiro (2011) reforça ainda que pensar estes racismos que sucumbem ao discurso do dia a dia como inofensivos, acabam por colocar a pessoa negra como enfadonha e melindrosa, desqualificando o ato racista.

Em geral, esses atos são minimizados pela opinião pública como uma frase infeliz, sem intenção discriminatória, de acordo com a nossa tradição de mascarar o racismo e o preconceito presentes na sociedade. Mais recentemente, diz-se que os negros brasileiros estão ficando muito “melindrosos” e vendo racismo em tudo. Afinal, sempre toleraram sem problemas “essas brincadeiras” que, no máximo, podem ser consideradas de mau gosto, jamais racistas. Atribui-se também esse melindre à influência dos negros norte-americanos. Deve ser a globalização! Ou talvez seja simplesmente a consciência negra sobre as variadas manifestações de racismo que esteja aumentando no Brasil (CARNEIRO, 2011, p. 125).

No Brasil, a identificação da população negra é reduzida a uma concepção discursiva que a subjuga. Quando surge a possibilidade de reafirmar o contrário, o discurso se volta para narrativas de representação social que recaem sobre o jogador de futebol — caso seja um homem negro — ou de uma sambista — caso seja uma mulher negra. Colocar a pessoa negra em um contexto de *différence* que a situe em uma posição de *vitoria* ainda está bem distante dos contextos reconhecidos como sucesso para pessoas brancas, os quais o prestígio social é relegado para além do samba e do futebol.

Ari Lima (2001) quando aborda a dificuldade de legitimação de intelectuais negras e negros na sociedade brasileira e aponta uma associação entre esta dificuldade e as narrativas sociais e históricas estabelecidas para o lugar que pessoas negras vitoriosas *devem ocupar*, ao afirmar que:

Vitoriosos subalternos, sem nada a declarar uma vez que seus corpos são uma verdade visceral de ensimesmada eloquência. Se masculino e sujeito, é uma potência individualizada, encerrada em um só homem negro. Se feminino, é uma representação coletiva, politicamente estéril, descompromissada com o gênero tanto quanto com a raça. Mas existe um outro Brasil possível para os negros além do samba e do futebol? (LIMA, 2001, p. 282).

E partindo desta representação sobredeterminada da população negra no Brasil, Lima (2001) ainda apresenta o seu olhar acerca da pessoa negra no meio acadêmico brasileiro, lugar este que é pautado por pensamentos de pesquisadores eurocentrados e perspectivas epistêmicas que marginalizam o olhar do *outro*. Dentro da academia os pontos de vista que buscam descentrar o pensamento acadêmico altamente colonialista, sofrem com o que passa a ser conhecido como racismo científico.

METODOLOGIA

Para compreensão das dinâmicas sociais que implicam os locais de enunciação do discurso, bem como a validação das vozes de pessoas negras, este trabalho tem natureza qualitativa com foco em análise discursiva em Orlandi (2009).

As perspectivas discursivas apontadas por Orlandi (2009) ressaltam a variabilidade de sentidos e interpretações do que está sendo dito, entendendo que o discurso é a palavra em curso em um rio caudaloso de águas renováveis, que é composto pelas várias composições históricas, ideológicas que a linguagem estabelece. Compreendendo a força do discurso midiático face às dispersões em que os discurso dos menos privilegiados assumem nesta esfera, é preciso estar atento às possibilidades que o discurso pode manifestar, uma vez que a fala é privilégio de poucos, como Spivak (2012) afirma.

A análise proposta em Orlandi (2009) delimita a linguagem como um aspecto preponderante para produzir discurso, ela se afasta da questão gramatical e morfológica. O objetivo é analisar o trajeto que a linguagem faz, partindo do ser humano e seu potencial de produzir sentido por meio do discurso, a linguagem e seu potencial de alteridade.

A análise de discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interesse. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando (ORLANDI, 2009, p. 15).

A ideologia posta em um discurso deve ser analisada em âmbitos de interdiscurso e intradiscurso, tendo que o interdiscurso é a parte do discurso que já está posta, que está na memória do sujeito ou demonstrada historicamente, sendo esta a parte constituinte do discurso. O intradiscurso é a formulação do sentido a partir do contexto atual, "aquilo que estamos dizendo no momento dado, nas condições dadas" (ORLANDI, 2009, p. 33).

Reconhecendo que este trabalho propõe observar duas possibilidades discursivas que se separam em um hiato temporal, a análise do discurso em Orlandi (2009) se incorpora como uma possibilidade analítica importante para a compreensão comparativa entre a voz silenciada de Anastácia, na obra de Jacques Etienne Argo, e na atual imagem de Preta Rara, captada por Cibele Appes.

ECOS AFRO-ATLÂNTICOS: REINSCRIÇÕES DAS VOZES NEGRAS NA ATUALIDADE

A urgência da voz da pessoa negra assumir-se como instrumento de agenciamento é também chave estruturante para uma nova construção epistêmica, entretanto os saberes afro-atlânticos atravessados por lentes hegemônicas que os invisibilizam e subcategorizam, assim como aponta Lima (2001).

Entretanto, quando ciente da sua subalternidade, o intelectual negro saberá dos limites da sua fala uma vez que antes de ser agente reflexivo é “objeto científico”. Saberá que se sua consciência subalterna lhe autoriza a falar sobre a diferença negra no Brasil, por outro lado, espreita seu grau de incorporação de uma “objetividade” científica universal, de ajuste a tropos e apelos disciplinares (LIMA, 2001, p. 282).

O processo de invisibilização de narrativas subjugadas perpassa em diversos âmbitos da vida social da população negra. Os silenciamentos que atingem pessoas negras enquanto produtores de saberes ignoram as suas existências, uma vez que, segundo Spivak (2012), eles são vistos como sujeitos transparentes diante do reconhecimento de suas produções. O sentimento de insurgência acerca da desigualdade apontadas por Lima (2001, p. 282), reconhecidas em grande parte como discurso de militância, não deveriam se distanciar das perspectivas do “S/sujeito”, anunciados em Spivak (2012) acerca da possibilidade de os oprimidos e subalternos poderem levantarem voz sobre si mesmos.

Isso reintroduz o sujeito constitutivo em pelo menos dois níveis: o Sujeito de desejo e poder como um pressuposto metodológico irredutível; e o sujeito do oprimido, próximo de, senão idêntico, a si mesmo. Além disso, os intelectuais, os quais não são nenhum desses S/sujeitos, tornam-se transparentes nessa “corrida de revezamento”, pois eles simplesmente fazem uma declaração sobre o sujeito não representado e analisam (sem analisar) o funcionamento do (Sujeito inominado irredutivelmente pressuposto pelo) poder e do desejo (SPIVAK, 2012, p. 44).

Entendendo o olhar crítico acerca do silenciamento histórico da população negra e sua consequente falta de protagonismo, as perspectivas em Gayatri Spivak (2012) sobre a impossibilidade de o subalterno assumir voz, ser ouvido, e ter seu devido lugar diante da sua produção discursiva estimula uma reflexão acerca da possibilidade da voz negra ser instrumento de seu agenciamento.

Djamila Ribeiro (2018) entende que há a necessidade de as “minorias” assumirem a sua voz e reivindicarem o seu lugar de fala, uma vez que o olhar hegemônico reforça narrativas de vivência que as desqualifica. Kilomba (2012) ao falar da máscara que sela a boca da imagem da escrava Anastásia (figura 2), reforça a ideia de que a voz subalternizada da pessoa negra é silenciada:

Há um medo apreensivo de que, se o sujeito colonial falar, o colonizador terá que escutar. Ele/ela seria forçado a um confronto desconfortável com as verdades dos *Outros*. Verdades que foram reprimidas e mantidas em silêncio, como segredos. Eu gosto dessa frase *quieto na medida em que é forçado a*. Essa é uma expressão das pessoas da Diáspora africana que anuncia como alguém está prestes a revelar o que se supõe ser um segredo. Segredos como a escravidão. Segredos como o colonialismo. Segredos como o racismo (KILOMBA, 2012, p. 20).



Figura 1 – Castigo de Escravos – Escrava Anastácia.

Fonte: Museu Afro Brasil. Jacques Etienne Arago, 1839.

Analisando — em específico — a posição da mulher negra na sociedade brasileira, Luiza Bairros (1995, p. 462) influenciada pelo olhar de Patricia Hill Collins (1986) ainda reforça que o lugar ocupado pelas empregadas domésticas contempla a rica percepção social do feminismo negro e é potente instrumento de reflexão e de ação política. Na contramão da expectativa social de silenciamento representada pela imagem da escrava Anastácia, a voz das empregadas domésticas pode se amplificar articulando novas perspectivas se observado o exemplo da página “eu empregada doméstica” da rede social Facebook.

Lyzyê Inácio Almeida (2019, p. 94, 95) relata o fenômeno que partiu da iniciativa de Joyce Fernandes, também conhecida por Preta Rara, que propôs nas redes que empregadas domésticas relatassesem fatos ocorridos durante o exercício da função de empregada doméstica, e ao fim da postagem fixassem a hashtag #EuEmpregadaDoméstica com o intuito de dar vazão a esses relatos por vezes silenciados. No dia seguinte à proposta de Preta Rara, seu perfil contava com 20 mil seguidores, o que a fez criar uma página específica, que atualmente conta com mais de 163 mil seguidores.

Pensar em estratégias de resistência que atuem promovendo voz e protagonismo, contribuem para reconfigurar as perspectivas de silenciamento da população negra antes cristalizadas na imagem da escrava Anastácia. Almeida (2019) ainda conclui que:

Presentemente, a luta continua de forma atualizada tendo em vista a chegada das redes sociais e outras tecnologias, deixando para trás o passado da fuga e procurando agora serem vistas e ouvidas. Como a escravidão de tempos passados, que não se fundava apenas na violência física, continua de forma remodelada sentindo na pele as trabalhadoras domésticas, o quilombo também atuará no futuro (ALMEIDA, 2019, p. 133).



Figura 2 – Preta Rara.

Fonte: Fotografia por Cibele Appes (2017).

Mas para desconstruir os discursos que subalternizam e subestimam é necessário rearticular as percepções desiguais acerca do *outro*. Durante mais de quinhentos anos de história colonial no Brasil, as percepções hegemônicas suprimiram as diferenças culturais, dando espaço para uma unificação da linguagem, padrões de alfabetização universais forjando uma cultura homogênea, como apresenta Hall (1996, p. 30), fatores esses que postulam uma identidade nacional unívoca.

As construções simbólicas acerca da população negra brasileira estabelecem percepções estereotipadas que, através dos meios de comunicação, a desqualifica e a coloca em posições secundárias e inferiores. A disseminação do estereótipo que atribui a pessoas negras status de subalternidade, toma força com a televisão brasileira, uma vez que esta é reconhecida no contexto nacional como uma grande plataforma de influência da opinião pública. Da Silva e Rosemberg (2008, p. 74) ainda dispara que “a mídia participa da sustentação e produção do racismo estrutural e simbólico, uma vez que produz e veicula um discurso que naturaliza a superioridade branca, acata o mito da democracia racial e discrimina os negros”.



Figura 3 – Campanha publicitária racista da cerveja Devassa.

Fonte: Portal Uol (2013).⁴

Como aporte teórico crítico acerca das desigualdades simbólicas observadas na mídia brasileira, emergem aqui os estudos Latino-Americanos de Comunicação. Os Estudos Latino-Americanos de Comunicação se embasam em aspectos apresentados pelos Estudos Culturais quando questionam a cultura hegemônica que, na América-Latina, remontam aspectos da cultura europeia e estadunidense. Desta forma, os estudiosos reconheceram a necessidade de ressaltar o que se entende como *cultura de baixo*, corroborando com a perspectiva gramsciana que contesta a hegemonia cultural diante da dominação ideológica de classes. Martín-Barbero (2015), em seu livro *Dos Meios às Mediações*, apresenta um capítulo que questiona a cultura como espaço de hegemonia, estabelecendo apontamentos que demonstram que a valorização da cultura hegemônica subalterniza a cultura popular.

⁴ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/10/1352152-propaganda-da-cerveja-devassa-e-considerada-abusiva-e-pode-ser-multada-em-r-6-milhoes.shtml>. Acesso em: 10 jul. 2018.

Quer dizer que frente a toda tendência culturalista, o valor do popular não reside em sua autenticidade ou em sua beleza, mas sim em sua representatividade sociocultural, em sua capacidade de materializar e expressar o modo de viver e pensar das classes subalternas, as formas como sobrevivem e as estratégias através das quais filtram, reorganizam o que vem da cultura hegemônica, e o integram e fundem com o que vem de sua memória histórica (MARTÍN-BARBERO, 2015, p. 105).

Assumir os Estudos Culturais Latino-Americanos como aparatos teóricos para repensar os processos comunicacionais no Brasil é importante para entender os contextos históricos marcados por séculos de subalternização e subestimação das chamadas *minorias* por meio de discursos hegemônicos, em uma perspectiva que privilegie estudos feitos pelos latinos e para os latinos. As lutas das minorias apresentam uma origem histórica que perpassa por processos de resiliência e a necessidade de visibilidade é uma forma de resistir diante do discurso hegemônico.

Os olhares e vivências que as *minorias* trazem em suas trajetórias devem ser representadas a partir das suas próprias percepções, uma vez que os produtos midiáticos assumem papel de janela para construções ideológicas. Entendendo o poder da comunicação e da mídia como instrumentos de agência cidadã, e como estruturante no processo de reconhecimento social, uma maior representatividade midiática que não marginalize e silencie a população negra é urgente, Araújo (2004) reforça esta percepção ao dizer que:

A discussão sobre políticas afirmativas e promoção dos afro-brasileiros deve, portanto, enfrentar a invisibilidade e os estereótipos negativos sobre o povo negro, que também faz parte da história da televisão brasileira. A promoção da autoestima ainda é uma das ações fundamentais para qualquer liderança antirracista (ARAÚJO, 2004, p. 77).

Em um país marcado por um pensamento colonialista que possui traços de uma sociedade escravocrata, entender que discursos racistas estão permeados desde o vocabulário popular, até campanhas publicitárias e em programas televisivos, estimula que haja uma resistência aos produtos midiáticos que tanto reforçam estas ideologias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é possível pensar em enunciações discursivas sem considerar as relações de poder nas quais elas estão envolvidas. Em um contexto social em que as diferenças estão ligadas diretamente a desigualdades, as diferentes narrativas se encontram subseccionadas em um espectro hierarquizante, em que o poder ecoa vozes e discursos e a falta dele invisibiliza e silencia.

A escravidão — aspecto intrínseco ao se pensar na trajetória da população negra no Brasil — deixou inúmeras e estruturais marcas nos contextos de sociabilidade observados

até os dias de hoje. O silenciamento e apagamento é uma das marcas mais perniciosas. Como dar falta daquilo que não se vê?

Quando Gayatri Spivak (2012) lança a questão título de sua obra “Pode o subalterno falar?”, ela estimula a reflexão acerca de quais vozes são autorizadas e consideradas em um contexto social mediado pelo poder. As vozes negras são inúmeras e há séculos bradam a necessidade de se fazerem ouvidas, encontrar vazão nas redes para elevar discursos subjugados outrora é possibilidade estruturante para uma reconfiguração e reinscrição das vozes negras.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. **Eu empregada doméstica**: narrativas, sentidos e significados na luta pela efetivação de direitos das trabalhadoras domésticas no Brasil. 2019. 182 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.
- ARAÚJO, Joel Zito. **A negação do Brasil**: o negro na telenovela brasileira. 2. ed. São Paulo: Editora Senac, 2004.
- BAIRROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, 1995.
- BRITO, Lucas L. **Resistência, mídia e cidadania**: narrativas negras no Programa Espelho do Canal Brasil. 2020. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Informação e Comunicação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexism e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- COLLINS, Patricia Hill. Learning from the Outsider Within: The Sociological Significance of Black Feminist Thought. **Social Problems**, [s. l.], v. 33, n. 6, p. S14-S32, 1986.
- COSTA, Sérgio. **Dois Atlânticos**: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz T. (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2014.
- HALL, Stuart (org.). **Modernity**: an introduction to modern societies. Malden: Blackwell, 1996.
- HOFBAUER, Andreas. Cultura, diferença e (des)igualdade. **Contemporânea**: Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, 2011, n. 1, p. 69-102, 2011.
- KILOMBA, Grada. **Plantation Memories**: Episodes of Everyday Racism. Münster: Unrast Verlag, 2012. Disponível em: <https://goo.gl/w3ZbQh>>. Acesso em: 10 jul. 2018.
- LIMA, Ari. A legitimação do intelectual negro no meio acadêmico brasileiro: Negação de inferioridade, confronto ou assimilação intelectual? **Afro-Ásia**, Salvador, v. 25-26, p. 281-312, 2001.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.
- MUNANGA, K.; GOMES, N. L. **Para entender o negro no Brasil de hoje**: História, realidades, problemas e caminhos. São Paulo: Global, 2004. (Coleção Viver, Aprender).
- ORLANDI, Eni. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2009.
- RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SILVA, P. V. B. da; ROSEMBERG, F. **Brasil**: lugares de negros e brancos na mídia. Racismo e discurso na América Latina. São Paulo: Contexto, 2008. p. 73-117.
- SPIVAK, Gayatri C. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

A ESFERA PÚBLICA BRASILEIRA SUBALTERNIZADA: A ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DIANTE DOS ATUAIS CONTEXTOS DIGITAIS

Milena dos Santos Marra¹

Lucas Lustosa de Brito²

Magno Medeiros³

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo refletir se o papel desempenhado por movimentos sociais brasileiros possibilita a configuração de uma esfera pública contra hegemônica e quais são as suas implicações para a redução da assimetria comunicacional entre os cidadãos. Em um contexto de múltiplas frentes virtualizadas de movimentos sociais que articulam suas demandas, é possível enxergar no midiativismo possibilidades de agenciamento cidadão para populações subalternizadas. Diante das mais diversas relações de poder, os movimentos sociais — que possuem pautas, lutas, especificidades e historicidades próprias — suscitam a conexão em rede, estabelecendo novas possibilidades de interação entre indivíduos, instituições e poderes. Os movimentos sociais que buscam articular de maneira unificada as suas pautas no espaço *offline*, estimulam que pessoas que coadunam com as pautas dos movimentos elevem, a partir das redes, noções acerca das diferenças. Além disso, diante das ações desenvolvidas pelos diversos movimentos sociais brasileiros no âmbito dos contextos digitais, cabe questionar: Que tipo de esfera pública tem sido construída por esses movimentos? E, desta forma, refletir sobre a efetividade destes espaços enquanto ambientes legitimamente democráticos e plurais, tendo em vista que múltiplos são os fatores necessários para que se configure uma esfera pública cuja participação da sociedade civil organizada seja de fato reconhecida. Para isso, lança-se mão da pesquisa bibliográfica em Gil (2008) como método, utiliza-se um núcleo teórico que discute os processos tecnológicos

¹ Mestra pela linha Mídia e Cidadania do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: milena.bmarra@gmail.com.

² Doutorando em Comunicação, na linha Mídia e Cidadania do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: lucaslustosab@gmail.com.

³ Doutor pela USP, Professor Titular da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás. Pesquisador e docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos, ambos da UFG. E-mail: magno@ufg.br.

(RODRÍGUEZ, 2009), os conceitos de esfera pública (HABERMAS, 1984), de esfera pública subalterna (FRASER, 1992; PERLATTO, 2015), reconhecendo as possibilidades discursivas a partir subalternidade em Spivak (2012) e perspectivas acerca das potencialidades dos movimentos sociais (CASTELLS, 2013). Por fim, considera-se que ainda há um privilégio das narrativas hegemônicas em detrimento das pressupostas subalternizadas, estabelecendo uma relação de assimetria estruturante na tessitura social.

Palavras-chave: Comunicação. Movimentos Sociais. Virtualização. Cidadania. Esfera Pública.

THE BRAZILIAN SUBALTERN PUBLIC SPHERE: THE PERFORMANCE OF SOCIAL MOVEMENTS IN THE FACE OF THE CURRENT DIGITAL CONTEXTS

ABSTRACT

This article aims to reflect whether the role played by Brazilian social movements enables the configuration of a counter-hegemonic public sphere and what are its implications for the reduction of communicational asymmetry among citizens. In a context of multiple virtualized fields of social movements that articulate their demands, it is possible to see in the media activism possibilities of citizen agency for subalternized populations. In view of the most diverse power relations, social movements — which have their own agendas, struggles, specificities and historicities — raise the network connection, establishing new possibilities of interaction between individuals, institutions and powers. The social movements that seek to articulate their agendas in the offline space in a unified way, encourage people who fit with the agendas of movements to — through social networks — to come up with ideas about differences. Moreover, given the actions developed by the various Brazilian social movements in the context of digital contexts, it is necessary to question: What kind of public sphere has been constructed by these movements? And, thus, reflect on the effectiveness of these spaces as legitimately democratic and plural environments, considering that multiple factors are necessary to configure a public sphere whose participation of organized civil society is indeed recognized. Bearing that on mind, bibliographical research is used (GIL, 2008) as a method, we use a theoretical core that discusses technological processes (RODRÍGUEZ, 2009), the concepts of the public sphere (HABERMAS, 1984), of subordinate public sphere (FRASER, 1992; PERLATTO, 2015), recognizing the discursive possibilities from subalternity in Spivak (2012) and perspectives about the potentialities of social movements

(CASTELLS, 2013). Finally, it is considered that there is still a privilege of hegemonic narratives to the detriment of subalternized prespurs, establishing a relationship of structuring asymmetry in the social structure.

Keywords: Communication. Social Movements. Virtualization. Citizenship. Public Sphere.

INTRODUÇÃO

Diante da complexidade das crises políticas, econômicas e sociais enfrentadas pela sociedade contemporânea, há uma pluralidade de mobilizações sociais que ganham forças tendo como *locus* principal de atuação o ambiente virtualizado. A ressignificação do ambiente digital por movimentos sociais e suas respectivas construções de esferas públicas paralelas às tradicionais estimulam uma nova configuração de suas demandas. Marcadas por estabelecer uma relação crítica à mídia tradicional, as mobilizações em rede apontam para uma nova realidade de ativismo, buscando visibilidade e capilaridade com usuários que compartilham das mesmas demandas.

Castells (2013, p. 9) explica que essa onda de indignação e esperança representa, sobretudo, a articulação de mentes, a criação de significados e a contestação de poder. Isso porque o desprezo à capacidade de mobilização via âmbito digital era comum até meados de 2009, acreditava-se que a mobilização social e a transformação social só eram possíveis com as práticas presenciais já conhecidas mundialmente. O autor ainda cita que os movimentos sociais vieram para quebrar os paradigmas nesse contexto, pois se apresentaram de forma autônoma, sem nenhuma liderança e organização formal, reservando suas assembleias, deliberações, debates coletivos e tomadas de decisão para a internet. Ele cita que:

De início, eram uns poucos, aos quais se juntaram centenas, depois se formaram redes de milhares, depois ganharam o apoio de milhões, com suas vozes e sua busca interna de esperança, confusas como eram, ultrapassando as ideologias e a publicidade para se conectar com as preocupações reais de pessoas reais na experiência humana real que fora reivindicada (CASTELLS, 2013, p. 10).

Castells (2013) explica que esse movimento via internet era uma demonstração da crise real mundial e dos problemas existentes na sociedade contemporânea. São manifestações de indignação por uma sociedade injusta e de uma comunidade política não democrática e trouxeram uma esperança de um futuro melhor: com a redução das relações de poder financeiro, político ou cultural. Segundo o autor (2013):

Começou nas redes sociais da internet, já que estas são espaços de autonomia, muito além do controle de governos e empresas, que, ao longo da história, haviam monopolizado os canais de comunicação como alicerces de seu poder. Compartilhando dores e esperanças no livre espaço público da internet, conectando-se entre si e concebendo projetos a partir de múltiplas fontes do ser, indivíduos formaram redes, a despeito de suas opiniões pessoais ou filiações organizacionais. Uniram-se (CASTELLS, 2003, p. 10).

Importante ressaltar que, atualmente, cerca de 74,9% dos domicílios brasileiros utilizam a *internet* como forma de comunicação⁴, representando uma alta de 5,6 pontos percentuais de 2016 a 2017, conforme estudo realizado pelo IBGE que investiga o acesso à Internet e à televisão, além da posse de telefone celular para uso pessoal. Cabe ressaltar o potencial efetivo de visibilidade que os meios de comunicação oferecem aos usuários, sejam cidadãos comuns autônomos, sejam movimentos sociais. "Certamente, os meios de comunicação retiram da condição de invisibilidade várias demandas, proposições e atores, exercendo entre eles uma função mediadora" (MARQUES, 2008, p. 31). Conforme a autora:

Tal função adquire relevância especialmente se pensarmos que a visibilidade se pensarmos que a visibilidade promovida pelos *media* é importante não só para os atores situados nas arenas centrais do sistema político, mas também para os grupos e atores que fazem parte de sua periferia. Os atores coletivos organizados em movimentos sociais, principalmente, conseguem divulgar, através dos *media* (sobretudo alternativos), suas questões e fazer com que elas se insiram em esferas públicas de discussão e debate (MARQUES, 2008, p. 31).

A retórica da emancipação contra os interesses consolidados por meio da tecnologia se dá diante da descrença pós-moderna em relação às instituições, sistemas jurídicos, políticos e regimes governamentais, tidos como corruptos e servidores de interesses escusos e ineficientes. A lógica neoliberal, na qual o cidadão é minimizado pela figura onipresente do consumidor, utiliza em seu discurso a internet como elemento descolado da ineficiência estatal e da corrupção, uma ilha de boas práticas, ideias e transparência que o poder público não consegue dar conta.

A partir da nova dinâmica social de um modelo de produção e consumo de informação que passa a acontecer no mundo virtual, a internet assume papel cada vez mais relevante no debate público. No entanto, a ausência de uma espécie de "credibilidade epistêmica" dos veículos de comunicação da rede, atrelados à política da desinformação, acaba por gerar um "estado de insalubridade da opinião pública com efeitos sócio-políticos", por vezes irreparáveis (FERREIRA, 2018).

4 Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (Pnad) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicílios_continua/Anual/Acesso_Internet_Televisão_e_Posse_Telefone_Móvel_2018/Analise_dos_resultados_TIC_2018.pdf. Acesso em: 22 abr. 2022.

Segundo Mainieri (2016), além de impulsionar as coletividades, a função mediadora que a internet “cada vez mais possibilita ao indivíduo auto representar-se e relacionar-se com os outros e, desse modo, integrar-se à sociedade” (MAINIERI, 2016, p. 37). Ele explica que a internet oferece, sobretudo, “uma possibilidade de ampliação das formas de expressão da sociedade e, consequentemente, uma maior pluralidade” (MAINIERI, 2016, p. 40).

Em contrapartida, é válido ressaltar que o ideal empreendido em Lévy (2014, p. 130) acerca de uma comunidade virtual com “netiqueta” e a lógica de sociabilidade democrática se dissolve em um contexto de práticas de assimetrias virtualizadas no contexto atual. As mobilizações em rede encontram alto potencial de adesão e também podem encontrar usuários que deslegitimam as demandas pautadas a partir da diferença.

Vale reforçar também que a lógica de produção das plataformas de sociabilidade virtualizada emergem de uma realidade hegemônica, contemplando em diversos momentos ideais que não acionam a polifonia que tanto pregam. Tarcizio Silva (2020) pesquisador que estuda o Racismo Algorítmico em redes aponta, por exemplo, lógicas algorítmicas racistas nas redes utilizadas, muitas das vezes, pelo ativismo virtual antirracista. O autor estabelece um estudo de como a lógica de produção algorítmica das redes estabelece padrões racistas e como isso se concretiza em micro agressões em usuários que não são reflexo do padrão hegemônico que se encaixa nas redes.

Portanto, é importante reconhecer o ambiente on-line como um espaço virtualizado propício para engajamento social, entretanto, é importante reconhecer que as plataformas digitais, bem como a tessitura social *offline*, emergem a partir de estruturas baseadas na exclusão e no consumo.

METODOLOGIA

Para esta proposta de trabalho, propõe-se enquanto metodologia pesquisa bibliográfica. Gil (2008, p. 45) aponta que “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. Portanto, a observação de fenômenos que desenham no espectro comunicacional possibilidades de práticas cidadãs, propicia que o estudo, em diálogo com diferentes autores, avance na discussão proposta.

A CONSTRUÇÃO DE UMA ESFERA PÚBLICA SUBALTERNA

De início, em relação à esfera pública, ressalta-se que a classe burguesa e os espaços públicos em que se reunia para dialogar caracterizam a origem desse conceito. Segundo

Marques (2008), foram nesses espaços que “os integrantes dessa classe se reuniram publicamente para argumentar e expressar razões e juízos acerca de questões de problemas relativos à comunidade” (MARQUES, 2008, p. 24).

Em um contexto inglês do século 1848, Engels (2008) já apontava que a ascensão da classe burguesa depende, necessariamente, da disponibilidade de espaços para a participação política de outros segmentos e que, ainda assim, isso não caracteriza uma democracia efetiva. A classe burguesa precisa de apoio político para consolidar seus interesses diante das arenas deliberativas e, portanto, não se opõe a uma pequena participação de outras classes, especialmente quando estas ameaçam suas condições econômicas e políticas. Ele explica que “em todas as lutas, a burguesia se vê forçada a apelar para o apoio de outras classes e arrastá-lo para a arena política” (ENGELS, 2008, p. 24).

Considerando as especificidades do contexto inglês e do antagonismo das classes característico desse período, é preciso considerar que: historicamente, os segmentos da população mais privilegiados dominam as decisões políticas de toda uma coletividade à margem. No Brasil, a sociedade construiu-se como altamente excludente. Segundo Perlatto (2015), foi também marcada pelo desprezo à educação e ao trabalho manual (tido como um trabalho inferior em relação aos tradicionais).

Desde a Independência, permitiu a edificação da noção de que apenas alguns seletos seriam aptos a operar na esfera pública, organizando o debate público e instituindo o campo semântico em que ele se deu, selecionando temas e constituindo interlocutores legítimos (PERLATTO, 2015, p. 7).

Perlatto (2015) ressalta que mesmo no Brasil, as elites tendem a excluir e segmentar a população, cooptando-a quando for conveniente aos seus interesses. Segundo o autor, pode-se dizer que de acordo com a formulação de Habermas sobre a esfera pública, outras esferas públicas na sociedade são desconsideradas: pode-se citar

[...] as constituídas por segmentos como os operários e as mulheres que, não obstante excluídos da esfera pública burguesa, formularam discursos e participaram de diferentes maneiras dos debates sobre questões públicas (PERLATTO, 2015, p. 8).

Deve-se levar em consideração que esses fatores de desigualdade em relação à participação política e ao processo de deliberação impactam diretamente o entendimento que se tem acerca da esfera pública segundo o pensamento de Perlatto (2015). Tendo como base compreensão histórica da questão da cidadania, José Murilo de Carvalho (2010) defende que o processo de afirmação e confirmação de direitos não se deu de forma linear no Brasil: enfrentou momentos de avanços e retrocessos em relação à clássica divisão entre direitos civis, políticos e sociais de Marshall (1967).

Recorrendo às noções discursivas que partem de estratos sociais que são marginalizados na sociedade brasileira, é importante trazer para o diálogo o pensamento de Spivak (2012) acerca da discursividade subalternizada. Segundo a autora, pessoas subalternizadas não encontram a ressonância das suas demandas na estrutura discursiva estabelecida. As múltiplas marcas da diferença que transversalizam os corpos, autorizam ou não, que a voz dos S/sujeitos possa mobilizar discurso e poder. Ao bipartir a lógica entre Sujeito (com s maiúsculo) e sujeito (com s minúsculo) a autora aponta o pensamento hegemônico que o Sujeito como o padrão estabelecido socialmente, desconsiderando o sujeito.

Isso reintroduz o sujeito constitutivo em pelo menos dois níveis: o Sujeito de desejo e poder como um pressuposto metodológico irredutível; e o sujeito do oprimido, próximo de, senão idêntico, a si mesmo. Além disso, os intelectuais, os quais não são nenhum desses S/sujeitos, tornam-se transparentes nessa "corrida de revezamento", pois eles simplesmente fazem uma declaração sobre o sujeito não representado e analisam (sem analisar) o funcionamento do (Sujeito inominado irredutivelmente pressuposto pelo) poder e do desejo (SPIVAK, 2012, p. 44).

É importante observar o silenciamento histórico da população em situação de subalternidade, que se molda como característico na estrutura constitutiva da esfera pública. A necessidade de fomento de plataformas alternativas de comunicação desperta questionamentos sobre a produtividade histórica e social das práticas desses movimentos. Nesse sentido, a justificativa para a reflexão acerca dos diversos movimentos sociais brasileiros e sua intersecção com a democracia brasileira sustenta-se no poder que a mobilização social possui, como aponta Luiz Martins da Silva (2016):

A mobilização social é, no entanto, em parteira pacífica da história, por acelerar o processo social, no que ele tem de mutante. Se a mudança é uma categoria social, a mobilização seria uma tecnologia social, por estar propiciando aos cidadãos, grupos, comunidades e à sociedade em geral, padrões cada vez mais elevados de desenvolvimento (SILVA, 2016, p. 49).

Para ele, a formulação *habermasiana* sobre a esfera pública desconsidera a existência de outras esferas criadas a partir de exclusões. Trata-se do conceito de *subaltern counter-publics*: são espaços em que segmentos assuntos não contemplados pelas esferas públicas tradicionais são contemplados (FRASER, 1992). Perlatto (2015) defende que:

Não obstante reconhecesse a importância da elaboração de Habermas em torno do conceito de "esfera pública", Fraser o criticava por idealizá-la, ao não perceber como essa esfera se constituirá pela exclusão de diversos segmentos da sociedade, como as mulheres e os operários. Frente a esse quadro de exclusão, os *subaltern counterpublics* constituíram arenas discursivas paralelas por meio das quais criaram

e circularam discursos contestadores, de sorte a formularem interpretações e definirem suas identidades, interesses e necessidades (PERLATTO, 2015, p. 8).

Fraser (1992) explica que, de acordo com o pensamento *habermasiano*, mesmo depois de um processo de enfraquecimento da classe burguesa há todo um contexto periférico dentro do sistema de tomada de decisão: os atores políticos e sociais possuem diferentes níveis de poder político dentro das práticas deliberativas da sociedade complexa. Desse modo, os complexos institucionais formais constroem o centro deste modelo: trata-se do mais alto nível de poder político deliberativo do sistema. São eles: parlamentos, assembleias ou câmaras legislativas, por exemplo. Os atores desses espaços são aqueles que possuem a capacidade mais ampla de influência nos processos decisórios e excluem, portanto, tudo que está fora deste centro a instâncias periféricas.

As esferas que se configuram de forma autônoma e organizada (como as universidades, por exemplo) estão em segundo nível, próximas ao núcleo central. Segundo Fraser (1992), no terceiro nível estão atores cívicos cujo poder de prática deliberativa resume-se à capacidade de formação de opinião de outros sujeitos (instituições culturais, movimentos sociais e culturais, por exemplo). Marques (2008) aponta que esses atores não possuem poder político e legitimidade reconhecida para determinar o resultado de processos decisórios e, por esse motivo, trabalham em abordagens em relação a questões de interesse público. A autora explica:

A divisão estrita entre as atribuições do centro (tomar decisões) e as atribuições da periferia (identificar e sinalizar problemas) estabelece também uma diferença entre um poder comunicativo originado de discussões promovidas por diferentes grupos e atores da sociedade civil nas esferas públicas informais e um poder administrativo restrito às esferas formais decisórias do Estado (MARQUES, 2008, p. 26).

Dessa forma, diversos tipos de esferas públicas concorrentes coexistem em um mesmo contexto, logo, não procede conceber a esfera pública como algo particular (HABERMAS, 1984). No que tange à esfera pública subalterna, Fraser (1992, p. 6) diz "são arenas discursivas paralelas onde os membros de grupos sociais subordinados inventam e circulam contradiscursos, o que os permitem formular interpretações opostas de suas identidades, interesses e necessidades".

De certo modo, a concepção de esfera pública subalterna de Fraser (1992) afasta-se do pensamento habermasiano porque considera que a interação e a prática dialógica entre os cidadãos não é suficiente para reduzir as desigualdades comunicacionais. Para Fraser (1992), em contraposição à ótica habermasiana (1992) estabelecida em *Faktizität und Geltung*,

[...] as diferenças entre os parceiros de interação não podem ser neutralizadas por práticas dialógicas, com base na força do melhor argumento, pois tal perspectiva apenas reforça a dominação sobre grupos menos poderosos (FRASER, 1992, p. 168).

A ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NAS ESFERAS SUBALTERNAS

É na complexidade de relações dessa sociedade contemporânea em que a comunicação se desenvolve como um dos principais determinantes da modelação da mente, sobretudo na definição, institucionalização e aplicação de normas sociais. Castells (2015) explicita que é por meio da comunicação que o indivíduo interage com o âmbito social e natural e que ele, portanto, influencia a forma de construir e de desafiar as relações de poder em todos os campos das práticas em sociedade.

Os processos tecnológicos de comunicação de massa permitem ao cidadão (usuário-consumidor da rede) a sensação do exercício do cooperativismo e de uma prática coletiva nos processos decisórios da sociedade, pautando a política pelos posts, curtidas e comentários ao redor de determinado tema. Trata-se, portanto, de um processo de ressignificação diante da descredibilidade das instituições no qual o mundo da internet se torna o local passível para a resolução dos problemas advindos da crise do Estado.

Pode-se dizer que, em relação aos movimentos sociais brasileiros, o contexto de esfera pública não pode mais ser percebido de acordo com as ideias que o originaram. Apesar de se reconhecer a grande contribuição habermasiana acerca das noções de esfera pública, entende-se que a esfera pública contemporânea guarda particularidades e singularidades que a distanciam da formulação primária de esfera pública. Neste sentido, o poder de resistência popular pela comunicação foge às agendas políticas tradicionais e passa por uma construção coletiva de propostas para transformações no âmbito da comunidade, como argumenta Rodríguez (2009):

O poder de resistir constitui-se na capacidade coletiva de articular uma visão do futuro, expressa por uma voz forte o suficiente para fazer parte da esfera pública e adquirir poder político (RODRÍGUEZ, 2009, p. 19, tradução nossa).⁵

Além dos objetivos e pautas específicas de cada movimento social, entende-se que a principal potencialidade dos movimentos sociais diante deste contexto está no fortalecimento da democracia. Cada público e grupo possui sua especificidade e prioriza aquilo que consideram como mais importante diante da arena discursiva. Chamá-los de público

⁵ Tradução livre do original: "el poder de resistir se constituye en la capacidad colectiva de articular una visión del futuro, expresada a través de una voz lo suficientemente fuerte para formar parte de la esfera pública y adquirir poder político".

em geral significa homogeneizar as diferenças, naturalizar as relações desiguais de acesso às esferas públicas e contribuir para a manutenção das relações de poder (FRASER, 1992). Esteves (2019) ressalta que, ao pensar em democracia, é importante destacar sobre o que se entende por isso e, portanto, definir aquilo que se espera da atuação desses movimentos. O autor destaca:

Que ideia de democracia nos orienta? Pensamos numa democracia de carácter deliberativo. E, mais concretamente, neste aspecto absolutamente central: a democracia definida, no contexto das atuais sociedades funcionalmente complexas e culturalmente pluralistas, em função de um espaço público politicamente ativo — entendido este como âmbito por excelência da deliberação política, onde as questões de um modo geral são dirimidas em termos comunicacionais (e racionais) (ESTEVES, 2009, p. 222).

Em si, os movimentos sociais são impactados pela complexidade social e pela instabilidade política e econômica do país. Desse modo, entende-se que eles são

[...] as diferentes formas associativas realizadas no âmbito da sociedade civil, com níveis variados de institucionalização, que expressam valores da cidadania e buscam a implementação de políticas sociais e políticas públicas visando ao bem comum (GERALDES *et al.*, 2017, p. 8).

Isso não acontece só no Brasil, mas em diversos países, sobretudo aqueles cujo passado foi fortemente marcado por movimentos de ditadura como cita Cerqueira (2017):

Houve momentos em que a cobertura noticiosa do movimento de mulheres e/ou feminista foi prejudicial para colocar as agendas e lutas no espaço público. Um exemplo foi em torno do referendo pela despenalização da interrupção voluntária da gravidez, em que as mídias ou silenciavam a questão ou davam voz aos grupos opositores. Isto levou a que a mudança social/de lei demorasse muitos anos. Este é um exemplo que demonstra que o passado ditatorial tem repercussões muito visíveis quando os movimentos sociais tentam colocar determinadas agendas na esfera pública, governamental e midiática (CERQUEIRA, 2017, p. 56).

Diante desse cenário, os movimentos sociais se aliam a espaços alternativos para se reafirmarem como participantes do processo social e das trocas simbólicas. Na medida em que a esfera pública tradicional se apresenta como uma esfera seletiva na qual suas pautas e interesses de discussão não são contemplados, os movimentos sociais se aproximam da noção de esferas públicas subalternas. Com características próprias, cabe questionar se essa nova esfera pública é, de fato, genuinamente dialógica e plural. A partir da reflexão acerca das potencialidades e possibilidades oferecidas pelo contexto digital, percebe-se a centralidade da esfera subalterna enquanto elemento de militância política.

É possível dizer que pela sua própria natureza, os movimentos sociais possuem uma natureza que trabalha sob perspectivas mais justas e igualitárias. Luvizotto (2017, p. 60) diz que os movimentos sociais se apresentam “como fontes de inovação, geradoras de saberes”. Nesse sentido, tendem a possuir um caráter democrático e cidadão, “justificando a realização de análises que privilegiam o foco sobre as redes de articulações e de comunicação estabelecidas pelos sujeitos em sua prática cotidiana”. A autora explica o porquê de visibilizar esses movimentos em um contexto como o atual, e afirma que movimentos como esses “promovem a democratização das relações sociais e são capazes de redefinir papéis sociais, discursos e identidades” (LUVIZOTTO, 2017, p. 60). Segundo a autora:

Os movimentos sociais são ações coletivas caracterizadas pelo ajuntamento de pessoas que se identificam em torno de uma causa ou demanda específica. Possuem uma estrutura, uma sociabilidade e mecanismos de ação próprios de acordo com cada época e circunstância. É por meio das ações empreendidas pelos movimentos e pelos ativistas que suas demandas, ideologias, críticas ou denúncias são apresentadas para a sociedade. A opinião pública é um elemento importante para os movimentos sociais, pois eles precisam que a sociedade compreenda sua gênese, sua razão de ser (LUVIZOTTO, 2017, p. 59).

Importante reforçar que a multiplicidade de demandas desses movimentos caracteriza a sua natureza pautada na diferença e identidade, e para tanto, os movimentos sociais dentro dos contextos sociais/políticos no Brasil refletem em suas trajetórias anos de luta e conquistas para uma sociedade menos desigual. A capacidade de alcance dos movimentos sociais encontra no ambiente virtualizado um potencial nunca antes observável, em suas práticas *offline*. As possibilidades de articulação e adesão se modificam e a diferentes narrativas encontram no ambiente on-line, pontos de convergência com múltiplas outras vozes.

Observando as relações e sociabilidades em rede, é possível observar que os movimentos sociais que se institucionalizaram durante o século XX não lançam mão de estratégias de articulação em redes. Entretanto, pessoas que participam dos movimentos sociais organizados lançam mão das redes para mobilizar pautas que circunscrevem em suas existências e corpos transversalizados por diferentes marcadores. A figura 1 traz a imagem da Preta Rara, uma mulher preta que ganhou notoriedade nas redes sociais mobilizando um grupo de Facebook com milhares de mulheres empregadas domésticas. Preta Rara fundou o grupo “Eu, empregada doméstica” para denunciar os abusos e vivências que as empregadas domésticas viviam no Brasil.

Joyce Fernandes, amplamente conhecida como Preta Rara, acionou por meio das redes, possibilidades de agenciamento cidadão por meio da visibilização, protagonismo e

voz para sujeitos subalternizados. As mobilizações de grupos subalternizados nas redes emergem estratégias que possibilitam o autoagenciamento cidadão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto social em que vivemos privilegia as narrativas hegemônicas em detrimento das subalternizadas, estabelecendo uma relação de assimetria estruturante na tessitura social. A proposta de reflexão do território virtualizado enquanto espaço de expressão das populações subalternizadas, emerge como possibilidade de alcance da cidadania para populações marginalizadas.

Movimentos sociais organizados trabalham há décadas articulando entre os seus, ações para a diminuição de desigualdades pré-estabelecidas na esfera pública. As mobilizações conseguiram construir unidade e coesão em contextos *offline* antes do advento das ferramentas digitais. Entretanto, a busca por capilaridade e ressonância as discussões que se restringiam à fóruns, assembleias e encontros presenciais encontra no ambiente virtual possibilidades de construção coletiva efetiva.

Para além dos movimentos sociais organizados, as mobilizações e demandas das populações subalternizadas ganham força nas vozes de *influencers* que levantam as bandeiras dos movimentos sociais na internet. Em um contexto de comunidades virtuais que também refletem as assimetrias vistas no espaço *offline*, superando as noções de uma pretensa “netiqueta” os movimentos sociais enfatizam o potencial democrático do contexto digital possibilitando o agenciamento cidadão e a visibilização das demandas e pautas de populações subalternizadas.

REFERÊNCIAS

- BUNCHAFT, Maria Eugênia. Esfera pública, reconhecimento e minorias: o diálogo Habermas-Fraser. **Scientia Iuris**, Londrina, v. 18, n. 1, p. 153-180, jul. 2014.
- CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**: O longo Caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- CASTELLS, Manuel. **O Poder da Comunicação**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2015.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CERQUEIRA, Carla. Marcas da Ditadura em Portugal. In: GERALDES, Elen Cristina et al. (org.). **Um grito no ar**: comunicação e criminalização dos movimentos sociais. 1. ed. Brasília, DF: FAC: UnB, 2017.
- ENGELS, Friederich; MARX, Karl. **O Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- ESTEVES, João Pissarra. **Comunicação política e democracia**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.

FERREIRA, João Batista Filho. **A verdade sob suspeita:** fake news e conduta epistêmica na política da desinformação. [S. l.: s. n.], 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/38074713/A_verdade_sob_suspeita_fake_news_e_condutaeplist%C3%A7%C3%A3o_na_pol%C3%ADtica_da_desinforma%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 18 abr. 2022.

FRASER, Nancy. Rethinking the Public Sphere: A contribution to the critique of actually existing democracy. In: CALHOUN, C. (ed.). **Habermas and the Public Sphere**. London: MIT Press, 1992.

GERALDES, Elen Cristina et al. (org.). **Um grito no ar:** comunicação e criminalização dos movimentos sociais. Brasília, DF: FAC: UnB, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural da esfera pública:** investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2014.

LUVIZOTTO, Caroline Kraus. Luta árdua, penosa e duradoura. In: GERALDES, Elen Cristina et al. (org.). **Um grito no ar:** comunicação e criminalização dos movimentos sociais. 1. ed. Brasília, DF: FAC: UnB, 2017.

MAINIEIRI, Tiago. **Um peso, duas medidas:** desvelando a comunicação pública na sociedade midiatizada. Goiânia: UFG, 2016.

MARQUES, Ângela Salgueiro. Os meios de comunicação na esfera pública: novas perspectivas para as articulações entre diferentes arenas e atores. **Revista Libero**, ano 11, n. 21, p. 26-36, jun. 2008. Disponível em: <https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/594>. Acesso em: 22 abr. 2022.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

PERLATTO, Fernando. Seletividade da esfera pública e esferas públicas subalternas: disputas e possibilidades na modernização brasileira. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 23, n. 53, p. 121-145, mar. 2015.

REZENDE, Beatriz Vargas Ramos Gonçalves. Em defesa da Regulação da Mídia. In: GERALDES, Elen Cristina et al. (org.). **Um grito no ar:** comunicação e criminalização dos movimentos sociais. 1. ed. Brasília, DF: FAC: UnB, 2017.

RODRÍGUEZ, C. De médios alternativos a médios ciudadanos: Trayectoria teórica de um término. **Folios**, Antioquia, n. 21 y 22, p. 13-25, 2009.

SILVA, Luiz Martins da. Informação e Mudança: repensando o conceito de comunicação e de processo de comunicação social. In: SIGNATES, Luiz (org.). **Cidadania Comunicacional:** teoria, epistemologia e pesquisa. Goiânia: Gráfica UFG, 2016.

SILVA, Tarcízio. **Comunidades, algoritmos e ativismos digitais:** olhares afrodiáspóricos. São Paulo: Literarua, 2020.

SPIVAK, Gayatri C. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.



PARTE 2

NARRATIVAS DA VIOLENCIA, COMUNICAÇÃO E DIREITOS HUMANOS

ISOLAMENTO E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: BASTIDORES DO QUADRO DO CIDADE ALERTA

Mayara Celeste Locatelli¹

RESUMO

O artigo apresenta como é feita a produção do quadro Isolamento e Violência Doméstica para o programa televisivo Cidade Alerta Curitiba da RIC TV Record. Lançado em maio de 2020, o quadro reúne reportagens de todo o Paraná, que abordam o tema violência doméstica na quarentena. Entrevistas ao vivo, reportagens especiais e informações de assistência pública são divulgados no quadro. Para analisar as questões envolvendo violência contra a mulher, a autora reuniu obras de escritoras consagradas das teorias feministas como Almeida, Davis, hooks, Nogueira e Saffioti. O texto também possui pesquisas recentes sobre a violência doméstica em época de pandemia. A questão do alcance televisivo e a relevância social são as bases para esclarecer a importância da pesquisa e, assim, poder trazer os modos de produção do programa. Para explicar como é feito o quadro, como ele é pensado para ser exibido, foram entrevistadas 5 pessoas que trabalham diretamente com o programa Cidade Alerta Curitiba. Por meio de entrevistas semiabertas, elas falaram sobre o processo de produção e as mudanças no telejornalismo ao longo dos anos. A análise das respostas, com base nos estudos culturais, apresenta o modo de endereçamento do programa, ou seja, as técnicas para atrair o público e como a audiência reagiu nos primeiros quatro meses observados. Com a pesquisa, notou-se o processo trabalhoso da notícia televisiva e como o telejornalismo se transformou ao longo dos anos para tratar do assunto violência contra a mulher. Um programa que antes era conhecido pelo sensacionalismo, agora se depara com uma nova forma de dar notícia, respeitando a vítima, respeitando as leis e valorizando a verdade dos fatos. A pesquisa mostra a importância do cunho educativo em um programa policial, explicando quais são os direitos dos cidadãos (neste caso das mulheres vítimas de violência) e tratando de forma honesta e respeitosa as vítimas.

Palavras-chave: Violência Doméstica. Feminismo. Cidade Alerta. Telejornalismo. Pandemia.

¹ Mestranda em comunicação pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: locatelli.mayara@gmail.com.

ISOLATION AND DOMESTIC VIOLENCE: BACKGROUND OF THE CIDADE ALERTA TV SHOW

ABSTRACT

The article presents the production of the tv show Isolation and Domestic Violence for the Cidade Alerta Curitiba program by Brazil Record TV. Released in May 2020, it's about domestic violence in quarantine. Live interviews, special reports and public assistance information are posted on the tv. To analyze issues involving violence against women, the author brought together works by renowned writers of feminist theories such as Almeida, Davis, hooks, Nogueira and Saffioti. The text also features recent research on domestic violence in a pandemic era. The question of television reach and social relevance are the bases to clarify the importance of research and, thus, to be able to bring the modes of production of the program. To explain how the new attraction is made, how it is thought to be exhibited, 5 people who work directly with the Cidade Alerta Curitiba program were interviewed. Through semi-open interviews, they talked about the production process and the changes in telejournalism over the years. The analysis of the responses, based on cultural studies, was by way of addressing presented interesting questions, such as which techniques the program uses to try to attract the public and how the audience reacted in the first four months observed. With the research, it was possible to see how laborious the news process on television is, how essential it is that everyone involved is in tune with the program's editorial line, so that the news can be on the board, and how television news has changed over the years. A program that was previously known for sensationalism, now faces a new way of breaking news, respecting the victim, respecting the laws and valuing the truth of the facts. The research shows the importance of the educational aspect in a police program, explaining what are the rights of citizens (in this case of women victims of violence) and treating the victims in an honest and respectful way.

Keywords: Domestic Violence. Feminism. Cidade Alerta. Telejournalism. Pandemic.

INTRODUÇÃO

Joana² nunca imaginou que o relacionamento de 11 anos terminaria com uma ameaça de morte. "Ele me ligou bastante alterado novamente, bastante alcoolizado. Disse que se

² Nome fictício para preservar a segurança da vítima.

eu não saísse de casa, se a gente não saísse, se a gente continuasse na mesma casa, ele iria me matar" (CIDADE ALERTA PARANÁ, 2020d). O relacionamento dela com o companheiro, um mecânico de carros, já não era o mesmo há muito tempo. O vício em álcool e a violência doméstica se tornaram cada vez mais frequentes. Até que em abril deste ano Joana resolveu dar um basta. Após as ameaças de morte, ela fugiu de casa com os três filhos do casal e registrou o boletim de ocorrência na Delegacia da Mulher de Curitiba.

Joana é mais uma entre as milhares de mulheres, que sofreram ou sofrem cruelmente dentro da própria residência. Os dados alarmantes confirmam esta realidade. No Brasil, a cada dois minutos uma mulher é vítima de violência doméstica (AGUIAR, 2019).

Com o início da quarentena no Brasil, a partir de março de 2020, por causa da pandemia mundial de covid-19, os registros de violência doméstica aumentaram em todo o País. Sem sair de casa, devido ao isolamento, muitas mulheres estão convivendo 24h com os agressores, o que fez aumentar as brigas e, por consequência, os casos de violência verbal, física, psicológica e financeira.

De acordo com dados divulgados pelo Ligue 180, do governo federal, houve um aumento de 38% de casos só no mês de abril. Em relação aos feminicídios, o número sobe para 22% nos meses de março e abril nos 12 Estados analisados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. No Acre, por exemplo, o aumento chegou a 300%. No entanto, as denúncias presenciais envolvendo violência sexual e assédio caíram, levando em consideração que as delegacias também foram incluídas nos ditames de isolamento (NOVO..., 2020).

Buscando informar as mulheres sobre os próprios direitos, além de trazer um registro histórico de um aspecto da violência do Paraná, surgiu o quadro³ televisivo Isolamento e Violência Doméstica no programa Cidade Alerta Curitiba. Lembrando que o projeto surgiu em meio a um novo formato de convivência na comunidade, em que as pessoas estão em quarentena e precisam manter o distanciamento social. Então a questão da pesquisa é: como é feita a produção e exibição de um quadro sobre violência doméstica em plena pandemia?

Aproveitando que, na época da pesquisa, a autora trabalhava como editora-chefe do Cidade Alerta Curitiba, foi utilizado o acesso livre ao ambiente de trabalho para entrevistar os profissionais envolvidos, além de fazer um relato pessoal dos bastidores do programa. Considerando a luta por questões de gênero no Brasil, em meio a um novo cenário social, buscou-se tratar, de forma enfática, o tema violência doméstica na quarentena. Cabe apontar que foram muitas reuniões, com integrantes da equipe, para o convencimento da relevância do quadro para orientar os telespectadores sobre os próprios direitos e deveres,

³ Um espaço característico no programa para falar de um assunto específico em determinado período de tempo (semanal, quinzenal, mensal...).

além de ser um caminho de revelação sobre as violências sofridas pelas vítimas em meio a pandemia.

Diante disso, surgiu a ideia de escrever este artigo falando sobre as etapas de produção e exibição do quadro. Mas antes de abordar os assuntos recentes, é preciso trazer debates históricos envolvendo teóricas feministas Nogueira, Saffioti, hooks e Almeida. Elas tratam da questão de violência doméstica no mundo e como a comunicação aborda o tema. Pesquisas recentes sobre pandemia e violência doméstica no Brasil também foram incluídas no trabalho.

Por meio de entrevistas semiabertas foi possível conversar com os profissionais envolvidos no quadro, apresentando as diversas fases de trabalho na televisão. A análise das reportagens é feita com base nos estudos culturais pelo modo de endereçamento.

Ao longo da pesquisa é possível perceber a transformação da comunicação para abordar o tema no programa, tornando-se um aprendizado não apenas para quem vê o programa como também para quem o produz.

REVISÃO DE LITERATURA

Para a teoria feminista, a violência doméstica contra a mulher é um reflexo social dos preconceitos de gênero. De acordo com a pesquisadora Conceição Nogueira, as teorias em torno do papel da mulher são antigas e cercadas de juízos de valor. As explicações sobre a "natureza" da mulher reforçam as desigualdades sociais entre os sexos, que divulgam a ideia do feminino como a tentação dos desejos do homem. "No pensamento grego, que condicionou a cultura ocidental, o homem é o criador da ordem e da lei, enquanto a mulher está associada ao desejo e à desordem, um ser inferior pela sua natureza" (NOGUEIRA, 2001, p. 2).

Com o advento do cristianismo e do judaísmo, fortaleceu-se a ideia do androcentrismo. Em seguida surge o iluminismo, com foco na razão, mas ainda cheio de preconceitos em relação ao gênero. A mulher é tratada como um ser que está abaixo do homem, sendo os únicos papéis possíveis os de esposa e mãe. Inclusive o pensamento médico na época justificava o preconceito acreditando em um "determinismo natural".

Desde os textos medievais, passando pelo renascimento, até ao discurso na época da revolução, o discurso médico é sempre utilizado para permitir justificar a colocação da mulher na esfera familiar, conferindo-lhe um estatuto particular na sociedade. O discurso científico legitima o lugar dado à mulher, e que é, a maternidade (NOGUEIRA, 2001, p. 3).

Com o surgimento dos movimentos feministas, a partir do século XIX, a classificação de mulher começa a mudar. Conceição reforça a importância das ondas do feminismo na luta por direitos iguais, transformando assim a sociedade e o modo como encaravam o perfil feminino (NOGUEIRA, 2001, p. 4). Segundo hooks, essa foi uma das maiores conquistas do movimento.

Atualmente, o problema da violência doméstica é conversado em vários círculos, da mídia de massa à escola primária, que frequentemente se esquece que o movimento feminista contemporâneo foi a força que revelou e expôs dramaticamente a contínua realidade da violência doméstica (HOOKS, 2020, p. 95).

Mas o caminho de transformação ainda é longo.

O que persiste, no entanto, é a distância entre a igualdade legal formal e política e a prática de todos os dias. Os direitos e os princípios mantiveram-se teóricos, especialmente em termos socioeconômicos e no que diz respeito às vidas privadas das mulheres (NOGUEIRA, 2001, p. 7).

Para as pesquisadoras brasileiras Helelith Saffioti e Suely Souza de Almeida, é preciso acabar com a dominação entre os gêneros. É preciso que os dois lados aprendam a viver novas formas de relacionamento, sempre lidando com as diferenças. Para isso, os meios de comunicação se tornam fundamentais na apresentação de formas saudáveis de convívio. A ação educativa precisa ser abrangente e interdisciplinar.

Na construção de uma nova cultura, que conte com novas relações de gênero, é fundamental a realização de profundos estudos sobre o material ideológico (livros, revistas, jornais, filmes, programas de rádio e televisão e outros), que difunde a imagem da mulher submissa, contribuindo para o estímulo à criação de novas formas de resistência, luta e organização. Como afirma Gramsci, "criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas 'originais'; significa também, e sobretudo, 'socializá-la' por assim dizer; transformá-las, portanto, em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral" (1981, p. 13) (ALMEIDA; SAFFIOTI, 1995, p. 191-192).

No Brasil, a transformação social alcançou os tribunais. A legislação se tornou mais rígida em relação ao crime de violência doméstica. Em 2006, foi sancionada a Lei Maria da Penha. A lei 11.340 criou mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher (BRASIL, 2006). Em 2015, foi sancionada a Lei do Feminicídio, que tipificou crimes de ódio contra uma pessoa por ser mulher (BRASIL, 2015).

No entanto, a legislação ainda não se atualizou para o momento vivido pelas vítimas de violência doméstica no Brasil, que é o do isolamento social em meio a uma pandemia de covid-19. Sem poder sair de casa para fazer a denúncia, e convivendo grande parte

do tempo com o agressor, as vítimas estão tendo dificuldade para sair de casa e fazer a denúncia.

De acordo com as pesquisadoras Larisse Leite Albuquerque e Alessandra Almeida Barros (2020), os números de registros feitos pelas vítimas diminuíram, mas os números de chamadas de emergência, que geralmente são feitas pelos vizinhos e não pelas vítimas, subiram de forma alarmante. A pandemia é considerada como um dos piores momentos vividos pelas mulheres vítimas de agressão das mais diversas formas (ALBUQUERQUE; BARROS, 2020, p. 51-52).

Na pandemia tem-se todas essas formas de violência doméstica incrementadas. Não há como visualizar, por exemplo, que em um relacionamento onde há violência física não irá haver abuso verbal, violência moral, xingamentos, diminuição da auto-estima, que não irá haver uma violência psicológica. A pandemia veio para impactar ainda mais negativamente as mulheres (ALBUQUERQUE; BARROS, 2020, p. 52).

É importante destacar que os agressores não se tornaram agressores por causa da pandemia. O isolamento apenas piorou uma situação que já era grave. A violência doméstica é resultado de uma sociedade com uma cultura machista e patriarcal, em que a vítima se sente culpada por tudo o que aconteceu. Por isso, a mulher precisa de um aparato social para acabar com o ciclo de violência doméstica, além de apoio familiar e de amigos (ALBUQUERQUE; BARROS, 2020).

É difícil ela quebrar aquele ciclo porque ela está envolvida emocionalmente, tem filhos, tem esperança de mudanças. Então uma rede firme, esclarecida dará a mulher a força que ela precisa para sair daquele ciclo e tomar as medidas cabíveis (ALBUQUERQUE; BARROS, 2020, p. 54).

A televisão também pode fazer parte desta rede de apoio à vítima. Segundo a doutora em teoria de literatura e especialista de grandes obras escritas por mulheres, Anna Faedrich (2020), as obras literárias e os meios de comunicação são extremamente importantes no combate à violência doméstica. "A mídia, a arte, o cinema, a literatura, podem desempenhar papéis relevantes no combate à violência contra a mulher, mesmo que esse não seja um fim em si" (FAEDRICH, 2020, p. 149).

A pesquisadora Larissa Caldeira de Fraga, uma das autoras participantes do livro "Estudos avançados em telejornalismo e audiovisual", destaca um fator importante ligado à quarentena e televisão: o número de telespectadores aumentou no início da quarentena. De acordo com o Ibope Media, nos dias 16 e 17 de março houve um aumento de 17% no número de telespectadores em comparação com as outras segundas e terças-feiras do ano (FRAGA, 2020, p. 141).

Este aumento acontece, pois a televisão aberta pode ser considerada um dos meios de comunicação mais democráticos: não é preciso pagar para ter acesso e o telespectador não precisa saber ler (como no caso das revistas ou jornais). "O serviço prestado pela televisão aberta, portanto, possui grande relevância para a promoção de laço social e a integração da sociedade" (FRAGA, 2020, p. 141).

O PROGRAMA CIDADE ALERTA

O quadro Isolamento e Violência Doméstica faz parte do programa Cidade Alerta Curitiba, jornal exibido de segunda a sexta, das 18h às 19h18. O programa, do canal Ric TV Record, é focado no jornalismo policial e utiliza-se de linguajar mais acessível entre o apresentador Paulo Gomes, e os repórteres da época, Lúcio André e Nader Khalil, para se aproximarem do público.

De acordo com Fraga (2020), o programa Cidade Alerta, que tem transmissão em âmbito nacional, faz parte de um grupo de programas policiais que ele afirma serem sensacionalistas, focados mais nas emoções, do que no jornalismo padrão, em uma tentativa de popularização do programa.

Existem alguns programas na TV aberta que apresentam apelo emocional, pretendendo chocar o público, como Brasil Urgente, da Band, Balanço Geral e Cidade Alerta, da Record, e Alerta Nacional, da Rede TV!. O telejornalismo sensacionalista foge dos padrões convencionais do jornalismo e tem um caráter popular, exacerbando emoções, usando uma linguagem extremamente coloquial e investindo em jargões (FRAGA, 2020, p. 147)

Atualmente a violência doméstica no Brasil é vista como um problema de saúde pública e segurança social. O quadro Isolamento e Violência Doméstica surge como uma forma de debate do assunto, uma orientação às vítimas e, principalmente, um espaço para não deixar que essas histórias de luta caiam no esquecimento.

Por outro lado, o quadro critica atos machistas e opressores contra as mulheres. O apresentador fala tanto para um público feminino, incentivando a denúncia, quanto para um público masculino, com frases pedagógicas, que criticam esses tipos de violência, principalmente durante a pandemia, momento em que os casais estão passando mais tempo dentro de casa.

METODOLOGIA

Após a análise bibliográfica e apresentação do programa é preciso apresentar o processo jornalístico do quadro. Para isto, foram realizadas entrevistas semiabertas com a equipe do programa Cidade Alerta Curitiba. A natureza da pesquisa é qualitativa, sendo o tipo de pesquisa descritiva-exploratória, e foi escolhida para aplicação a entrevista em profundidade semiaberta que, segundo Duarte, serve para explorar um tema em busca de:

[...] informações, percepções e experiências de informantes para analisá-las e apresentá-las de forma estruturada. Entre as principais qualidades dessa abordagem está a flexibilidade de permitir ao informante definir os termos da resposta e ao entrevistador ajustar livremente as perguntas. Este tipo de entrevista procura intensidade nas respostas, não-quantificação (sic) ou representação estatística (DUARTE; BARROS, 2011, p. 62).

As perguntas, que duraram no máximo 6 minutos, foram aplicadas no horário de trabalho na emissora. Após a realização das entrevistas com a equipe do programa, foi feito o estudo de quatro reportagens do quadro. Para a análise, utilizou-se o campo de investigação dos estudos culturais no modo de endereçamento (GOMES, 2011), levando em consideração a produção cultural do programa e como ele se conecta com o telespectador — sempre lembrando o valor histórico e cultural do telejornalismo.

Nesse sentido, colocar a atenção nos gêneros televisivos implica reconhecer que o receptor orienta sua interação com o programa e com o meio de comunicação de acordo com as expectativas geradas pelo próprio reconhecimento do gênero. [...] Os gêneros são formas reconhecidas socialmente a partir das quais se classifica um produto midiático (GOMES, 2011, p. 32).

Os episódios escolhidos para análise foram: o dia de lançamento do programa (pois apresenta todo o processo de produção, edição, interação por meio do mochilink⁴ e apresentação no estúdio), o episódio que traz o lançamento do boletim de ocorrência on-line durante a quarentena (por ser o primeiro episódio a trazer um serviço novo do governo durante o isolamento, cumprindo com o papel de informação social da televisão) e um episódio do mês de setembro em uma semana repleta de casos de violência doméstica (para explicar como é feita seleção das matérias para o quadro).

⁴ Aparelho utilizado pelo repórter na rua para fazer transmissões ao vivo para o programa.

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A ideia de criar o quadro surgiu quando a equipe teve contato com os dados divulgados nacionalmente sobre violência doméstica na quarentena. Nomes para o quadro foram surgindo e tudo foi aprovado pelo Diretor de Conteúdo, Marcus Yabe, que providenciou a vinheta⁵ do programa: um fundo vermelho e preto e letras brancas com os dizeres Isolamento e Violência Doméstica. A trilha da vinheta de 4 segundos é dramática e busca atrair a atenção do telespectador.

A gerente de jornalismo Ivete Azzolini foi quem levantou a questão sobre como seria feita a produção do quadro. Isso porque o Cidade Alerta é o menor programa em estrutura da Ric TV Paraná (em contrapartida é o programa com maior ibope da casa no período analisado). A preocupação era em como continuar, com uma equipe tão pequena, a manter um quadro deste porte.

A etapa mais difícil é entender se a audiência quer receber esse conteúdo, de que forma ela quer receber e a outra etapa, que eu considero sempre complicada, é se a gente vai ter estrutura pra manter aquela proposta. Porque em televisão você não pode começar as coisas e não continuar porque ela não tem resultado. [...] Você precisa de uma abordagem diferente de uma notícia factual que está acontecendo. Ela tem uma abordagem diferente na captação, na produção, no texto e na edição e isso é um dificultador quando você tem uma equipe enxuta (AZZOLINI, 2020, informação verbal).

Os questionamentos feitos pela gerência foram fundamentais para aprimorar o projeto. Uma maneira encontrada para transformar as matérias *hardnews*⁶ em reportagens para o quadro foi por meio da edição: utilizando trilhas⁷, vinheta e uma cabeça⁸ mais longa, mais bem contada, fugindo do padrão de cabeças curtas e diretas apresentadas na rotina do programa. O apresentador também comenta mais as matérias do quadro e levanta o debate sobre relacionamentos abusivos, a possessividade e machismo que acarretam na violência doméstica. Após muita conversa e planejamento, o quadro foi aprovado.

Para a primeira reportagem, a produtora foi em busca de mais informações sobre os dados divulgados pela Sesp, que revelam um aumento de registros de boletins de ocorrência (BOs) nos três primeiros meses. Curiosamente, houve uma queda no número de registros no período da quarentena. Ou seja, as estatísticas locais contrariavam os números nacionais. Mas por que os dados eram diferentes?

5 Arte produzida e exibida geralmente no início ou no meio da matéria, que mostra o nome do quadro.

6 Matérias de assuntos recentes, geralmente imediatos, de grande interesse público.

7 Música ao fundo da reportagem, que dá o tom de cada reportagem (se é alegre, triste, com violência).

8 Texto lido pelo apresentador na tela.

De acordo com a presidente da Comissão de Estudos sobre Violência de Gênero da Ordem dos Advogados do Brasil no Paraná (OAB-PR), a advogada Helena de Souza Rocha, a queda no número de registros de B.O. aconteceu pela dificuldade da vítima em realizar a denúncia (KANIAK, 2020b).

Esses dados foram fundamentais para realizar uma transformação no atendimento estadual. Em junho, a Secretaria da Segurança Pública do Estado do Paraná (Sesp) lançou o boletim on-line para as vítimas de violência doméstica, o que facilitou os registros de denúncias por parte das paranaenses. A novidade foi exibida no segundo episódio do quadro. A produção trouxe, ao vivo, o delegado do Núcleo de Combate aos Cibercrimes da Polícia Civil do Paraná (Nuciber), José Barreto, que esclareceu como a vítima pode fazer o registro on-line (CIDADE ALERTA PARANÁ, 2020a).

A advogada criminalista Maria Júlia Poletine Advincula (2020) acredita que a pandemia prejudicou principalmente o atendimento às vítimas idosas, que não têm conhecimento do uso de tecnologias para fazer a denúncia. Por isso, reclamações apenas por telefone ou internet podem ser excludentes, considerando "que nem sempre as denúncias por internet ou telefone são acessíveis a mulheres e seus recortes regionais, sociais, financeiros, culturais, etários, etc." (ADVINCULA, 2020, p. 461).

Mas, antes do lançamento do boletim on-line, as vítimas ainda precisavam buscar atendimento presencial, que também não se mostrou um recurso acessível para as vítimas na pandemia. Na primeira reportagem produzida para o quadro, o repórter Lúcio André entrevistou a delegada da Delegacia da Mulher, Emanuele Siqueira. Ela confirmou os números divulgados, mas trouxe uma nova questão, que é o aumento nos flagrantes de violência doméstica durante a pandemia. Com delegacias fechadas por causa da pandemia e maridos e ex-companheiros abusadores fiscalizando a rotina da mulher o tempo inteiro, a polícia encontrou no flagrante a oportunidade de pegar os abusadores.

A outra etapa da reportagem foi conversar com as vítimas. A produção do programa, que no início do quadro foi a estagiária Maria Claudia Batista, entrou em contato com a idealizadora do Instituto Todas Marias, Goretti Bussolo. A ideia de falar com o instituto surgiu da própria Maria, que já tinha produzido uma reportagem semelhante no ano anterior para a rádio Band News Curitiba. Goretti indicou personagens, que toparam falar sem serem identificadas. Elas relataram abusos praticados pelos ex-maridos que aproveitaram o período de isolamento na quarentena para atacar as ex-companheiras. Foram dois dias de produção e dois dias de edição até a reportagem ficar pronta.

O quadro foi lançado no dia 25 de maio de 2020. O repórter foi quem chamou a própria matéria, após conversar com o apresentador. A reportagem utiliza os termos "teve coragem de denunciar" falando em relação às vítimas, o que comprova o medo constante da mulher em fazer o registro do boletim de ocorrência contra o(a) agressor(a).

A idealizadora do Instituto Todas Marias, Goretti Bussolo, também foi entrevistada. Ela sabe bem o que o medo de denunciar simboliza. Segundo Goretti, ela atende de 5 a 10 mulheres por dia vítimas de violência, que buscam orientações gerais de como proceder em casos de violência doméstica. Em entrevista para o Cidade Alerta, ela afirma que existem três motivos para as mulheres não denunciarem:

O primeiro fator é o medo. O segundo é a dependência financeira. O terceiro é a culpabilização da sociedade. [...] É fácil apontar o dedo, mas é muito difícil romper com a violência. A mulher sozinha não consegue. Sem uma ajuda terapêutica é muito difícil. Então a gente precisa denunciar para que a gente vire número pra que esta estatística entre para o orçamento público e fazer tratamento e fazer acompanhamento. O pós-denúncia é fundamental para uma mulher (CIDADE ALERTA PARANÁ, 2020d).

O relato de Goretti mostra como é importante que a psicologia compreenda a importância do tratamento sério e sem riscos para a vítima. Reconhecer a violência doméstica como uma chaga social e não uma culpa da vítima é algo fundamental no tratamento psicológico. Para Nogueira, essa mudança na percepção da psicologia se faz a partir do feminismo. "A perspectiva feminista na psicologia pode contribuir para a compreensão de todos estes processos, tentando elucidar os mecanismos psicológicos pelos quais o gênero exerce o seu controlo" (NOGUEIRA, 2001, p. 23).

Segundo entrevista com o repórter Lúcio André, o medo de fazer denúncias contra violência doméstica é maior entre as classes sociais mais abastadas. Com 7 anos de experiência em entrevistas de vítimas de violência doméstica, ele afirma que as classes sociais mais carentes têm mais facilidade para denunciar.

Quando a pessoa é mais simples, menos esclarecida, acho que eles se abrem mais. Mas quando há um poder aquisitivo, alta sociedade no rol assim... do dinheiro, acredito que eles não gostam de falar. Eles procuram evitar falar sobre o caso, muitas mulheres sofrem caladas (ANDRÉ, 2020, informação verbal).

Trazendo mais uma vez à tona as pesquisadoras feministas sobre o tema, é fundamental citar Angela Davis. A escritora afirma que a dependência financeira faz parte da exploração social da violência contra a mulher. Essa violência é reforçada pela máquina do capitalismo. Na obra intitulada Mulheres, Raça e Classe, Davis esclarece:

A estrutura de classe do capitalismo encoraja homens que detêm poder econômico e político a se tornarem agentes cotidianos da exploração sexual. A presente epidemia de estupros ocorre em um momento em que a classe capitalista está furiosamente reafirmando sua autoridade em face de desafios globais e nacionais. Tanto o racismo quanto o sexismo, centrais para a estratégia doméstica de aumentar a exploração econômica, têm recebido um encorajamento sem precedentes.

Não é mera coincidência que, à medida que a incidência de casos de estupro tem aumentado, a posição das trabalhadoras tem piorado de modo visível. As perdas econômicas das mulheres são tão severas que seus salários, quando comparados aos dos homens, estão mais baixos do que há uma década. A proliferação da violência sexual é a face brutal de uma intensificação generalizada do sexism, que necessariamente acompanha essa agressão econômica (DAVIS, 2020, p. 202).

Retomando sobre a produção do quadro, além da parte das entrevistas é fundamental pensar nas imagens para utilizar na reportagem. Mas como fazer o registro de cenas de crimes brutais como a violência doméstica? Dionei Santos é cinegrafista do Cidade Alerta e possui 36 anos de experiência em TV. Ele acredita que a forma de registrar o local do crime mudou. A evolução da tecnologia (imagens em FULL HD) e novos recursos de edição trouxeram mais opções para as reportagens. A mudança da lei e da sociedade também fizeram com que as redações registrassem os crimes de outra forma.

Existem várias formas de noticiar sem mostrar aquela imagem forte, né? Então a gente procura não mostrar mesmo. Antigamente mostrava. As capas, principalmente de alguns jornais mais populares, até a gente conversavam na rua: "essa foto é capa", porque a foto era muito forte. Tinha muito sangue, muita violência na capa. E era muito chamativa. [...] Hoje em dia já não, já não pode. As pessoas não estão muito...nos dias de hoje, parece que (os crimes) são mais violentos que antigamente, não sei...então a gente procura não mostrar essa imagem porque a própria notícia já é forte. [...] tem outros meios da gente mostrar de uma forma diferente. Mostra de longe, coloca o *blur* que tampa a imagem quando não tem como (mostrar), né? É um recurso da edição (SANTOS, 2020, informação verbal).

E as formas brutais de violência são inúmeras. Goretti, que foi entrevistada para a reportagem, também participou ao vivo do jornal. Ela comentou sobre o aumento de casos na quarentena de crimes envolvendo estupro e pedofilia em casa, tendo como alvo principalmente as mulheres do campo.

Nos estudos feministas da pesquisadora e professora norte-americana bell hooks, a violência doméstica se apresenta de forma mais ampla do que apenas ataques praticados contra mulheres. Relacionamentos homossexuais e crianças também sofrem violência doméstica. Para combatê-la, o feminismo precisa lutar contra todas as formas de violência. Para hooks, o tema não é novo na mídia e pode ser justificado pelas compensações de um pensamento sexista.

A violência de homens contra mulheres já recebeu muita atenção contínua da mídia (ressaltada por casos nos tribunais reais, como o julgamento contra O.J. Simpson), mas a consciência não levou o público norte-americano a desafiar as causas ocultas dessa violência, a desafiar o patriarcado. O pensamento sexista continua a apoiar a dominação masculina e a consequente violência. Como uma multidão de homens desempregados e da classe trabalhadora dentro do patriarcado de

supremacia branca não sente que tem poder no trabalho, eles são incentivados a sentir que o único lugar onde terão total autoridade e respeito é em casa. Homens são socializados por grupos de homens de classe dominante a aceitar a dominação no mundo público do trabalho e a acreditar que o mundo privado da casa e dos relacionamentos íntimos vai restaurar neles o senso de poder, que eles equiparam à masculinidade. [...] Até que se desprendam o pensamento sexista que diz que eles têm direito de comandar as mulheres de qualquer forma, a violência de homens contra mulheres continuará sendo norma) (HOOKS, 2020, p. 99-100).

Mas como combater esse pensamento sexista? Essa dominação contra as mulheres? Uma forma encontrada pelo programa é dando orientação jurídica para as vítimas que entraram em contato com o programa. Um dia antes do lançamento, o apresentador divulgou o quadro e também o contato do WhatsApp da produção do programa para os telespectadores. Quem tivesse dúvidas sobre o tema poderia enviar perguntas, que seriam selecionadas e exibidas para uma especialista jurídica. As perguntas que mais foram feitas foram selecionadas e, no dia seguinte, após a entrevista ao vivo com a Goretti, uma especialista na lei Maria da Penha e indicada pela produção, participou do quadro. A advogada Gessika Cristine Bonetto, do Instituto Alice Quintilhano, estava no estúdio tirando dúvidas jurídicas relacionadas ao tema.

A orientação jurídica cumpre com o papel didático do programa em relação aos direitos das mulheres. Orienta um público cada vez maior, considerando o alcance televisivo do programa ao longo dos quatro primeiros meses do quadro. De acordo com dados do Kantar IBOPE Media (figura 1), 990.065 pessoas assistiram ao programa em maio, mês de lançamento do projeto. O mês de junho foi o mais assistido, com 1.007.506 telespectadores.

		mai/20	jun/20	jul/20	ago/20
CIDADE ALERTA	Ibope	990.065	1.007.506	975.276	958.049
PARANA	área RIC	1.454.919	1.480.550	1.433.186	1.407.869

Figura 1 – Ibope do programa Cidade Alerta nos quatro primeiros meses de exibição do quadro.

Fonte: Kantar Ibope Media (2020).

O alcance midiático proporciona um grande controle da informação. É por meio da TV, que podemos propagar conhecimento e informar os telespectadores dos próprios direitos. É por isso que o apresentador do programa, Paulo Gomes, afirma que o papel da comunicação é mostrar a realidade de maneira responsável. A banalização da violência contra a mulher é o principal motivo para o programa continuar abordando o tema.

Muitas pessoas acham que homens, que batem em mulheres, não tem que ser presos, porque nós não temos espaços nos presídios, nas delegacias. Então por que

prender um homem que bate numa mulher se o homem tem um filho pra criar e se ele for preso a família fica em uma situação pior ainda? Enquanto esse conceito de que homem que bate em mulher não comete uma grave falta, (ou) mesmo um crime, acredito que nós vamos continuar mostrando cada vez mais da televisão e dos meios de comunicação a violência que é o homem contra a mulher. Você veja aí que nós temos a pandemia, o que aconteceu? As mulheres e os homens passaram a conviver mais e aí brigam por tudo. Brigam por um televisor, um quer assistir uma novela outro quer assistir um programa, e se acham no direito de bater na mulher e sair queimando casa, destruindo imóveis de pessoas que não tem absolutamente nada a ver com o casal (GOMES, 2020, informação verbal).

O exemplo citado pelo apresentador foi um caso real exibido no programa. No dia 23 de setembro, Alisson de Freitas Norberto, de 24 anos, brigou com a mulher por causa do controle da TV. Ele jogou a esposa Larissa no chão e a espancou. Larissa saiu do local com a filha pequena. Quando voltou, horas depois, ele já havia incendiado a casa em que moravam. O rapaz foi preso em flagrante (CIDADE ALERTA PARANÁ, 2020c). Esta reportagem não foi exibida no Isolamento e violência doméstica, pois o quadro já havia sido exibido na semana no dia 21 de setembro com uma matéria feita pelo repórter Sandro Ivanowski, de Maringá.

Ele entrevistou uma mulher que foi ameaçada pelo marido com uma faca. A polícia registrou o momento dessa abordagem e a prisão em flagrante do agressor. Em entrevista anônima, ela relata que "o problema dele era a bebida, que ele era um homem trabalhador" e diz que toda vez que bebia se "transformava" (CIDADE ALERTA PARANÁ, 2020b).

Por muitas vezes, são tantos casos de brutalidade, que a escolha da matéria para o quadro se torna difícil. Vale destacar que o processo de seleção da matéria é realizado exclusivamente por mulheres, considerando que a equipe é formada por uma editora-chefe, uma editora de texto e uma estagiária. A equipe seleciona matérias com cunho informativo orientando a como denunciar e destacando sempre que a culpa não é da vítima. A editora-chefe fica responsável por escolher os casos acontecidos em Curitiba e, no início da pandemia, também revisou os materiais recebidos da região oeste do Estado.

Já a editora de texto Cristiana Caniato fica responsável pelas matérias enviadas pelas praças de Londrina e Maringá. Como critério de seleção ela utiliza:

[...] a perspectiva do programa. O que tem imagens mais fortes, histórias mais fortes, no caso do Cidade Alerta, são o que mais vão garantir uma boa audiência e as histórias também eu gosto quando tem a vítima falando e não só o relato do repórter. Então eu acho importante ter a vítima passando a emoção dela, o que ela está sentindo (CANIATO, 2020, informação verbal).

Resumindo: desde o início, em 25 de maio de 2020, até a conclusão deste artigo, em 30 setembro de 2020, o quadro foi ao ar 16 vezes. Para escolher as reportagens, foi

usado como critério os casos de violência doméstica na quarentena no Paraná. Relatos de feminicídio, operações da polícia em relação à lei Maria da Penha e medidas do Governo também foram notícia. Apenas 3 semanas ficaram sem exibir o quadro por falta de matérias que cumprissem o perfil estabelecido pela equipe.

Além dos materiais exibidos na TV, o programa se utiliza das redes para manter o contato com o público. No dia 11 de agosto, foi lançada uma enquete com a seguinte pergunta: você sabe o que significa a palavra "feminicídio?" (figura 2).

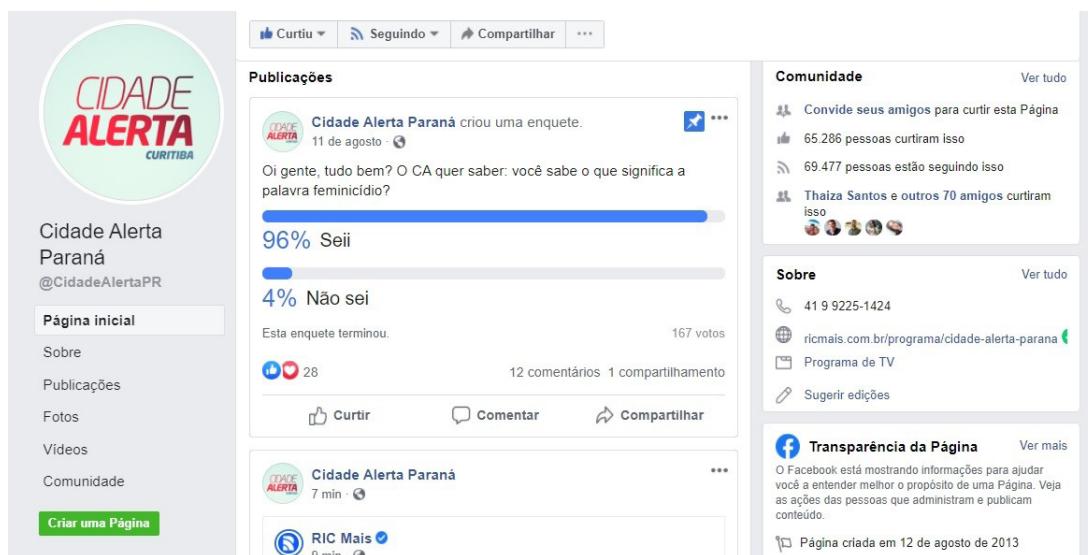


Figura 2 – Enquete realizada no Facebook do Cidade Alerta Curitiba sobre o significado de feminicídio.

Fonte: Facebook (2020).⁹

Foram 167 votos. 94% dos telespectadores responderam que sim, sabiam o que o termo significava. A pesquisa é importante para saber o nível de conhecimento do público e, desta maneira, poder escrever na chamada das reportagens lidas pelos apresentadores e nas frases exibidas na tela do programa o termo feminicídio, sabendo que o telespectador entende o que está sendo dito/escrito.

Todos os materiais exibidos nos quadros e no próprio programa são elaborados para um entendimento rápido e claro do que está acontecendo. Com a grande facilidade de acesso a vários meios de comunicação, o público está cada vez mais exigente do que quer assistir. Para não perder os telespectadores é preciso um produto versátil, ágil e interessante. O grande receio foi em conseguir manter esse estilo de produção e reunir mulheres que aceitassem falar sobre as violências vividas. No entanto, o quadro Isolamento e Violência Doméstica mostra ter sucesso e acolhimento do público por meio de mensagens recebidas

⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/CidadeAlertaPR/>. Acesso em: 20 set. 2020.

nas redes sociais, nas ruas pelos repórteres e também por meio de mensagens no WhatsApp do Cidade Alerta, bem como a constância do ibope enquanto o quadro é exibido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do gancho noticioso do aumento da violência no País, o abuso contra mulheres não é uma novidade no noticiário. Inclusive, as barbáries cometidas pelos agressores em casa sempre renderam números no ibope. O interesse dos telespectadores em acompanhar casos de violência doméstica é grande. Nos jornais impressos mais populares, as imagens violentas tinham destaque. Mas, com o tempo, a sociedade mudou. Surgiu a Lei Maria da Penha e depois a Lei do Feminicídio no Brasil. O feminismo também foi importante para criar a consciência social da brutalidade cometida contra a mulher, estimulando a denúncia. Algumas mulheres, inclusive, estão aceitando dar entrevista para emissoras de TV, expondo a própria luta em prol do combate ao machismo, denunciando o agressor e também sendo uma referência para que outras mulheres violentadas denunciem.

Graças a essas mudanças sociais, é notório que os registros de violência doméstica aumentaram ao longo dos 7 anos do programa Cidade Alerta. O feminismo, a legislação e as inúmeras imagens (sejam por celular, câmera de segurança ou de reportagem), que mostram flagrantes de violência contra a mulher, influenciaram no aumento de produção jornalística.

Por isso, a televisão se mostra um importante canal de comunicação e informação entre órgãos oficiais de segurança e telespectadores. Com uma grande abrangência de público, a TV pode alcançar famílias de vários cantos do País e levar a notícia de que é possível denunciar. Ao contrário de antigamente, as reportagens de hoje evitam imagens fortes dos crimes, mas se utilizam dos relatos sinceros de vítimas que não aceitam mais esse tipo de situação.

Por meio desta breve análise dos bastidores da notícia e reunindo o retorno do público, por meio do ibope e das redes sociais, é possível demonstrar que a televisão é importante no combate à violência doméstica. Também é possível notar o grande trabalho que é feito em torno do programa, quantas pessoas estão envolvidas para que o jornal possa ser exibido e como a atividade em equipe é fundamental para que o quadro aconteça. Para que o telespectador possa assistir o que é de interesse dele, é primordial que toda a equipe esteja extremamente envolvida no Cidade Alerta Curitiba. O jornalismo policial mudou, agora o respeito à vítima se torna cada vez mais uma prioridade e o serviço ao cidadão, que busca por mais informações, mostra-se cada vez mais necessário.

REFERÊNCIAS

- ADVINCULA, Maria Júlia Polentine. **Pandemia e Mulheres**. [S. l.]: Studio Sala de Aula, 2020. v. 2. p. 450-464.
- AGUIAR, Plínio. A cada dois minutos, uma mulher é vítima de violência doméstica. **R7**, 2019. Disponível em: <https://noticias.r7.com/sao-paulo/a-cada-dois-minutos-uma-mulher-e-vitima-de-violencia-domestica-20092019>. Acesso em: 20 set. 2020.
- ALBUQUERQUE, Larisse Leite; BARROS, Alessandra Almeida. **Pandemia e mulheres**. [S. l.]: Studio Sala de Aula, 2020. v. 1. p. 46-60.
- ALMEIDA, S. S. de; SAFFIOTI, H. I. B. **Violência de Gênero**: Poder e Impotência. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.
- ANDRÉ, Lucio. Curitiba: Ric TV Record, 21. set. 2020. Informação verbal gravada.
- AZZOLINI, Ivete. Curitiba: Ric TV Record, 21. set. 2020. Informação verbal gravada.
- BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 1 set. 2020.
- BRASIL. **Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015**. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm. Acesso em: 1 set. 2020.
- CANIATO, Cristiana. Curitiba: Ric TV Record, 28. set. 2020. Informação verbal gravada.
- CIDADE ALERTA PARANÁ. **Cidade Alerta Paraná Ao Vivo | Assista à íntegra de hoje – 03/06/2020**. 2020a. (1h45m5s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WlhPxa3XSk>. Acesso em: 19 ago. 2020.
- CIDADE ALERTA PARANÁ. **Cidade Alerta Paraná Ao Vivo | Assista à íntegra de hoje 21/09/2020**. 2020b. (1h18m2s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=p3-1ED6VDUs>. Acesso em: 22 set. 2020.
- CIDADE ALERTA PARANÁ. **Cidade Alerta Paraná Ao Vivo | Assista à íntegra de hoje | 23/09/2020**. 2020c. (1h22m14s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zufdVnBuwqA&t=3079s>. Acesso em: 24 set. 2020.
- CIDADE ALERTA PARANÁ. **Isolamento e violência doméstica**: novo quadro do Cidade Alerta. 2020d. (17m20s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xmAgkrkXgvs&t=2s>. Acesso em: 19 ago. 2020.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2011.
- FAEDRICH, Anna. **Pandemia e mulheres**. [S. l.]: Studio Sala de Aula, 2020. v. 1. p. 135-150.
- FRAGA, Larissa Caldeira de. **Estudos avançados em telejornalismo e audiovisual**. Porto Alegre: Grupo Educacional S.A., 2020.
- GOMES, Itania Maria Mota. **Gêneros televisivos e modos de endereçamento no telejornalismo**. Salvador: Edufba, 2011. 284 p.
- GOMES, Paulo. Curitiba: Ric TV Record, 23. set. 2020. Informação verbal gravada.
- HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.
- KANIAK, Thais. Casos de violência doméstica no Paraná aumentaram 8,5% no 1º trimestre de 2020, diz Sesp. **G1**, 2020a. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2020/05/12/casos-de-violencia-domestica-no-parana-aumentaram-85percent-no-1o-trimestre-de-2020-diz-sesp.ghtml>. Acesso em: 20 ago. 2020.
- KANIAK, Thais. Vítimas de violência doméstica e contra a mulher no Paraná podem fazer o B.O. pela internet. **G1**, 2020b. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2020/06/03/vitimas-de-violencia-domestica-e-contra-a-mulher-no-parana-podem-fazer-o-bo-pela-internet.ghtml>. Acesso em: 20 ago. 2020.

KANTAR IBOPE MEDIA. Print de tabela divulgada pelo setor de Ibope da RICTV. [S. l.: s. n.], 2020.

NOGUEIRA, Conceição. Feminismo e Discurso do Género na psicologia Social. **Psicologia & Sociedade**: Revista da Associação Brasileira de Psicologia Social, Braga, v. 13, n. 1, p. 107-128, 2001. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/4117>. Acesso em: 15 ago. 2020.

NOVO epicentro da pandemia de covid-19, América Latina vê números de violência doméstica e feminicídios dispararem. **O Globo**, 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/celina/novo-epicentro-da-pandemia-de-covid-19-america-latina-ve-numeros-de-violencia-domestica-feminicidios-dispararem-24472846>. Acesso em: 30 ago. 2020.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2017.

SANTOS, Dionei. Curitiba: Ric TV Record, 21. set. 2020. Informação verbal gravada.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E COVID-19: OS DESAFIOS DO ENFRENTAMENTO DAS VIOLÊNCIAS DURANTE A PANDEMIA¹

Nathália Pacheco Matos²

Kalyne Menezes³

RESUMO

O artigo apresenta uma necessidade de investigação e um caminho a ser percorrido em relação à violência de gênero, mais especificamente à violência doméstica em Goiás. Os dados de fontes oficiais, como Tribunal de Justiça de Goiás e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, revelaram um aumento geral nos dados relativos a esse tipo de violência de gênero durante a pandemia de covid-19. A partir disso, este artigo apresenta reflexões iniciais, a partir de levantamento bibliográfico, que serviram de embasamento para uma proposta de pesquisa desenvolvida no nível de graduação, como trabalho final do Curso de Jornalismo, e apoia-se no Etnojornalismo para estudar esse tipo de violência. Como instrumentos de coleta, sistematização e análise de dados, sugeriu-se o levantamento bibliográfico, a pesquisa documental, a observação participante e a entrevista em profundidade. O objetivo principal da pesquisa foi compreender as estruturas que levaram para o agravamento da violência durante a pandemia do novo coronavírus, considerando principalmente que o número de casos de violência doméstica aumentou e o de denúncias diminuiu consideravelmente. A escolha do corpo teórico para este artigo apoiou-se em autoras mulheres para discutir violência de gênero e violência doméstica. As discussões aqui expostas mostram que a violência de gênero, com destaque para a violência doméstica, pode ter sido agravada durante a pandemia por diversos fatores, como a necessidade do isolamento social como medida preventiva de transmissão de covid-19. As considerações reiteram a necessidade de pesquisa mais aprofundada sobre o tema, que além de analisar os dados oficiais das instituições governamentais, entrevistou

¹ Artigo apresentado no XVI Semic e atualizado em setembro de 2021.

² Estudante de Jornalismo da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás. E-mail: nathaliapacheco@discente.ufg.br.

³ Jornalista. Especialista em Assessoria de Comunicação e Marketing, Universidade Federal de Goiás, UFG. Mestra e Doutoranda em Comunicação, Cultura e Cidadania, UFG. Membra dos grupos de pesquisa "Mídia, Imagem e Cidadania" e "História da Comunicação em Goiás", CNPq. Bolsista Capes. E-mail: mskalyne@gmail.com.

mulheres vítimas desse tipo de violência para a construção de um livro-reportagem sobre o assunto. Essas mulheres fazem parte dos projetos da Prefeitura de Goiânia Casa Abrigo Sempre Viva e no Centro de Referência à Mulher Cora Coralina.

Palavras-chave: Jornalismo. Covid-19. Violência Gênero. Violência Doméstica. Goiânia.

DOMESTIC VIOLENCE AND COVID-19: THE CHALLENGES OF COPING WITH VIOLENCE DURING THE PANDEMIC

ABSTRACT

The article presents a need for investigation and a path to be followed in relation to gender violence, more specifically domestic violence in Goiás. Data from official sources, such as the Goiás Court of Justice and the Brazilian Public Security Forum, reveal an increase in the data relating to this type of gender-based violence during the covid-19 pandemic. Based on this, this article introduces initial reflections, build on a bibliographic survey, which serves as a basis for a research proposal to be developed at an undergraduate level, as the final work of the Journalism Course, and to do so, Ethnojournalism will be used as a support to study this type of violence. As for the instruments for data collection, systematization and analysis, bibliographic survey, documentary research, participant observation and in-depth interview are suggested. The main objective of the research is to understand the structures that led to the worsening of violence during the pandemic of the new coronavirus, considering mainly that the number of cases of domestic violence increased and the number of denouncements decreased considerably. The choice of the theoretical framework for this article is based on female authors to discuss gender violence and domestic violence. The discussions exposed here show that gender-based violence, especially domestic violence, may have been aggravated during the pandemic by several factors, such as the need for social isolation as a preventive measure for the transmission of covid-19. The considerations reiterate the need for more in-depth research on the topic, which in addition to analyzing official data from government institutions, intends to interview women victims of this type of violence in order to build a book-report on the subject. These women will be interviewed at Casa Abrigo Sempre Viva and at the Centro de Referência à Mulher Cora Coralina, both projects are carried out by the City Hall of Goiânia and are a reference for women victims of domestic violence.

Keywords: Journalism. Covid-19. Gender Violence. Domestic Violence. Goiânia.

INTRODUÇÃO

A violência doméstica, oriunda da violência de gênero, teve um agravamento com a pandemia de covid-19. Em abril de 2020, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública publicou uma nota técnica intitulada “Violência doméstica durante a pandemia de covid-19”, apresentando informações de dados de publicações de usuários do Twitter acerca de relatos de vizinhos que revelaram um aumento de 431% dos casos de violência doméstica entre fevereiro e abril de 2020. No Estado de Goiás, o Tribunal de Justiça de Goiás, por meio do Informe Técnico nº 01/2020 Contra Violência Doméstica Durante Pandemia, revelou que entre os dias 15 de março e 17 de abril de 2020, início da pandemia, foram expedidas 189 medidas protetivas de urgência e 89 prisões em flagrantes, contra 258 medidas protetivas de urgência e 80 prisões em flagrante, entre 16 de fevereiro a 16 de março de 2020, período anterior à pandemia.

Considerando esse contexto, o presente artigo expõe a necessidade de estudar o tema da violência doméstica no contexto da pandemia de covid-19, especificamente em Goiás, e propõe reflexões iniciais acerca do assunto, que permitirão construir uma primeira leitura acerca desse tema. Posteriormente, tais reflexões serviram de base para um estudo mais completo de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Jornalismo da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC) da Universidade Federal de Goiás (UFG)⁴, que resultou em um livro de perfis. O principal intuito da pesquisa foi compreender as estruturas que levaram para o agravamento da violência durante a pandemia do novo coronavírus, em 2020, investigando o aumento dos números relacionados a este tipo de violência a partir dos dados divulgados pelas secretarias de Saúde, em âmbito nacional, estadual, e municipal, além de coletar de relatos das mulheres que viveram esta violência no período da pandemia para a construção do livro.

Em relação à violência doméstica, em razão do aumento dos números no primeiro semestre de 2020, Órgãos Federais e Estaduais demonstraram que existe uma preocupação com esse aumento por meio da publicação de documentos que trazem dados e buscam, a partir deles, entender o crescimento da violência doméstica durante este período. Considerando esses contextos, é essencial questionar por meio da pesquisa proposta porque o número de casos aumentou e o de denúncias diminuiu, conforme apontam dados do Tribunal de Justiça de Goiás em relação à Goiânia. Além disso, consideramos que a violência doméstica pode ter se intensificado devido aos fatores gerados pela pandemia, como: crise financeira, crianças em casa, a instabilidade emocional e a dependência da renda do marido (SILVA *et al.*, 2020).

⁴ Trabalho desenvolvido por Nathália Pacheco Matos.

Para tratar do assunto, abordamos estudos sobre o tema pelo ponto de vista de autoras mulheres, como Martins e Alagia (2020), e relacionamos pesquisas de especialistas em violência de gênero, profissionais de saúde e dados divulgados pelos órgãos públicos. O levantamento bibliográfico abordou os conceitos de violência de gênero no mundo e no Brasil, os desafios da pandemia para as mulheres que são agredidas pelos seus companheiros e os perfis das mulheres violentadas, e dados que comprovem o aumento da violência doméstica. Na parte experimental, realizamos entrevistas com mulheres acolhidas pela Casa Abrigo Sempre Viva e Centro de Referência à Mulher Cora Coralina, ambos projetos da Prefeitura de Goiânia, para investigar os contextos da violência doméstica na pandemia.

Para desenvolver o trabalho propomos uma pesquisa qualitativa, apontada por Flick (2009) como uma forma de pluralizar esferas e considerar diversidade de ambientes, subculturas, estilos e formas de vida. Dentre os instrumentos metodológicos utilizados estão o levantamento bibliográfico e a pesquisa documental. Também utilizamos como instrumentos a observação participante e a entrevista em profundidade.

Ao final do estudo, apresentamos em forma de livro as histórias de mulheres vítimas de violência doméstica que foram silenciadas em suas vidas por um tempo considerável. As protagonistas foram mulheres acolhidas pelos dois locais citados anteriormente. O objetivo do livro de perfis é que as mulheres retratadas fossem colocadas como referência para outras mulheres, no sentido de que, por meio das narrativas compartilhadas, outras vítimas de violência doméstica possam identificar situações semelhantes e buscar mecanismos de apoio para mulheres/vítimas.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E COVID

Em se tratando das violências de gênero, Scott (1995) afirma que “gênero” é apresentado como sinônimo de mulheres e que o uso deste termo sugere uma conotação mais objetiva e neutra que o termo “mulheres”. A autora aponta uma crítica em relação a terminologia de gênero:

Enquanto o termo “história das mulheres” proclama sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais) que as mulheres são sujeitos históricos válidos, o termo “gênero” inclui as mulheres, sem lhes nomear (SCOTT, 1995, p. 4).

Bandeira (2014) aponta que a partir da década de 1980 o Brasil criou uma nova área de estudo que permitiu o debate de política singular, levando à criação de serviços públicos especializados e leis particulares. O debate da violência contra mulher surgiu neste momento, quando o feminismo desconstruiu a ideia de que isso era próprio da natureza dos homens

e das mulheres, trazendo a discussão para fora do âmbito biológico e trazendo para o da história. Bandeira (2014) explica que a violência de gênero não é perpetrada pela noção de igualdade entre os gêneros, mas pela desigualdade baseada na condição de gênero que normalmente começa no ambiente familiar.

Scott (1995) afirma que o termo gênero é utilizado para apontar que qualquer informação sobre as mulheres é também informação sobre os homens, e que o estudo de um gênero implica no estudo do outro. Scott (1995) acrescenta que a utilização do termo gênero rejeita explicações biológicas, que apresentam subordinação feminina devido ao corpo físico, e apresenta construções culturais a partir da criação social de ideias de papel de homem e de mulher.

Conforme Scott (1995) afirma, as construções sociais permeiam todo o debate da violência de gênero, que segundo Bandeira (2014) é uma violência produzida em contextos e espaços interpessoais e que tem cenários e históricos não padronizados. A autora afirma que o centro das violências reflete nas mulheres, em diversas formas como, violência física, sexual, psicológica, moral, acontecendo no âmbito particular quanto público.

Brilhante *et al.* (2016) argumenta que a violência de gênero apresenta particularidades significativas e está presente em todos os povos. A autora expõe que são crimes de ódio originados através de valores culturais e construídos que reiteram a população masculina a dominação através da força física e mental. A pesquisadora acrescenta ainda que a violência doméstica apesar de ter um alto índice é invisibilizada devido à imagem social de que o homem é chefe da casa, em uma estrutura familiar, o que permite que ele possua o direito de punir a mulher e os filhos, já que estes são considerados como sua propriedade.

Esse conceito do homem como tendo posse sobre a família reflete nos números da violência doméstica no Brasil. Segundo o Atlas da Violência 2020 uma mulher é morta a cada duas horas no país, acrescentando que a cada 6h23 uma mulher é morta dentro de casa. Das mortes femininas, 39,9% são de mortes na residência e 45,1% de mortes na rua. O percentual de mulheres que sofrem agressões em casa é 2,7 vezes maior do que o de homens. Em Goiás a taxa de homicídio feminino é de 6,4%.

Brilhante *et al.* (2016) pontua que investigações sobre violência de gênero no Brasil revelam que ela atinge mais mulheres jovens, com nível fundamental de ensino e atuantes em profissões que não precisam de qualificação. Já os homens agressores são predominantemente jovens, com nível de escolaridade inferior ao da companheira, casados e com reincidência de violência contra mulher. Campos, Tchalekian e Paiva (2020) argumentam que a violência contra mulher pode deixar marcas físicas e/ou simbólicas, que produzem ruptura e que podem deixar marca permanente na vítima.

Em relação à violência de gênero, Campos, Tchalekian e Paiva (2020) contextualizaram que a violência contra a mulher é perpetrada significativamente no ambiente doméstico,

pelo parceiro íntimo, sendo nomeada violência doméstica ou violência doméstica contra a mulher. As autoras apontam que a promulgação da Lei Maria da Penha, em 2006, estimulou estudos sobre o tema, mesmo que poucos os incluam homens autores de violência. As pesquisadoras acrescentam a importância de discutir sobre homens serem socializados como agressivos, utilizando violência física como prova de masculinidade.

Martins e Alagia (2020) argumentam que o poder do patriarcado existe no ambiente público e privado, sendo sustentado pelo poder político-econômico. Neste sentido, as autoras afirmam o conceito de violência não apenas física, mas acompanhada de violência social, política e econômica que recaem nas opressões, submissões e agressões no corpo feminino. Neste contexto, o ambiente doméstico apresenta um campo de batalha para as mulheres e neste local o machismo se materializa como disciplinamento.

No ano de 2020, devido à pandemia do vírus Sars-CoV-2/covid-19, que afeta desproporcionalmente ricos e pobres, em todo o mundo, acentuou a batalha das mulheres no campo domiciliar. No entanto, o fenômeno da violência doméstica não é novo, mas teve um crescimento apontado durante a pandemia. Silva *et al.* (2020) apontam três fatores para o aumento desse tipo de violência neste período: instabilidade econômica, uso/abuso de álcool e outras drogas, e enfraquecimento da rede de apoio da mulher. A análise aponta que a instabilidade econômica devido à redução de salários e desemprego é o principal elemento precipitador para o aumento de casos durante a quarentena.

Martins e Alagia (2020) destacam que as mulheres são as que primeiro sentem o efeito desse vírus. Segundo as autoras, as mulheres são as primeiras na linha de frente do combate a perder seus empregos, além de serem cobradas enquanto cuidadoras das rotinas dos lares. Assim, são confinadas com seus agressores e com “a violência financeira batendo na porta” (MARTIS; ALAGIA, 2020, p. 14). Isso pode gerar um contexto de frustração tanto por parte do agressor quanto da vítima, que acaba sofrendo violência.

[...] na base da violência masculina se encontra a frustração e que o sujeito masculino reage violentamente quando seus desejos e intenções são frustrados. A frustração de não poder sair, o confinamento sob olhares vigilantes dentro de casa, não poder ter certas liberdades, ruminar durante horas alguma traição, alguma infidelidade ou algum abandono, pode detonar a violência. Tudo isso agora é ampliado. Mas o mais importante que posso dizer é que estamos frente a uma situação ainda não vivida anteriormente. Todas as formas de violência e crime diminuiram e a de gênero aumentou. Poderíamos pensar que compreendemos, mas precisamos ser humildes e exercitar uma curiosidade enorme porque estamos diante do desconhecido e isso nos obriga a investigar o que está acontecendo, em primeiro lugar, com a masculinidade nesta situação de confinamento [...] (SEGATO, 2020, s.p.).

Em se tratando, ainda, desse aumento da violência de Gênero, o Informe Técnico nº 01/2020 Contra Violência Doméstica Durante Pandemia publicado pelo Poder Judici-

ário de Goiás ressaltou que Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) alertava a uma intensificação de violência doméstica em um período de distanciamento social obrigatório. O informativo apresentou que a diminuição do número de denúncias é devido que perto dos agressores a vítima se sente coagida e silenciada.

Silva *et al.* (2020) afirmam que no momento do isolamento social as mulheres se sentem desamparadas, sem a possibilidade de desabafar e de receber visitas. O estudo das autoras afirma que a partir do controle dos meios de comunicação o agressor consegue diminuir o índice de denúncias ou pedidos de ajuda. Outra informação constatada pelas autoras é que as vítimas têm medo de fazer a denúncia ou procurarem ajuda presencialmente e se contaminarem com a doença.

Em relação ao aumento desse tipo de violência, entre março e abril de 2020, já em pandemia, a taxa de feminicídio cresceu 22,2% em relação ao mesmo período do ano passado, segundo levantamento feito pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Conforme apontado, o aumento, em entrevista publicada Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), no dia 27 de março de 2020, a ministra do MMFDH, Damares Alves, argumentou que o confinamento obriga as vítimas a conviverem com os agressores por longos períodos. A ministra acrescentou que pela experiência do Ministério na maioria dos casos o agressor é uma pessoa da família ou muito próxima.

Ao trazer para a realidade de Goiânia, local que foi desenvolvida esta pesquisa, dados do Tribunal de Justiça de Goiás apontam uma diminuição no pedido de medidas protetivas e aumento no número de prisões em flagrante. Antes da pandemia, de 16 de fevereiro até 16 de março, foram pedidas 258 medidas protetivas contra 187 solicitadas durante a pandemia, entre os dias 17 de março e 15 de abril. Em relação a prisão em flagrante foi constatado um aumento de 80 prisões em flagrante no período anterior a pandemia e 89 prisões em flagrante durante a pandemia. Em concordância com este aumento, o MMFDH apresentou um crescimento de 9% no número de denúncias, realizadas por meio de ligação, durante o primeiro mês de pandemia. Silva *et al.* (2020) argumentam que os serviços de saúde estão voltados para cuidar de pessoas infectadas pela doença, assim as mulheres em situação de violência perdem mais ainda o atendimento nos serviços de saúde pública.

Além disso, Martins e Alagia (2020) destacam que durante a pandemia as mulheres são isoladas e convivem o dia inteiro com seus agressores. Ao mesmo ponto que o isolamento social salva-vidas, evitando a transmissão do vírus, ele também denuncia no corpo da mulher as violências e machismo, estruturados na nossa sociedade (MARTINS; ALAGAI, 2020). De acordo com dados do Governo Federal, durante a pandemia da covid-19, o Disque 180, número para realizar denúncias, teve um aumento de quase 9% no canal de denúncias de violência contra mulher. A Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH) e o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) divulgaram entre 1

e 16 de março 3.045 ligações recebidas contra 829 denúncias registradas, e, praticamente um mês depois, entre 17 até 25 de abril, os números subiram para 3.303 ligações recebidas contra 978 denúncias registradas.

É apontado por Vieira, Garcia e Maciel (2020) que as organizações responsáveis pelo enfrentamento da violência doméstica notaram um aumento por causa da coexistência obrigatória no mesmo espaço. A ONU Mulheres em suas Diretrizes para Atendimento em Casos de Violência de Gênero contra Meninas e Mulheres em Tempos da Pandemia covid-19 (2020), afirma que as medidas “sanitárias adotadas com relação à covid-19 têm diferentes impactos para a população e devem ser avaliadas de acordo com as condições socioeconômicas e culturais que apresentem” (ONU MULHERES, 2020, p. 8).

Ademais, algumas iniciativas governamentais para prevenir a pandemia, como é o caso da política “Fique em casa”, pode atingir diretamente o corpo feminino resultantes das agressões domésticas. A ação orientava que as mulheres vítimas de violência doméstica fizessem um “X” com batom vermelho na palma da mão e mostrassem ao balconista da farmácia, que entenderia a mensagem de que ela é vítima de violência e repassaria a informação aos órgãos competentes. A medida foi implantada no estado devido ao acréscimo de 22,2% casos de feminicídio no País entre os meses de março e abril, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, e da diminuição de denúncias no Estado enquanto teve um aumento de 17% de prisões devido ao crime.

Além das questões diretas da violência, como machismo, poder patriarcal, coerção financeira e social, faz-se importante abordar as questões estruturais, como o aumento da taxa de desemprego, insegurança econômica, maior necessidade de atenção para os filhos, como forma de subsídio para compreensão do tema (SILVA et al., 2020). Utilizaremos o pensamento de Gago (2019) para delimitar estes fatores externos.

Conegar as violências que implica em transbordar os confins das “violências de género” para vincular a violência de gênero com as múltiplas formas de violência possíveis. Desta forma saímos do local de puras vítimas que nos querem classificar para inaugurar uma palavra política que não apenas denuncia a violência contra o corpo das mulheres, mas abre uma discussão sobre outros corpos feminizados e ainda se descola de uma única forma de violência (sempre doméstica, íntima e portanto reclusa), para entendê-la como um plano de violências económica, institucional, de trabalho, coloniais e etc. (GAGO, 2019, p. 66, tradução nossa).⁵

5 Conegar las violencias implica desbordar los confines de la «violencia de género» para vincular la violência de género con las múltiples formas de violencia que la hacen posible. De este modo nos salimos del «cor-sé» de puras víctimas con que se nos quiere encasillar para inaugurar una palabra política que no sólo denuncia la violencia contra el cuerpo de las mujeres, sino que abre la discusión sobre otros cuerpos feminizados y, más aún, se desplaza de una única definición de violencia (siempre doméstica e íntima, por tanto recluida), para entenderla con relación a un plano de violencias económicas, institucionales, laborales, coloniales etc. (GAGO, 2019, p. 66).

Assim, podemos considerar que uma das dificuldades durante a pandemia foi a população se voltar exclusivamente para o ambiente doméstico como símbolo de segurança, saúde e cuidado (MARTINS; ALAGAI, 2020). Como pontuado por Vieira, Garcia e Maciel (2020), as organizações responsáveis pelo enfrentamento da violência doméstica notaram um aumento por causa da coexistência obrigatória no mesmo espaço, insegurança econômica, estresse e medos em relação ao novo coronavírus.

Apesar dessa intensificação, o problema da violência de gênero não foi trazido pela pandemia da covid-19. Vieira, Garcia e Maciel (2020) apresenta que conceitos como a sensibilidade feminina, intuição e instintos, opondo-as às questões universais, racionais, políticas e culturais, ligando-as a devoção para o lar, marido e filhos, constroem a narrativa misógina de dependência do marido: o provedor. A sensação de posse, a normalização das agressões cotidianas, e a invisibilidade da violência simbólica são resultados destes conceitos (VIEIRA; GARCIA; MACIEL, 2020).

Escolhemos os locais Casa Sempre Viva e Centro de Referência à Mulher Cora Coralina como local de pesquisa do assunto e de contato com as mulheres que sofreram violência doméstica. Essa escolha foi motivada pelo fato desses espaços serem geridos pela Prefeitura de Goiânia, município onde foi angulado a pesquisa, e serem referência de programas gratuitos que fazem parte das políticas públicas de acolhimento às mulheres vítimas de violência doméstica. Na pesquisa, foi notado que os locais são importantes para as vítimas mesmo anos depois da violência.

Por meio das entrevistas foi identificado que estas mulheres se sentem coibidas a realizarem as denúncias devido ao medo que o agressor violento elas ou seus filhos. Em casos que envolvem crianças, foi possível notar que as mães ficam nestes relacionamentos devido às ameaças de que perderam os filhos. Isso foi explicitado por Luiza que para sobreviver precisou fugir do ex-companheiro, mas devido a isso, ficou quatro anos sem ver a filha. "Eu voltei para ele por causa de nossa filha. Em meu pensamento só havia a certeza de que, mesmo se ele me matasse, eu tinha que estar do lado da minha menina", disse em entrevista.

Também relatamos os impactos físicos, mentais e morais provocados pelo relacionamento. Como também as marcas deixadas nas vidas das crianças que nasceram e sobreviveram durante parte da sua jornada em locais violentos. Como exemplo disso, podemos abordar a dependência química dos filhos de Larissa ou as crises de pânico das irmãs de Vitória. "Todas as vezes em que meu padrasto começava a xingar a minha mãe, as minhas irmãs tinham ataques de pânico e crises de ansiedade", desabafou Vitória em entrevista.

O livro relata a importância das políticas públicas para essas mulheres, assim como foi buscado que, por meio da informação, às vítimas de violência doméstica ampliem seu conhecimento sobre o assunto e com isso aumentem os números de denúncias. Ainda

por meio do livro, foi abordado a importância do apoio psicológico para essas mulheres por meio da entrevista com a psicóloga da SMPM, Dalila Rezende. Em sua entrevista, ela relatou a importância das redes de apoio para essas mulheres conseguirem sair da situação de violência, principalmente para a imersão no mercado de trabalho e romperem a dependência financeira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, a violência de gênero faz uma mulher ser morta a cada duas horas⁶, e a violência doméstica é um fator que contribui para essas mortes. Em um contexto de pandemia de covid-19, os números desse tipo de violência foram expressivos e chamam atenção para uma sociedade que ainda luta por equidade de gênero, bem como direitos e iniciativas que favorecem isso como um fator importante para a cidadania. Dito isso, vemos como fundamental pesquisar a origem do número de violência contra mulher e contextos desse aumento, analisar fatores que levaram à diminuição das medidas protetivas e identificar se existe um perfil para as vítimas de violência doméstica, na tentativa de que esses resultados contribuam, de alguma maneira, para que a sociedade caminhe nessa direção de equidade.

Além disso, as discussões a respeito dos fatores estruturais que contribuíram para o aumento dessa violência permanecem necessárias. Por meio da pesquisa realizada nas casas da Prefeitura foi revelado que ainda há muito a se avançar nas políticas de proteção às mulheres. Notamos a necessidade que a vítima de violência doméstica tem de contar as suas próprias histórias, após anos de silenciamento enquanto carregam marcas dessa agressão. Assim, buscamos com o livro reportagem, proposto para TCC, reafirmar o compromisso ético da reportagem, conforme definido por Lage (2014).

Martinez (2009) acrescenta que o jornalismo literário retira o protagonismo da história de super-heróis e coloca em pessoas comuns e suas batalhas cotidianas, desejando mostrar o ser humano real e não o idealizado. Este gênero busca detalhar os personagens da vida real como forma do leitor se conectar, por isso é descrito seus traços físicos, desejos, ideologias, onde está localizado geograficamente, em qual contexto socioestrutural está inserido.

Acreditamos que, por meio das entrevistas e relatos das mulheres da Casa Abrigo Sempre Viva e Centro de Referência à Mulher Cora Coralina, podemos ter a visão de quem sofreu essa violência de perto e, com isso, dar também a essas mulheres um lugar de fala. Sendo essa uma necessidade que as cinco entrevistadas apresentaram em suas histórias,

⁶ Dados do Monitor da Violência, segundo reportagem do G1: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/03/08/no-brasil-uma-mulher-e-morta-a-cada-duas-horas-vitima-da-violencia.ghtml>. Acesso em: 22 abr. 2022.

de falarem e serem escutadas. Assim como o desejo que de alguma forma sua história sirva para retirar outras mulheres da situação de violência.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Damares: Coronavírus: sobe o número de ligações para canal de denúncia de violência doméstica na quarentena. **Gov. br**, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/marco/coronavirus-sobe-o-numero-de-ligacoes-para-canal-de-denuncia-de-violencia-domestica-na-quarentena>. Acesso em: 28 de set.
- BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 29, n. 2, ago. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200008. Acesso em: 4 nov. 2020.
- BRILHANTE, Aline et al. Um estudo bibliométrico sobre a violência de gênero. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 703-715, set. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902016000300703&lng=pt&tlang=pt. Acesso em: 4 nov. 2020.
- BRITTO, Alvez; FEREZ, Nazir. A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos. **Evidência**, Araxá, v. 7, n. 7, p. 237-250, 2011. Disponível em: https://met2entrevista.webnode.pt/_files/200000032-64776656e5/200-752-1-PB.pdf. Acesso em: 4 nov. 2020.
- CAMPOS, Brisa; TCHALEKIAN, Bruna; PAIVA Vera. Violência Contra a Mulher: Vulnerabilidade Programática em Tempos de Sars-Cov-2/covid-19 em São Paulo. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 32, p. 1-20, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822020000100414&lang=pt. Acesso em: 28 set. 2020.
- CHARBONNEAUX, Juliette; GKOUSKOU-GIANNAKOU, Pergia. O Jornalismo de "dados", uma prática de investigação? **Brazilian Journalism Research**, Brasil, v. 11, ed. 2, 30 dez. 2015. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/592/678#>. Acesso em: 4 nov. 2020.
- CORREIA, Maria da Conceição. A Observação Participante Enquanto Técnica de Investigação. **Pensar Enfermagem**, Brasil, v. 13, n. 2, p. 30-36, 2009. Disponível em: http://pensarenfermagemold.esel.pt/files/2009_13_2_30-36.pdf. Acesso em: 2 dez. 2020.
- DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. (org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2011. p. 62-82.
- ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho. Etnografia: saberes e práticas. In: GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos; PINTO, Celi Regina (org.). **Ciências Humanas**: pesquisa e método. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.
- FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FÓRUM DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Nota técnica**: Violência doméstica durante a pandemia de covid-19 – 16 de abril de 2020. Rio Grande do Sul: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020. Disponível em: <http://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/violencia-domestica-covid-19-v3.pdf>. Acesso em: 28 set. 2020.
- GAGO, Verónica. **La potencia feminista**: O el deseo de cambiar lo todo. Buenos Aires: Editora Tinta Limón, 2019.
- GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa. **Levantamento bibliográfico e pesquisa científica**: Fundamentos de Epidemiologia. Barueri: USP, 2011. Disponível em: http://www2.eerp.usp.br/nepien/DisponibilizarArquivos/Levantamento_bibliografico_Cristiane-Galv.pdf. Acesso em: 4 nov. 2020.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violência 2020**. Brasília, DF: Ipea, 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/200826_ri_atlas_da_violencia.pdf. Acesso em: 4 nov. 2020.
- KASEKER, Mônica Panis. Apontamentos sobre o conceito de Etnojornalismo. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 16., 2018, São Paulo. **Anais eletrônicos** [...] São Paulo: Fiam: Faam, 2018. Disponível em: <http://sbpjor.org.br/congresso/index.php/sbpjor/sbpjor2018/paper/viewFile/1334/750>. Acesso em: 4 nov. 2020.

LAGE, Nilson. Conceitos de jornalismo e papéis sociais atribuídos aos jornalistas. **Revista Pauta Geral**: Estudos Em Jornalismo, Ponta Grossa, v. 1, ed. 1, p. 20-25, jul. 2014. Disponível em: <https://revistas.apps.uepg.br/index.php/pauta/article/view/6080/3724>. Acesso em: 4 nov. 2020.

MACKINLAY, Jock; KOSARA, Robert; WALLACE, Michelle. Como contar histórias com dados: usando visualizações para compartilhar o impacto dos números. **Tableau**, s.d. Disponível em: <https://www.tableau.com/pt-br/learn/whitepapers/data-storytelling-using-visualization-share-human-impact-numbers>. Acesso em: 17 nov. 2020.

MARTINEZ, Mônica. Jornalismo Literário: e a realidade de forma autoral e humana. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, ano 6, n. 1, p. 71-83, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2009v6n1p71/10418>. Acesso em: 17 nov. 2020.

MARTINS, Fernanda; ALAGIA Laura. Guerra contra as mulheres: uma análise feminista da violência sobre a precarização de mulheres e os efeitos da pandemia. **Opinião Filosófica**, Porto Alegre, v. 11, ed. esp. 2, p. 1-16, 2020. Disponível em: <https://www.opiniaofilosofica.org/index.php/opiniaofilosofica/article/view/984>. Acesso em: 28 set. 2020.

MELO, José Marques; ASSIS, Francisco. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. In: INTERCOM, 2016, São Paulo. **Anais eletrônicos** [...]. São Paulo: RBBC, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/interc/v39n1/1809-5844-interc-39-1-0039.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2020.

MONTEIRO, Regina Clare. A pesquisa qualitativa como opção metodológica. **Pro-Posições**, São Paulo, ed. 5, ago. 1991. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8644453/11876>. Acesso em: 4 nov. 2020.

ONU MULHERES. **Diretrizes para atendimento em casos de violência de gênero contra meninas e mulheres em tempos da pandemia da covid-19**. Brasília, DF: Onu Mulheres, 2020. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Diretrizes-para-atendimento_ONUMULHERES.pdf. Acesso em: 6 out. 2020.

PEREIRA, Mayra Celina; MORAIS Vângela Maria. Estratégias de Comunicação e Etnojornalismo no Conselho Indígena de Roraima. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORTE, 15., 2016, Boa Vista. **Anais eletrônicos** [...]. Boa Vista: UFRR, 2016. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/norte2016/resumos/R49-0603-1.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2020.

SÁ-SILVA, Jackson; ALMEIDA, Cristóvão; GUINDANI, Joel. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Rio Grande do Sul, v. 1, n. 1, p. 1-15, jul. 2009. Disponível em: <https://www.rbhcs.com/rbhcs/index>. Acesso em: 4 nov. 2020.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 15, ed. 2, p. 71-99, 1 dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 4 nov. 2020.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE GOIÁS. **Campanha destaca farmácias como agentes contra violência doméstica**. Goiás: Secretaria de Estado da Saúde, 2020. Disponível em: <https://www.saude.go.gov.br/noticias/11249-campanha-destaca-farmacias-como-agente-contra-violencia-domestica>. Acesso em: 28 set. 2020.

SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Casa Abrigo Sempre Viva**. Goiânia: Prefeitura de Goiânia, s.d. Disponível em: <https://www.goiania.go.gov.br/smpm/casa-abrigo-sempre-viva/>. Acesso em: 28 set. 2020.

SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Centro de Referência Cora Coralina**. Goiânia: Prefeitura de Goiânia, s.d. Disponível em: <https://www.goiania.go.gov.br/smpm/centro-de-referencia-cora-coralina/>. Acesso em: 28 set. 2020.

SEGATO, Rita. A verdadeira liberdade está na incerteza. **Bazar do Tempo**, 2020. Disponível em: <https://bazardotempo.com.br/a-verdadeira-liberdade-esta-na-incerteza-entrevista-com-rita-segato/>. Acesso em: 28 de set.

SILVA, Andrey et al. Elementos precipitadores/intensificadores da violência conjugal em tempo da covid-19. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 9, set. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020000903475&lang=pt. Acesso em: 28 set. 2020.

STUMPF, Ida. Pesquisa Bibliográfica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2011. p. 51-61.

TRAVANCAS, Isabel. Fazendo Etnografia no Mundo da Comunicação. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2011. p. 99-109.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS. **Informe Técnico nº 01/2020 Contra Violência Doméstica Durante Pandemia**. Goiânia: Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, 2020. Disponível em: https://www.tjgo.jus.br/images/docs/CCS/informe_tecnico.pdf. Acesso em: 28 set. 2020.

VIEIRA, Pamela; GARCIA, Leila; MACIEL, Ethel. Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela?

Revista Brasileira de Epidemiologia, Rio de Janeiro, v. 23, p. 1-15, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2020000100201. Acesso em: 28 set. 2020.

CASOS DE SUICÍDIO EM SITES DO VALE DO ARAGUAIA-MT: UMA ANÁLISE DISCURSIVA

Talita Furtado de Queiroz Franco¹

Deyvission Pereira da Costa²

RESUMO

O suicídio é uma das principais causas de morte no mundo. A cada ano, cerca de 800 mil pessoas tiram a própria vida e um número ainda maior de indivíduos tenta suicídio. Cada suicídio é uma tragédia que afeta famílias, comunidades e países inteiros e tem efeitos duradouros sobre as pessoas deixadas para trás. As instituições sanitárias frequentemente buscam auxílio em diferentes setores da sociedade, especialmente da comunicação e do jornalismo, para ampliar as discussões acerca do tema e prevenir a ocorrência. Neste contexto, esta pesquisa qualitativa buscou analisar as notícias de casos de suicídio publicados em sites das cidades de Água Boa, Nova Xavantina e Barra do Garças (Água Boa News, Interativa FM, Nx1 e Araguaia Notícia) entre 2018 e 2019, com o objetivo de analisar discursivamente, proximidades e distanciamentos em relação ao que preconiza a Organização Mundial da Saúde, materializado no Manual de Prevenção ao Suicídio. A escolha deste objeto se deu pelo fato desses sites serem os mais representativos e com mais visualizações da região. Foram selecionadas cinco matérias para composição do corpus de análise. Identificou-se, as representações dos sujeitos suicidas propostas pelo texto jornalístico, quais falas autorizadas estavam presentes no texto e as justificativas que a imprensa digital para a efetivação do ato suicida, a fim de investigar como o discurso jornalístico se relaciona com o discurso da saúde ao noticiar suicídios. Por fim, concluímos que as matérias analisadas não seguiram, em sua maioria, as recomendações da Organização Mundial da Saúde, o que pode provocar efeitos de sentidos contrários ao da prevenção de novos casos. Este estudo pode contribuir com reflexões acerca da publicação do suicídio e compreender o papel dos meios de comunicação para fomentar a conscientização pública, sobretudo em sites de cidades do interior que possuem características particulares como a proximidade, quando, de certo modo, "todos se conhecem". Um texto jornalístico bem elaborado deve amenizar o impacto e evitar constrangimentos aos familiares e a comunidade. Além de evitar o possível efeito contágio.

Palavras-chave: Suicídio. Discurso. Imprensa Digital. Vale do Araguaia/MT.

¹ Mestranda em Comunicação e Poder, UFMT. E-mail: enftec.talitafurtado@hotmail.com.

² Doutor em Comunicação, UFMG. Docente em Comunicação Social, UFMT. E-mail: deyvissoncosta@yahoo.com.br.

SUICIDE CASES IN VALE DO ARAGUAIA-MT SITES: A DISCURSIVE ANALYSIS

ABSTRACT

Suicide is one of the leading causes of death in the world. Each year, about 800,000 people take their own lives and an even greater number of individuals attempt suicide. Each suicide is a tragedy that affects families, communities and entire countries and has lasting effects on people left behind. Health institutions often seek assistance in different sectors of society, especially communication and journalism, to expand discussions on the topic and prevent the occurrence. In this context, this qualitative research sought to analyze the news of suicide cases published on websites in the cities of Água Boa, Nova Xavantina and Barra do Garças (Água Boa News, Interativa FM, Nx1 and Araguaia Notícias) between 2018 and 2019, with the objective of to analyze discursively, proximity and distances in relation to what the World Health Organization recommends, materialized in the Suicide Prevention Manual. The choice of this object was due to the fact that these sites are the most representative and with the most views in the region. Five articles were selected to compose the corpus of analysis. It was identified, the representations of the suicidal subjects proposed by the journalistic text, which authorized speeches were present in the text and the justifications that the digital press for the accomplishment of the suicidal act, in order to investigate how the journalistic discourse is related to the health discourse when reporting suicides. Finally, we conclude that the matters analyzed did not follow, for the most part, the recommendations of the World Health Organization, which can cause effects of meanings contrary to the prevention of new cases. This study can contribute to reflections on the publication of suicide and to understand the role of the media to foster public awareness, especially on sites in cities in the interior that have particular characteristics such as proximity, when, in a way, "everyone knows each other". A well-prepared journalistic text should mitigate the impact and avoid embarrassment for family members and the community. In addition to avoiding the possible contagion effect.

Keywords: Suicide. Discourse. Digital Press. Vale do Araguaia-MT.

INTRODUÇÃO

O suicídio é talvez a forma mais trágica de encerrar a vida. Diariamente, segundo a Organização Mundial da Saúde, cerca de 3 mil pessoas matam a si mesmas em todo o mundo — um a cada 40 segundos. Aproximadamente 25 destes casos ocorrem no Brasil. Ainda de acordo com a OMS, o Brasil registrou 11.433 mortes por suicídio em 2016 — em média, um caso a cada 46 minutos. O número representa um crescimento de 2,3% em relação a 2015, quando 11.178 pessoas tiraram a própria vida, segundo dados informados pelo Ministério da Saúde.

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2000, p. 2), a maioria das pessoas que consideram a possibilidade de cometer o suicídio não está certa sobre se querem realmente morrer. Ainda, segundo a organização, um dos inúmeros fatores que podem levar um indivíduo vulnerável a efetivamente tirar a vida pode ser a publicização desordenada sobre os suicídios. De acordo com o Manual de Prevenção ao Suicídio da OMS (2000), difundir informação de forma apropriada é essencial para o sucesso dos programas de prevenção ao suicídio. Em outras palavras, a OMS não impede que sejam divulgadas notícias sobre o tema, mas visa ordenar as formas pelas quais o assunto é relatado pela imprensa.

O manual *Comportamento suicida: conhecer para prevenir* (OMS, 2009) dirigido aos profissionais da imprensa oferece orientações sobre como noticiar o suicídio de maneira adequada para informar sem provocar danos. O documento sugere que as matérias respeitem o impacto que possam causar entre amigos e familiares da vítima. Além disso, sugere que matérias sobre estatísticas acerca de suicídios e sua prevenção, assim como os avanços no tratamento de transtornos mentais, sejam publicados.

Segundo Dapieve (2009), a notícia, bem como as notícias sobre suicídio, é importante quando é relevante para um número considerável de pessoas. A noção de interesse público é crucial para o produtor da notícia, pois há o relato do inusitado, do novo, do excêntrico ou do muito distante. Assim, o olhar do jornalista implica em fato, relato e público. O novo com caráter de ruptura é a notícia sobre o acontecimento de uma tragédia. Temas trágicos denunciam a precariedade humana. A morte exerce fascínio e é ambicionada enquanto mercadoria jornalística.

Ao mesmo tempo, no cruzamento entre fato, relato e público, que se materializa nos textos jornalísticos, os sentidos da tragédia do suicídio ultrapassam os limites impostos pela ética profissional bem como é tensionada pelos contornos culturais de nossa época. A ética jornalística defende a cautela na divulgação de casos de suicídio, o que é apontado como um elemento que sustenta o trabalho da imprensa. Porém, nota-se que a falta de orientação em relação ao tema do suicídio é reflexo do tabu cultural, quando se verifica certa omissão do assunto em manuais de redação do país e mesmo nos códigos de ética

profissional e na deontologia jornalística (DAPIEVE, 2006). Isso é suficiente para exemplificar a baixa prioridade que a discussão sobre o suicídio possui no cotidiano dos jornalistas e justificar uma pesquisa sobre o discurso midiático do texto jornalístico sobre o tema.

Segundo Cyrre (2013), o texto jornalístico não é uma unidade fechada e incompleta; e se o considerarmos como discurso, reinstala-se a sua incompletude. Em vista disso, estudar o texto/disco^rso de jornal significa compreender não só como o texto produz sentido, mas para qual sociedade historicamente determinada produz sentido. Já que a mídia – enquanto detentora do poder de fazer-saber – é capaz de revelar a produção de uma mercadoria para um público determinado, ela pode direcionar esse produto-mercadoria para produzir ou reforçar mensagens ideológicas e, com isso, desqualificar os sujeitos do acontecimento noticiado, ou mesmo vir a enaltecer-los. Isso implica compreender tanto como os sentidos estão no texto/disco^rso quanto como ele pode ser lido, especialmente em relação à tragédia da morte por suicídio.

Neste contexto, o objetivo desta pesquisa é explorar casos de suicídio veiculados em sites de notícias das cidades de Água Boa, Nova Xavantina e Barra do Garças (Água Boa News, Interativa FM, Nx1 e Araguaia Notícia)³, localizadas na região nordeste de Mato Grosso, também denominada região do Vale do Araguaia a fim de compreender como estes sites atuam se aproximando ou distanciando do que preconiza a Organização Mundial da Saúde. Neste sentido, indaga-se quais efeitos de sentidos são produzidos pelo discurso jornalístico nas notícias sobre o suicídio nos sites, especificamente, quais as falas autorizadas são mobilizadas no discurso e quais são silenciadas? Como o discurso jornalístico se relaciona com o discurso da saúde para os possíveis suicidas e familiares?

A escolha destes sites se deu pelo fato de serem os veículos noticiosos de mais representatividade da região com mais visualizações de suas publicações. Trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo bibliográfica. Para a coleta de dados, primeiramente, houve um levantamento das notícias dos anos de 2018 e 2019 sobre suicídio. Foram escolhidas cinco notícias de casos de suicídio ocorridos na região do Vale do Araguaia. Para contextualizar, discorreremos sobre Análise do Discurso, além dos conceitos de suicídio e o papel da mídia. Por fim, as análises foram feitas sob a ótica da Análise do Discurso (FERNANDES, 2008) e o que preconiza orientações da Organização Mundial da Saúde em como se deve noticiar os suicídios.

Esta pesquisa pode contribuir com reflexões acerca da publicação do suicídio e compreender o papel dos meios de comunicação para fomentar a conscientização pública

³ Disponível em: <http://www.aguaboanews.com.br/>. Acesso em: 23 abr. 2022.

Disponível em: <http://www.iappe.com.br/portal/>. Acesso em: 23 abr. 2022.

Disponível em: <https://www.nx1.com.br/>. Acesso em: 23 abr. 2022.

Disponível em: <https://araguaianoticia.com.br/>. Acesso em: 23 abr. 2022.

sobretudo em sites de cidades do interior que possuem características particulares como a proximidade, quando, de certo modo, "todos se conhecem", evitando constrangimentos aos familiares e o possível efeito contágio.

DISPOSITIVO TEÓRICO METODOLÓGICO DA ANÁLISE DO DISCURSO

Para Fernandes (2005, p. 12), estudar *discurso* como objeto de investigação científica, significa romper com as acepções advindas do senso comum, que integram o cotidiano, e procurar compreendê-lo "tomado como objeto da Análise do Discurso, não é a língua, nem texto, nem a fala, mas necessita de elementos linguísticos para ter uma existência material".

Associada à noção de discurso, encontra-se a noção de sentido e o efeito de sentidos entre sujeitos em interlocução (sujeitos se manifestando por meio do uso da linguagem). Fernandes (2005) afirma que esses sentidos, e não o significado da palavra apenas, são produzidos em decorrência da ideologia dos sujeitos em interlocução, da forma como compreendem a realidade política e social na qual estão inseridos. Dessa forma, para compreender o discurso, é necessário considerar os elementos que têm existência no social, as ideologias, a História. Para ele, a análise destina-se a evidenciar os sentidos do discurso tendo em vista suas condições sócio-históricas e ideológicas de produção.

Cada enunciado deve ser analisado tendo em vista seu contexto de produção, visto que os enunciados não constituem frases e sim "acontecimentos que sofrem continuidade, descontinuidade, dispersão, formação e transformação, cujos sentidos são incompletamente alcançados" (FERNANDES, 2008, p. 43). Por isso, a escolha de um enunciado e não de outro implica dizer que o discurso supõe controle, o qual será determinado por condições extralingüísticas, capazes de demarcar o que deve ou não ser dito, para quem, em que lugar e em que momento. Sobre esses aspectos, Foucault (2008) afirma que:

Em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e distribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu conhecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2008, p. 8-9).

Assim, segundo Gregolin (2005), a Análise do Discurso, interessa-se cada vez mais em tomar a mídia como objeto de investigação.

Gregolin (2005), explica que a criação dessa ilusão de "unidade" do sentido é um recurso discursivo que fica evidente nos textos da mídia. Como o próprio nome parece indicar, as *mídias* desempenham o papel de mediação entre seus leitores e a realidade. O que os textos da mídia oferecem não é a realidade, mas uma construção que permite ao leitor produzir formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta.

O SUICÍDIO

Segundo Mauren Santos (2019), o suicídio não é um assunto fácil de abordar, "parece que o soar de cada uma das letras está impregnado de uma conotação negativa e de medo. Se falar é difícil, tentar compreender o fenômeno, é desafiador" (SANTOS, 2019, p. 20).

Botega (2015), relata que a ação suicida geralmente relaciona-se a problemas de saúde mental, podendo existir, também, ligação com doenças físicas crônicas ou doenças terminais reforçam e apresentam fatores que podem estar relacionados ao ato do suicídio, a saber: saúde mental (desordens psíquicas e problemas relacionados ao abuso de drogas lícitas e ilícitas); histórico de suicídio na família; problemas pessoais (separação/divórcio, perda da saúde ou da identidade); eventos estressantes (imposição, violência sexual e/ou corporal, instabilidade na família, alterações sociais e outros); acesso a dispositivos fatais (armas de fogo); problemas relacionados à lei (prisão), além de questões relacionadas à identidade sexual.

O suicídio, definido por Durkheim como "todo caso de morte que resulta direta ou indiretamente de um ato, positivo ou negativo, realizado pela própria vítima e que ela sabia que produziria esse resultado" (DURKHEIM, 2002, p. 14) era considerado crime na vigência da teoria clássica da soberania, "pois era um modo de usurpar o direito de morte que somente os soberanos, o daqui debaixo ou o do além, tinham o direito de exercer" (FOUCAULT, 1988, p. 129). Outrossim, o suicídio contraria a lógica da biopolítica, uma vez que enquanto a biopolítica "faz viver", valoriza e preserva a vida, o suicídio é um ato de ceifar a vida, de buscar a morte.

De acordo com a cartilha *Suicídio: informando para prevenir*, lançada em 2014 pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) com o apoio da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), a morte voluntária pode ser definida como um "ato deliberado executado pelo próprio indivíduo, cuja intenção seja a morte, de forma consciente e intencional, usando um meio que ele acredita ser letal".

Moraes (2013) explica que a morte em nossa sociedade, diferentemente do que ocorre em algumas sociedades orientais, é de difícil aceitação, principalmente quando relacionada a um ente querido. Ela provoca alterações na organização da vida diária dos indivíduos e representa uma terrível e inevitável ameaça a todos.

Segundo a OMS (2000), trata-se de um grave problema de saúde pública. No entanto, os suicídios podem ser evitados em tempo oportuno, com base em evidências e com intervenções de baixo custo. Para uma efetiva prevenção, as respostas nacionais necessitam de uma ampla estratégia multisectorial. Os esforços de prevenção necessitam de coordenação e colaboração entre os múltiplos setores da sociedade, incluindo saúde,

educação, trabalho, agricultura, negócios, justiça, lei, defesa, política e mídia. Esses esforços devem ser abrangentes e integrados.

Neste sentido, a OMS indica que há uma série de medidas que podem ser tomadas junto à população, subpopulação e em níveis individuais para prevenir o suicídio e suas tentativas, incluindo: redução de acesso aos meios utilizados (por exemplo, pesticidas, armas de fogo e certas medicações); cobertura responsável pelos meios de comunicação; introdução de políticas para reduzir o uso nocivo do álcool; identificação precoce, tratamento e cuidados de pessoas com transtornos mentais ou por uso de substâncias, dores crônicas e estresse emocional agudo; formação de trabalhadores não especializados em avaliação e gerenciamento de comportamentos suicidas; acompanhamento de pessoas que tentaram suicídio e prestação de apoio comunitário.

No Brasil, a principal organização de prevenção do suicídio é o Centro de Valorização da Vida (CVV), fundado em 1962, em São Paulo. A entidade, sem fins lucrativos e de natureza filantrópica, presta serviço voluntário de apoio emocional a pessoas que pensam em tirar a própria vida. Segundo a entidade, todos os diálogos são sob sigilo e feitos presencialmente (em 80 postos físicos em 18 estados e no Distrito Federal), por telefone (pelo número 141 e que, até este ano (2020), deverá ter o canal 188 em todo o país) e também on-line, via chat. Segundo o site do CVV, são realizados um milhão de atendimentos anualmente pelos dois mil voluntários.

MÍDIA E SUICÍDIO

Há o receio de falar sobre o suicídio na mídia, devido ao medo do contágio. Segundo essa hipótese, os casos de suicídios expostos pelos meios de comunicação podem acarretar um efeito imitativo. Esta concepção surgiu após a publicação da obra *Os sofrimentos do jovem Werther*, de Johann Wolfgang von Goethe, escrito no século XVII, em 1774). A obra, na época, teria influenciado jovens a se matarem, tendo como inspiração a morte do personagem. Na tentativa de interromper o possível contágio, o livro foi proibido na Itália, Alemanha e Dinamarca, em certos períodos no passado (DAPIEVE, 2006; OMS, 2000).

Betshe (2018) diz que é crescente o interesse da mídia, nos últimos dois anos, pelo fenômeno do suicídio e suas diferentes manifestações — pensamentos, gestos, planos e atos. O tema, que permaneceu como um tabu por décadas, ressurgiu como objeto de manchetes e reportagens nas grandes mídias, programas de televisão para o público adolescente, jogos e debates nas mídias sociais digitais. No Brasil, em um curto espaço de tempo, passou de um assunto interditado, pouco falado ou restrito a espaços especializa-

dos para um tema em destaque. O temor de falar sobre o autoextermínio foi substituído por discussões mais abertas e democráticas.

O ato suicida pode reunir diversos valores-notícia, de acordo com a classificação sistematizada por Jorge (2006). Nas tentativas de criar critérios para definir o que deve ou não ser publicado, jornalistas e investigadores buscam definir os valores-notícia, também de fatores de interesse da notícia, que nada mais são do que "critérios embutidos nas rotinas profissionais" (JORGE, 2006) resultantes de três conceitos elencados por Mauro Wolf (2001): noticiabilidade, valores-notícia e cultura profissional.

Traquina (2005, p. 79) afirma que a morte tem valor-notícia e importância no jornalismo. Segundo o autor, "a morte é um valor-notícia fundamental para essa comunidade interpretativa e uma razão que explica o negativismo do mundo jornalístico que é apresentado diariamente nas páginas do jornal ou nos écrans da televisão". Neste sentido, os valores-notícias levam em consideração as estratégias de recepção, expectativas do público. Assim, as newsmaker (produção de notícia) devem respeitar os seguintes critérios: a *necessidade de surpresa*: em geral, a notícia atinge quando fornece elementos de novidade em relação ao quadro do que já é conhecido; a *preferência pelo negativo*: as pessoas acham mais interessante um desastre que resultado feliz; a *simplificação*: a notícia deve ser percebida em seu "núcleo de verdade", portanto, seu texto-tipo é o comunicado, ou seja, um discurso essencial, depurado de qualquer tessitura argumentativa e de qualquer nuance expressiva; a *sintonia*: a notícia é uma versão do fato já inspirada na interpretação que, possivelmente, o público daria a ele.

Dapieve (2006, p. 21) ressalta que a presença de orientações sobre como reportar acontecimentos relacionados ao suicídio é escassa no jornalismo brasileiro. Poucos manuais tratam do tema e não há qualquer menção sobre suicídio nos dois principais códigos de ética do jornalismo brasileiro. Deontologicamente, portanto, o assunto se localiza como dilema enfrentado pelos jornalistas que se veem frente a frente com a missão de produzir textos sobre esse tema. No entanto, os *media* pouco abordam a questão e, quando o fazem, quase sempre obscurecem o acontecimento individual atrás de uma cortina de eufemismos (DAPIEVE, 2009).

Quando se trata de suicídio espera-se que se sigam o manual "Prevenção do suicídio: um manual para profissionais da mídia" da (OMS, 2000) que sugere que a imprensa siga os seguintes passos para publicar notícias sobre o suicídio:

Os assuntos específicos que devem ser abordados na cobertura de um suicídio incluem os seguintes: as estatísticas devem ser interpretadas cuidadosamente e corretamente; fontes de informação confiáveis e autênticas devem ser usadas; comentários improvisados devem ser feitos cuidadosamente, a despeito das pressões de tempo; generalizações baseadas em fragmentos de situações requerem atenção particular; expressões

como "epidemia de suicídio" e "o lugar com a mais alta taxa de suicídio do mundo" devem ser evitadas; deve-se abandonar teses que explicam o comportamento suicida como uma resposta às mudanças culturais ou à degradação da sociedade;

A cobertura sensacionalista de um suicídio deve ser assiduamente evitada, particularmente quando uma celebridade está envolvida. A cobertura deve ser minimizada até onde seja possível. Qualquer problema de saúde mental que a celebridade pudesse apresentar deve ser trazido à tona. Todos os esforços devem ser feitos para evitar exageros. Deve-se evitar fotografias do falecido, da cena do suicídio e do método utilizado. Manchetes de primeira página nunca são o local ideal para uma chamada de reportagem sobre suicídio. Devem ser evitadas descrições detalhadas do método usado e de como ele foi obtido. Pesquisas mostraram que a cobertura dos suicídios pelos meios de comunicação tem impacto maior nos métodos de suicídio usados do que na frequência de suicídios. Alguns locais — pontes, penhascos, estradas de ferro, edifícios altos etc. — tradicionalmente associam-se com suicídios; A publicidade adicional acerca destes locais pode fazer com que mais pessoas os procurem com esta finalidade.

O suicídio não deve ser mostrado como um método de lidar com problemas pessoais como falência financeira, reprovação em algum exame ou concurso ou abuso sexual. As reportagens devem levar em consideração o impacto do suicídio nos familiares da vítima, e nos sobreviventes, em termos de estigma e sofrimento familiar. A glorificação de vítimas de suicídio como mártires e objetos de adoração pública pode sugerir às pessoas suscetíveis que a sociedade honra o comportamento suicida. Ao contrário, a ênfase deve ser dada ao luto pela pessoa falecida. A descrição das consequências físicas de tentativas de suicídio não fatais (dano cerebral, paralisia etc.), pode funcionar como um fator de dissuasão.

SITES JORNALÍSTICOS DO VALE DO ARAGUAIA-MT

O corpus de análise deste trabalho são sites de cidades do interior de Mato Grosso, localizadas na região do Vale do Araguaia, nordeste do estado, com populações entre 20 e 60 mil habitantes cada uma. Os sites são de grande representatividade na região por serem os mais visualizados. O suicídio, em cidade do interior, se noticiado na imprensa local, atende aos critérios de atualidade, proximidade, morte e violência, além de poder ser encaixado nos valores de confidências, mistério, amor, sexo, religião e dinheiro, dependendo do caso.

Na cidade de Água Boa é onde estão localizados dois sites analisados, o Água Boa News e Interativa FM. Sua população é de 30.229 habitantes. O site Água Boa News foi lançado em 2008, proveniente de um blog de notícias com outra denominação "Blog do Kassu". A maioria das matérias publicadas não tem assinatura de um jornalista, apenas o

nome ou as iniciais do próprio site. A maior parte das publicações são matérias replicadas de outros jornais. O site não possui uma área destinada a informações próprias. No expediente há apenas informações de endereço e telefone para contato. Estas informações foram coletadas da página do site no Facebook e de uma matéria publicada em 2019. "Graças a vocês leitores, colaboradores e patrocinadores, o site Água Boa News ultrapassou Um Milhão e Seiscentos Mil acessos por mês". Esta matéria conta que o site chega a ter 50 mil acessos por dia o que, em 2019, rendeu mais de um milhão e seiscentos mil acessos⁴.

O site Interativa FM está no ar desde 2010, proveniente do Jornal Interativa (extinto em 2019) e da rádio FM, pertencente ao mesmo grupo de comunicação. Um jornalista assina a maioria das matérias locais. A maior parte das publicações são de notícias replicadas de outros jornais. O expediente mostra nome, função e foto do quadro de funcionários. Segundo o site, em 2019 foram mais de um milhão e quinhentos mil acessos, 97,39% dos acessos registrados são do Brasil⁵.

Nova Xavantina é a cidade onde se localiza o site "Nx1". Possui cerca de 20 mil habitantes. O site Nx1 está no ar desde 2015. As matérias são assinadas com nome institucional do site. Segundo informações coletadas na página do Facebook, o jornalista Jânio Gomes é o responsável pelo jornal, e produz conteúdo 90% exclusivo de Nova Xavantina e 10% de matérias repostadas de outros sites com matérias da região do Araguaia. Não há informações sobre a quantidade de acessos que o site recebeu.

Barra do Garças é a cidade onde está localizado o site Araguaia Notícia. Oitavo município mais populoso do estado de Mato Grosso é o principal da região do Vale do Araguaia, com 61.012 habitantes. O site Araguaia Notícia foi criado em 2009. O site é de responsabilidade do jornalista Ronaldo Couto que também assina a maioria das matérias. A demanda maior são notícias de outros sites. Não há informações sobre a quantidade de acessos, apenas a quantidade de seguidores, 26 mil, na página do site no Facebook⁶.

O CORPUS SUICIDA

Foram selecionadas cinco notícias de casos de suicídios que foram noticiadas nos sites supracitados entre setembro de 2018 e outubro de 2019. Não foram incluídas notícias que não tratavam diretamente de eventos mortais ou que abordavam o tema sem relatar episódios específicos ou que tratavam de mortes de não moradores das cidades estudadas.

⁴ Disponível em: http://www.aguaboanews.com.br/noticias/exibir.asp?id=16425¬icia=agua_boa_news_10_anos_-_site_ultrapassa_um_milhao_e_seiscentos_mil_acessos_por_mes. Acesso em: 18 abr. 2022.

⁵ Disponível em: <https://noticiasinterativa.com.br/internet/14367-com-novo-dominio-site-de-noticias-da-interativa-teve-quase-1-5-mi-de-visitas-em-2-019>. Acesso em: 18 abr. 2022.

⁶ Disponível em: https://www.facebook.com/pg/araguaianoticia/about/?ref=page_internal. Acesso em: 18 abr. 2022.

Dessa forma, foram relacionados os casos de pessoas que cometem suicídio nas cidades estudadas com vistas a identificar como foram noticiados os eventos, além de descrever os padrões de discurso. É importante destacar que as ocorrências de suicídio receberam atenção dos sites porque extrapolaram uma questão pessoal e individual, mas referem-se à questão social coletiva diante do fato das pessoas envolvidas, ou o suicida ou o familiar, estarem próximos aos leitores presunidos dos sites.

Segundo a OMS, manchetes de primeira página nunca são o local ideal para uma chamada de reportagem sobre suicídio, porém observa-se que a maioria fez o contrário:

1. *"Jovem de 20 anos comete suicídio em Nova Xavantina" (4 set. 2018):*

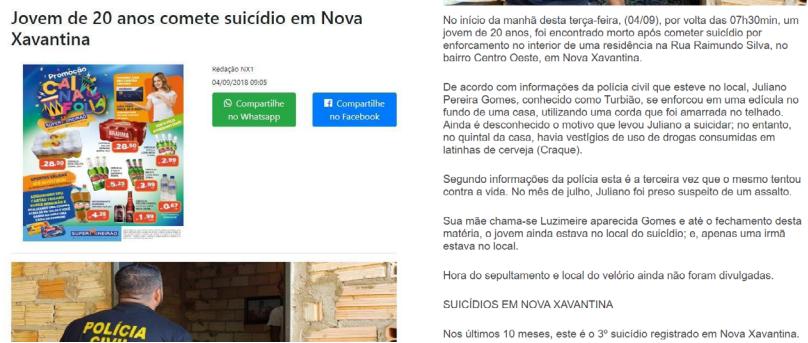


Figura 1 – Prints do site Nx1.

Fonte: Nx1.⁷

2. *"Atualizada: bancário comete suicídio; sepultamento será hoje" (13 maio 2019), 33.075 acessos:*



Figura 2 – Prints do site Interativa FM.

Fonte: Interativa FM.⁸

⁷ Disponível em: <https://www.nx1.com.br/noticia/jovem-de-20-anos-comete-suicidio-em-nova-xavantina>. Acesso em: 5 set. 2018.

⁸ Disponível em: <https://noticiasinterativa.com.br/internet/13333-atualizada-bancario-comete-suicidio-sepultamento-sera-hoje>. Acesso em: 18 abr. 2022.

3. “Água Boa: Adolescente de 16 anos comete suicídio onde residia com seu avô no bairro Cristalino” (29 set. 2019):

Notícias / Água Boa
29/9/19 às 17:25 | Atualizada: 30/9/19 às 14:14

Água Boa - Adolescente de 16 anos comete suicídio onde residia com seu avô no bairro Cristalino

AguaboaNews

O adolescente de Daniel Junior Ferreira de Araújo de 16 anos foi encontrado morto neste domingo onde residia em um quarto nos fundos da casa de seu avô Valdeci Magalhães (Balaninho) de 73 anos, na Rua 09 nº 195, bairro Cristalino II em Água Boa.

O seu avô disse à reportagem que ele ficou vivo a mais de um ano e o neto morava com ele em um quarto separado da casa principal e quando chegou de uma chácara onde trabalha, fez o almoço e já era 2hs da tarde ele não levantou para almoçar, incomodado o encontrou no quarto enforcado com uma corda. O avô também disse que ele deve ter morrido entre às 9 e 10 hs, pois tinha chegado às 06hs. Daniel ia completar 17 anos no dia 18 de outubro.

O corpo já foi liberado pela Polícia Civil e Politec e já foi removido pela funerária e será velado na Casa

Figura 3 – Print site Água Boa News.

Fonte: Água Boa News.⁹

4. “Moça de 16 anos se suicida em Nova Xavantina” (23 out. 2019):

Notícias / Luto
23/10/19 às 17:51

Moça de 16 anos se suicida em Nova Xavantina

NX1

Carir 544 Compartilhar Tweet

Gabriela Nodiessa Leite de Oliveira
Foto: Facebook/Reprodução

Uma moça de 16 anos tirou a própria vida na noite desta terça-feira, 22/10, no Bairro Jardim Tropical II em Nova Xavantina.

Segundo o pai da moça, Rildo Oliveira, Gabriela Nodiessa Leite de Oliveira, carinhosamente chamada de Gaby, enforcou-se por volta das 23h15min. Ela que morava na Zona Rural do município, ia dormir na casa de uma compadre do pai.

Segundo os Bombeiros, os mesmos chegaram até o local para tentar socorrer a vítima levando ao hospital Municipal, no entanto, ao chegar no hospital, ela já estava sem vida.

De acordo com o Pai, senhor Rildo, Gaby nunca havia reclamado de qualquer tipo de insatisfação ou doença como depressão. “Pra nós ela nunca disse nada, mas para os outros, ela chegou a reclamar da vida, dizendo que uma hora poderia se matar. É triste. Só nos pais sabem o que estamos passando.”, disse.

Nos últimos 02 anos, este é o 4º suicídio registrado em Nova Xavantina. Em dezembro de 2017 suicidou

Figura 4 – Print do Interativa FM.

Fonte: Água Boa News.¹⁰

⁹ Disponível em: http://www.aguaboanews.com.br/noticias/exibir.asp?id=19859¬icia=agua_boa_-_adolescente_de_16_anos_comete_suicidio_onde_residia_com_seu_avo_no_bairro_crystalino. Acesso em: 18 abr. 2022.

¹⁰ Disponível em: http://www.aguaboanews.com.br/noticias/exibir.asp?id=20160¬icia=moca_de_16_anos_se_suicida_em_nova_xavantina. Acesso em: 18 abr. 2022.

5. "Agente penitenciário é encontrado morto dentro de casa em Aragarças" (26 out. 2019):



Figura 5 – Prints do site Araguaia Notícia.

Fonte: Araguaia Notícia.¹¹

Foram identificadas basicamente seis situações que serão discutidas nos tópicos subsequentes. Resumidamente serão descritos a seguir as formas como os suicidas foram apresentados nas matérias, os pressupostos que levaram as pessoas à autodestruição, as justificativas que os jornais elencaram para o ato suicida; a presença das vozes familiares, ou seja, aqueles que legitimaram o acontecimento. Observamos que seguiram um padrão, as fontes oficiais (Polícia Militar, Bombeiros etc.), que confirmaram os casos, e as falas dos familiares dos suicidas que lamentaram as mortes.

A REPRESENTAÇÃO DO SUICIDA

As notícias sobre os casos de suicídio analisados não seguem um padrão de escrita jornalística informativa, com lead, sublead e depois as demais informações no texto. Cada uma está escrita de forma diferente, mas em todas há a apresentação das pessoas envolvidas, divulgando nome, idade, posição social e endereço.

Outro aspecto observado é que os jornais divulgaram os endereços onde ocorreram os fatos e/ou onde residiam os suicidas, ficando evidente a marcação do localismo, da noção de mídia local, algo condenável na perspectiva da OMS.

Dessa forma, evidenciaram outras características externas, como a proximidade, as pessoas que cometeram suicídio eram conhecidas na cidade, ou algum familiar era e/ou eram pessoas com cargos relevantes na sociedade. Além da extrema exposição divulgando nomes e fotos dos suicidas. Em todas as matérias têm fotos dos suicidas e em duas há legendas com os créditos, ambas retiradas do perfil pessoal do Facebook.

¹¹ Disponível em: <https://araguaianoticia.com.br/noticia/28276/agente-penitenciario-e-encontrado-morto-dentro-de-casa-em-aragarcas>. Acesso em: 18 abr. 2022.

Talvez o caso mais emblemático é a notícia do caso de Juliano Pereira Gomes, na publicação não mostraram foto do rosto, porém há três fotos do local onde o corpo foi encontrado e em duas mostram detalhes do corpo dependurado.

Lembrando que, segundo a OMS, deve-se evitar fotografias do falecido, da cena do suicídio e do método utilizado. Devem ser evitadas descrições detalhadas do método usado e de como ele foi obtido.



Figura 6 – Residência e local do ato suicida e imagens do corpo dependurado.

Fonte: Nx1.¹²

PRESSUPOSTOS À AUTODESTRUIÇÃO

Segundo a OMS (2017), a cobertura dos suicídios pelos meios de comunicação tem impacto maior nos métodos de suicídio usados do que na frequência de suicídios. Divulgar estes métodos e os locais pode fazer com que mais pessoas os procurem com esta finalidade. Todas as matérias analisadas narram quais foram os métodos utilizados para consumação do ato. Exemplos como o enforcamento por corda ou o uso de arma de fogo. Além do estado em que foram encontrados os corpos.

*"Foi encontrado morto após cometer suicídio por **enforcamento** [...] se enforcou em uma edícula no fundo de uma casa, **utilizando uma corda que foi amarrada no telhado**" [Caso Juliano].*

*"Silvano **estava em seu quarto** [...] Eles arrombaram a porta do quarto e encontraram o banheiro parcialmente **enforcado encostado à uma parede**".*

Diante dos expostos, fica evidente que apesar da recomendação da OMS para não detalhar os métodos que as pessoas usaram para suicidar, verifica-se que tais orientações não foram seguidas. Apesar das recomendações institucionais, percebe-se um lugar comum a descrição minuciosa pelos jornais dos eventos, um efeito de verdade, como se a descrição tornasse ainda mais verdadeiro o evento.

¹² Disponível em: <https://www.nx1.com.br>. Acesso em: 30 set. 2018.

AS JUSTIFICATIVAS PARA O ATO

Nota-se que as notícias buscam explicações apontando possíveis causas como fatores individuais, sociais e biológicas para justificar tais atos de suicídio, muitas vezes associando a um único fator. A OMS explica que o suicídio é desencadeado por diversos motivos/causas.

*"Ainda é desconhecido **o motivo que levou Juliano a suicidar**; no entanto, no quintal da casa, **havia vestígios de uso de drogas consumidas em latinhas de cerveja (Craque)**. Segundo informações da polícia esta **é a terceira vez que o mesmo tentou contra a vida**. No mês de julho, Juliano **foi preso** suspeito de um assalto".*

Neste caso, em especial, nota-se que a matéria diz inicialmente não haver causas motivadoras, porém logo em seguida relata o uso de drogas, as tentativas não consumadas, além de caracterizar o suicida como um infrator das leis, uma vez que já havia sido preso suspeito de assalto. Com isto, com toda essa caracterização fica evidente a tentativa de justificar o ato. Além disso, quiçá até mesmo justificá-la como sendo válida, ao apontar aspectos considerados como sendo um problema social. O rapaz que cometeu suicídio, mas era usuário de drogas e já havia sido preso. Nessa narrativa, é possível compreender o suicídio como se esse fosse válido sendo tratado como "livramento social". Remetendo a ideia de "bandido bom é bandido morto" no imaginário do leitor que é a favor desse tipo de interpretação. Parece haver um entrelaçamento entre a morte suicida e a limpeza social.

"Silvano tinha perdido sua avó materna no mês de março. A morte repentina [da avó] deixou a família chocada".

*"De acordo com o Pai, senhor Rildo, Gaby nunca havia reclamado de qualquer tipo de insatisfação ou doença como depressão. 'Pra nós ela nunca disse nada, mas para os outros, **ela chegou a reclamar da vida**, dizendo que **uma hora poderia se matar**'".*

*"Amigos lamentaram o fato dizendo Micael era um rapaz dedicado ao serviço e que o mesmo estaria **com problemas psicológicos**".*

De uma maneira geral, a forma de como é a abordagem das notícias acaba por justificar biológica e psicologicamente as causas que levaram essas pessoas a cometarem suicídio. Como o caso do jovem que trabalhava no banco e do agente penitenciário que tinham problemas psicológicos. O outro caso, como o da Gabriela de 16 anos, jovem que possivelmente tinha depressão. Nessa simplificação para justificar o ato, os discursos

relacionados às mortes apresentadas nessa etapa reforçam a narrativa de causa e efeito. Nunca o suicídio é justificado como uma ação deliberada, mas resultado de um problema psicológico.

Em outras palavras, uma determinada situação psíquica resulta no ato de tirar a própria vida. Enquanto no primeiro caso, apesar da descrição de um problema social quando não tinha estrutura familiar e se matou livrando a sociedade de responsabilidade, a doença era o vício. Nos demais, os suicidas estavam doentes psicologicamente e se mataram. Essa postura dos jornais é contestada pelas entidades de saúde que a criticam, por considerarem o suicídio uma morte complexa, e o gesto final estar ligado, muitas vezes, apenas ao evento, não demonstrando a dimensão inteira da situação.

Para OMS (2009), o suicídio nunca é o resultado de um evento ou fator único. Normalmente sua causa é uma interação complexa de vários fatores, como transtornos mentais e doenças físicas, abuso de substâncias, problemas familiares, conflitos interpessoais e situações de vida estressantes. Apesar dos casos noticiados poderem abordar estas questões, eles estão centrados nos problemas psicológicos e drogas.

Outro fator identificado foi a evidência que se dá a idade dos suicidas, todos jovens, colocando-os em posição vulnerável frente às exigências e desafios da sociedade. Mas porque a atenção especial com o jovem? Segundo a OMS (2009), "o adolescente é mais impulsivo, neurologicamente, ele ainda não tem o sistema nervoso central completamente desenvolvido, o que o torna mais vulnerável. No Brasil, o suicídio é a quarta maior causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos". Assim, o que é constatado pela OMS, observa-se também nas matérias. Além disso, há o simbólico, os jovens que suicidaram teriam uma vida toda pela frente. Havendo, então, uma aproximação com o recomendado pela OMS.

AS VOZES FAMILIARES

Nota-se que em todas as matérias citam apenas uma fonte oficial, principalmente a Polícia Militar, como se houvesse uma necessidade extra para se confirmar as mortes que somente passam a existir a partir da constatação destas autoridades.

Por ser considerado judicialmente um crime contra a vida, a confirmação do suicídio está normalmente relacionada aos representantes de órgãos da segurança, como polícia. São elas as principais fontes das reportagens, assim como os que repassam os detalhes das ocorrências, que posteriormente serão divulgados pela mídia, mesmo que não sejam os únicos a fornecer tais informações.

Pode-se observar o uso da redução do "Boletim de Ocorrência" para "BO", um jargão já consolidado no imaginário dos jornalistas e leitores, ou seja, os leitores são concebidos como alguém que domina a linguagem policial.

Dessa forma, as matérias reforçam que o suicídio é um caso de polícia e não um problema de saúde ao mostrarem um conjunto de ideias que explicam a realidade, o fenômeno suicídio, articulado por falas autorizadas policiais e não médica. Em outras palavras, a ideologia policial prevalece.

Em todas as matérias há citação das famílias, identificando o nome de algum familiar e/ou os colocando como fontes. Assim, repassam parte da responsabilidade desse comportamento suicida aos pais e familiares, que são mostrados, em alguns casos, como incapazes de lidar com a situação. Como se pode observar a seguir.

"Sua mãe chama-se Luzimeire aparecida Gomes e até o fechamento desta matéria, o jovem ainda estava no local do suicídio; e, apenas uma irmã estava no local".

Neste caso, ao descrever que o corpo "ainda estava no local" e "apenas uma irmã estava no local" fica implícito a intenção de mostrar que os familiares não estavam sensibilizados com a morte do rapaz.

Em duas notícias, as matérias destacam como as respectivas famílias eram vistas na cidade.

"Sua família é vastamente relacionada em Água Boa. Ele deixou a mãe e a irmã. A notícia foi postada por familiares nas redes sociais".

"O Valdeci Magalhães é muito bem relacionado em Água Boa e está convidando a todos para este momento de dor para prestar as últimas condolências ao Daniel".

"Familiares ligaram para pedir socorro".

No interior, guarda algumas particularidades, influenciadas, principalmente, pela dinâmica temporal e a proximidade espacial entre moradores e os profissionais da comunicação. O jornalista conhece "algo a mais" sobre as pessoas que descreve (personalidade dos moradores, casos de família, a rotina na cidade).

PREVENÇÃO MIDIÁTICA?

Em apenas duas matérias, ambas do Nx1, ao final há um debate mais amplo sobre o tema ao trazerem uma retrospectiva sobre a quantidade de suicídio nos últimos meses da publicação e informações de prevenção e suporte psicológico aos familiares.

"Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), em todo o mundo, o mês de setembro será dedicado à prevenção do suicídio. Motivos para preocupação com o tema não faltam. O Brasil é o oitavo país em números de suicídios.

No Brasil o CVV estima que são 30 casos de suicídio por dia, fora os que não são notificados".

"O CVV – Centro de Valorização da Vida realiza apoio emocional e prevenção do suicídio, atendendo voluntária e gratuitamente todas as pessoas que querem e precisam conversar, sob total sigilo por telefone 188, e-mail e chat 24 horas todos os dias".

A mídia pode ter um papel proativo na prevenção do suicídio, ao divulgar informações junto com as notícias sobre suicídio, como listas de serviços de saúde mental disponíveis e telefones e endereços de contato onde se possa obter ajuda (devidamente atualizados), nota-se que o jornal faz essa referência. Ambas as matérias, do Nx1, são finalizadas com informações sobre dados de suicídio no Brasil e no Mundo, além de falar sobre o CVV, Centro de Valorização à Vida, porém a forma como está disposta no texto fica implícito ser previsível e esperado o ato suicida, restando aos possíveis suicidas à busca por apoio psicológico na cura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O suicídio é o responsável por 3 mil mortes no mundo todos os dias, 25 delas ocorrem no Brasil. O fenômeno possui várias causas e determinantes muito complexos, o que o torna um problema de saúde pública exigindo mobilização de diversos setores.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (2009), difundir a informação de forma apropriada é essencial para o sucesso de programas de prevenção de suicídio, conforme o Manual de Recomendações sobre como noticiar o suicídio. Dessa forma, o jornalismo atuaria sob o direito de comunicação e de educação e pode prestar bons serviços ao divulgar pesquisas, esclarecer a prevenção de doenças e a promoção da saúde, sendo útil à prevenção do suicídio.

Esta pesquisa observou o suicídio noticiado pela imprensa digital das cidades de Água Boa, Nova Xavantina e Barra do Garças (Água Boa News, Interativa FM, Nx1 e Araguaia Notícia), localizadas na região do Vale do Araguaia. O corpus foi constituído por cinco matérias de casos de suicídios, que ocorreram entre setembro de 2018 e outubro de 2019, a partir do referencial teórico da Análise do Discurso.

Verificamos que houve uma apresentação das pessoas envolvidas, divulgando nome, idade, posição social e endereço, representando-os prioritariamente como doentes.

Também divulgaram fotos dos suicidas e até expuseram a imagem de um suicida enforcado, narrando quais foram os métodos utilizados para consumação do ato.

As matérias buscaram justificar os atos suicidas, como se o suicídio fosse resultado de um evento ou fator único, quando normalmente sua causa é uma interação complexa de vários fatores, como transtornos mentais e doenças físicas, abuso de substâncias, problemas familiares, conflitos interpessoais e situações de vida estressantes. Apesar dos casos noticiados poderem abordar estas questões, eles estão centrados nos problemas psicológicos e drogas, conforme prevê a OMS.

As matérias reforçam que o suicídio é um caso de polícia e não um problema de saúde ao articular falas autorizadas policiais e não médicas. Identificaram os familiares e os apontaram como incapazes de lidar com a situação de impedir o ato suicida. Dessa forma, Moraes (2013) explica que, diante da impossibilidade de “retratar” o suicídio em si, a mídia utiliza meios de destacar a notícia visando despertar maior interesse do leitor. Assim, ao ler uma notícia, é desejável que haja um equilíbrio emocional do leitor para que uma confusão entre o lido e o sentido não desencadeie problemas psíquicos que podem levar a algum ato extremo, tal como o narrado na notícia.

Contudo, observamos que há algumas informações estatísticas sobre os suicídios, expõem as prováveis causas, mas não apontam possíveis soluções para o problema. Assim, a análise do corpus evidenciou que os sites estudados seguem apenas os critérios de noticiabilidade e, de uma maneira geral, as matérias não abordaram o tema com os cuidados necessários, conforme o que preconiza a Organização Mundial de Saúde sobre o suicídio. Não foi discutido como as políticas públicas podem e/ou devem ser implantadas no sistema de saúde. Não há a participação, por exemplo, de organizações que trabalham com o tema — o que poderia trazer mais riqueza para o debate — ou de um médico ou psicólogo/psiquiatra para abordar os multifatores que levam ao suicídio algo que também ofereceria mais elementos para que a discussão fosse feita de forma mais plural.

REFERÊNCIAS

- BETSHE, Mariana. O suicídio na mídia: reflexões para o cuidado em saúde mental. **Reciis**: Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde, v. 12, n. 3, p. 252-257, jul./set. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.29397/reciis.v12i3.1597>. Acesso em: 16 ago. 2019.
- BOTEGA, Neury José. **Crise suicida**: avaliação e manejo. Porto Alegre: Artmed, 2015.
- CYRRE, Magda Regina Lourenço. Reflexões sobre o discurso jornalístico: contribuições para interpretação. **Revista Entrelinhas**, ls. I, v. 7, n. 1, p. 42-52, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/entrelinhas/article/download/1142/3398>. Acesso em: 11 fev. 2020.
- DAPIEVE, Arthur Henrique Motta. **Morreu na contramão**: o suicídio como notícia. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

DAPIVE, Arthur Henrique Motta. **Suicídio por contágio**: a maneira pela qual a imprensa trata a morte voluntária. 2006. 172 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamon/tesesabertas/0410389_06_pretextual.pdf. Acesso em: 29 maio 2019.

DURKHEIM, Émile. **O suicídio**. Tradução de Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2002.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do Discurso**: reflexões introdutórias. ed. rev. e ampl. [S. l.: s. n.], 2005. Disponível em: http://www.sergiofreire.pro.br/ad/FERNANDES_ADRL.pdf. Acesso em: 20 fev. 2020.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do Discurso**: reflexões introdutórias. São Carlos: Claraluz, 2008.

FONTENELLE, Paula. **Suicídio**: o futuro interrompido – guia para sobreviventes. São Paulo: Geração Editorial, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2008.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade 1 - A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GOETHE, J. W. **Os sofrimentos do jovem Werther**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. **Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso**: diálogos & duelos. São Carlos: ClaraLuz, 2005.

JORGE, Thais de Mendonça. A notícia e os valores-notícia. O papel do jornalista e dos filtros ideológicos no dia-a-dia da imprensa. **UNIrevista**, São Leopoldo, v. 1, n. 3, p. 1-14, 2006. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5564577/mod_resource/content/0/Thais%20de%20Mendon%C3%A7a%20Jorge_Valor%20Not%C3%ADcia.pdf. Acesso em: 16 jul. 2019.

KUBLER-ROSS, Elizabeth. **Sobre a morte e o morrer**. 9. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.

MORAES, Alice Ferry de. Suicídio na mídia semanal. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, [s. l.], v. 7, n. 1, mar. 2013. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/449>. Acesso em: 26 jun. 2019.

MOREIRA, Brainer; PAULINO, Fernando Oliveira. **Ética, Prática Jornalística e Cobertura Seletiva do Suicídio**: GT18 – Ética, Liberdade de Expressão e Direito à Comunicação. Peru: Alaic, 2014. Disponível em: <http://docplayer.com.br/69959903-Etica-pratica-jornalistica-e-cobertura-seletiva-do-suicidio-gt18-etica-liberdade-de-expressao-e-direito-a-comunicacao.html>. Acesso em: 5 jul. 2019.

OMS. **Comportamento suicida**: conhecer para prevenir. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2009.

OMS. **Prevenção do suicídio**: um manual para profissionais da mídia. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2000. Disponível em: http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/67604/7/WHO_MNH_MBD_00.2_port.pdf. Acesso em: 26 jun. 2019.

OMS. **Preventing suicide**: a resource for media professionals – update 2017. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2017. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/258814/WHO-MSD-MER-17.5-eng.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 26 jun. 2019.

PEREIRA, Tânia M. A. Pêcheux, Foucault e Bakthijn: convergências e divergências no campo da análise do discurso. In: ARANHA, S. D. G.; PEREIRA, T. M. A.; ALMEIDA, M. L. L. (org.). **Gêneros e Linguagens**: diálogos abertos. João Pessoa: Editora Universitária, 2009. p. 83-94.

RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e violência**. Novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

SANTOS, Larissa Costa Kurtz dos. **Entre o fracasso e o êxito**: heterogeneidade e divisão em discursos de suicidas. Pelotas: UCPel, 2011. 111 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2011. Disponível em: <http://pos.ucpel.edu.br/ppgl/wp-content/uploads/sites/4/2018/03/Entre-o-Fracasso-e-o-Exito-Heterogeneidade-e-Divisao-em-Discursos-de-Suicidas-Larissa-Costa-Kurtz.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2019.

SANTOS, Mauren de Souza Xavier dos. **Por quê? Uma Análise dos Discursos sobre Suicídio no Jornalismo Diário**. 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – PUCRS, Porto Alegre, 2019. Disponível em: http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/8666/2/MAUREN_DE_SOUSA_XAVIER_DOS_SANTOS_DIS.pdf. Acesso em: 2 fev. 2020.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2005.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

A LOUCURA NO SÉCULO XX: ASSISTÊNCIA PSIQUIÁTRICA EM GOIÁS E O HOSPITAL PSIQUIÁTRICO PROF. ADAUTO BOTELHO¹

Luiz Phillippe de Araújo Barbosa²

Thauany Ribeiro Melo³

Kalyne Menezes⁴

RESUMO

O presente artigo apresenta, a partir de revisão bibliográfica, uma breve discussão acerca da história da assistência psiquiátrica em Goiás no século XX em um recorte dos 40 anos de manutenção do Hospital Psiquiátrico Professor Adauto Botelho, de Goiânia. Este trabalho discute inicialmente assuntos ligados à história do hospital, à loucura em Goiás e aponta uma necessidade de investigação acerca do assunto, que culminou em uma reportagem multimídia como conclusão de curso de Jornalismo. Assim, as discussões buscaram suscitar reflexões acerca da unidade hospitalar e seus reflexos na atualidade. Pela revisão bibliográfica, percebeu-se que há ausência de um dossiê público e, mesmo após tantos anos após o fechamento do hospital, a História ainda apresenta lacunas e questionamentos que cabem uma investigação mais aprofundada. Esse silenciamento e esquecimento das práticas do hospital psiquiátrico reforçam ainda mais a necessidade de discutir esse tema na atualidade. Além de superlotação, o Hospital Prof. Adauto Botelho, assim como outras instituições do mesmo modelo, possuía práticas eugenistas, consideradas de maus tratos, como eletrochoque, encarceramento, motivos superficiais para asilar doentes e outras violações aos direitos humanos. Além disso, tais hospitais endossavam a ideia e o estigma da exclusão do doente mental da sociedade em prol da segurança da população e da família. A reportagem foi construída tendo como base o levantamento bibliográfico, a pesquisa documental, a observação participante e a entrevista em profundidade utilizando-se

¹ Este texto foi apresentado originalmente no XIV Semic e, para o livro, acrescentou-se informações sobre a reportagem multimídia que ainda não havia sido realizada à época do evento.

² Estudante de Jornalismo da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás. E-mail: luizaraujo.jornal@gmail.com.

³ Estudante de Jornalismo da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás. E-mail: melojornalismo@gmail.com.

⁴ Jornalista, mestra e doutoranda pela Universidade Federal de Goiás. E-mail: mskalyne@gmail.com.

de dados públicos sobre o Hospital Prof. Adauto Botelho e depoimentos de ex-funcionários e um ex-interno da instituição.

Palavras-chave: Jornalismo. Loucura. Hospital Adauto Botelho. Assistência Psiquiátrica. Goiás.

MADNESS IN THE 20TH CENTURY: PSYCHIATRIC ASSISTANCE IN GOIÁS AND THE PSYCHIATRIC HOSPITAL PROF. ADAUTO BOTELHO

ABSTRACT

This study presents, from a bibliographic review, a brief discussion regarding the history of the psychological assistance in Goiás in the XX century in a cut of the 40 years of maintenance from the Psychiatric Hospital Professor Adauto Botelho, in Goiânia. This paper initially discusses topics concerning the history of the hospital, the madness in Goiás and points out a need for research on the subject, which culminated in a multimedia report as a conclusion to a Journalism course. Therefore, the discussions aim to arouse reflections on the hospital unit and its impacts in the present. Through the bibliographic review it is noticed the lack of a public dossier, and even after so many years after the closure of the hospital, History still shows gaps and questions that require an in-depth investigation. This silencing and forgetting of the practices from the psychiatric hospital reinforces even more the need of discussing this topic in the present days. Beyond the overcrowding, the Adauto Botelho Hospital, as well as other institutions of the same model, it held eugenicist practices, considered as mistreatment, such as electroshock, incarcerations, trivial reasons to asylum patients and other violations of human rights. According to many authors, the institution, in the same line as for other psychiatric institutions of that period, reinforce the idea that psychiatric hospitals play a disciplinary role much bigger than that one of treating people with some sort of mental illness. Beyond that, such hospitals endorsed the idea and stigma of exclusion of the mentally ill from society in favor of the safety of the population and family. As such, this article will act as support for discussions much more deepened later as well as for the paths to be followed in the construction of the multimedia reporting, as indicated in the general remarks. The report is based on the bibliographic survey, the desk research, the participant observation and the in-depth interview using public data about the Hospital Prof. Adauto Botelho and statements from former employees and a former inmate of the institution.

Keywords: Journalism. Madness. Adauto Botelho Hospital. Psychiatric Assistance. Goiás.

INTRODUÇÃO

Aos loucos, o hospício: é no meio do século XIX que o poder público do Brasil, ainda enquanto monarquia, inaugura o modelo de assistência à saúde mental que perduraria por cerca de 170 anos. Foi a fundação do Hospício D. Pedro II, em 1840, o marco histórico da trajetória percorrida pela psiquiatria brasileira enquanto ferramenta de intervenção social (BARRETO, 2018). Com propósito de asilar indivíduos classificados como loucos, a unidade inaugurou um conjunto de políticas e práticas que compõem um corpo de controvérsia na história do país (FONTE, 2012).

Um século mais tarde à fundação do D. Pedro II, Goiânia, a recém-criada capital de Goiás, inaugura, em abril de 1954, o Hospital Psiquiátrico Prof. Adauto Botelho. Aqui já abandonando o termo hospício e adotando sinônimos como manicômio, o novo local foi financiado pelo Serviço Nacional de Doenças Mentais (SNDM), órgão público que havia sido fundado quatro anos antes. A inauguração em Goiânia foi parte da implantação de um total de oito unidades do mesmo modelo no país, sendo considerado marco na expansão da estrutura destinada à política de saúde mental (PAULA, 2011).

Situado no Setor Leste Vila Nova, o manicômio foi construído originalmente com 120 leitos, sendo idealizado para atender à demanda tanto da capital como dos demais municípios goianos (SANTOS, 2018). Mesmo com mais de um século entre o início das intervenções psiquiátricas no Brasil e a fundação do manicômio de Goiânia, tanto a unidade goiana como as demais existentes, ainda serviam a propósitos asilares, mesmo quando dividiam espaço com pretensas técnicas de tratamento (PAULA, 2011).

Foram 40 anos até o encerramento das atividades do Adauto Botelho, fato ocorrido em 1994. Os relatos disponíveis sobre as quatro décadas do hospital se concentram em matérias jornalísticas, que já nos primeiros anos expõem descrições que incluem prática de internações compulsórias, maus tratos e condições insalubres (BARRETO, 2018). De acordo com a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (2010), havia superlotação constante na unidade, chegando a ter 475 pacientes para uma área física de 255 leitos.

Mais de 25 anos após o fechamento do Hospital Psiquiátrico Prof. Adauto Botelho, ainda paira névoa sobre a história da unidade. Barreto (2018) explica que esse ambiente turvo se dá pelo modo em que o manicômio foi fechado, com determinação para ser demolido sem antes ou posteriormente ser fundado um dossiê público, dificultando o acesso aos arquivos. "A demolição traria o silenciamento e o esquecimento das práticas do hospital psiquiátrico e dos muitos seres humanos que foram internados ali?" (BARRETO, 2018, p. 53).

É com a provocação de Barreto (2018) que apresentamos neste artigo reflexões suscitadas por meio da construção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Jornalismo

da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC) da Universidade Federal de Goiás (UFG)⁵. O projeto experimental resultou em uma grande reportagem em plataforma multimídia, intitulada "Rastros da loucura"⁶, que conta a história do Hospital Psiquiátrico Prof. Adauto Botelho. Para isso, foram abordados assuntos como a fundação, tratamentos, perfis dos funcionários e pacientes, além dos elementos que alicerçaram as condutas do hospital.

Conforme sustenta Santos (2017), a unidade psiquiátrica em Goiânia esteve sob luz de procedimentos eugenistas, um projeto de melhoramento da raça a fim de tocar pretendido desenvolvimento na nação, de forma que os indivíduos precisavam estar, de forma homogeneizada, preparados para o trabalho e os demais afastados para não afetar a dinâmica produtiva ou o desejo pelo modelo de progresso idealizado na época.

Para compreender as consequências históricas da criação do Hospital Psiquiátrico Prof. Adauto Botelho, partimos do pressuposto de que as práticas desenvolvidas na instituição refletem na atual política de saúde mental em Goiás. Dessa forma, entendemos que a experiência com a unidade pode interferir ainda nos dias de hoje, seja com reformulações das abordagens ou com manutenção de aspectos observados durante a história do hospital.

Neste artigo trazemos reflexões que serviram para compor a base teórica deste trabalho, que tem como inspiração os autores Raquel Ritter Longhi (2014), Ito e Ventura (2016) e Canavilhas (2014) no campo do webjornalismo e reportagem multimídia. Na base sobre Jornalismo Literário, Edvaldo Pereira Lima (2014) e Tom Wolfe (2005) foram as principais referências.

Já na base dos instrumentos de coleta da reportagem, utilizamos a entrevista para acessar as pessoalidades e as particularidades das histórias do Hospital Psiquiátrico Prof. Adauto Botelho, bem como o contexto sociopolítico no qual ele estava inserido. Além disso, utilizamos do método bem para entender o atual cenário do amparo à saúde mental na capital goiana. Também nos ampáramos em levantamento bibliográfico e pesquisa documental, por meio do acesso aos acervos e dados históricos de fontes públicas e oficiais sobre o Hospital.

Escolhemos a reportagem multimídia para contar a história do Hospital Psiquiátrico Prof. Adauto Botelho, pois consideramos que o formato tem o potencial para narrar fatos com profundidade e de forma dinâmica (LONGHI, 2014). Para isso, mídias em texto, áudio, vídeo e ferramentas interativas compuseram um conjunto que narra a história em sintonia, utilizando ainda o Jornalismo Literário como forma de expressão, já que este propicia uma experiência sensorial e simbólica do que é retratado (LIMA, 2014), o que vai agregar sensibilidade para os registros documentais que descrevem os acontecimentos sobre o assunto.

5 Trabalho proposto por Luiz Phillippe de Araújo Barbosa e Thauany Ribeiro Melo.

6 Disponível em: rastrosdaloucura.com. Acesso em: 24 abr. 2022.

O nosso objetivo com o trabalho é possibilitar maior compreensão sobre o que foi a história do Hospital Psiquiátrico Prof. Adauto Botelho. Em paralelo, esperamos confrontar a atualidade da política de assistência à saúde mental em Goiânia com os anos de funcionamento da unidade. Para isso, o formato multimídia colaborou com a dinamicidade do produto final, já que “as rupturas da sequencialidade e da periodicidade, a interatividade e a legibilidade, juntamente com a inexistência de barreiras espaciais, fazem dele um meio de excelência” (CANAVILHAS, 2014, p. 7).

EXCLUSÃO E TRATAMENTOS

No Brasil, apenas em 6 de abril de 2001, o Governo Federal promulgou a Lei n. 10.216, a Lei Antimanicomial (BRASIL, 2001), que institucionalizou a proteção e os direitos das pessoas portadoras de problemas psíquicos, além de reformular todo o modelo de assistência psiquiátrica no país. Portanto, com a política conivente, até o início deste século muitos manicômios funcionaram no país com critérios arbitrários de internação e intervenção médica, como é o caso do Hospital Psiquiátrico Prof. Adauto Botelho.

Dada a pouca fiscalização nos hospitais psiquiátricos que funcionavam nessa época, os métodos nosológicos e de tratamentos vigentes ficaram à mercê da arbitrariedade. A estrutura dessas instituições geralmente era precária e muitos pacientes sequer tinham diagnóstico de alguma doença mental. Entre os internos desses lugares encontravam-se “epiléticos, alcoolistas, homossexuais, prostitutas, gente que se rebelava, gente que se tornara incômoda para alguém com mais poder” (ARBEX, 2013, p. 14). Assim, os antigos manicômios surgiram mais como instituições disciplinadoras do que de tratamento das mentes adoentadas.

O documentário *Passageiros da Segunda Classe* (2001) revelou partes do que se passava dentro do Hospital Psiquiátrico Prof. Adauto Botelho, que, em muitos aspectos, estava alinhado ao Hospital Colônia de Barbacena, retratado por Daniela Arbex (2013), e tantos outros do mesmo modelo que funcionavam no mundo. Conforme mostrado pela produção, a instituição goiana utilizava de métodos como eletrochoque, encarceramento, justificativas superficiais para o asilamento e outras violações aos direitos humanos.

Essa necessidade de excluir o doente mental revela o “estado de debilidade e de amesquinhamento de uma sociedade que tende a eliminar o que perturba sua expansão, sem levar a responsabilidade que também lhe cabe nestes processos” (BASAGLIA, 2006, p. 47). Goffman (1961) aponta que o eletrochoque se fazia recurso utilizado como ferramenta terapêutica no Adauto Botelho. O autor ainda salienta que, na maioria das vezes, as internações

se baseavam "no discurso do perigo que colocava em risco a segurança da população e da família", o que revela a estreita relação entre a psiquiatria e a polícia (GOFFMAN, 1961, p. 57).

Pela ausência de um dossiê público que dê conta da história do Hospital Adauto Botelho, não está claro quais eram os perfis dos pacientes internados. Santos (2017) expõe que tanto a polícia como autoridades políticas participavam das solicitações de internação, de forma que prontuários apresentavam "patologias" como "portadores de más intenções", "louco perigoso que traz pânico à população", "criador de espetáculos nas ruas por causa de sua loucura" (SANTOS, 2017). Assim, pelo levantamento bibliográfico preliminar, identificou-se que não existe precisão sobre os perfis e diagnósticos atendidos no Adauto Botelho. Além disso, os materiais consultados dão conta de que, quando asilados, os pacientes experienciaram uma rotina de práticas desumanas, o que pode refletir nos protocolos médicos ainda nos dias de hoje.

Nesse sentido, é interessante destacar a memória histórica como uma dimensão coletiva, a partir da percepção individual (PINTO, 1998). A memória, aqui construída por relatos, compreende a capacidade de tecer a história através da manifestação de personagens invisibilizados em um passado emudecido pelas transformações com o passar dos tempos. Desta forma, vamos antepor "o resgate de falas sepultas de projetos condenados à dimensão do silêncio" (PINTO, 1998, p. 206).

Fechado em 1994, o Adauto Botelho tinha 200 internos na época, sendo que desses, 114 não tinham endereço, sendo transferidos para clínicas mantidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Em um levantamento feito em 2001, 79 continuavam internados (SANTOS, 2017). Recentemente, em 2019, quase duas décadas após a instauração da Lei Antimanicomial que institucionalizou o fim dos antigos modelos de manicômios como o Adauto Botelho, o Ministério da Saúde divulgou uma nota técnica — em referência às mudanças propostas pela mesma instituição em 2017 — que defendeu o financiamento da eletroconvulsoterapia (ECT) pelo Sistema Único de Saúde (SUS), em uma "Contrarreforma Psiquiátrica".

O texto trouxe de volta o debate sobre o ressurgimento dos sistemas manicomiais no Brasil e revelou que o assunto não está encerrado em uma história longínqua, impossível de ser evocada para os dias atuais. Pelo contrário, o discurso de hoje parece ainda reverberar os erros do passado. Em razão das diferenças sociopolíticas, o movimento da Reforma Psiquiátrica aconteceu em cursos diferentes nas regiões brasileiras. Em Goiânia, o ano 2000 foi o marco das mudanças nas políticas públicas no âmbito da psiquiatria, com a criação do primeiro serviço substitutivo de atenção à saúde mental. No entanto, 20 anos desde o ocorrido, os registros sobre o processo de reforma goianiense ainda são exíguos e dispersos (ARANTES; TOASSA, 2017). Essa escassez de material dificulta a sistematização dos métodos e suportes legais disponíveis para o amparo das pessoas com transtornos mentais.

LOUCURA E MANICÔMIO

O estudo do teórico Michel Foucault é basilar para apreender o significado da loucura no decorrer dos séculos. Na obra *Doença Mental e Psicologia* (1975), o autor descreve que "a doença só tem realidade e valor de doença no interior de uma cultura que a reconhece como tal" (FOUCAULT, 1975, p. 49). Sendo assim, é necessário compreender que os valores culturais e sociais refletem diretamente no conceito de loucura, o que distorceu drasticamente a concepção de enfermidade e intervenção terapêutica durante séculos.

No livro *História da Loucura na Idade Clássica* (FOUCAULT, 1978) é demonstrado que os conceitos de doença mental e a psiquiatria não são intemporais, mas são datados historicamente. Do início das primeiras discussões, com Hipócrates e Platão, na Idade Clássica, até a contemporaneidade, a ideia de loucura perpassou diversas teorias na busca da compreensão exata de sua natureza (AMARANTE, 2010). Os transtornos psiquiátricos já se encontraram em estudos como de espiritualidade, ética e moralidade — e cada qual tinha sua própria concepção de métodos de tratamento.

Na história mais recente, em 1840, foi criada a Associação Americana de Psiquiatria — originalmente conhecida como Associação Médica de Superintendentes de Instituições Americanas para Insanos (AMSAI) — para debater os critérios para reconhecimento dos sintomas e quadros nosológicos de doenças mentais. A primeira versão do levantamento dessas doenças feito pela associação, intitulada *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM), foi publicada em 1952 e era "baseada em uma compreensão 'psicossocial' da doença mental, concebida como uma reação a problemas da vida e situações de dificuldade impingidas individualmente" (RUSSO; VENÂNCIO, 2016, p. 464).

O documento listava, em um mesmo grupo de doenças, "homossexualidade, travestismo, pedofilia, fetichismo e sadismo sexual (incluindo estupro, agressão sexual, mutilação)" (APA, 1952, p. 39 apud RUSSO; VENÂNCIO, 2016). Dessa forma, a inserção de comportamentos desaprovados pela sociedade salienta a relação entre a ordem moral estabelecida e o diagnóstico médico. Essa ligação é evidenciada a partir da era clássica, que fundamentou a posterior institucionalização da exclusão social.

Desse modo, muitas internações que se diziam terapêuticas, acobertavam uma prática social de gestão de condutas indesejáveis, operadas a partir de alianças entre psiquiatria e concepção de moralidade. No Hospital Psiquiátrico Prof. Adauto Botelho, foram usadas como justificativas para internações classificações como: "Perturbadores da ordem pública"; "portadores de más intenções"; "louco perigoso que traz pânico à população"; "criador de espetáculos nas ruas por causa de sua loucura" (BARRETO, 2018).

O marco da criação das instituições com esse modelo de intervenção psiquiátrica foram os Hospitais Gerais, surgidos no século XVII, onde eram reclusos os "marginalizados,

pervertidos, miseráveis, delinquentes e, dentre eles, os loucos" (AMARANTE, 2010, p. 38). Foucault (1978) ressalta que essas instituições possuíam soberania quase absoluta, jurisdição sem apelações, direito de execução contra o qual nada poderia prevalecer, além de ser um estranho poder vinculado à polícia e à justiça, que configurava a terceira ordem de repressão (FOUCAULT, 1978). É a partir dessas premissas e da aglomeração de loucos em um mesmo espaço que a psiquiatria se estabelece como saber médico (AMARANTE, 2010). Amarante ressalta que

[...] é correto dizer que o asilo reflete a utopia igualitária dos revolucionários quando passam a considerar a loucura curável; mas é também verdade que, durante o Antigo Regime, qualquer um poderia ser internado no Hospital Geral (AMARANTE, 2010, p. 62).

Esses princípios da intervenção psiquiátrica foram vigentes em vários países do mundo, incluindo o Brasil, que seguiu o desenvolvimento histórico dessas instituições no ocidente. Foram as premissas de institucionalização, exclusão e vínculo com as atividades policiais que permitiram as internações arbitrárias dessa maneira estabelecida como semi-jurídica (MACHADO apud AMARANTE, 2010). No Brasil, o início do tratamento manicomial foi marcado pela inauguração, em 1852, do Hospício Pedro II, vinculado à Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro.

O processo de desinstitucionalização desse modelo de tratamento psiquiátrico no Brasil só teve início com o Movimento pela Reforma Psiquiátrica, que aconteceu nos últimos anos da década de 1970, com a mobilização do Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM). O movimento configurou um processo revolucionário e contou novas perspectivas profissionais e teóricas, de modo que questionamentos inéditos pautaram as discussões no campo da saúde mental (AMARANTE, 2010).

A Reforma Psiquiátrica buscou desvincular as ordens técnicas ou administrativas vigentes no tratamento psiquiátrico e atrelá-lo ao conceito de cidadania, através de discussões nos âmbitos teórico, político, cultural e social. Essas discussões abriram as portas para o fechamento gradual das instituições manicomiais brasileiras e, também, para criação da Lei Antimanicomial de 2001. Foi a partir do movimento que ocorreu o desmonte do Hospital Psiquiátrico Prof. Adauto Botelho, em 1994.

Mesmo inaugurado após um século de experiências em saúde mental em âmbito nacional, o Hospital Psiquiátrico Prof. Adauto Botelho funcionava em moldes similares às casas pioneiras. A função asilar se mantinha, somada às pretensas técnicas de tratamento. O trabalho de Santos (2018) traça um panorama que demonstra os vários entrecruzamentos entre a política e as práticas psiquiátricas que marcaram a unidade de Goiânia. Para o autor,

não é possível compreender a história da unidade sem apontar as estruturas em que estavam amparados os gestores, bem como os contextos da época.

Ao problematizar os pilares que sustentaram a criação da unidade, Paula (2018) afirma que o Hospital Psiquiátrico Prof. Adauto Botelho teve relação direta com a visão dos gestores públicos, que relacionavam progresso e modernidade com a implantação de políticas de saúde mental. Tratava-se de um movimento nacional, mas que em Goiás ganhava novos elementos, já que o Estado buscava afastar seu estigma de província sertaneja, em busca de pretenso avanço (PAULA, 2018).

O objetivo da nova unidade de saúde da capital foi sublinhado em discurso de inauguração feito pelo então secretário de Saúde do Estado, José Peixoto da Silveira. Ao elogiar as práticas do governo, então apontado pelo secretário como ente que deve ter a assistência à saúde como principal dever, José Peixoto afirmou: "Sintetiza-se nestas palavras, o zelo de um homem pela vida de nossa gente, e definem-se os propósitos do Governo de promover o aperfeiçoamento da nossa raça" (FOLHA DE GOIÁS, 1954 apud PAULA, 2011).

A fala do secretário de Saúde pode ter passado despercebida na época, mas aponta de forma concreta para o pilar médico e filosófico que o guiava. Ao citar o "aperfeiçoamento da nossa raça" o secretário se referia à teoria importada da Europa: a eugenia. Pensada por Francis Galton, a teoria defendia a busca pela melhoria da raça humana pelo ponto de vista biológico (DIWAN, 2007). Em síntese e adaptando à realidade brasileira, gestores e médicos adeptos de Galton acreditavam ser possível transformar o país e desenvolvê-lo mais rapidamente se impedissem a perpetuação de males que eram pensados serem hereditários (SANTOS, 2018).

De acordo com Santos (2018), os ideais eugenistas colocavam em xeque as condições de pessoas tidas como insuficientes e ou deficientes. Dessa forma, não se tratava de hipóteses isoladas, mas de uma percepção clara no imaginário dos líderes públicos. Assim, ao se colocar os ideais de intervenção eugenistas, era esperada uma mudança no povo. "Essa mudança ecoaria na planificação das pessoas e das condições" (SANTOS, 2018, p. 108).

Na busca por se estabelecer como especialidade médica, a psiquiatria da época utilizava métodos que prometiam a medicalização da loucura, seja com as primeiras drogas psicossomáticas, seja com métodos agressivos como choque cardiazólico, lobotomia e electroconvulsoterapia (FONTE, 2012). O Hospital Psiquiátrico Prof. Adauto Botelho seguia esses mesmos moldes, com prática de hidroterapia, banhos gelados e eletrochoques (CARDOSO, 2019). Além dos tratamentos, as condições das instalações do hospital eram precárias.

Dessa forma, durante o funcionamento do Hospital Psiquiátrico Prof. Adauto Botelho, a medicina trabalhava em dois eixos: a medicalização e, na hipótese do indivíduo ser considerado irrecuperável, o destino viria a ser seu afastamento da sociedade, com asilo. Retomando a discussão do tópico anterior, esse caminho significava, em um recorte da

realidade goiana, que os indivíduos identificados com alguma patologia psiquiátrica não mais atrapalhariam "os rumos do 'progresso' da nova civilização que nascia no sertão de Goiás" (SANTOS, 2018, p. 266-267).

PRODUÇÃO E RESULTADOS

Após estudar o referencial teórico, partimos para a investigação jornalística, na qual utilizamos a entrevista como elemento basilar para a construção da história. O projeto se baseou na possibilidade de que a história do Hospital ainda reverbera na atualidade, o que confirmamos por meio das conversas com as pessoas que atuam no movimento antimanicomial e na política que envolve os direitos humanos.

Para compor a reportagem entrevistamos dez personagens, além de termos realizado visitas presenciais ao Centro de Atenção Psicossocial Noroeste e às ruínas do Adauto Botelho, localizadas no atual Centro Estadual de Reabilitação e Readaptação Dr. Henrique Santillo (CRER).

Dividimos os personagens da seguinte forma: pesquisadores acadêmicos sobre o Adauto Botelho, personagens que, de algum modo, tiveram contato com o Hospital, funcionário, ex-paciente, ativista da luta antimanicomial e funcionária do Caps Noroeste. Para as conversas, que tiveram duração média de uma hora, elaboramos roteiros no modelo semiestruturado, de modo que o diálogo fosse guiado, mas aberto às questões que poderiam surgir. Os roteiros levaram em consideração as experiências de cada um dos personagens, que descobrimos em pesquisas anteriores, e uma sequência de abertura e finalização das entrevistas que fosse condizente com as emoções deles — iniciamos com perguntas gerais sobre as histórias de vida particulares, partimos para os questionamentos mais densos e finalizamos com indagações amenas.

Na reportagem, demos ênfase aos relatos dos personagens que ouvimos. Desde os intertítulos, que são trechos de falas, até a inserção dos áudios das entrevistas, deixamos que as vozes dos personagens contassem as suas perspectivas e impressões sobre o assunto, para que, quem leia, veja ou ouça, sinta-se em contato direto com quem experimentou as lutas que envolvem o amparo à saúde mental em Goiás.

Os dados coletados apontaram que, durante os anos de funcionamento do Hospital, foram registradas diversas violações dos direitos humanos, como internações desmotivadas, torturas, falta de medicação adequada e outras negligências. Tais práticas, conforme constatado, amparavam-se na fragilidade da política de assistência psiquiátrica da época, na falta de recursos financeiros e na defasagem de orientações para execução de tratamentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contar a história do Hospital Psiquiátrico Prof. Adauto Botelho a partir de narrativa dinâmica e aprofundada faz-se, ainda hoje, necessário para a História do Brasil e de Goiás, pois resgata uma memória que apesar de parecer aparente, está silenciada. Pela breve pesquisa empreendida até aqui, inferimos que foram 40 anos de existência do Hospital Prof. Adauto Botelho gerido por práticas que atentam contra os direitos humanos, o direito à cidadania, o direito à saúde e outros direitos sociais. Internações compulsórias, maus tratos e condições insalubres são algumas das ações praticadas e que, se não for pela memória contada e resgatada, correm o risco de perderem-se no tempo e na história recente do país.

Por meio da narrativa multimídia pretendemos preencher lacunas que existem depois de tanto tempo e compreender o contexto político-econômico em que se deu a fundação e a manutenção das atividades do Hospital na tentativa de também promover reflexão sobre as políticas e práticas desenvolvidas na unidade hospitalar. Vemos o jornalismo com sensibilidade, por isso também consideramos essencial traçar um perfil dos pacientes que recebiam atendimento e ou eram internados no hospital, e explorar as histórias deles a partir da reportagem multimídia. Com isso, esperamos contribuir para que instituições como o Hospital Psiquiátrico Prof. Adauto Botelho sejam lembradas pelas condições que atentam contra os direitos humanos, com o intuito de que esse passado remoto, mas ainda com uma névoa recente nas nossas cabeças, não volte jamais.

Há ainda o intuito de demonstrar quais as influências do passado estão presentes em nosso meio. Isso se mostra um importante instrumento, seja para modificações, seja para valoração de estruturas. Conforme os documentos consultados, inferimos que traços do sistema obsoleto ainda reverberam nos discursos atuais sobre assistência à saúde mental.

Dessa forma, suscitar o debate sobre o tema, a partir do resgate histórico, pode contribuir para a reflexão sobre a atual estrutura de atenção psiquiátrica, não apenas em recorte regional, haja vista que as políticas de saúde mental são nacionais.

REFERÊNCIAS

- AMARANTE, P.D.C. **O homem e a serpente**: outras histórias para a loucura e a psiquiatria. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2010.
- ARANTES, Débora Jerônima; TOASSA, Gisele. Movimento da Reforma Psiquiátrica em Goiânia, GO: Trajetória Histórica e Implantação dos Primeiros Serviços Substitutivos. **Revista Psicologia e Saúde**, Campo Grande, v. 9, n. 2, p. 47-60, maio/ago. 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X2017000200004. Acesso em: 30 set. 2020.
- ARBEX, Daniela. **Holocausto Brasileiro**. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2013.

BARRETO, Railda Aparecida Barbosa. **Uma história dos discursos psiquiátricos, exames, internações e práticas ambulatoriais voltadas à família em Goiás**. 2018. 119 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8403>. Acesso em: 2 out. 2020.

BASAGLIA, Franco. **Escritos Selecionados em Saúde Mental e Reforma Psiquiátrica**. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BRASIL. **Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm. Acesso em: 26 set. 2020.

CANAVILHAS, João. A reportagem paralaxe como marca de diferenciação da Web. In: REQUEIJO, Paula; PISONERO, Carmen Gaona. **Contenidos innovadores en la Universidad Actual**. Madrid: McGraw-Hill Education, 2014. p. 119-129.

CARDOSO, Sylnier Moraes. **As permanências e rupturas da Reforma Psiquiátrica nas instituições de atenção à saúde mental em Goiânia (1966-2018)**. 2019. 160 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/9762/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Sylnier%20Moraes%20Cardoso%20-%202019.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

DIWAN, Pietra. **Raça pura**: uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2007.

FONTE, Eliane Maria Monteiro da. Da Institucionalização da loucura à reforma psiquiátrica: as sete vidas da agenda pública em saúde mental no Brasil. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE**, Pernambuco, v. 1, n. 18, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view%20/235235/28258>. Acesso em: 15 set. 2020.

FOUCAULT, Michel. **Doença Mental e Psicologia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1961.

ITO, Liliane de Lucena; VENTURA, Mauro de Souza. A reportagem multimídia interativa: inovação, produção e monetização. **Brazilian Journalism Research**, São Paulo, ano 3, n. 12, p. 140-159, 2016. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/viewFile/903/859>. Acesso em: 10 set. 2020.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Jornalismo Literário para Iniciantes**. São Paulo: Edusp, 2014.

LONGHI, Raquel Ritter. A grande reportagem multimídia como gênero expressivo no ciberjornalismo. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE CIBERJORNALISMO, 6., 2015, Campo Grande. **Anais eletrônicos** [...]. Campo Grande: UFMS, 2015. Disponível em: <http://www.ciberjor.ufms.br/ciberjor6/files/2015/03/LONGHICIBERJOR.pdf>. Acesso em: 25 set. 2020.

LONGHI, Raquel Ritter. Os nomes das coisas: em busca do especial multimídia. **Estudos em Comunicação**, Covilhã, v. 2, n. 7, p. 140-161, 2010. Disponível em: <http://www.ec.ubi.pt/ec/07/vol2/longhi.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.

LONGHI, Raquel Ritter. O turning point da grande reportagem multimídia. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 21, n. 3, set./dez. 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4955/495551017007.pdf>. Acesso em: 25 set. 2020.

PASSAGEIROS da Segunda Classe. Direção de Kim-Ir-Sem, Luiz Eduardo Jorge e Waldir de Pina. [S. l.: s. n.], 2001. (22 min), son., color. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ZFBpvFwPghM&ab_channel=Kim-Ir-SenPiresLeal. Acesso em: 8 out. 2020.

PAULA, Éder Mendes de. A Psiquiatria em Goiás: A Ideia de Modernidade e o Manicômio Adauto Botelho. **Dimensões**, Vitória, v. 41, p. 76-102, jul./dez. 2018.

PAULA, Éder Mendes de. Hospital Psiquiátrico Prof. Adauto Botelho: Identidade, Política e Exclusão em Goiás (1954-1995). In: CONGRESSO NACIONAL, 2.; REGIONAL DO CURSO DE HISTÓRIA DA UFG/JATAÍ, 3., 2009, Jataí. **Anais** [...]. Jataí: CAJ, 2009. Disponível em: <http://www.congressohistoriajatai.org/2014/anais2009.htm>. Acesso em: 15 set. 2020.

PAULA, Éder Mendes de. **Os Sons do Silêncio**: O louco e a loucura em Goiás. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

PINTO, Júlio Pimentel. Os muitos tempos da memória. **Projeto História**, São Paulo, n. 17, p. 203-211, 1998. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11146/8177>. Acesso em: 3 nov. 2020.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do Trabalho Científico**: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2. ed. Editora Feevale, 2013. Disponível em: <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d-0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2020.

RESENDE, H. Política de saúde mental no Brasil: uma visão histórica. In: TUNDIS, S.; COSTA, N. (org.). **Cidadania e Loucura: Políticas de Saúde Mental no Brasil**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2007.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS. Goiânia: Kelps, 2010. n. 22.

ROVIDA, Mara Ferreira. Etnografia e reportagem jornalística: aproximação possível para uma metodologia de pesquisa empírica. **Líbero**, São Paulo, v. 18, n. 35, p. 77-88, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2015/08/Mara-Rovida.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2020.

RUSSO, Jane; VENÂNCIO, Ana Teresa A. Classificando as pessoas e suas perturbações: a "revolução terminológica" do DSM III. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 460-483, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142006000300007. Acesso em: 1 nov. 2020.

SANTOS, Ronivaldo de Oliveira Rego. Loucura, Subjetivação e Gênero: uma leitura do caso do Hospital Psiquiátrico Adauto Botelho, em Goiânia. **Dossiê Arte do Carnaval**, Brasília, DF, ano 4, n. 2, p. 258-279, jun./jul. 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/CMD/article/view/22021>. Acesso em: 29 set. 2020.

SANTOS, Ronivaldo de Oliveira Rego. **O projeto do Hospital Psiquiátrico Adauto Botelho de Goiânia em uma história da loucura no Brasil (1930-1950)**. 2018. 192 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2018. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/3923>. Acesso em: 29 set. 2020.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução a pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1990.

WOLFE, Tom. **Radical chique e o novo jornalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. 248 p.

A HISTÓRIA DE UM “CRIMINOSO” CONTADA PELOS JORNais: A NARRATIVA DE (DES)CONSTRUÇÃO DE MARCÃO NAS PÁGINAS DOS IMPRESSOS DE PONTA GROSSA

Afonso Ferreira Verner¹
Cintia Xavier²

RESUMO

O presente artigo discute a (des)construção de um personagem nas páginas policiais dos jornais de Ponta Grossa, cidade no interior do Paraná, no final dos anos 1990. Marcos Antônio de Oliveira, 21 anos, foi o eixo de reportagens dos jornais *Diário dos Campos*, *Diário da Manhã* e *Jornal da Manhã*, em novembro de 1998. A odisseia do rapaz teve diversos capítulos, com assaltos cinematográficos e fugas, repercutidas em manchetes, reportagens com espaço e humanização, que contaram os feitos do jovem negro, pobre e morador da periferia, até a morte. O estudo debate como a narrativa jornalística construiu um personagem contraditório e que conquistou espaço de destaque nos jornais. A coleta de dados foi realizada durante a produção da dissertação defendida no Programa Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Este artigo tem como foco o material publicado nos três jornais durante o mês de novembro de 1998 a partir de conceitos como *faits divers* e de ritualização do acontecimento morte. A proposta busca compreender como a narrativa jornalística tratou da caçada e da morte de um jovem negro nas páginas policiais, ao mesmo tempo que esse jovem também foi elevado ao posto de destaque no noticiário. Para tanto, são coletadas notícias que tratam de Marcão nos jornais e o estudo discute como Marcos é tratado como figura importante do dia a dia noticioso, ocupando espaços de destaque, mas também como some das páginas policiais logo após ser morto. A pesquisa também revela marcas do jornalismo dos anos 1990 no interior do Brasil, com uso de termos pejorativos e preconceituosos para os moradores das periferias.

Palavras-chave: Morte. Valor-Notícia. Acontecimento. Jornalismo. Fait Divers.

¹ Doutorando, UFPR. E-mail: afonsoverner@gmail.com.

² Doutora, UEPG. E-mail: cintia_xavierpg@yahoo.com.br.

THE STORY OF A “CRIMINAL” TOLD BY THE NEWSPAPERS: THE NARRATIVE OF THE (UN) CONSTRUCTION OF MARCÃO IN THE PRINTED PAGES OF PONTA GROSSA

ABSTRACT

The present article discusses the (un)construction of a character in the police pages of the newspapers of Ponta Grossa, a city in the interior of Paraná, in the late 1990s. Marcos Antônio de Oliveira, 21 years old, was the axis of reports in the newspapers Diário dos Campos, Diário da Manhã and Jornal da Manhã, in November 1998. The boy's odyssey had several chapters, with cinematographic robberies and escapes, reflected in headlines, reports with space and humanization, which told the deeds of the young black, poor and resident of the periphery, until his death. The study discusses how the journalistic narrative constructed a contradictory character who conquered a prominent space in the periodicals. The data collection was carried out during the production of the dissertation defended in the Post-Graduation Program in Journalism of the State University of Ponta Grossa. This article focuses on the material published in the three newspapers during the month of November 1998 based on concepts such as faits divers and ritualization of the death event. The proposal seeks to understand how the journalistic narrative dealt with the hunt and the death of a young black man in the police pages, at the same time that this young man was also elevated to the position of prominence in the news. For this purpose, news about Marcão in the studied newspapers are collected, and the study discusses how Marcos is treated as an important figure in the daily news, occupying prominent spaces, but also as something from the police pages soon after he was killed. The research also reveals marks of the journalism of the 1990s in the interior of Brazil, with the use of pejorative and prejudiced terms against residents of the peripheries.

Keywords: Death. News Value. Event. Journalism. Fait Divers.

INTRODUÇÃO

A prática jornalística de contar acontecimentos recorre com frequência ao uso de personagens para humanizar relatos (ALSINA, 2009). Nas páginas policiais, as figuras de destaque tinham a tendência de serem ocupadas por “homens da lei” (LOPES, 2012), se-

jam eles delegados no comando de investigações importantes, policiais civis ou militares que presenciaram crimes de impacto, ou de "criminosos" que ganharam destaque a partir dos delitos cometidos — normalmente crimes hediondos e com repercussão diante da opinião pública.

O presente estudo debate um caso à parte na composição dos personagens da cobertura policial convencional. Durante a coleta de material para dissertação defendida no Programa de Mestrado em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) encontramos notícias recorrentes sobre Marcos Antônio de Oliveira, 21 anos. Em novembro de 1998, Marcos, mais conhecido como Marcão, ocupou com destaque parte do noticiário dos três impressos que circulavam no município: *Diário dos Campos (DC)*, *Diário da Manhã (DM)* e *Jornal da Manhã (JM)* durante os meses de outubro e novembro de 1998.

Marcos não era delegado e nem policial, era "criminoso", de acordo com os jornais analisados — o rapaz era apontado como responsável por uma série de assaltos. Com isso, a história dele foi noticiada pelos veículos impressos da cidade no período analisado, com direito a manchete e fotos na capa. O presente estudo discute como a narrativa jornalística compôs o personagem representado por Marcão nas páginas jornalísticas — isso é efetivado com o uso de recursos de jornalismo literário e também a partir da exploração da ideia de interesse humano (VAZ, 2012).

Em um primeiro momento é exposta uma revisão teórica sobre conceitos como acontecimento morte e *fait divers* — a partir deles busca-se relacionar a cobertura dos jornais com os aspectos teóricos da narrativa jornalística. Esses conceitos ainda funcionam para dialogar teoricamente com o objeto do artigo, como também são articulados metodologicamente para analisar os conteúdos publicados nos jornais estudados.

Em um segundo momento, apresenta-se o funcionamento da coleta de dados sobre o caso em questão e, por fim, descreve-se a cobertura dada aos fatos atribuídos a Marcão registrados nos periódicos estudados. Neste último tópico, a proposta é relacionar os aspectos teóricos com aquilo que se encontra na prática da narrativa jornalística.

DESENVOLVIMENTO

A vida cotidiana, regulada pelo modo de produção capitalista, é marcada por uma série de acontecimentos diários, rotineiros e previsíveis. No entanto, essa mesma sequência previsível de acontecimentos tem a monotonia aparente quebrada por acontecimentos que rompem a normalidade e que podem ser considerados de alguma maneira imprevisíveis ou mesmo notáveis.

Alguns desses fatos são observados mais de perto por jornalistas e se transformam em notícia³, ganhando algum espaço no noticiário do dia. Outros acontecimentos, mesmo sendo estranhos diante do rol de fatos rotineiros, não ganham o status de produto noticioso e seguem compondo o grupo de episódios diários e previsíveis que integram nosso cotidiano, passando despercebidos.

Dessa mesma forma, podemos adotar a ideia de que a morte violenta compõe cotidianamente o noticiário proposto pelos veículos de comunicação (VAZ, 2012). Seja uma morte accidental, trágica, violenta ou natural, seja a vítima anônima ou uma pessoa notória, a morte é apresentada como acontecimento valioso para cobertura jornalística e normalmente recebe atenção por parte da imprensa.

Esse tipo de acontecimento ocupa diferentes lugares, composições e cenários nas páginas dos jornais, nas imagens dos telejornais e nas transmissões radiofônicas, a depender da avaliação de uma série de valores-notícia, critérios de noticiabilidade⁴ e da abordagem editorial.

Elton Antunes (2012) apresenta uma reflexão sobre “ausências” do jornalismo ao observar notícias sobre a morte violenta. O autor defende que determinadas coberturas, por meio do que conceitua como “narrativas verbais e imagéticas”, sugerem ou acentuam uma natureza dramática das ocorrências que terminam em morte — esse seria um procedimento naturalizado na prática jornalística.

Na visão de Antunes (2012), as notícias sobre morte têm os aspectos pitorescos destacados em detrimento de explicações mais contextuais, por exemplo — perspectiva que se aproxima do conceito de *faits divers* (MOTTA, 1997). Por sua vez, os *fait divers* seriam fatos que teriam características ordinárias, mas que acabam sendo transformados em conteúdo noticioso a partir do interesse humano.

“O que faz um acontecimento qualquer ganhar o estatuto da notícia?” é a questão que Luiz Gonzaga Motta (1997) se propõe a investigar. Na visão do autor, a literatura sobre o assunto tende a apontar um valor-notícia e um critério de noticiabilidade como fundamentais: os atributos do fato em si (valor-notícia) — a matéria-prima das notícias — e as circunstâncias e exigências do trabalho jornalístico (critério de noticiabilidade), respectivamente.

No entanto, nas notícias de interesse humano (*faits divers*) esses atributos seriam aplicados apenas de maneira relativa. A razão de ser desses relatos noticiosos é o interesse

3 Adotamos a ideia de notícia a partir da concepção construcionista. Ou seja: a notícia é um relato altamente selecionado, construído pelos meios de comunicação e seus profissionais e negociado entre vários agentes. Tal construção da realidade é feita, tendo como base, valores-notícia, critérios e a noticiabilidade de cada um desses acontecimentos transformados em notícia — esse rol de fatores é algo partilhado, em linhas gerais, pelos profissionais do campo.

4 Com base em Gislene Silva (2005) e Marcos Paulo Silva (2013), optamos pela abordagem em que valores-notícia e critérios de noticiabilidade não são sinônimos, mas sim conceitos distintos. Por sua vez, os valores são aspectos diretamente ligados ao acontecimento, enquanto os critérios de noticiabilidade são diretrizes adotadas na produção da notícia, como aspectos e viabilidade na cobertura e política editorial, por exemplo.

que despertam no público e, por conta disso, permite-se maior liberdade interpretativa por parte dos jornalistas, não apenas na seleção do objeto noticioso como também no seu tratamento (MOTTA, 1997).

Uma das explicações de Motta (1997) sobre *faits divers* diz respeito à dimensão narrativa das notícias. Nesta perspectiva, os relatos de interesse humano podem ser entendidos como pertencendo à ordem do mito, uma vez que veiculam respostas plausíveis para questões desconcertantes sob a forma de estórias. Nestes relatos, "o real é apenas um vago referente" um ponto de partida para a "livre interpretação do narrador" (MOTTA, 1997, p. 315).

Motta (1997) entende que a literatura sobre a produção de notícias sinaliza para dois critérios de noticiabilidade como fundamentais: os atributos do fato em si — a matéria-prima das notícias — e as circunstâncias e exigências do trabalho jornalístico. Nas notícias de interesse humano (*fait divers*), porém, esses atributos aplicam-se apenas de maneira relativa.

O pesquisador entende que isso acontece por motivos ligados ao público consumidor. Para Motta (1997), a razão de existir dessas notícias é o interesse que despertam no público e, por conta disso, permite-se maior liberdade interpretativa por parte dos jornalistas, não apenas na seleção do objeto noticioso como também no seu tratamento e produção.

No que diz respeito ao primeiro aspecto da seleção de *fait divers* no processo jornalístico, o uso dos valores-notícia na seleção das notícias de interesse humano, Motta (1997) entende que o valor-notícia dos relatos de interesse humano seria uma escolha subjetiva. Do outro lado, a seleção dos relatos de *hard news*, seriam avaliados de forma inversa: a escolha do fato para se tornar notícia é objetiva, institucional, ou como diz o autor: "o fato se faz escolher" (MOTTA, 1997, p. 313).

Com relação ao segundo aspecto tratado por Motta (1997), enquanto as *hard news* tenderiam ao registro e à objetividade, nas notícias de interesse humano o jornalista teria grande autonomia interpretativa e, até mesmo, inventiva. Nessas notícias, a dimensão narrativa do relato jornalístico teria um papel fundamental. Para o autor: "Não é o fato que conta, mas sim o conto do fato" (MOTTA, 1997, p. 315).

No caso aqui observado e analisado, há primeiro um tratamento da mídia noticiosa sobre o personagem Marcão em vida. Após a morte do rapaz, retratada pelos periódicos estudados de formas distintas e até complementares, a narrativa sobre a vida do jovem ganha outros contornos, com o acontecimento morte sendo tratado na narrativa jornalística a partir de diferentes abordagens.

Na visão de Antunes (2012, p. 41), acentuar a característica dramática do acontecimento morte seria uma maneira de acentuar a visibilidade dessas "mortes comuns" de todo dia e fazê-las adquirirem uma feição de mortes "extraordinárias". Outros autores (TAVARES, 2012; VAZ, 2012) também salientam tal caráter "extraordinário" nas mortes que aparecem cotidianamente nas páginas dos jornais.

Dessa forma, o tratamento da morte violenta, substrato frequente da cobertura policial, por vezes está ligado à ideia de *faits divers*, principalmente quando o óbito é ritualizado e potencializado pela narrativa jornalística (TAVARES, 2012). Seguindo o raciocínio de Tavares (2012), as notícias sobre morte tendem a um debate paradoxal sobre como tratar o acontecimento.

O autor salienta que as mortes podem ser relatadas acontecimentos como "comuns", sejam elas mortes naturais ou não, ou mesmo mortes esperadas — uma pessoa doente, com idade avançada ou com uma doença rara. Para Tavares (2012), outra forma de tratar a morte é apresentar tal acontecimento como "inusitado", seja ela violenta ou não — aqui a morte é tratada a partir do aspecto que a diferencia de outras mortes, essas sim comuns e ordinárias.

Tavares (2012, p. 75) considera que existem indícios de um paradoxo na maneira como a morte é relatada nas práticas jornalísticas. Por um lado, a experiência jornalística coloca os acontecimentos como "excepcionalidades altamente ordinárias", cujo caráter de ruptura aparece semanticamente expresso, por outro lado tal relato está configurado em uma prática narrativa que os "normaliza" e os faz parecer parte da vida cotidiana. Essa dualidade, que acaba sendo normatizada pela narrativa jornalística, é considerada por Tavares (2012) a ritualização do acontecimento morte.

Ainda segundo o autor, "a morte que nos 'assusta' e que merece ser relatada diariamente" (TAVARES, 2012, p. 75) possui, como acontecimento, um caráter de surpresa. A presença rotineira desse tipo de notícia, entretanto, quando captada pela imprensa, dá a dimensão de sua vivência um outro caráter e uma outra natureza. "A morte cotidiana que abunda as páginas do jornal é, ela mesma, uma morte comum, que assim se torna, pela maneira como o jornal a faz, repetidamente, ordinária" (TAVARES, 2012, p. 75).

Tavares (2012) defende que o entendimento de que é na experiência cotidiana que a prática jornalística busca referenciais para dar sentido e posicionar o acontecimento morte diante de outros acontecimentos rotineiros. O autor lembra que na lógica de produção jornalística há um pressuposto de que a notoriedade dos acontecimentos se encontra na base da produção noticiosa (SOUSA, 2002).

Por isso, Tavares (2012, p. 76) defende que "cabe falar, nesse viés, sobre aquilo, do cotidiano, que possuiria uma qualidade ímpar e mereceria destaque na disputa com as ocorrências diversas do fluxo diário dos aconteceres". Dessa forma, as notícias, diante do grande fluxo de fatos diários, expressariam a existência de uma hermenêutica jornalística a partir do acontecimento sob dois aspectos.

O primeiro deles seria a necessidade de o jornalismo falar sobre o que acontece no mundo e tirar dele substratos que reafirmem sua autoridade para narrar as coisas que de fato acontecem e compõem o cotidiano dos sujeitos sociais. Já o segundo consiste na tensão que os acontecimentos provocam às práticas baseadas em um certo regime de atualidade.

Dessa forma, a ritualização do acontecimento morte feita na narrativa jornalística também pode ter sua existência ligada à ideia de *faits divers*. Defendemos aqui que a construção de narrativas sobre notícias de interesse humano tende a ser acompanhada da criação de personagens e da humanização desses sujeitos a partir de recursos da própria narrativa dos meios jornalísticos.

Luiza Gonzaga Motta (1997) apresenta duas linhas possíveis de interpretação do significado das notícias de interesse humano (*faits divers*). A primeira delas refere-se ao conceito de meta-acontecimento, apresentado por Adriano Duarte Rodrigues (1993). A segunda diz respeito à dimensão narrativa das notícias apresentadas na cobertura cotidiana dos meios de comunicação.

Nesta segunda perspectiva, as notícias de interesse humano podem ser entendidas como pertencendo à ordem do mito, uma vez que apresentam respostas plausíveis para questões desconcertantes sob a forma de estórias. Nelas, "o real é apenas um vago referente", um ponto de partida para a "livre interpretação do narrador" (MOTTA, 1997, p. 315).

Motta (1997) sugere que os *fait divers* nos obrigam a compreender o problema do valor-notícia em termos mais complexos do que os utilizados até o momento. O valor-notícia não dependeria apenas dos atributos dos fatos reais noticiados, mas da articulação deste com um segundo fator: a arbitrariedade dos jornalistas em como interpretar tais fatos diante dos valores e critérios estabelecidos no campo jornalístico.

No entendimento de Afonso de Albuquerque (2000), nas *hard news* haveria o predomínio do primeiro fator, e as notícias tenderiam "mais para o registro e a objetividade". De outro lado, nas *soft news*, por sua vez "a narrativa se revela com toda a sua liberdade de criação" (MOTTA, 1997, p. 318). Essa segunda possibilidade também daria mais possibilidades para a própria construção da narrativa jornalística.

Desta forma, o que aqui se pretende é buscar compreender como a narrativa jornalística incluiu relatos de interesse humano sobre a caçada e a morte de Marcão na cobertura noticiosa. Mesmo que do ponto de vista dos valores-notícia e critérios de noticiabilidade faltassem elementos concretos para justificar tal composição da realidade construída pelos jornais, a saga de Marcão foi amplamente noticiada a partir de uma outra possibilidade da narrativa jornalística.

Os *fait-divers* produzidos a partir da vida e morte de Marcão estão inclusos em uma cobertura episódica em que boa parte dos relatos obedecia a outros aspectos da prática jornalística. Com isso, buscamos encontrar outras explicações e aspectos que pudessem esclarecer o porquê a morte de um jovem negro, suposto criminoso e morador da periferia mobilizou a cobertura de jornais e, mais do que isso, ganhou destaque no retrato de mundo apresentado por tais veículos.

O PERSONAGEM “MARCÃO”

A história de Marcos Antônio de Oliveira, o Marcão, foi encontrada por acaso durante a pesquisa de mestrado.⁵ Durante a leitura do material para a dissertação, nos deparamos com o personagem recorrente nas páginas policiais. Desta forma, optamos por buscar compreender quais mecanismos levaram a morte de um jovem negro em suposto confronto com a polícia a ascender ao posto de notícia de destaque.

Marcos Antônio era um jovem de 20 anos morador da região da Coronel Cláudio, em Ponta Grossa, cidade no interior do Paraná. Em 1998, a figura de Marcão, como ele era conhecido, passou a figurar nos três jornais estudados neste artigo. Na narrativa jornalística, ele foi apontado como “líder de uma gangue” responsável por crimes diversos, desde latrocínios a furtos e roubos. A história em torno da figura de Marcão acaba ganhando espaço no noticiário e ele se torna referência como “líder” da suposta gangue — tais classificações e crimes foram negados pelo próprio Marcos posteriormente.

A coleta de informações para a dissertação foi realizada nos jornais impressos disponíveis nos arquivos públicos da Casa da Memória de Ponta Grossa e do Museu Campos Gerais, mantido pela UEPG — dependendo do período, o número de jornais impressos em circulação variou de dois ou três. No período aqui analisado (outubro e novembro de 1998), circulavam na cidade três veículos impressos: *Diário dos Campos*, *Jornal da Manhã* e *Diário da Manhã*⁶.

Ao todo, 26 notícias citando o nome de Marcão foram publicadas nos periódicos nos meses de outubro e novembro de 1998 — todas as edições publicadas neste período foram consultadas e todas as notícias que citavam o caso foram fotografadas e analisadas. A tabela 1 reúne as informações sobre as notícias a respeito do objeto do estudo. Também são enumeradas as manchetes dos periódicos que tratam do caso no período especificado e as chamadas de capa sobre as notícias que relatam a saga de Marcão.

Tabela 1 – Notícias por periódicos e presença na capa.

Jornal	Manchete	Chamada na capa	Abre de página	Notícia secundária
Diário da Manhã	0	1	5	5
Diário dos Campos	1	3	6	4
Jornal da Manhã	2	0	5	1
Total	3	4	16	10

Fonte: O autor (2021).

⁵ Na oportunidade, o foco era coletar e sistematizar em tabelas o material empírico que baseou o objeto de análise da dissertação defendida em 2017 no Programa de Mestrado em Jornalismo da UEPG: VERNER, Afonso Ferreira. A ritualização do acontecimento morte no jornalismo impresso de Ponta Grossa: uma análise do Diário dos Campos, Jornal da Manhã e Diário da Manhã. 2017. 268f. Dissertação (Mestrado em Processos Jornalísticos) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017.

⁶ Cita o número exato de edições analisadas.

Ao todo, foram 16 abres de página⁷ (notícia principal da editoria que trata dos assuntos policiais) no período estudado e outras 10 notícias secundárias⁸ que trataram do tema. Há um equilíbrio entre o *Diário da Manhã* e o *Diário dos Campos* — ambos publicaram 10 notícias sobre o assunto no período. Já o *Jornal da Manhã* somou seis notícias sobre a saga de Marcão, 5 delas foram “abre” de página.

A narrativa sobre Marcos Antônio Ramos de Oliveira, então com 21 anos e conhecido como Marcão, começa a ter espaço no noticiário estudado no começo do mês de outubro. Naquele período, os três periódicos noticiam crimes envolvendo uma gangue da região da vila Coronel Cláudio — o bairro é uma região pobre de Ponta Grossa e, ao menos na amostra estudada, só tem espaço no noticiário em casos criminais e eventos ligados à violência urbana no município.

O começo da narrativa sobre Marcão é caracterizado por especulações expostas no texto jornalístico sobre o envolvimento da gangue, supostamente comandada por ele, em crimes diversos. Em outubro de 1998, os jornais da cidade já noticiavam operações das polícias Civil e Militar na região da Coronel Cláudio — os “arrastões”, como eram conhecidos, eram feitos para combater crimes como furtos a pedestres e residências.

O *Jornal da Manhã* traz no dia 2 de outubro de 1998 a seguinte manchete: “Violência impõe na Coronel Cláudio” — por não citar o nome de Marcão, a notícia não é incluída no corpus da pesquisa, mas dá uma amostra do clima criado pelo noticiário. O relato já narra o “clima de horror” na e cita a existência de gangues que praticariam crimes variados na localidade — o conteúdo também tem destaque na página interna do jornal, sendo a principal notícia da editoria.



Imagen 1 – Manchete relata clima de tensão.

Fonte: Jornal da Manhã, edição de 2 de abril.

7 Aqui usamos o termo “abre de página” para se referir a principal notícia da página, normalmente acompanhada de foto.

8 São consideradas notícias secundárias aquelas que estão abaixo do abre de página.

É apenas no dia 8 de outubro que Marcão é nominalmente citado no *Jornal da Manhã*. O título do abre de página é "Bandido promete matar policiais" e a notícia é acompanhada do seguinte subtítulo: "Vou matar um da PM e um da Civil para mostrar quem eu sou', ameaçou o líder da gangue do Marcão" — a afirmação depois foi questionada pelo próprio Marcos em entrevista concedida a outro veículo.

Também no dia 8 de outubro o *Diário da Manhã*, publica a seguinte reportagem na editoria Segurança: "Marcão foge de cerco policial". O texto é ilustrado por uma foto de policiais em meio a um matagal e destaca que "Marcos Antônio de Oliveira, a quem estão sendo imputados crimes na Vila Coronel Cláudio e Rio Branco", havia fugido de uma operação policial.

A notícia já relatava que Marcos era apontado como responsável pelos crimes sendo "apontado por moradores", mas não cita ordens judiciais para prendê-lo ou mesmo detê-lo. A formação da quadrilha supostamente comandada por Marcão é assegurada por um garoto preso e também por moradores. O texto narra: "Marcão obteve êxito nos seus ziguezagues pelas ruelas esburacadas e pelos carreiros que separam os barracos das duas favelas".

Essa mesma citação inicial já apresenta o "status" de Marcos. O texto tem uma retranca que leva o título de "Fama". Esse trecho da notícia relata, a partir da visão do comandante da operação, o tenente da Polícia Militar (PM) Luís Darany, seriam os próprios moradores da Coronel Cláudio e Vila Rio Branco que "criaram a fama de Marcão", qualificando como "espetaculares" as fugas do rapaz deste e de outros cercos policiais.

Já no dia 9 de outubro, o mesmo *Diário da Manhã* traz uma notícia secundária com o seguinte título: "Tia de Marcão diz que ele é inocente". O conteúdo é ilustrado por uma foto de Neusa Ramos Vieira, tia de Marcos e responsável por criá-lo. A notícia já qualifica Marcos como "bandido" e ressalta que ele é acusado de diversos outros crimes, alguns deles já em fase de julgamento.

Nas próximas duas semanas a caçada em busca de Marcão desaparece das páginas dos jornais estudados — isso pode ser reflexo do noticiário sobre o caso do Bruxo do Guaragi⁹. Em seguida, no dia 27 de outubro, Marcão volta a compor o noticiário também no *Diário da Manhã* em uma notícia no pé da página, intitulada "Marcão foge mais uma vez" — o texto relata uma nova operação com intuito de prender Marcos que acabou frustrada, mesmo prendendo outros foragidos da Justiça.

Na edição seguinte, do dia 28 de outubro, o *Diário da Manhã* publica uma reportagem de destaque no topo da página com o seguinte título "Policia ouve amásia de Marcão".

⁹ O caso em questão trata-se de assassinatos em série registrados no Distrito do Guaragi, também em Ponta Grossa. Inicialmente as mortes foram relacionadas à magia negra, hipótese que depois foi descartada, e ganharam destaque nacional. Para saber mais, leia: VERNER, Afonso Ferreira; XAVIER, Cintia. Assassinatos em série transformados em acontecimento jornalístico nas páginas do Diário da Manhã: o caso do Bruxo do Guaragi. **Pauta Geral**, v. 4, n. 1, p. 116-133. 2017.

A notícia traz uma foto de Márcia Gonçalvez, companheira de Marcos e filha de uma das suas supostas vítimas — a mulher defende a inocência do companheiro no latrocínio que terminou com a morte do pai de Márcia.

Uma nova citação formal ao nome de Marcos volta a acontecer apenas no dia 10 de novembro, quando uma notícia publicada no *Diário da Manhã* cita Marcos como suspeito de um latrocínio registrado em um bairro da cidade em abril daquele ano. Um dia depois, 11 de novembro, o mesmo periódico publica uma nota sem foto da prisão de Dirceu Cardoso, já acusado do latrocínio e que nomina Marcos como comparsa em diversos crimes, como assaltos, furtos e sequestros.

A notícia ainda revela que o paradeiro de Marcão era desconhecido e que as forças de segurança preparavam uma ação para prendê-lo. Nesse mesmo dia, 11 de novembro, desta vez no *Diário dos Campos*, a página policial traz uma reportagem intitulada: "Preso admite participação em gangue", com o seguinte subtítulo: "Dirceu Cardoso confessou ter cometido três assaltos mas negou conhecer o paradeiro de Marcão". A reportagem é ilustrada com uma foto de Dirceu em frente ao banner da Polícia Civil, já preso.

No dia 12 de novembro de 1998 a história de Marcos alcança um espaço privilegiado no noticiário ponta-grossense. Nesta data, o *Diário dos Campos* publica uma manchete com foto que ocupa todo o primeiro quadrante da primeira página — o que revela sinal de prestígio para o assunto. A edição traz a seguinte manchete: "Marcão admite dois crimes e revela que tem medo da morte".



Imagen 2 – Manchete para a história de Marcão.

Fonte: Diário dos Campos, 12 de novembro de 1998.

A manchete é acompanhada da seguinte linha-fina: "Sem armas e sem parada fixa, Marcos Antônio de Oliveira, 21 anos, desafia a polícia que está à sua caça". A imagem reproduz a primeira página da edição do *Diário dos Campos* e mostra uma foto de Marcos, a única em vida publicada pelos jornais — nela Marcão aparece de costas e com o rosto coberto por um capuz.

O destaque para o assunto leva o jornal a abrir uma editoria intitulada "Especial" para abrigar a entrevista de Marcão. No texto com título de "Tenho medo de morrer", que leva a assinatura dos jornalistas Maria Gizele da Silva, Dirceu Portugal e Fabio Matavelli, Marcos fala sobre como ingressou no mundo do crime, responde acusações feitas pelas autoridades contra ele e ainda é perguntando sobre sua infância e sobre o que pensa a respeito da polícia.



Imagen 2 – Reportagem de página inteira com Marcão.

Fonte: Diário dos Campos, 12 de novembro de 1999.

Ao ser questionado sobre a infância, Marcos diz que foi "igual a de todo mundo", destaca que nunca foi à escola e que só sabe rabiscar o próprio nome. Como se tentasse apresentar um álibi à sociedade ponta-grossense, leitora dos jornais, Marcos diz que trabalhou na casa de Roberto Mongruel, então vereador e presidente da Câmara Municipal de Ponta Grossa (CMPG) e destaca que nunca roubou nada de lá.

Perguntado sobre o que pensa a respeito da polícia, Marcão destaca que os policiais costumam chegar ao bairro (Coronel Cláudio) dando tiros a esmo e defende-se que só está "nessa vida" porque os policiais começaram a difamá-lo, atribuindo crimes contra ele. Marcos ainda diz que é perseguido pela polícia e, quando questionado sobre a "fama" de "bandido perigoso", dispara: "Todo preto que assalta dizem que sou eu".

No dia 13 de novembro a saga de Marcão ganha um novo capítulo nas páginas do *Diário dos Campos*. Desta vez, a reportagem traz como "gancho"¹⁰ o posicionamento da família do rapaz e tem o seguinte título: "Família diz que Marcão pode se render". A equipe de reportagem ouve familiares de Marcos em off¹¹ que defendem que ele se entregue, sem dizer onde Marcos estava.

Além disso, a mesma notícia traz uma retranca com o seguinte título: "Declarações". O trecho da reportagem revela que o então prefeito, Jocelito Canto, afirmava que as autoridades policiais vinham sendo "desafiadas" por Marcão. Radialista e comunicador famoso na cidade, Jocelito destacava que se colocava como "ponte" para resolver a situação entre o assaltante e as autoridades. A mesma retranca traz uma rápida declaração de Roberto Mongruel, vereador citado por Marcos anteriormente, em que o político se solidarizava com as vítimas de Marcão e com a família do rapaz.

Por fim, ainda no *Diário dos Campos*, na edição dos dias 14 e 15 de novembro, uma reportagem secundária é publicada com o seguinte título: "Apreensiva, família de Marcão critica fama de quadrilha". Sem ser ilustrada com foto, a notícia é iniciada com um *lead* que narra que o filho de Marcão, Guilherme, reconhecia o pai a partir das fotos publicadas no jornal já que não o via há meses, segundo o relato da família.

A notícia humaniza Marcos destacando o papel dele como pai e também como "arrimo de família". O conteúdo ainda expõe uma crítica da família à fama atribuída ao rapaz. Na reportagem, a tia de Marcão, Neusa Ramos Oliveira, destaca que crimes diversos vinham sendo "colocados na conta" do sobrinho. Ela diz: "Esses dias uma pessoa foi assaltada por dois rapazes que usavam capuz. A mulher [vítima] disse que reconheceu o Marcão pela mão de preto. Como é que conhece alguém pela mão?", questionava a tia.

O capítulo final da saga de Marcão nas páginas dos jornais acontece no dia 17 de novembro. Pelos relatos oficiais, Marcos foi morto após um tiroteio na noite do sábado (14

¹⁰ Na gíria jornalística a palavra "gancho" representa o ângulo dado a determinada notícia.

¹¹ Consultar uma fonte em off prevê que ela conceda informações sem ter o nome identificado.

de novembro de 1998) nos fundos de um bar na vila Coronel Cláudio, bairro em que morava. A morte do rapaz é destaque nos três periódicos estudados e em todos os jornais é apresentada como notícia “abre de página”, ou seja, publicada no local de maior destaque.

O quadro 1 reúne os três títulos dedicados à cobertura da morte de Marcão nas páginas dos jornais estudados. A primeira coluna apresenta o nome do jornal, a segunda o título da matéria, a terceira o subtítulo que acompanhava o conteúdo. Todas as notícias sobre a morte de Marcos foram publicadas apenas no dia 17 de novembro, apesar do crime ter acontecido na noite do dia 14, um sábado — nos domingos e nas segundas-feiras não havia edições dos jornais diários.

Veículo	Título	Subtítulo
Jornal da Manhã	“Marcão” morre em confronto com a PM	Assaltante armado com faca teria atacado soldado da Polícia Militar que revidou e o matou a tiro, em um bar
Diário dos Campos	Morte de Marcão gera controvérsias	Assaltante foi morto durante confronto com a PM. Inquérito será instaurado pelo 2º DP
Diário da Manhã	Marcão reage e acaba morto	Um dos rastros deixados por Marcos Antônio de Oliveira: casa incendiada na Vila Coronel Cláudio

Quadro 1 – Títulos sobre a morte de Marcão.

Fonte: Os autores (2021).

Neste mesmo dia, os jornais publicam notícias secundárias em que familiares de Marcão questionam a ação da polícia, dizendo que o rapaz foi assassinado. Por sua vez, também há espaço para a nota oficial da Polícia Militar em que a corporação sustenta que Marcos foi morto após confrontar os policiais — o documento afirma que Marcos estaria armado, o que os familiares negam.

As notícias publicadas no dia 17 de novembro são os últimos registros de Marcos nas páginas dos jornais ponta-grossenses. Após o óbito do rapaz, as páginas que reúnem conteúdo policial não citam mais seu nome ou a gangue na qual ele supostamente apareceria como líder. Depois de uma rápida ascensão e de conquistar destaque, Marcão desaparece das páginas policiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A saga de Marcão narra um ponto de inflexão dos jornais estudados no período de acompanhamento do noticiário policial¹² — pela primeira vez no período estudo, um

¹² Durante a dissertação de mestrado, os jornais que circulavam em Ponta Grossa tiveram o noticiário acompanhado por cinco trimestres: de agosto a outubro de 1990, de abril a junho de 1998, de outubro a dezembro de 1998, de setembro a

jovem negro, semianalfabeto e morador da periferia ganhava espaço na cobertura do *Diário dos Campos*, *Jornal da Manhã* e *Diário da Manhã*. No entanto, o espaço dado à vida e morte de Marcão parece variar entre a tendência de apresentá-lo como um bandido "espetacular e perigoso" e um jovem fruto do sistema social desigual — ambos aspectos típicos dos *fait divers*.

É preciso destacar que os fatos noticiados aqui analisados aconteceram em 1998, há mais de duas décadas, e algumas marcas deixadas no texto jornalístico podem denunciar essa "época" do jornalismo do interior do Brasil. Em mais de uma oportunidade nota-se a conotação negativa dos termos "favelas" "barracos" e "ruelas" — em alguns casos o uso dos termos mostra certo preconceito por parte da narrativa jornalística.

Mas o que é destacável no caso de Marcão é que um suposto homem do crime ganha nome, sobrenome e feições próprias nas páginas do jornal — a dissertação de mestrado de um dos autores mostra que o padrão era justamente o contrário. Personagens da cobertura policial, especialmente dos casos de destaque e que tinham o noticiário estendido por dias, eram as vítimas ou os homens da lei.

Neste caso, já em vida, Marcão torna-se pivô de uma suposta crise de segurança pública, desafia as autoridades e constrói uma aura de bandido perigoso. Ao mesmo tempo, os jornais também o apresentam como "arrimo de família", "bom pai", jovem que teve poucas oportunidades e ainda o descrevem como um sujeito capaz de tecer críticas à polícia, algo raro na cobertura policial até os dias de hoje.

Nota-se ainda que Marcão foi alvo de uma manchete de amplo destaque em um dos jornais estudados, com direito a foto na capa, na página interna e entrevista pergunta-resposta, um formato nobre do jornalismo impresso. Neste trecho, cabe ressaltar a intenção do próprio Marcão em apresentar as experiências profissionais na casa de nomes conhecidos da cidade quase como "credenciais" para ser aceito pela sociedade que o perseguiu.

Destaque ainda para o envolvimento direto de autoridades políticas do primeiro escalão do aspecto político na cobertura do caso, como Roberto Mongruel, vereador e ex-patrão, e Jocelito Canto, então prefeito e comunicador popular na cidade. A saga de Marcão foi um dos poucos casos policiais acompanhados que pode ultrapassar a bolha da cobertura policial e dialogar com outras esferas, como a política e a discussão sobre racismo e segurança pública.

Com a morte de Marcos a cobertura sobre o caso some das páginas dos jornais estudados — o que revela que a figura de Marcão, em certa medida construída e desconstruída pela narrativa jornalística, sustentava o noticiário sobre o caso. Após a morte de Marcão, no restante de novembro e dezembro daquele ano de 1998, os jornais não publicam nenhuma linha sobre o até então "bandido perigoso".

novembro de 2012 e de julho a setembro de 2012. Durante todo esse período, Marcão foi o único caso de um jovem negro e pobre com destaque nas páginas policiais.

A morte de Marcão parece representar o fim imediato dos casos criminais da cidade e nos dias e semanas seguintes os jornais se ocupam de pautas como a diminuição da criminalidade e os cuidados com a segurança do lar nas festas de final de ano. A morte de Marcos representa o fim do perigo vindo da periferia da cidade, ao menos é isso o que representa a narrativa jornalística encontrada nos jornais analisados.

Em um ano em que Lázaro Barbosa captou a atenção de toda a imprensa brasileira por 20 dias no interior de Goiás e no Distrito Federal, o caso de Marcão mostra que coberturas são raras, mas não únicas. A narrativa jornalística parece, vez ou outra, apegar-se a personagens específicas e humanizá-las ou demonizá-las ao noticiar crimes supostamente cometidos por essas pessoas.

No caso de Marcão, foi apenas a criminalidade que lhe deu chance de ser manchete de um jornal, de falar sobre educação, violência, racismo e intolerância policial. Marcos foi mais um pivô da construção jornalística de figuras ordinárias que acabam sendo responsáveis por atos extraordinários, mas são trocados logo em seguida por outros interesses do noticiário.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Afonso. A narrativa jornalística para além dos faits-divers. **Lumina**, Juiz de Fora, v. 3, n. 2, p. 69-91, jul./dez. 2000.
- ALSINA, Miquel Rodrigo. **A Construção da Notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- ANTUNES, Elton. Notícias depois da morte: visibilidades e ausências no jornalismo. **Jornalismo e acontecimento**: diante da morte. Florianópolis: Insular, v. 3, p. 49-69, 2012.
- LOPES, Felisbelo et al. Transplantes em notícia: um jornalismo delineado em factos declinados por fontes oficiais. **Organicom**, São Paulo, v. 9, n. 16-17, p. 328-348, 2012.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. Teoria da notícia: entre o real e o simbólico. In: MOUILAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org.). **O jornal**: da forma ao sentido. Brasília, DF: Paralelo 15, 1997.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**: questões, teorias e "estórias". Lisboa: Vega, 1993.
- SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 95-107, 2005.
- SILVA, Marcos Paulo da. **A construção cultural da narrativa noticiosa**: noticiabilidade, representação simbólica e regularidade cotidiana. 2013. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2013. Disponível em: http://tede.metodista.br/jspui/bitstream/tede/644/1/Marcos%20Paulo%20da%20Silva_2013.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.
- SOUZA, Jorge Pedro. **Construindo uma teoria do jornalismo**. Portugal: Universidade Fernando Pessoa, 2002. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-construindo-teoria-jornalismo.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.
- TAVARES, Frederico de Mello Brandão. A cotidianidade do morrer na vida noticiosa: ambiguidades de um acontecimento jornalístico diário. In: MAROCCHI, Beatriz; BERGER, Christa; HENN, Ronaldo (org.). **Jornalismo e acontecimento**: diante da morte. Florianópolis: Insular, 2012. p. 71-90.
- VAZ, Paulo Bernardo. Lições de morte nos jornais. In: MAROCCHI, Beatriz; BERGER, Christa; HENN, Ronaldo (org.). **Jornalismo e acontecimento**: diante da morte. Florianópolis: Insular, 2012.



PARTE 3

JORNALISMO, CIÊNCIA E COMUNICAÇÃO PÚBLICA

O JORNALISMO E A COMUNICAÇÃO DA CIÊNCIA: ROTEIROS, POSSIBILIDADES E REFLEXÕES

Guilherme Lucian¹
Ângela Teixeira de Moraes²

RESUMO

Este texto trata do ajuste responsável entre a ciência e as vivências do cidadão (mas de uma forma reflexiva apenas, e não propositiva), e busca compreender o compromisso da literacia científica para além da divulgação de resultados ou da transposição de conteúdos especializados que não se integram à realidade cognitiva das sociedades — sobretudo quando narrados sob a perspectiva da atividade jornalística. O propósito é interrogar em que medida é possível aclimatar o saber da ciência ao tecido da vida humana, consolidando nas pronúncias de uma época os termos que assegurarão a sua apropriação subjetiva com base na responsabilidade do cuidado e na superação das fronteiras de um conhecimento funcional ou simplesmente adaptável às situações da educação. Pretende-se, portanto, à discussão de uma disposição para *comunicar a ciência*, tornando-a um componente transformativo da vida em sociedade. A primeira parte trata do aspecto simbólico que associa a ciência (e também o cientista) a uma mística de incompreensão e de deslumbramento que os despersonaliza a ponto de alterar sutilmente o seu aspecto social, ao passo que, na segunda parte, é discutida a questão da aplicabilidade prática do conhecimento, afastando-o da concepção de uma tradução que parece inarticulável com o mundo comum. Espera-se que, com isso, seja proposto um debate que abra a ciência à realidade, e que a deixe falar na sua própria ressonância.

Palavras-chave: Ciência. Literacia Científica. Jornalismo. Cidadania. Educação.

¹ Doutorando em Comunicação na Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás, sendo bolsista financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e acadêmico de Psicologia na Faculdade de Educação dessa mesma instituição. Goiânia, GO, Brasil. E-mail: guilhermelucian@discente.ufg.br.

² Professora Doutora no Curso de Jornalismo da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação dessa instituição. Brasil, Goiás, Goiânia. E-mail: prof.atmoraes@gmail.com.

THE JOURNALISM AND SCIENCE COMMUNICATION: SCRIPTS, POSSIBILITIES AND REFLECTIONS

ABSTRACT

This text discusses the responsible adjustment between science and citizens' experiences (but in a reflexive way only, not propositional), and seeks to understand the commitment of scientific literacy beyond the dissemination of results or the transposition of specialized content that is not integrated with the cognitive reality of societies — especially when narrated from the perspective of journalistic activity. The purpose is to question how it is possible to acclimate the knowledge of science to human life, consolidating in the pronunciations of an era the terms that will ensure their subjective appropriation based on the responsibility of care and overcoming the frontiers of functional knowledge or adaptable to education situations. It is intended, therefore, to discuss a willingness to *communicate science*, making it a transformative component of life in society. The first part discusses the symbolic aspect that associates science (and also the scientist) with a mystique of incomprehension and dazzle that depersonalizes them to the point of subtly altering their social aspect, while in the second part, the practical applicability of knowledge is debated, moving it away from the concept of translation that seem inarticulable with the common world. It is hoped that, with this, a debate will be proposed that opens science to reality, and that lets it speak in their own resonance.

Keywords: Science. Scientific Literacy. Journalism. Citizenship. Education.

INTRODUÇÃO

Para que serve o jornalismo quando o associamos ao seu compromisso com a ciência? Talvez essa interrogação possa parecer um tanto óvia e desnecessária à primeira vista; mas ela esconde uma série de outras questões que apontam para algo ainda mais complexo: qual é o propósito dessa articulação informal com o domínio científico? Seria fácil respondê-la — porque bastaria que dissessemos algo como: "seu fim é tornar cada vez mais próxima a profundidade do conhecimento que temos sobre o mundo à volta e sobre nós mesmos" —; não fosse, contudo, pela força do discurso que atualmente articula o saber científico em função do engano, da fantasia e da apatia social. As palavras

e as noções são traiçoeiras, e turvam as sutilezas do processo que escapa à forma da caricatura que criamos.

A figura arquetípica do cientista, no entanto, parece hoje se desmanchar. Poderíamos nos dar ao trabalho de tecer toda uma explicação teórica a respeito do que é um arquétipo, aliás — costurando cada conceito para afirmarmos que não é outra coisa senão a representação de uma imagem inconsciente que se caracteriza pela sedimentação de todo o passado ancestral da humanidade sob a forma de mito ou de tema —, mas do que adiantaria? Muito possivelmente, a depender de quem se situa ao nosso lado neste instante, um sussurro à consciência ecoaria algo como: “Não comprehendo uma única palavra do que me diz, mas tenho certeza de que você tem um conhecimento e tanto!”. Eis o ponto, afinal. A que conhecimento nos referimos quando ele simplesmente nos foge do alcance?

Qualquer movimento à direção de uma proposta de educação científica conduzida pelo campo jornalístico deve, por princípio, conduzir a sociedade ao arranjo de ideias que se inclinam à mudança ou ao incômodo que a arranca da inércia e das sombras que se distorcem à volta das ilusões. Como, porém, dar início à agitação desse pensamento? E até que ponto, aliás, é legítimo assegurá-lo a todos pela sujeição de modelos cuja força de pronúncia é mais ou menos universalizável? Em termos objetivos e metodológicos, um tal projeto resulta dos esboços inventivos daqueles que de fato seguirão uma carreira na ciência (REIS, 2006), mas podem não ser, por conseguinte, extensíveis aos que têm dificuldade em enxergar nesse plano político-pedagógico algo que lhes seja realmente relevante à própria vida. Isto porque, muito regularmente, não lhes parece interessante ou mesmo útil às ações futuras. Algo no ajuste entre a ciência e suas vivências, afinal, aparenta ter há tempos se deslocado dos eixos.

A articulação entre ciência e vida concreta depende não apenas da divulgação de resultados, como também, e sobretudo, da tradução dos seus sentidos. Não se trata simplesmente de adaptar linguagens ou de enquadrá-las em um mesmo eixo referencial, mas sim de demonstrar que tudo à nossa volta é consequência histórica do conhecimento. Dá-se a essa tentativa de consolidação do discurso do saber nas sociedades o nome de literacia científica (*scientific literacy*), o que não implica necessariamente a mera transposição de conteúdos especializados à realidade intelectiva daqueles que são leigos. Uma vez mais, é preciso insistir: os processos têm as suas sutilezas, e qualquer caricatura evocada para descrevê-los não é mais do que uma possibilidade interpretativa.

A noção de literacia científica surge à superfície dos dizeres no século XX para designar não exatamente “a produção científica escrita — que deveria estar incluída —, mas apenas o conhecimento que as pessoas têm da ciência” (MORAIS; KOLINSKY, 2016, p. 147-148). Em termos etimológicos, e isto a partir dos anos 1800, refere-se de modo restrito

à habilidade de *ler a ciência*, sendo formada pelo adjetivo *literatus*, que em latim significa "educado", "instruído".

Essa ênfase que articula ciência e educação não é aleatória ou restrita à mera transmissão de saberes, porque o que parece estar em jogo quando se evoca o termo *literacia* no campo discursivo do jornalismo é a compreensão pública do conhecimento sistemático. Isso equivale a dizer, por conseguinte, que não se trata apenas de falar a seu respeito, mas de consolidar nas pronúncias de uma época os termos que assegurarão a apropriação subjetiva da cultura científica com base na responsabilidade do cuidado. Se antes a literacia se restringia às *finalidades* educacionais — e isto às alturas dos anos 1950 (REIS, 2006) —, é porque não havia ao alcance do próprio horizonte simbólico a devida compreensão em relação ao tipo de abordagem que assegura a conexão entre os fundamentos científicos e a vida compartilhada. Esse aspecto instrumental é facilmente traduzível segundo a linguagem da eficácia, e está ancorada na possibilidade de uma economia pedagógica que se pretende a ser geral ("ciência para todos", por exemplo). O que se observa atualmente, por outro lado, é a restrição do conceito fundamental, porque ainda se acentua o aspecto técnico pela associação entre ensino e transmissão de conteúdo.

São notáveis algumas tentativas de reformulação conceitual ou de revisão da sua angulação pública para além da semântica aparente da literacia. O governo escocês, por exemplo, evoca desde os anos 1990 a expressão *aptidão científica* com o propósito de chamar atenção para a ênfase dada à questão do voluntarismo, isto é, do movimento que orienta e que conduz o cidadão à possibilidade de transformação pelas vias da ciência. Essa perspectiva pode parecer interessante à primeira vista — sobretudo por expor o relevo de um projeto destinado à ação prática e à sensibilidade social —, mas suas fronteiras de sentido fazem poucas curvas de olhar à cidadania, porque a competência não assegura quaisquer disposições comunicativas à direção do cuidado amoroso e à da preocupação zelosa. É provável que tenha algum efeito demonstrável na consciência crítica coletiva, de fato, mas não é, ao menos não necessariamente, um motor à compreensão responsável da ciência.

O problema da noção de aptidão, considerando-a como uma inclinação inata ou adquirida, é que ela não define para si mesma os requisitos necessários ao exercício de uma atividade projetada à interposição dos saberes científicos na vida em sociedade. De modo análogo, é problemática a correspondência simbólica entre ciência e competência — ao menos no que diz respeito aos domínios epistêmicos da literacia —, porque a qualidade legítima de autoridade pode se restringir simplesmente às expressões de valor ou de sinalização moral na esfera social. É nesse ponto que *ser cientificamente competente* equivaleria à habilidade instrumental de transposição de todo o aparato teórico do saber rigoroso e sistemático da ciência à textura semântica de uma outra linguagem possível.

Linguagem esta que, por conseguinte, contenta-se com o valor da competência, da produção dizível sem equívocos de sentido ou desperdícios simbólicos, e, de modo geral, do rendimento sem dispêndios à compreensão pública. À falha do seu sistema de imagens de mundo, aliás, fracassa a comunicação de ideias e de sentimentos projetados ao repertório de conhecimentos da própria ciência. Por falha, referimo-nos não exatamente à ausência de eficácia em relação à livre passagem de informações entre universos distintos, mas à fratura de superfície que escancara a dificuldade de se unir aquilo que, por força das circunstâncias, mantém-se apartado.

A transposição de conteúdos entre linguagens, convém reforçar, não assegura em grau nenhum o apreço sincero pela curiosidade ou inventividade científicas; e tampouco — ao menos como se configura à textura simbólica da ciência — criará aberturas à compreensão, à consciência crítica e à disposição comunicativa para atitudes de amparo e de proteção mobilizadas ao futuro.

A questão que se torna relevante, portanto, é a de incorporar à dinâmica cotidiana dos cidadãos a presença da ciência para além de uma visão reducionista e potencialmente perigosa. Isto porque, se bem repararmos, a associação indevida da figura do cientista com a ideia imprecisa de um ser que se isola socialmente e que pouco se importa com a humanidade que rasteja a metros do rés-do-chão de sua torre alta não diz coisa alguma a respeito de como o conhecimento opera de fato. A expressão social da ciência depende da sua inserção na vida, e isso é incontáveis vezes mais complexo do que ser apenas assimilada no plano das superfícies. Para que serve o esforço do jornalismo em tornar públicos os saberes científicos, afinal? Serve para transformar a pessoa humana! E também para instituir um dos vínculos mais belos e poderosos que estão aí pressupostos, qual seja: o do amor pela luz.

Eis, afinal, o problema que orienta as ênfases dizíveis deste texto: *até que ponto é possível articular o saber da ciência ao tecido da vida a partir das pronúncias do jornalismo?* E, de modo mais restrito: em que medida a literacia pode cruzar as fronteiras de um conhecimento funcional e mais ou menos adaptável às situações formais da educação para abrir margens de manobra à consolidação de uma espécie de "consciência científica" (MORAIS; KOLINSKY, 2016, p. 151) no espaço público?

Trata-se, afinal, não de uma simples correspondência entre a produção sistemática e a segurança garantida de sua interpretação, mas de torná-la um elemento central (e por que não fundador?) à transformação da pessoa humana a partir de vínculos e de solidariedades compartilhadas. Por detrás desse argumento — que nada mais é do que uma contraposição à ideia utilitarista de uma educação científica projetada à competência —, revela-se a densidade simbólica da nossa pretensão, porque o que importa é a disposição

sensível para *comunicar a ciência*, tornando-a um componente formativo (e responsável) da vida em sociedade. Isso certamente carece de análises.

O DESAJUSTE DA ARTICULAÇÃO

De início, convém desenhar a seguinte situação imaginativa: designam-lhe à cobertura de uma palestra à comunidade científica que, assim como você, interessa-se por estudos experimentais de associações simbólicas realizados com pacientes histéricos. É complicado e ao mesmo tempo interessantíssimo como isso soa, de fato. Isto porque, devido a um novo método surgido a partir de investigações ainda inéditas, os resultados dessa pesquisa são minimamente suficientes a ponto de desmistificar todo um conjunto de ideias dominantes.

Seu destino é bem definido, aliás: dirige-se à universidade que sediará o congresso, e os demais institutos sequer souberam da aparente grandeza desse evento (mas não por falta de aviso ou de divulgação). Ocorre que, para quem nunca pôs as solas no território impenetrável e sagrado de uma universidade — com tantas torres imponentes onde ao cume se erguem gloriosos aqueles que, de cajados em punho, observam a movimentação aleatória das criaturinhas que se contorcem e que sofrem a milhas abaixo —, essa palestra não passa de um evento irrelevante às suas existências, ou, quando muito, uma abstração não quantificável. Eis uma caricatura, evidentemente; mas reforçada pela fantasia de um olhar criado às pressas e sob medida para expor mais ou menos a possível interpretação de quem, do lado de fora, observa esse mundo tão improvável e tão distante da sua realidade.

O que aparenta estar em jogo, portanto, é a consolidação de um símbolo que associa a ciência (e também o cientista) a toda uma mística de incompreensão diante do deslumbramento e do encantamento fantástico que a despersonaliza. Cria-se, de mais a mais, uma imagem representativa de si e do mundo ao qual se projeta; mas desfigurada pelos olhares ocupados com a maravilha do mistério que grava à volta do seu aparato. Essa figuração altera sutilmente o aspecto social da prática científica, isto é, a sua força de inclinação ao espaço público; e desencoraja quaisquer caminhos em direção ao estudo, porque é tanto mais eficiente manter-se na admiração a ter de enfrentar os espinhos do procedimento crítico e sistemático.

O perigo dessa correspondência indevida é a formação de um discurso que condiciona o saber científico à incomunicabilidade de seus próprios princípios, tornando-o dogmático, autoritário, não negociável (HODSON, 1998) ou, quando muito, inflexível em relação às proposições que eleva à cognição de uma época. O processo de diálogo entre sociedade, imprensa e pesquisadores tem as suas sutilezas, é claro. Muda-se a linguagem

e os padrões da escrita acadêmica ou da enunciação jornalística, testa-se uma ou outra abordagem diferente, reajusta-se o roteiro previsto às conversas responsáveis de uma época, mas, ainda assim, acentua-se a cada vez mais o abismo.

Alteremos a situação de nossa trama fictícia; e imaginemos que, em vez do jornalista, é você o palestrante. Algo interessante lhe acontece no trajeto ao local da conferência: você toma um desvio inesperado, e se encontra com um rapaz que o reconhece da foto de uma revista. Cumprimenta-o e, um tanto tímido, pergunta-lhe a respeito de como se sente nesta manhã. Tão logo é firmada a prosa, ele lhe rumia o seguinte: "Você é aquele senhor que estuda gente louca, não?". Sem muito espanto, porém, diz que as coisas são bem mais complicadas do que aparecem ser, e que, de maneira alguma, são loucas as pessoas que há anos investiga (ao menos não segundo a ideia que muitos de nós consolidamos sobre a loucura). Também se dispõe, com muita ternura e paixão, a explicar a natureza teórica de suas pesquisas, expondo-lhe tudo o mais que serve de orientação ao seu trabalho. Isso o frustra bastante, certamente, mas não porque você o contesta.

Seu estado de aparente decepção se deve ao fato de que lhe tirou a estabilidade dos fundamentos mais sólidos, e assim lhe abalou, em um só instante, tudo o que servia de base segura às crenças. Ele logo se desculpa, sim, mas algo em sua consciência começa a ecoar o sussurro de uma palavra que já não disfarça a sua pretensão. À concepção que formou durante tempos, a ciência se revela agora como sendo algo alheio e de difícil encaixe em relação àquilo que já lhe parecia tão certo, tão precioso, tão invariável. Torna-se objeto de desapontamento, portanto, e sequer chega perto do quanto mais agradável lhe parece a própria versão dos acontecimentos. Se antes lhe havia um mínimo de interesse dirigido às preocupações científicas, sua narrativa basta para fazê-lo crer apenas na direção que aparenta ser a mais cômoda e confortável possível.

O problema não consiste na ênfase de sua fala, e muito menos na maneira como foram ordenados os elementos mais coesos de uma narrativa feita sob medida à circunstância. Havia amor e responsabilidade na sua explicação; e de modo algum lhe faltou o devido respeito no ajuste entre intelecções tão distintas. Ainda assim, contudo, isso não bastou para desmanchar as ideias persistentes ou para acolhê-lo na confusão da própria admiração. Essas ideias são desde há tempos formadas no escuro de uma consciência que se crê a par de todas as coisas, e que dificilmente se permite a caminhos contrários quando comparados àqueles que já foram nivelados. Ao crer que eram loucos aqueles que são estudados por você, portanto, formou-se aos poucos uma representação não apenas da pessoa humana, mas também da própria ciência (que é tanto mais científica quanto mais se presta a investigar essa gente louca!). A ciência, por assim dizer, nunca antes o abraçou, e é certo que, no decorrer desse caminho, desfigurou-se na forma de um senso que se contenta com a superfície aparente do mundo. Sua relação com o saber rigoroso é desde

sempre mediada por um sem-número de ilusões confusas, as quais são reguladas pela palavra da distância.

A fronteira que atrasa o deslizamento da ciência ao espaço público não aparenta se constituir apenas pela dificuldade de se apreender ou dominar de maneira estável o código linguístico dos saberes científicos (WELLINGTON; OSBORNE, 2001), porque a gênese do próprio fundamento que serve de base à construção desse limite pouco poroso é de natureza comunicacional. A instrumentalidade da eficácia — ou, em termos gerais, a enunciação que sustenta para si mesma a necessidade de uma tradução orientada a efeitos tangíveis — não assegura margens de manobra à abertura da ciência à vida; e tampouco se empresta à preocupação responsável (e amorosa) de se criar pontes entre para daí então administrá-las.

A transposição de linguagens ou a tentativa de torná-las acessíveis àqueles que se situam para além do campo cognoscível das ciências também não basta para construir os roteiros de composição à compreensão transformativa do pensamento científico (SILVA; LOPES; SILVA, 2009), isto é, da apropriação subjetiva de toda a cultura que se desenvolve à volta desses saberes.

Antes de encontrar uma rota segura em direção ao cotidiano do rapaz cujas concepções de mundo são desfeitas por você em nosso exemplo hipotético, portanto, a ciência foi diluída na correnteza de inúmeros outros conhecimentos que lutaram por um lugar na superfície. Foi traduzida segundo o filtro de ideias e de palavras singulares que aos poucos lhe compuseram uma visão mais ou menos estável sobre tudo (e tudo mesmo). Seu orgulho e sua crença eram poderosamente sustentados pelo mais aconchegante dentre os amparos: a certeza. Há algo curioso a este respeito, aliás, porque ela é traiçoeira. Peleja o tempo todo para trapacear. Seus sussurros ecoam na ressonância de uma miragem que se recusa a ser efêmera. O verbo que tece esconde os véus por sobre as peças já dispostas no grande tabuleiro. O alento que oferta é projetado para durar. Sua luz é puro encanto. Mas como são bonitas as ilusões!

À vida deste rapaz, afinal, ciência é uma dessas palavras de vazio. Quando muito, inclusive, parece-se à coisa que se agita no escuro e que de jeito maneira pertence ao seu olhar. Torna-se aos poucos o evento irrelevante. A abstração não quantificável. O ponto que estará indefinidamente situado para além da curva visível do seu horizonte de eventos. A luz que do alto não alcança o chão. Coisa de gente louca, de fato; mas que surgirá no cotidiano sob o relevo de uma outra forma — e mais poderosa se considerarmos apenas a trajetória do sentido que dita seus rumos. Eis que a certeza se converte em regra, e a ignorância, de menos a mais, adquire qualidade científica.

Se a linguagem da ciência se ajustou à sua realidade — ainda que de forma desfigurada e um tanto improvisada devido à força das circunstâncias da História —, é sinal

de que, em algum instante, o conhecimento propriamente científico falhou em seu empreendimento. Essa conclusão é tentadora, mas está muito distante daquilo que de fato ocorre na realidade. A bem dizer, apenas nós, na condição de cientistas ou de jornalistas, fracassamos em fazer da ciência o elo que nos une ao cidadão. Pouco importa ao saber se será compreendido ou não, mas suas benesses dependem bastante do esforço que mobilizamos a ponto de entrelaçá-lo à vida da sociedade. À ciência são reservados o erro, a tentativa, a perseverança, a ruína, a glória, o recomeço a partir do ponto em que as esperanças começaram a minguar. Mas a nós, atravessados por seus feixes de luz, é legado o dever de estendê-la ao mundo na promessa de quebrar as correntes que nos atam às miragens; ou ao menos de afrouxar as cavilhas dos pesados grilhões. A culpa não é nossa, portanto. Ela é inteiramente nossa!

Muito do que foi posto às vistas do rapaz que lhe questiona sobre a loucura — e sem saber, de fato, o que ela significa para além da ênfase dada por ele mesmo em sua confusão confortável — é o resultado de uma traição coletiva (SAGAN, 2006). Traíram-no, portanto, os sistemas educacionais, as instituições sociais, a cultura que nem sempre é subjetivamente apropriada para exaltar a humanidade que há em si mesmo e, de modo menos sutil, também os meios de comunicação. A educação, muitas vezes às bordas de um abismo que o tenta (mas que não o provoca a saltar), pouco consegue além de lhe despertar o incômodo — e isso já é muito! As estruturas materiais e humanas que promovem ações de interesse social atravessam a sua vida, sim, mas são elas mesmas as responsáveis por lhe firmar aquelas convicções inabaláveis. A cultura, por conseguinte, torna-se própria no momento em que ele configura para si os padrões de comportamento, de crenças, de saberes e de costumes orientadores, mas falha ao ser convertida (e pervertida) em componente do capital, transformando-se na escuridão mais densa. O jornalismo lhe traz os informes, certamente, mas de modo algum o transforma — porque em vez de tecer as tramas à sua compreensão e humanização, limita-se a descrever uma realidade que às vezes passa ao largo das suas experiências cotidianas. Isto, aliás, quando não se desfigura em contextos nos quais os acontecimentos à volta são entrelaçados aos designios da desinformação; iludindo-o, desorientando-o, regressando-o àqueles estados em que reinava soberana a ausência de luz. Em cada qual dessas traições, afinal, vê-se traído por si mesmo.

Seu destino é entregue às inconstâncias duradouras, portanto. O espírito é despedaçado pela brutalidade de conhecimentos que competem uns com os outros por um bocado de atenção. Seus roteiros são seguros, porque não fazem curvas de olhar àquilo que está a salvo do perigo, da derrota, da dor. Seu pensamento é diluído em ideias que, em vez de abraçá-lo com ternura sem igual, arrastam-no cada vez mais em direção àquela certeza atrevida que se recusa a admitir o conflito, a dúvida, a admiração, o temor, o horror, a ignorância, a angústia, a tempestade. Trocando os termos — e recorrendo à estabilidade de

uma linguagem de gente sã —, somos tentados a concluir: o rapaz com quem troca prosas sinceras não faz a menor ideia de como diabos a ciência opera.

É nesse ponto que as lacunas deixadas por aquilo que dificilmente se encaixa nos eixos de sua existência são preenchidas por outros conjuntos de conhecimentos. Estes, por conseguinte, não precisam se ajustar em função de procedimentos sistemáticos de observação e de experimentação, porque se contentam em ser apenas metades sem projetos definidos. Eis um ponto interessante, aliás: em que medida o cidadão, ao se reconhecer no discurso alentador da pseudociência, está disposto a se libertar? Como importar-se com a verdade se, de modo muito mais recomfortante e duradouro, a ilusão do mundo já lhe basta às lutas cotidianas? Escapam as respostas, de fato, mas a urgência do questionamento nos tenta às costuras da análise.

O PROBLEMA DA APLICABILIDADE

A estas alturas, é necessário reconhecer que o problema de uma divulgação inadequada e imprecisa da ciência não consiste apenas na perda dos referenciais em relação à conformidade dos fatos com a realidade à nossa volta, mas sim, e talvez de modo menos explícito, na consolidação de concepções frágeis que são aos poucos aceitas como autênticas e que dificultam a nossa emancipação diante da investida das trevas. Ora, se a ciência tomou distância das pequenas sutilezas da vida do rapaz que ilustra o exemplo do tópico anterior, que diferença faz se a verdade abraçada já não se distingue da miragem aceita e sustentada como necessária? Se há a possibilidade iminente à ascensão de um mal aleatório, por que é impróprio se esconder por detrás de ideias que alentam e que amparam na medida de sua ficção? A questão nos parece mais complicada.

De fato, há um distanciamento pressuposto entre o cidadão e o tipo de conhecimento cuja aplicabilidade prática não se ajeita em seu cotidiano, mas se trata de uma diferença de intervalo aparente, e não fundamental. A ciência se revela na sua integração com a existência humana — pois é este, e não outro, o seu propósito —, e quaisquer desvios nesse sentido são tropeços de um percurso que, às vezes, nos compele a seguir às cegas pela escuridão. Para integrar-se, porém, é necessário que na própria tentativa de divulgação sejam reforçadas as pretensões de acolhimento na dimensão da linguagem, e que o aspecto definidor do conhecimento evocado pela ciência não seja traduzido a partir de falsos mecanismos pedagógicos que parecem inarticuláveis com o mundo comum. Caso queiramos despertar no outro o amor pela verdade e fazer da enunciação jornalística o elo que conecta universos simbólicos distintos, o primeiro passo é demonstrar de maneira sin-

cera que as sombras que consolam já não transformam, e que nem sempre a possibilidade de um único caminho (que aparenta ser o mais seguro) é a saída ao labirinto das ilusões.

O que está em jogo, afinal, é a compreensão do alcance extensível da ciência às várias dimensões da vida humana na sua condição de herança e de patrimônio cultural. Essa direção nos permite o seguinte questionamento: como assegurar os termos da apropriação subjetiva da cultura de uma época sem se distanciar de um projeto público orientado ao vínculo duradouro entre o saber científico e o cidadão?

Qualquer concepção de literacia científica que se pretenda à formação da pessoa humana pela via do discurso jornalístico deve tornar consciente para si mesma os princípios que compõem a sua ênfase pedagógica, isto é, as regras e as proposições elementares que asseguram ao espaço público o seu pleno desenvolvimento para além das margens confortáveis da ignorância. Isto não implica, aliás, assegurar apenas a transmissão noticiosa e eficaz dos saberes que estão aí pressupostos, mas sim, e sobretudo, garantir que sejam parte fundamental da vida do cidadão; ou que se tornem aquele pedaço do mundo que se desprende do cotidiano para atuar em suas ações concretas. A única exigência que esse roteiro nos parece demandar é a de que o relato da ciência não perca a especificidade do rigor ou do conhecimento sistemático a ponto de se desfigurar em sua simplificação; e que tampouco se oriente por práticas letivas cujos problemas estão limitados no tempo e no espaço (VIEIRA, 2007) em vez de se articularem em relação à dinâmica das vivências sociais.

Uma vez acrescentada à concepção de literacia o princípio da transformação — ampliando-a para além da divulgação —, resta-nos compreender a singularidade do tipo de educação em questão e como, afinal, comunicá-la à sociedade. No Título I da Lei n. 9.394 de 1996, cujo artigo primeiro trata dos princípios e das finalidades educacionais em solo brasileiro, já é possível entrever a ênfase que nos interessa:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996).

Ao passo que, no Título II, lê-se o seguinte:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996).

Não há nada em sua superfície semântica ou simbólica, portanto, que se distinga radicalmente do quanto assumimos e sustentamos. O processo [trans]formativo é institucionalmente orientado à emancipação da pessoa humana — na medida em que, responsávelmente, solicita aberturas em relação às amarras das ilusões —, e seu propósito é assegurar o pleno desenvolvimento do cidadão. Chama a atenção, aliás, que essa noção em específico (a de *desenvolver-se*) seja articulada em função da vida em comum, isto é, da vivência comungada. Se admitirmos que a ciência está entrelaçada às várias dimensões da existência humana, então nos parece razoável acrescentar ao princípio transformativo uma disposição solidária, qual seja: a da comunicação da vida.

A noção de *dever* também nos parece preciosa à composição desse argumento; e isto porque, para além da ênfase da obrigação, ela revela os contornos simbólicos de um tipo de compromisso pressuposto no instante em que se assume pela pessoa humana a responsabilidade do vínculo entre ciência e cotidiano. O que intentamos realçar, nestas alturas, é a não separação nitidamente categórica entre literacia e educação, pois ambas constituem os fundamentos de um valor maior, ao qual atribuímos a designação um tanto restrita de *transformação*. Trata-se, afinal, da aprendizagem do conhecimento científico a partir daquilo que convoca o cidadão à empatia pela própria ciência (DEBOER, 2000), reconhecendo-a como uma espécie de inclinação responsável ao desenvolvimento social.

A conivência da sociedade em relação às alternativas de sentido apresentadas a despeito do saber científico, por outro lado, parece estar de algum modo associada à circulação contínua e mais ou menos estável daqueles enunciados que confirmam o senso comum como a possibilidade mais legítima de conhecimento (ou a mais precisa quando comparada à maneira como costumamos enxergar as coisas no escuro), elevando-o, portanto, à condição de verdade aceita. Isto não é à toa. A pseudociência é mais acessível, e, de certo modo, também mais “divulgável” devido ao simplismo de seus postulados. Ajusta-se muito bem em relação às falas corriqueiras, pois se disfarça surpreendentemente em meio às ideias e às concepções que desde há muito parecem confortáveis e seguras. Ela as abraça; e não admite a probabilidade do diverso, do complexo, do diferenciável, do variável, do arriscado.

Encontra-se à disposição às páginas de alguns dos nossos jornais, revistas, quadrinhos e nos enredos mais críveis dentre as nossas ficções. Insinua-se em algumas de nossas instituições (atravessando-as, modificando-as, consolidando-as), e se encontra sempre por debaixo dos holofotes cuja luz é mais acentuada (embora ilusória). Esconde-se na espessura pronunciável das falas escancaradas, dos silêncios guardados, dos gestos ensaiados, dos olhares oblíquos e do pensamento inquieto; mas de modo tão eficiente que, àqueles cujas vistas se enturveram devido aos véus da fantasia, dá a impressão de serem realmente suas as ideias. Sua sutileza chegou ao ponto de se fundir à dinâmica do cotidiano, e não

raras vezes, aliás, encontra o caminho até nós por meio de costuras aparentemente lógicas, de sussurros escandalosos e até mesmo de aspectos dissimulados — tal como naquelas mensagens matinais destinadas aos grupos virtuais com os quais interagimos. Acaso há algo mais alentador e garantido do que uma pretensão de verdade que nos dá “bom dia”?

Talvez, seja o caso de interrogarmos: até que ponto a ciência acolhe de fato o cidadão? Devemos admitir que essa distância presumida seja um atributo essencial, ou que, muito regularmente, fracassamos por falta de esforço? É provável que não. Por razões simples, até: a fragilidade de seu elo com a sociedade não consiste fundamentalmente em uma questão reduzida à linguagem ou à visibilidade, mas sim à não articulação do conhecimento em função da vida humana. A este respeito, basta pensarmos o quanto comum é a associação do saber científico com a sua finalidade meramente técnica. É tanto mais seguro e verdadeiro, segundo a lógica desse argumento, aquilo que escancara uma aplicabilidade prática imediata ou que aparenta servir realmente para alguma coisa. Pouco se fala, por exemplo — e aqui incluímos as pronúncias do campo jornalístico —, sobre a importância da ciência enquanto forma de resistência contra os tipos de discurso que fragilizam os nossos sistemas educacionais, que pervertem a cultura que apropriamos subjetivamente ou que limitam o exercício pleno da cidadania. Isto porque o traço mais bonito de sua presença nos passa ao largo do cotidiano, ou, quando muito, dilui-se na dimensão instrumental. Torna-se complicada e de difícil encaixe em relação aos eixos da imaginação; e a correspondência simbólica comum é a de que o saber científico se manifesta em sua plenitude apenas quando trata da tecnologia — não importando se, nesse meio tempo, cada erro e cada fracasso se tornou precioso à sua constituição.

Não há um método estável e mais ou menos universal de se ensinar a ciência às sociedades, evidentemente (VIEIRA, 2007), e tampouco uma maneira segura de se desfazer as associações que atribuem a ela a imagem mística da distância e a da incompatibilidade com a vida em comunhão. Ao passo que uns se sentem motivados pela ênfase do próprio deslumbramento, outros se distanciam devido ao desconforto que antecede a ida ao desconhecido.

A perspectiva de uma aplicabilidade social prática e rápida transformou radicalmente a relação entre ciência e sociedade, aliás (ALBAGLI, 1996). Espera-se cada vez mais — e isto desde os avanços do período de entreguerras — que o conhecimento tenha alguma finalidade útil e mais ou menos tangível àqueles que não fazem ideia de como ele funciona (mas que ainda assim aguardam por suas benesses). Essa postura é legítima, de fato, mas por considerá-la como o evento que se situa aquém das alturas da nossa existência ou da nossa intelecção, afastamo-nos do seu projeto público (e abrimos mão de cuidar do nosso destino).

A própria sofisticação dos aparatos técnicos — tão mais científicos quanto mais eficientes em sua aparência sedutora — simplificou sua utilização (REIS, 2006), e, conse-

quentemente, tornou mais ou menos dispensável a compreensão dos processos e das dinâmicas de força que atuam por detrás dos véus de encanto. Pouco se questiona a respeito de uma teleologia da técnica, porque se funciona às urgências práticas do cotidiano, não é necessário repensá-la fundamentalmente; e tampouco interrogar se são de fato justos ou responsáveis os seus fins. Entre a projeção e o uso extensível ao alcance das sociedades, portanto, há toda uma mística que se escancara na penumbra do próprio aparato, eximindo do esforço imaginativo e potencialmente criativo aqueles que dele se apropriam. Se algo se desalinha em relação aos eixos esperados, terceiriza-se o conhecimento do incompreensível à competência legítima dos especialistas. Sacrifica-se o inteligível em prol da eficácia garantida. Mais feitiçaria do que tecnologia, a bem da verdade.

Se o questionamento da ciência se desfaz em algo desnecessário ao cidadão — considerando-se que no intermédio que regula cada distância pressuposta há finalizada e devidamente autorizada a interpretação do próprio cientista ou do jornalista —, pouco importa qualquer projeto de ensino ou de reorientação, porque se torna tanto mais válida quanto mais aplicável à dinâmica instrumental do cotidiano. Seus conhecimentos atravessam o tecido social, de fato, embora percam a força daquilo que os faz interrogáveis à consciência coletiva. Convém explicar, nestas alturas, que consolidar-se estratégicamente na sucessão de tempos da sociedade e articular-se de fato à vida implicam processos de compreensão distintos. Ao passo que o primeiro se restringe à instrumentalidade da eficácia do saber científico, este último diz respeito ao elo que se adensa a partir dos problemas da vida comum. Não se trata, portanto, de limitar-se à apresentação dos tipos de empreendimento que conduzem ao progresso e ao bem-estar da humanidade (QUEIROZ, 1998), mas de erguer os fundamentos básicos à comunicabilidade da ciência pelas vias enunciativas do jornalismo ou de outros roteiros discursivos.

E se qualquer informação — científica ou não — carece de precisão no que diz respeito à sua própria composição e à divulgação (VIEIRA, 2004) que é projetada ao espaço público, quais aproximações podemos ensaiar entre ciência, pesquisador, jornalismo e sociedade? Parece haver nesse embaraço uma questão de ordem mais urgente, a qual nos força a admitir que não se trata simplesmente de atribuir à quantidade de conhecimentos sociais já disponíveis um fluxo cada vez mais constante de visibilidade, mas de criar sentidos a partir daquilo que é submetido à percepção das pessoas devido à sua relevância.

Do ponto de vista social, aliás, os resultados de uma pesquisa científica podem convocar os cidadãos às decisões importantes que atravessam o cotidiano, despertando-os de algum modo a tomar gosto pelos assuntos políticos, econômicos e ambientais — desde que façam sentido não devido à sua utilidade ou aplicabilidade imediata, mas à maneira como se entremeiam ao tecido de suas vidas futuras. No aspecto educacional, por sua vez, essa lógica assume outra semântica, já que a perspectiva de uma transmissão informacional de

saberes não basta a ponto de compreendermos o que de fato está em jogo no processo transformativo da ciência.

Se situamos a questão da divulgação científica no plano educacional, é porque, considerando-se a sua dimensão formal, isto é, a extensão mensurável que configura o ecossistema das instituições de ensino — e de acordo com os designios de seus programas político-pedagógicos —, o processo educativo se articula em relação aos eixos de uma estrutura solene e mais ou menos invariável que assegura a livre circulação do conhecimento. Essa é a maneira, por exemplo, como o saber é projetado para se consolidar nas escolas primárias e nas universidades. Há, por outro lado, a possibilidade de se “informalizar” a apropriação subjetiva do conjunto de crenças e de costumes que nos distinguem (tal como o faz a atividade enunciativa do jornalismo, por exemplo), na medida em que rearranjamos os nossos valores, as nossas atitudes diante do mundo, nossos laços de família ou de trabalho e também os tipos de experiência que atravessam toda a espessura cognoscível dos nossos cotidianos (LANGHI; NARDI, 2009).

Por detrás dos sentidos dessa informalização do conhecimento, aliás, há um argumento que reforça o seu caráter democrático, isto é, que destaca a ênfase da construção de uma sociedade mais cordata e justa, na qual os cidadãos se tornam capazes não apenas de participar do processo de formação de saberes sempre inacabados, mas também, e sobre tudo, de julgar com discernimento tudo o que é submetido às reflexões, aos debates ou às decisões que gravitam à volta das temáticas sócio-científicas de sua época (REIS, 2006). Esse discernimento implica tornar conscientes todas as questões em jogo a partir das determinações políticas, sociais, econômicas, ambientais e culturais; assim como se trata de encorajar o espaço público em relação à instrução que solicita a inventividade e o amor crítico pela ciência (JARMAN; MCCLUNE, 2007). Para além da aplicabilidade instrumental, afinal, desenvolve-se o compromisso responsável do saber científico nas sociedades contemporâneas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se o propósito da divulgação científica é adensar o elo entre cidadão e sociedade nas várias dimensões da existência, portanto, é necessário abrir a própria ciência à realidade; e deixá-la falar na ressonância de seus muitos ecos — os quais podem repercutir às páginas dos livros, revistas, jornais e quadrinhos; às ondas do rádio, aos sinais televisivos, às letras das canções e às propagandas de tudo o que consumimos; aos detalhes que, às vezes, passam desapercebidos do cotidiano, aos silêncios de nossas poesias, às aventuras dos jogos, do cinema, das peças de teatro e também às unidades de dados transmitidos no interior fantástico de uma ficção imaginada à qual demos o nome de internet. Recorrer aos métodos mais

inventivos e provocadores (MASSARANI, 2004) equivale a pensar o procedimento científico como uma atividade social que não perde do horizonte a pessoa humana, e que, justamente por isso, torna-se capaz de despertar em nós a vontade pela exploração e pela descoberta.

À divulgação da ciência, afinal, não basta a descrição das informações já disponíveis — e tampouco a explicação que se contenta com a superfície mais rasa dos fenômenos —, porque o essencial (que já não é mais tão invisível aos olhos!) consiste em tornar compreensíveis os sentidos que circulam e que aos poucos se conectam com a nossa existência. Eis como será possível uma mudança crítica no plano da cidadania para além da obviedade informativa, na medida em que a reflexão encontra o seu caminho a ponto de triunfar diante da simples aquisição de conhecimento. Essa nitidez a respeito do papel da literacia, aliás, é o que consolida na sociedade os desígnios de um projeto público orientado à transformação da pessoa humana.

Há exemplos interessantes de possibilidade de articulação intuitiva entre ciência e vida cotidiana, os quais há algum tempo alcançaram o olhar crítico da atividade jornalística. O projeto *Nature's Calendar*³, por exemplo — que é coordenado pela instituição de caridade e de preservação florestal britânica *The Woodland Trust* —, consiste em nos estimular a registrar os pequenos eventos naturais que são perceptíveis nos espaços mais próximos, tais como as primeiras folhas que aparecem em uma árvore cujas raízes estão fincadas em nossos quintais ou até mesmo a chegada de pássaros que escolheram os telhados das nossas casas para nidificar. Esses dados são encaminhados a um banco público e aberto para qualquer cientista ou jornalista analisar, e podem servir à criação de estratégias de proteção e de restauração de ambientes nativos. Já o aplicativo *Bee Kind*⁴, proposto pela instituição *Bumblebee Conservation Trust*, ajuda-nos na escolha do cultivo de plantas ideais aos insetos polinizadores que de vez em quando surgem em nossos jardins, ao passo que o projeto *Giraffe Spotter*⁵, umas das extensões do programa de código aberto *Wild Book*, disponibiliza aos visitantes de parques nacionais, pesquisadores, jornalistas e quaisquer outras pessoas um banco de dados para que sejam enviadas e analisadas as fotos de girafas em seu habitat, integrando de uma maneira inventiva a inteligência artificial, os megadados da aprendizagem de máquina e a ciência. Há também os bancos de dados virtuais *Flukebook*⁶ e *Manta Matcher*⁷, que catalogam informações para estudo sobre baleias e arraias, respectivamente. Um projeto da cidade de Stuttgart⁸, aliás, encoraja o cidadão a construir seu próprio sensor de poluição do ar, incentivando a conscientização do problema através

3 Disponível em: <https://naturescalendarwoodlandtrust.org.uk>. Acesso em: 17 jun. 2021.

4 Disponível em: <https://beekind.bumblebeeconservation.org>. Acesso em: 17 jun. 2021.

5 Disponível em: <https://giraffespottter.org>. Acesso em: 18 jun. 2021.

6 Disponível em: <https://www.flukebook.org>. Acesso em: 18 jun. 2021.

7 Disponível em: <https://www.mantamatcher.org>. Acesso em: 17 jun. 2021.

8 Disponível em: <https://luftdaten.info>. Acesso em: 17 jun. 2021.

da criação de um mapa global que identifica com maior precisão os índices de poluição por partículas. São inúmeras, portanto, as possibilidades de acesso ao conhecimento, de estímulo à participação democrática, de inventividade científica e de desenvolvimento das estratégias que fortalecem a sociedade.

Quando o conhecimento se entrelaça à vida concreta, circula-se mais do que um conjunto de saberes especializados; e é neste instante — sustentado pela comunicabilidade da ciência — que se transforma o humano.

REFERÊNCIAS

- ALBAGLI, S. Divulgação científica: informação científica para a cidadania? **Ciência da Informação**. Brasília, DF, v. 25, n. 3. p. 396-397, 1996.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 17 jan. 2021.
- CARVALHO, G. S. Literacia científica: conceitos e dimensões. In: AZEVEDO, F.; SARDINHA, M. G. **Modelos e práticas em literacia**. Lisboa: Lidel, 2009. p. 179-194.
- DEBOER, G. Scientific literacy: another look at its historical and contemporary meanings and its relationship to science education reform. **Journal of Research in Science Teaching**, [s. l.], v. 37, n. 6, p. 582-601, 2000.
- HODSON, D. **Teaching and learning science**: towards a personalized approach. Buckingham: Open University Press, 1998.
- JARMAN, R.; MCCLUNE, B. **Developing scientific literacy**: using news media in the classroom. New York, NY: Open University Press, 2007.
- LANGHI, R.; NARDI, R. Ensino da astronomia no Brasil: educação formal, informal, não-formal e divulgação científica. **Revista Brasileira de Ensino de Física**. São Paulo, v. 31, n. 4, p. 1-11, 2009.
- MASSARANI, L. Desafios da divulgação científica na América Latina. In: DICKSON, D.; KEATING, B.; MASSARANI, L. **Guia de Divulgação Científica**. Brasília, DF: Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social, 2004. p. 11-12.
- MORAIS, J.; KOLINSKY, R. Literacia científica: Leitura e produção de textos científicos. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 62, p. 143-162, out./dez. 2016.
- QUEIROZ, C. A ciência em debate. In: ALVES, J. L. **Ética e o futuro da democracia**. Lisboa: Edições Colibri, 1998. p. 451-458.
- REIS, P. Ciência e educação: que relação? **Interacções**, Lisboa, n. 3, 160-187, 2006.
- SAGAN, C. **O mundo assombrado pelos demônios**: a ciência vista como uma vela no escuro. Tradução de Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- SILVA, P. J.; LOPES, J.; SILVA, A. Situação formativa: um instrumento de gestão do currículo capaz de promover literacia científica. **Enseñanza de las Ciencias**: Revista de Investigación y Experiencias Didácticas, Barcelona, n. extra, p. 1616-1621, 2009.
- VIEIRA, C. L. Pequeno manual de divulgação científica: um resumo. In: DICKSON, D.; KEATING, B.; MASSARANI, L. **Guia de divulgação científica**. Brasília, DF: Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social, 2004. p. 13-14.
- VIEIRA, N. Literacia científica e educação de ciência: dois objectivos para a mesma aula. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, 10, n. 10, 97-108, 2007.
- WELLINGTON, J.; OSBORNE, J. **Language and literacy in science education**. Buckingham: Open University Press, 2001.

COMUNICAÇÃO DA CIÊNCIA E JORNALISMO: IMPLICAÇÕES PARA A CIDADANIA

*Mayara Jordana Sousa Santana¹
Ângela Teixeira de Moraes²*

RESUMO

As relações entre a Ciência e os processos comunicacionais constituem-se enquanto desafios contínuos para o campo científico que visa, além da produção de conhecimento, aproximar-se da sociedade, obter visibilidade e contribuir socialmente. Neste ensaio, essa interface é repercutida como a Comunicação da Ciência e será discutida teoricamente a partir de distinções de alguns conceitos que também se referem a essa temática, como: extensão, diffusionismo, difusão científica, disseminação científica, divulgação científica e jornalismo científico. Sobre esse último, este ensaio enfatiza as possibilidades e os limites do jornalismo científico para a comunicação da Ciência, segundo os critérios e valores de noticiabilidade concernentes à divulgação jornalística sobre os conhecimentos científicos e as funções do jornalismo científico, especialmente considerando o contexto da Ciência no Brasil. Discute-se também que a má divulgação da Ciência feita pela imprensa promove, além de erros na atuação jornalística, um desserviço público. Também as novas tecnologias de informação e comunicação e as redes sociais digitais e seus reflexos para a Comunicação da Ciência são repercutidos brevemente no ensaio, com o objetivo de promover reflexões críticas atinentes à questão da importância de se comunicar a Ciência também nas mídias digitais na contemporaneidade. Dentre as considerações finais, reúnem-se proposições críticas em torno de um repensar sobre as atuais práticas e critérios adotados pelo jornalismo científico e o papel dos jornalistas para a Comunicação da Ciência no Brasil enquanto mediadores dos processos comunicacionais que envolvem a Ciência e a sociedade brasileira, mediante a expansão dos processos comunicacionais decorrentes das novas tecnologias, das mídias e redes sociais digitais. A Comunicação da Ciência é enfatizada como uma temática rele-

¹ Doutoranda em Comunicação no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC) da Universidade Federal de Goiás (UFG). Jornalista no Campus Goiânia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG). E-mail: mayarajordana@gmail.com

² Professora Doutora no Curso de Jornalismo da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC) da Universidade Federal de Goiás (UFG) e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFG. E-mail: atmoraes@ufg.br

vante também para o gozo do direito à informação pelos cidadãos e que deve ser atendido também pelo jornalismo científico, pelos meios de comunicação e pelas mídias e redes sociais digitais tendo em vista a promoção da cidadania no Brasil.

Palavras-chave: Comunicação da Ciência. Divulgação Científica. Jornalismo Científico.

COMMUNICATION OF SCIENCE AND JOURNALISM: IMPLICATIONS FOR CITIZENSHIP

ABSTRACT

The relations between Science and communication processes are continuous challenges for the scientific field that aims, besides the production of knowledge, to approach society, to obtain visibility, and to contribute socially. In this essay, this interface is reflected as the Communication of Science and will be discussed theoretically from distinctions of some concepts that also refer to this theme as extension, diffusionism, scientific diffusion, scientific dissemination, scientific divulgation, and scientific journalism. This essay emphasizes the possibilities and limits of scientific journalism for the Communication of Science, according to the newsworthiness and the functions of scientific journalism, especially considering the context of Science in Brazil. It is also discussed that the poor dissemination of Science made by the press realizes errors in journalistic performance and a public disservice too. The new technologies and digital media and their impacts on the Communication of Science are briefly reflected in this essay, to promote critical reflections about the importance of scientific divulgation either in digital media nowadays. The final considerations present critical propositions about rethinking the current practices and the news values adopted by scientific journalism, and the role of journalists as mediators between Science and society in Brazil, through the expansion of communication processes arising from the new technologies and digital social media. The Communication of Science is emphasized as a relevant theme also to enjoy the right to information by the citizens and that should be served by scientific journalism for the media and digital social media to promote the citizenship in Brazil.

Keywords: Communication of Science. Scientific Dissemination. Scientific Journalism.

INTRODUÇÃO

A Ciência, em geral e tal qual a reconhecemos ainda hoje, é resultante de uma ruptura paradigmática em relação ao senso comum, conforme defende Sousa Santos (2008), desde o século XVI, quando se registram os primeiros cientistas modernos. Segundo o autor, o conhecimento científico moderno instaura a predominância da racionalidade em relação às experiências e aos saberes compartilhados pelos homens, bem como os conhecimentos filosóficos, a proeminência das Ciências Naturais e a posterior emergência das Ciências Sociais.

O modelo de racionalidade que preside à ciência moderna constitui-se a partir da revolução científica do século XVI e foi desenvolvido nos séculos seguintes basicamente no domínio das ciências naturais. Ainda que com alguns prenúncios no século XVIII, é só no século XIX que este modelo de racionalidade se estende às ciências sociais emergentes. A partir de então pode falar-se de um modelo global de racionalidade científica que admite variedade interna mas que se distingue e defende, por via de fronteiras ostensivas e ostensivamente policiadas, de duas formas de conhecimento não científico (e, portanto, irracional) potencialmente perturbadoras e intrusas: o senso comum e as chamadas humanidades ou estudos humanísticos (em que se incluíram, entre outros, os estudos históricos, filológicos, jurídicos, literários, filosóficos e teológicos) (SOUSA SANTOS, 2008, p. 20-21).

Apesar da hegemonia da Ciência no século XIX, o autor credita ainda ao final do século XX o encerramento de "[...] um ciclo de hegemonia de uma certa ordem científica" (SOUSA SANTOS, 2008, p. 19) e uma crise do paradigma dominante da racionalidade científica que reverbera nesse início do século XXI. Nesse sentido, por mais que a Ciência goze de autoridade e legitimidade conquistada enquanto campo institucionalizado no meio acadêmico e entre seus pares, a sua relação com a sociedade, especialmente a comunicação da produção científica ainda se constitui um desafio na contemporaneidade.

Registra-se neste atual contexto de pandemia de covid-19 no cenário brasileiro, desde o primeiro semestre de 2020 até então, a reverberação de discursos de grupos que se apropriaram das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs) e das redes sociais digitais e as utilizam ativamente para invalidar e atacar os conhecimentos científicos e suas metodologias, promovendo um retrocesso no que tange aos avanços resultantes de comprovações científicas que já invalidaram ideias como: terraplanismo, condutas antivacinas, prescrições medicamentosas sem validação médico-científica etc. Os reflexos desses movimentos considerados anticientíficos geram desinformação e promovem um desserviço público no Brasil, além da urgente necessidade de enfrentamento desses dilemas também por meio de uma eficiente comunicação da Ciência que alcance amplamente a sociedade.

Nesse sentido, a comunicação da Ciência é discutida neste ensaio não como a transmissão e compartilhamento de informações sobre pesquisas e conteúdos entre cientistas e pesquisadores em um relacionamento interpares, pois, desse modo, entende-se que se trata mais de uma comunicação na Ciência. Noutro prisma, visa-se discutir uma noção de comunicação da Ciência como uma relação que busca a dialogicidade entre o campo científico e a sociedade e tem como público-alvo os não especialistas e até mesmo pessoas tidas como leigas nos assuntos da área científica.

São variadas as conceituações atribuídas à comunicação da Ciência, por exemplo, a difusão científica, a divulgação científica e a popularização da Ciência. Entretanto, os usos desses termos sem uma reflexão crítica sobre seus sentidos levam à compreensão de que eles se alinham, de modo latente, ao modelo transmissivo informacional de comunicação. Até mesmo, pode se ater que essas conceituações carregam subjacentemente a lógica de uma política hegemônica orientada para uma comunicação da Ciência segundo perspectivas da extensão como uma transmissão de conhecimentos e do diffusionismo.

A respeito da extensão, o educador brasileiro Paulo Freire (1983) teorizou sobre esse conceito que agrega à discussão da comunicação da Ciência o horizonte de reconhecer a importância da dialogicidade na busca do conhecimento entre os sujeitos pensantes. O autor promoveu uma crítica ao que ocorria nos anos de 1980 por meio do extensionismo rural ao analisar a relação entre os técnicos agrônomos e os camponeses chilenos.

Freire (1983) elucidou, à época, a lógica de transmissão e extensão de um saber ao exemplificar a atuação dos técnicos agrônomos, considerados como especialistas e detentores de conhecimentos validados academicamente, sobre os camponeses chilenos. Desse modo, não haveria trocas mútuas e nem dialógicas de conhecimentos entre esses sujeitos pensantes, mas sim o depósito de saberes — que, desse modo, foram nomeados pelo autor como comunicados — dos especialistas sobre os aprendizes tidos como leigos, segundo um modelo de uma educação bancária compreendida como antidialógica e opressora pelo autor. Freire (1983), ainda nos anos de 1980, defendeu que, na educação, deve prevalecer a comunicação no lugar do extensionismo: "A educação é comunicação, é diálogo, na medida que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados" (FREIRE, 1983, p. 69).

Outro conceito que também se associa à comunicação da Ciência é o de diffusionismo. Segundo as autoras Temer e Nery (2004, p. 157), ele se refere à comunicação direcionada à "[...] capacidade de convencer os receptores a adotarem inovações e recursos científicos modernos para o desenvolvimento". O diffusionismo nas pesquisas da área de Comunicação vincula-se às estratégias de políticas articuladas pelos Estados Unidos nos anos de 1960 a 1970, junto às nações subdesenvolvidas (especialmente os países da América Latina), com o objetivo de que os veículos de comunicação dos países periféricos pudesse contribuir

para "[...] difundir a modernização e/ou as inovações, gerando desenvolvimento, independentemente das condições sociais, políticas e econômicas" (TEMER; NERY, 2004, p. 157).

Especialmente no Brasil, a comunicação da Ciência, por um longo tempo, esteve muito atrelada à divulgação dos conhecimentos científicos principalmente por meio do jornalismo científico, conforme corrobora Bueno (1985) nos anos de 1980.

O jornalismo científico deve estar atento, para o fato, já lembrado por José Reis, de que, em muitos casos, ele se constitui na única fonte popular de informações sobre ciência e tecnologia. Num país como o nosso, caracterizado pelo ensino precário e desatualizado de ciências, passa a ser a única forma pela qual os cidadãos tomam contato com a atividade e os produtos de tecnólogos e cientistas. Daí, a responsabilidade do profissional que exerce a função de informar, formar e conscientizar o público sobre as questões e repercussões da ciência e tecnologia (BUENO, 1985, p. 1425).

A comunicação da Ciência (termo adotado neste ensaio no lugar de divulgação científica por compreendê-lo como mais abrangente) será discutida com o objetivo de distinguir alguns conceitos que se relacionam ao tema, como: difusão científica, disseminação científica, divulgação científica e jornalismo científico. A discussão teórica aqui apresentada tem como ênfase o jornalismo científico. Para tanto, serão apresentadas as características desse tipo de jornalismo, suas funções e relações com a Ciência. Também é apresentada uma breve discussão sobre as NTICs, especialmente a respeito do papel da Internet, das mídias e das redes sociais digitais para a comunicação da Ciência.

DISTINÇÕES ENTRE DIFUSÃO CIENTÍFICA, DISSEMINAÇÃO CIENTÍFICA, DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA E JORNALISMO CIENTÍFICO

Bueno (1985) distingue quatro conceitos que se relacionam à comunicação da Ciência, a saber: a) difusão científica; b) disseminação científica; c) divulgação científica; d) jornalismo científico. Segundo o autor, a difusão científica é um termo muito amplo que se refere, na prática, "[...] a todo e qualquer processo ou recurso utilizado para a veiculação de informações científicas ou tecnológicas" (BUENO, 1985, p. 1421), abarcando também os conceitos de disseminação científica, divulgação científica e de jornalismo científico. Além disso, a difusão científica pode ser dividida em dois níveis: a difusão científica interpares e outra para o público em geral, de acordo com o autor.

Já o conceito de disseminação científica, segundo esse autor, é um processo de " [...] transferência de informações científicas e tecnológicas, transcritas em códigos especializados, a um público seletivo formado por especialistas" (BUENO, 1985, p. 1421), podendo

ocorrer em dois níveis: a) intrapares (pesquisadores da mesma área de conhecimento) e b) extrapares (entre pesquisadores de áreas distintas, segundo relações multidisciplinares). Nesse sentido, ele considera que o termo não remete à comunicação orientada ao público leigo, sendo, portanto, mais referente ao que compreendemos neste ensaio como a comunicação na Ciência.

Outro termo é o de divulgação científica, que “[...] comprehende a utilização de recursos, técnicas e processos para a veiculação de informações científicas e tecnológicas ao público em geral” (BUENO, 1985, p. 1421). Para o autor, essa divulgação estabelece-se mediante processos comunicacionais de adequação de uma linguagem científica especializada para outra não especializada que seja compreendida por uma grande audiência, ou seja, um maior número de públicos. O autor explica que a divulgação científica, por vezes, também é chamada de popularização ou vulgarização da Ciência.

Bueno (1985) aponta que a divulgação científica, por se ater também à veiculação de informações sobre a Ciência pela imprensa, a faz associar (e até mesmo confundir) com o termo jornalismo científico. Entretanto, a divulgação científica, como destaca o autor, não se limita ao jornalismo:

É importante frisar que a divulgação científica não se restringe ao campo da imprensa. Inclui os jornais e revistas, mas também os livros didáticos, as aulas de ciência do 2º grau, os cursos de extensão para não especialistas, as histórias em quadrinhos, os suplementos infantis, muitos dos folhetos utilizados na prática de extensão rural ou em campanhas de educação voltadas, por exemplo, para as áreas de higiene e saúde, os fascículos produzidos por grandes editoras, documentários, programas especiais de rádio e televisão etc. (BUENO, 1985, p. 1422).

Ademais, na atualidade somam-se a esses exemplos que foram mencionados alguns novos meios de divulgação científica encontrados em mídias digitais (sites, blogs, podcasts, vídeos no YouTube etc.) e em redes sociais digitais (Facebook, Instagram, Twitter, LinkedIn, WhatsApp), que ainda não tinham sido desenvolvidos à época da escrita do texto por Bueno nos anos de 1980. Nesse sentido, é preciso considerar que a comunicação da Ciência se transforma também graças à emergência de novos meios de comunicação desenvolvidos pela sociedade. Pesquisadores contemporâneos que se detêm em investigar a comunicação da Ciência já contemplam essas novas mídias em suas pesquisas empíricas, avaliando as potencialidades e as limitações dessas para a divulgação científica.

Por exemplo, no artigo *Das Apresentações Públicas às Redes Sociais: Apontamentos Sobre Divulgação Científica na Mídia Brasileira*, dos autores Marina Muniz Mendes e João de Melo Maricato (2020), é apresentado painel sobre a divulgação científica realizada na gran-

de mídia³ e também em mídias digitais e corrobora a relevância da análise da comunicação da Ciência efetivada pelas NTICs. Além da divulgação científica realizada pelos veículos de comunicação tradicionais (jornal impresso, televisão e rádio), “[...] as redes sociais tornaram-se importantes canais de comunicação entre a sociedade e instituições de produção do conhecimento científico, bem como, diretamente, entre cientistas” (MENDES; MARICATO, 2020, p. 3).

Portanto, reduzir a divulgação científica somente à comunicação realizada pelo jornalismo e pela imprensa não contempla mais a complexidade da comunicação da Ciência, mesmo no Brasil. Além disso, o jornalismo científico é uma comunicação específica da Ciência e se vincula a critérios e formatos peculiares às práticas jornalísticas, que serão apresentados a seguir.

JORNALISMO CIENTÍFICO: ESPECIFICIDADES E FUNÇÕES

Bueno (1985) considera que o termo jornalismo científico deve incluir obrigatoriamente as características definidoras da área do jornalismo, que foram categorizadas, por exemplo, pelo autor Otto Groth (2011), por ele citado ao discorrer sobre a Ciência dos Jornais e sua relação com a cultura. Para Bueno (1985), o jornalismo científico se orienta segundo as seguintes características definidoras do jornalismo, a saber: atualidade, universalidade, periodicidade e difusão. O autor explicita como essas características acabam por definir esse tipo de jornalismo especializado ou também nomeado como um gênero do discurso jornalístico.

Na prática, isso significa dizer que ele se define pela *atualidade*, ocupando-se de fatos (eventos, descobertas) ou pessoas (cientistas, tecnólogos, pesquisadores) que estejam direta e indiretamente relacionados com o momento presente; pela *universalidade*, abrigando os diferentes ramos do conhecimento científico; pela *periodicidade*, mantendo o ritmo de publicações ou matérias, certamente antes em conformidade com o desenvolvimento peculiar da ciência do que com o próprio ritmo de edição dos veículos jornalísticos (oportunidade, segundo Groth); e pela *difusão*, o que pressupõe a sua circulação pela coletividade (BUENO, 1985, p. 1422, grifo do autor).

O jornalismo científico institui uma forma particular de comunicação da Ciência feita pela imprensa, em que incide, nessa relação entre o campo científico e a sociedade, o

³ No artigo desses autores, o termo grande mídia se refere aos processos comunicacionais produzidos e difundidos pelas chamadas mídias de referência ou mídias tradicionais, a saber: jornal impresso, televisão e rádio. Não sendo contemplados pelo termo os processos comunicacionais efetivados pela comunicação comunitária ou pelos meios de comunicação que se intitulam como mídias alternativas.

jornalista enquanto um divulgador e/ou mediador científico. O jornalista *media* as variadas relações existentes na área científica que envolve, por exemplo, pesquisadores, órgãos de fomento à pesquisa, as universidades e também os cidadãos. Desse modo, os critérios jornalísticos, o agendamento de assuntos e eventos do campo científico efetivados pelo jornalismo, a noticiabilidade, os valores-notícia, as interferências das rotinas produtivas e as linhas editoriais dos meios noticiosos precisam ser considerados para que se atente que esse não é o único modo de se fazer a comunicação da Ciência e que há também potencialidades e limitações no jornalismo científico.

A comunicação da Ciência realizada pelo jornalismo científico acaba por enquadrar a divulgação conforme valores de noticiabilidade, de acordo com os autores Brockington e Mesquita (2018) ao se referirem à divulgação científica (DC) promovida pelo jornalismo.

Quando se pensa na DC profissional, na qual jornalistas se especializam ou vivem dessa produção específica, muitas vezes, contorna-se o problema da técnica, mas recai-se no problema do mercado. Isso porque não há limites para o que é escrito em textos, roteiros ou em notícias científicas. Ao se pensar nesse segmento, que cresce a cada ano com a proliferação dos blogs, percebe-se que ele é dependente do valor notícia. Os "valores notícia" no jornalismo são definidos como o conjunto de elementos, princípios e valores por meio dos quais o sistema informativo que controla e gerencia o fluxo de informações sobre os eventos procederá à seleção de notícias (Epstein, 2008). Ocorre que, dada a forma com a qual nossa sociedade está construída, o sistema de comunicação de massa visa, quase que exclusivamente, o capital. Assim o que é noticiado acaba por ser tornar dependente do quanto aquele assunto tem potencial "de venda". Com isso, um "valor notícia" importante para a DC, como a possibilidade de auxiliar o cidadão a tomar decisões bem-informadas, infelizmente, perde espaço para o "valor de venda" (BROCKINGTON; MESQUITA, 2018, p. 30).

Brockington e Mesquita (2018) citam casos de erros na comunicação da Ciência realizada pelo jornalismo científico e que provocaram um desserviço à sociedade, pois, nesses casos, os valores jornalísticos pesaram mais na noticiabilidade do que os critérios importantes de validação e de legitimidade científicas. Por exemplo, os riscos que envolvem noticiar pesquisas científicas em andamento e cujos resultados ainda não foram confirmados, além da veiculação noticiosa de mitos científicos que acabam reforçando preconceitos e fazendo circular na sociedade erros tidos como "verdades" científicas. Bueno (1985) também corrobora essa crítica:

Esta posição, comum entre os profissionais e estudiosos da área, e que consiste em promover a todo custo a atividade científica, não reflete uma postura crítica e ainda se apegue à noção de ciência como saber preciso, objetivo, universal e puro. [...] O conceito de jornalismo científico deve incluir esta postura crítica e não aderir ao movimento de alguns cientistas e intelectuais, entre eles os jornalistas que ainda

fazem a apologia dos fatos e das informações científicas, imprimindo à ciência um caráter fetichista (BUENO, 1985. p. 1423).

A comunicação feita pelo jornalismo científico, segundo Bueno (1985), acaba também prestando um desserviço à Ciência não somente por erros na divulgação, como também pela construção, reforço e compartilhamento de estereótipos sobre a Ciência que reduzem o campo científico à divulgação de algumas áreas do conhecimento e preterindo outras, como as Ciências Humanas. "Nota-se, ainda, a relação entre jornalismo científico e algumas poucas áreas do conhecimento como se esse caso particular de difusão dissesse respeito apenas aos grandes fatos científicos que ocorrem em determinados setores" (BUENO, 1985, p. 1423).

Outro estereótipo prejudicial sobre a Ciência concentra-se também na idealização e mitificação de um perfil de pesquisadores. Perspectiva que não é uma novidade e nem pode ser atribuída como causada somente pelo jornalismo científico e/ou pelos demais meios de comunicação, mas sim resultante do distanciamento histórico do campo científico da sociedade, visto como um espaço e reduto de cientistas ligados à imagem de super-humanos versus os demais homens integrantes da sociedade leiga. "Uma visão idealista, no sentido pejorativo desse termo algo controvertido, propõe uma natureza supra-humana para a ciência, o que, certamente, é uma perigosa cilada para um divulgador" (CAPOZOLI, 2002, p. 127-128).

No Brasil, constata-se que esse distanciamento entre Ciência e sociedade, que tem por base uma visão idealizada que não se limita somente aos cientistas, mas reverbera também nas instituições que promovem pesquisas no país, como as universidades; os institutos de educação, ciência e tecnologia; centros de pesquisa e inovação; as agências e órgãos de fomento à pesquisa; as incubadoras etc. Esses espaços de desenvolvimento de conhecimentos científicos que, por vezes, são desconhecidos no que tange ao que produzem e a possibilidade de contribuírem e prestarem contas à sociedade a respeito dos investimentos de recursos públicos nessas instituições e o retorno social que elas geram.

De outro modo, uma melhor comunicação da Ciência feita por essas instituições de pesquisas poderia, por exemplo, incentivar um maior interesse da iniciativa privada em investir em uma relação público-privada nesses espaços. Porém, reforça-se a necessidade de que essa parceria público-privada seja fundamentada em uma ética, na transparência pública, no controle governamental e intencionada para o desenvolvimento social, tecnológico e melhorias na educação, por meio de financiamentos de projetos ligados à Ciência, Tecnologia & Inovação (C&TI).

Na comunicação da Ciência no Brasil, apesar de uma intensa divulgação científica realizada nos anos de 1980 pela imprensa com a edição de veículos de comunicação

(revistas, programas de rádios, programas televisivos, documentários etc.) especializados no tema, essa realidade não se mantém na contemporaneidade. Os atuais meios de comunicação brasileiros passam por uma crise em seu modelo comercial, especialmente os jornais impressos e revistas especializadas que reduziram a quantidade de impressões de exemplares ou mesmo encerram suas publicações.

Nesse panorama de atual crise do modelo de negócio do jornalismo, reduziu-se também a quantidade de profissionais e de jornalistas nas redações. Desse modo, as empresas de jornalismo no país já não investem em profissionais especializados que se fixem na cobertura de uma determinada área ou tema, como o jornalismo científico. Além disso, não se observa a existência de editorias ou cadernos específicos de Ciência nos jornais impressos diários de maior circulação nas grandes capitais brasileiras.

Consequentemente, isso torna mais difícil para pesquisadores, universidades e demais instituições de pesquisa obter espaços midiáticos para a comunicação da Ciência realizada pelas empresas jornalísticas no Brasil. O jornalismo também precisa superar ainda o modelo hegemônico de transmissão da informação científica de um grupo que detém o saber especializado para uma maioria leiga, porque acaba restringindo essa divulgação ao modelo informativo e transmissivo unidirecional de comunicação.

Para o jornalismo científico, a comunicação da Ciência pode ir além da função informativa. Bueno (1985, p. 1424), ao delimitar o jornalismo científico, aponta seis funções: 1) informativa; 2) educativa; 3) social; 4) cultural; 5) econômica; 6) político-ideológico. Sobre a função informativa, o autor pontua que ela é intrínseca ao jornalismo, porém não se limita à transferência de informações e de conteúdos, mas sim, é preciso que o ato de informar incorpore o interesse e a necessidade de o cidadão de ser informado; por outro lado, deve-se primar pelo compromisso social do jornalista de atuar em benefício da coletividade, informando segundo os interesses e expectativas dos cidadãos e para a promoção da cidadania (BUENO, 1985).

Já em relação à função educativa, Bueno (1985) reflete como a atuação da imprensa, ao apresentar fatos e opiniões do campo científico, acaba por contribuir para uma educação não formal dos públicos sobre esses assuntos. Segundo o autor, essa função pressupõe um *feedback* advindo de uma dialogicidade, assim como ocorre nos processos educacionais formais. Essa função seria, portanto, a imprensa compartilhando o papel educativo no sentido informal juntamente com a educação formal.

Bueno (1985) explica a função social do jornalismo científico como uma intencionalidade na prática jornalística que visa interpretar as informações científicas e tecnológicas em um contexto mais amplo. Segundo o autor, essa função vincula-se ao interesse de humanizar a Ciência, aproximando-a da sociedade. Ele enfatiza a atuação crítica necessária por parte do jornalismo científico em relação ao combate do uso materialista da Ciência

com fins nacionalistas e militares prejudiciais à humanidade, conforme já registrado em alguns trágicos momentos históricos da Modernidade, principalmente na 2^a Guerra Mundial.

Outra função do jornalismo científico, apontada por Bueno (1985), refere-se à função cultural, que é entendida como uma visão crítica de que a comunicação da Ciência se efetiva também em diferentes ambientes culturais. Essa função também é inherente ao jornalismo, visto que ele é um produto cultural e simbólico, conforme defende Groth (2011). Este autor discorreu sobre uma Ciência do Jornalismo ou também traduzida como Jornalística enquanto “[...] um poder cultural de primeira linha” (GROTH, 2011, p. 106). Em relação à função cultural do jornalismo científico, Bueno (1985, p. 1426) coloca que: “A ciência e a tecnologia podem representar, como a propaganda e a publicidade, formas de dominação cultural e, portanto, devem estar permanentemente sob suspeita”. Ele complementa ainda que: “A ideia de ciência e tecnologia universais, apoiadas no conceito fetichista de neutralidade científica, já não resiste a uma avaliação crítica” (BUENO, 1985, p. 1426).

Por meio de um paralelo em relação à ideia de neutralidade na Ciência, isso também se observa no jornalismo. A área jornalística também se legitimou socialmente, por um longo tempo, reforçando o discurso de uma neutralidade profissional, afirmando ser o jornalista um observador desinteressado e que apenas reflete a realidade nos produtos jornalísticos, conforme defende a Teoria do Espelho (TRAQUINA, 2005). De acordo essa abordagem teórica (atualmente já refutada no jornalismo, mas que ainda até hoje, por vezes, é acionada como autodefesa da área), a neutralidade nos discursos do jornalismo pode ser alcançada pela perseguição de uma objetividade nas práticas jornalísticas, por meio de métodos de observação, aferição e averiguação tidos como isentos.

Uma quinta função do jornalismo científico, categorizada por Bueno (1985), é a função econômica, levando em conta a relação entre Ciência e o setor produtivo, que tangencia a comunicação da Ciência e sua divulgação, com vistas ao desenvolvimento científico e tecnológico. Sobre isso, o autor ressalta a atuação do jornalismo científico no papel de colaborar “[...] para aumentar o intercâmbio entre os institutos, universidades e o setor produtivo” (BUENO, 1985, p. 1426).

Por fim, a sexta função do jornalismo científico, elencada por Bueno (1985), é a função político-ideológica. Para o autor, é a mais ausente ou a que quase não se observa no jornalismo realizado nos países subdesenvolvidos. Essa função refere-se ao papel do jornalismo científico que mostra que: “Os compromissos político-ideológicos da ciência e da tecnologia devem estar presentes na consciência do jornalismo científico, evitando que ele funcione como mero reproduutor” (BUENO, 1985, p. 1426-1427).

Considerando essas funções, o jornalismo científico tem o potencial de contribuir para a orientação de uma opinião pública sobre a Ciência, especialmente no Brasil. Do contrário, corrobora-se com a opinião dos autores Mendes e Maricato (2020), de que uma

efetiva comunicação da Ciência, tanto para o jornalismo científico quanto para outras formas de divulgação científica, “[...] que não se atém a suas funções pode ser uma mera tentativa de tradução, sem profundidade, propagandista, ludibriadora, em vez de promover o esclarecimento para interesse público” (MENDES; MARICATO, 2020, p. 8).

Além do jornalismo científico, foco deste ensaio, a análise das NTICs é relevante para se investigar a comunicação da Ciência na contemporaneidade. Estudos de autores, como Mendes e Maricato (2020), apontam que as mídias digitais “[...] demostram possibilidades comunicacionais customizadas, descentralizadas, instantâneas, interativas e não lineares” (MENDES; MARICATO, 2020, p. 9).

Nas NTICs, além de vantagens para a comunicação da Ciência, é preciso também avaliar a qualidade da comunicação científica nas mídias digitais. Ao se observar aleatoriamente *sites*, blogs, perfis e grupos em redes sociais (no Facebook e Instagram) que se colocam como orientados à comunicação da Ciência, nota-se pouca interação dos públicos nessas redes, por exemplo, com baixo número de comentários, contrapondo-se às grandes expectativas que exaltam as mídias e redes sociais digitais como meios que proporcionam uma efetiva dialogicidade entre produtores de conteúdos e internautas.

Segundo uma reflexão crítica sobre a comunicação da Ciência nas NTICs no Brasil, além de questionamentos a respeito de quem tem acesso a essas mídias, é preciso se ater também às limitações impostas pela própria lógica e funcionalidade desses meios. Por exemplo, a interferência dos algoritmos usados por essas mídias digitais no direcionamento de conteúdos a que cada usuário terá acesso acaba por limitar essa ideia de ampla divulgação e democratização da Ciência possível pelos meios digitais.

Por vezes, exalta-se de modo demasiado o alcance das mídias digitais para uma comunicação da Ciência. Nesse sentido, não basta apenas uma análise das estruturas, das formas e dos recursos técnicos e tecnológicos que envolvem a divulgação feita nas mídias e redes sociais digitais, é preciso se ater se essas ações realmente rompem com o paradigma de um modelo transmissivo de comunicação científica. Sobre isso, os autores Mendes e Maricato (2020) pontuam: “O impacto da divulgação científica na sociedade a partir dos mecanismos on-line ainda é algo pouco conhecido, mas existem indícios de que a passagem do modelo informativo para a dialógica ganha força” (MENDES; MARICATO, 2020, p. 11). Para Mendes e Maricato (2020), nessa afirmação devem pesar problematizações atuais, por exemplo, a respeito da hiperinformação e da desinformação sobre a divulgação científica no ciberespaço.

Questiona-se se as NTICs na comunicação da Ciência rompem, de fato, o paradigma informacional unidirecional na direção de uma maior dialogicidade. Ou trata-se apenas de uma transição de um modelo transmissivo informativo de divulgação científica para um modelo em que a mudança está centrada no acesso e no domínio dos públicos aos meios

e recursos de comunicação, o que dantes eram centrados apenas na grande mídia? É necessário, nesse sentido, insistir em experimentações de novos formatos de divulgação que proporcionem melhores possibilidades de se efetivar uma comunicação da Ciência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

São várias as possibilidades e desafios que envolvem a comunicação da Ciência, conforme foi exposto neste ensaio, sem a pretensão de exaurir a questão: Por que comunicar a Ciência? As respostas são as mais variadas possíveis. O ideal é que o compromisso político-ideológico de desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da sociedade e de uma comunicação orientada para o interesse público se façam presentes tanto nas formas tradicionais de divulgação científicas quanto nas NTCIs.

A respeito das diversas funções do jornalismo científico apresentadas anteriormente, questiona-se se há um efetivo *feedback* ou uma relação dialógica entre a grande mídia e os públicos na contemporaneidade. Ou se trata apenas da exaltação de uma expansão de canais de comunicação que viabilizam mais possibilidades de o público agendar a produção jornalística ou mesmo criarem e gerenciarem seus próprios meios de comunicação com o advento das mídias e redes sociais digitais.

Acredita-se que a defesa da Ciência no Brasil, além da proposição e efetivação de políticas públicas para área e investimentos, implica também melhorias da comunicação da Ciência no país, para que a área científica e as instituições que a fomentam sejam reconhecidas e legitimadas socialmente, e não corram o risco de serem desacreditadas, sucateadas e terem suas funções sociais questionadas, estando à mercê de programas de governos que não a valorizam. Afinal, pesquisadores e instituições científicas precisam considerar que “[...] a forma de conceber a ciência está intimamente associada à forma de divulgá-la. Assim, se a concepção de ciência é estreita, a exposição dela, sob a forma de divulgação, também levará essa marca” (CAPOZOLI, 2002, p. 129).

Nesse sentido, o jornalismo científico e os jornalistas que atuam na divulgação científica, focos de discussão neste ensaio, devem primar por um compromisso social da comunicação da Ciência. O jornalista é um potente e relevante mediador que dá visibilidade à Ciência, desde que com responsabilidade social, tendo nos horizontes uma atuação ética sustentada nos princípios e valores de promoção da cidadania e da democracia. Bueno (1985) acredita que as atribuições do jornalista científico e do divulgador científico não se diferem grandemente. “Na prática, o que distingue as duas atividades não é o objetivo do comunicador ou mesmo o tipo de veículo utilizado, mas, sobretudo, as características particulares do código utilizado e do profissional que o manipula” (BUENO, 1985, p. 1422).

O jornalismo científico, por sua vez, necessita também romper com esse modelo exclusivamente informativo e unilateral que permanece na atualidade. Além disso, o jornalista deve se preocupar em suas práticas com a recepção dos discursos e conteúdos que produz ou mesmo atuar em prol do agendamento de temáticas que sejam de interesse público no campo científico e que colaborem para aproximar a Ciência à sociedade.

O papel do jornalista para a comunicação da Ciência, que assume até mesmo um cunho cívico, é relevante em um país como o Brasil em que a maioria dos cidadãos não tem acesso à educação básica e de qualidade. Uma grande parcela de cidadãos brasileiros acaba por obter conhecimento sobre o cotidiano e outras realidades quase que exclusivamente pelo jornalismo de referência e pelas redes sociais digitais, mesmo assim com pouquíssimas fontes de informações diversificadas e qualificadas sobre a Ciência. Esses mesmos cidadãos não circulam e nem acessam as instituições que produzem Ciência no país, fazendo com que a área científica esteja distante do público. Dessa forma, os conhecimentos científicos (e sua divulgação) acabam configurando-se enquanto temáticas não reivindicadas ou nem compreendidas na perspectiva de um direito à informação que deve ser atendido e garantido também pelos meios de comunicação e pelas NTICs.

REFERÊNCIAS

- BROCKINGTON, Guilherme; MESQUITA, Lucas. As consequências da má divulgação científica. **Revista da Biologia**, ls. I, v. 15, n. 1, p. 29-34. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revbiologia/article/view/114838>. Acesso em: 19 jul. 2021.
- BUENO, Wilson. Jornalismo científico: conceito e funções. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 37, n. 9, p. 1240-1247, 1985. Disponível em: <https://biopibid.ccb.ufsc.br/files/2013/12/Jornalismo-cient%C3%ADfico-conceito-e-fun%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2021.
- CAPOZOLI, Ulysses. A divulgação e o pulo do gato. In: MASSARANI, Luisa; MOREIRA, Ildeu de Castro; BRITO, Fatima (org.). **Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Ciência: Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002. p. 121-131. Disponível em: http://www.museudavida.fiocruz.br/images/Publicacoes_Educacao/PDFs/cienciaepublico.pdf. Acesso em: 26 jul. 2021.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Tradução de Rosica Darcy de Oliveira. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GROTH, Otto. **O poder cultural desconhecido:** fundamentos da Ciência dos Jornais. Tradução de Liriam Sponholz. Petrópolis: Vozes, 2011.
- MENDES, Marina Muniz; MARICATO, João de Melo. Das apresentações públicas às redes sociais: apontamentos sobre divulgação científica na mídia brasileira. **Comunicação & Informação**, Goiânia, v. 23, p. 1-16, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/ci/article/view/49959>. Acesso em: 26 jul. 2021.
- SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Um discurso sobre as ciências**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa; NERY, Vanda Cunha Albieri. **Para entender as teorias da comunicação**. Uberlândia: Aspektus, 2004.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo:** porque as notícias são como são. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

O JORNALISMO DE INTERESSE COMUM NA TV UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA¹

Kamyla Faria Maia²

RESUMO

Como emissoras que fazem parte do Campo Público de Televisão no Brasil, as televisões geridas por Instituições de Ensino Superior brasileiras devem oferecer uma programação socialmente abrangente e que tenha como foco a complementaridade dos sistemas de comunicação comercial e estatal, assim como prevê o artigo 220 da Constituição de 1988. Isso se aplica também ao conteúdo jornalístico produzido por elas, o qual precisa ter como fundamento o interesse comum e a formação crítica do cidadão. Dessa maneira, faz-se necessário analisar a produção jornalística da TV universitária em comparação com o que é produzido pelas emissoras comerciais, elucidando os dilemas e as potencialidades desse subcampo da televisão. Para tal análise foi realizado um levantamento das emissoras ligadas a IES brasileiras e que atuam como concessões educativas no sinal aberto ou como canais universitários na TV a cabo e buscou-se elucidar quantas emissoras exibem telejornais diários em suas grades de programação. Por meio da comparação entre esses programas e o modelo telejornalístico dominante, a pesquisa aponta para uma produção ainda incipiente de programas jornalísticos diários nas televisões universitárias e para a dificuldade de produzir conteúdo que se diferencie do que é produzido no sistema comercial, tanto em relação à linguagem dos telejornais quanto ao conteúdo e abordagem das temáticas.

Palavras-chave: TV Universitária. TV Pública. Telejornalismo Brasileiro. Telejornalismo de Interesse Comum.

¹ Texto desenvolvido a partir dos resultados parciais da pesquisa desenvolvida durante o doutorado e que faz parte da tese em desenvolvimento sob orientação da professora doutora Nélia Rodrigues Del Bianco.

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Goiás, maia.kamyla@gmail.com.

JOURNALISM OF COMMON INTEREST ON BRAZILIAN UNIVERSITY TV

ABSTRACT

As broadcasters that are part of the Public Television Field in Brazil, televisions managed by Higher Education Institutions must offer a program with socially comprehensive content that focuses on the complementarity of communication systems. Within this perspective, journalistic content should also be considered, which must be based on the common interest and critical education of the citizen. In this way, it is necessary to analyze the journalistic production of university TV in comparison with that produced by commercial broadcasters, thus elucidating the dilemmas and potential of this television subfield. Such analysis points to a still incipient production of daily journalistic programs on university televisions and which has not yet found its differential.

Keywords: University TV. Public TV. Brazilian Television News. Television of Common Interest.

INTRODUÇÃO

O jornalismo é uma forma de conhecimento que revela aspectos da realidade que outros modos de conhecimento, como as ciências, não são capazes de revelar (MEDITSCH, 1992). Ele tem como matéria-prima o que acontece de singular no cotidiano e decorre de uma observação não controlada da realidade, que apreende tudo que é relevante (MEDITSCH, 2004, p. 372). O conteúdo jornalístico deriva dos fatos que são recortados do fluxo da realidade objetiva, que existe independentemente dos sujeitos, a partir da percepção subjetiva dos jornalistas e de seus respectivos veículos (GENRO FILHO, 1987).

Além de produzir o próprio saber, o campo jornalístico reproduz e torna acessível a uma vasta camada social o trabalho de outras áreas, já que o conteúdo das notícias pode ser apreendido de maneira mais fácil do que outras formas de conhecimento. Dessa maneira, o jornalismo é capaz de interferir nas relações sociais de forma mais direta e de administrar o direito humano à informação nas sociedades democráticas, não existindo uma "democracia sem jornalismo" (VILLEGAS, 2019, p. 117).

Dada a sua relevância social, o jornalismo exerce pressão sobre outros campos, como o econômico e o político, e é pressionado por eles; sendo a produção jornalística resultado das relações de forças travadas dentro e fora do campo jornalístico. Em meio a

essas relações, os profissionais elegem, "de forma deliberada, o que deve e o que não deve ser noticiado e, mais ainda, como deve ser noticiado" e acabam por impor ideias, costumes e valores das elites dos campos sociais ou por invisibilizar grupos sociais que não compõem essas elites (CARVALHO, 2017, p. 6-7).

A imposição de costumes e o silenciamento pode levar à inércia dos espectadores, e são resultados, em grande medida, do ritmo trepidante do processo informativo, que resulta em uma sociedade com mais notícias, mas menos informada" (VILLEGAS, 2019, p. 114).

A informação não informa, mas diverte. É um modelo usado com um objetivo lúdico e não crítico. Por isso, leva o público a se entreter-se ou ficar chocado, mas acostumado a um luxo constante de notícias que o impede de pensar em qualquer uma delas para estabelecer relações que lhe permitem compreender a realidade (VILLEGAS, 2019, p. 114).

Na televisão, as informações essenciais para a tomada de decisões no meio social são oferecidas pelo telejornalismo, gênero que se funda no contrato com o telespectador de "tornar visível os acontecimentos de destaque" (COUTINHO, 2012, p. 39). A informação telejornalística remete à oralidade e situa o espectador como uma testemunha do fato noticiado e as notícias como uma narrativa do cotidiano, como uma imagem do presente. Por isso, o interesse humano, a carga conflitual e o caráter testemunhal são importantes na definição do que é conteúdo para TV (COUTINHO, 2012).

Ao assistir aos programas telejornalísticos, o espectador experimenta "pequenos e grandes dilemas cotidianos, emoções de anônimos e autoridades, editadas segundo uma série de características que as aproximam das narrativas de ficção" (COUTINHO, 2012, p. 10). As notícias são estruturadas como drama cotidiano, com a presença de um conflito, cujos personagens seguem estereótipos das narrativas ficcionais; o que pode reforçar e perpetuar maneiras convencionais de pensar, pois o público percebe o espetáculo jornalístico como real e autônomo (COUTINHO, 2012).

Por outro lado, na falta de espaços políticos de expressão e negociação dos conflitos, a TV pode se constituir como um "ator decisivo das mudanças políticas, em protagonista das novas maneiras de fazer política" (MARTIN-BARBERO; REY, 2001, p. 41). Sob essa perspectiva, o telejornalismo deve ser considerado um bem social e um serviço público. "Como veículo de comunicação, a TV seria inseparável de um espaço público, nacional, construindo por meio de seu laço social a noção e o sentimento de coletividade de uma nação" (COUTINHO, 2012, p. 26).

Em consonância com o entendimento do telejornalismo com um bem social, passou-se a reivindicar o direito e o dever de participação do cidadão na construção da informação televisiva, os quais poderiam ser efetivados a partir de uma comunicação pública.

Esta deve contar com a participação da sociedade civil, promover a formação crítica do cidadão a partir de um conteúdo socialmente abrangente e que exponha a diversidade de opiniões, e debater questões de relevância social por meio de diferentes abordagens (CURADO; BIANCO, 2014).

Este modelo de telejornalismo é definido por Coutinho como um telejornalismo de interesse comum, caracterizado pelo exercício dos direitos à informação e à comunicação (2013). Nele, a notícia é classificada mais por seu valor de troca do que por seu valor de uso, constituindo-se em insumo para a partilha de informações e para o debate (SILVA, 2010). Preceitos que devem ser seguidos pelas emissoras que integram o Campo Público de Televisão no Brasil, dentre elas, as emissoras geridas por Instituições de Ensino Superior — IES.

Com o objetivo de debater de que maneira as televisões universitárias têm produzido seus conteúdos e se estes atendem aos preceitos da comunicação de caráter público, esse artigo propõe-se a analisar os programas jornalísticos produzidos por essas emissoras. Para que haja base de comparação com o modelo de produção dominante, ou seja, o telejornal diário das emissoras comerciais, o objeto da análise serão os programas diários produzidos pelas televisões geridas por IES.

O TELEJORNALISMO BRASILEIRO: O MODELO COMERCIAL E O INTERESSE COMUM

No Brasil as emissões televisivas têm grande impacto na construção do conhecimento e no processo de informação da maioria da população, já que a televisão se tornou o veículo de informação da sociedade e tem grande influência no ordenamento do mundo social. Essa predominância está vinculada com o perfil do brasileiro médio, que tem características em sua formação escolar, pois a televisão garante "um acesso mais universal ao conhecimento dos fatos, nas notícias, sem limitações de grau de escolaridade" (COUTINHO, 2012, p. 16).

Os cidadãos são informados por meio da lógica do sistema comercial, responsável por estabelecer os fundamentos básicos da redação noticiosa em televisão no Brasil (COUTINHO, 2012, p. 77). Tais fundamentos foram tomados de empréstimo das emissoras de TV nos Estados Unidos, e estabeleceram uma fórmula de telejornalismo "que institui um padrão de estilo e ritmo de narração, o que teria tornado a televisão brasileira idêntica, à exceção das marcas d'água exibidas nas imagens" (COUTINHO, 2012, p. 100).

A "ideologia do jornalismo neutro e distanciado" dos telejornais estadunidenses serviu de modelo e de referência para os programas informativos de todas as televisões do mundo. Assim, elas copiaram o modelo triste, estudado e imóvel dos apresentadores, que

leva os espectadores ao “ponto de confundirmos figura e fundo”. “Quanto mais imóveis e congelados, quanto mais breves os assuntos, mais as pessoas acham que a informação é objetiva” (WOLTON, 1996, p. 144).

Outra característica que aproxima as emissoras comerciais é a busca por informações inéditas, o que conduz a prática jornalística à precipitação cotidiana sob o signo da velocidade e da atualidade. “Se a lógica do campo jornalístico não permite perder tempo, este campo será constantemente prisioneiro da utilização de estereótipos que se encontram sempre à disposição” e são compreendidos por grande número de pessoas (FERREIRA, 2002, p. 16). Os estereótipos são reconhecíveis, por exemplo, no uso de personagens, inseridos na narrativa mais como forma de garantir certa objetividade do que de efetiva incorporação do outro e de seus pontos de vista (COUTINHO, 2013).

A padronização do discurso se dá também na escolha dos representantes de diferentes campos que vão integrar a narrativa jornalística, os quais são reconhecidos como boas fontes mais por se adequarem ao campo televisivo do que pelo domínio que têm da área. Ao se relacionarem com a TV, os agentes de outros campos não podem falar em seus próprios termos e a partir das regras de seus campos, tendo que se submeter ao código telejornalístico. Os sujeitos aceitam participar de programas de TV sem que possam realmente dizer alguma coisa, estando ali “por razões bem outras, sobretudo para se fazer ver e ser visto” (BOURDIEU, 1997, p. 16).

A escolha das fontes se alinha com uma prática consolidada no campo, a de atrair atenção para fatos que supostamente interessariam a todos, os “fatos-ônibus”. Eles não devem chocar ou envolver controvérsia e não devem abordar nada importante, banalizando e despolitizando o que se veicula. No entanto, esses fatos são percebidos como importantes para a manutenção do campo, na medida em que ocultam coisas preciosas, e permitem que o telejornal convenha a todo mundo, ao confirmar as coisas já conhecidas e ao manter intocadas as estruturas mentais (BOURDIEU, 1997, p. 23).

Com visão mais positiva sobre o trabalho telejornalístico, pesquisadores se distanciam da avaliação de Bourdieu e destacam a promoção da vida em democracia como fim último da prática jornalística. O *ethos* do jornalismo continua incorporado na prática da democracia, estando ligado “à exposição e discussão públicas dos temas considerados importantes para a vida dos cidadãos e para a prática da cidadania ativa” (SÁ, 2019, p. 21). Um local privilegiado para essas discussões é o telejornalismo praticado nas emissoras não comerciais brasileiras, o qual deve se voltar para “a formação da cidadania, a educação, a democratização e a diversidade da informação, e a valorização da cultura, contemplando tanto a identidade nacional quanto os seus aspectos mais regionais ou locais” (MAGALHÃES, 2013, p. 8).

O jornalismo das emissoras públicas se desenvolveu à margem do padrão estabelecido pelo modelo dominante e busca se afastar da superficialidade que em geral se atribui ao telejornalismo comercial. Na prática, a diferenciação entre esses dois modelos pode ser observada a partir da pauta dos noticiários, do tempo destinado a cada tema e das fontes e formas de estruturação das informações (COUTINHO, 2013, p. 31).

O telejornal de interesse comum tem como foco à consciência e é orientado pelo interesse público e pelo exercício dos direitos à informação e à comunicação dos telespectadores (COUTINHO, 2013) e por isso, a notícia terá de ser classificada mais por seu valor de troca do que por seu valor de uso. O principal proveito de uma notícia será dialógico e dialético, insumo para a partilha das informações e combustível para o debate e até para o conflito. A apropriação do valor de troca é coletiva e gera "uma nova compreensão do papel da notícia e do papel do jornalista na sociedade: a socialização da informação, por sua vez transmutada em saber" (SILVA, 2010, p. 13-18). Tal transmutação é proporcionada pelo valor-serviço.

[...] a produção de informações adicionais ao fato noticiado, de modo a facilitar a sua contextualização e de modo que o destinatário possa dispor de elementos para exercer melhor a sua cidadania a partir do fato noticiado, o que somente se torna possível se para além dos valores-notícia que geraram a seleção e hierarquização do fato noticiado (principais critérios de noticiabilidade), a narrativa e a edição da matéria incorporar serviço, conceito difuso, mas facilmente identificável entre uma notícia que simplesmente "notifica" o ocorrido e outra que além de "notificar o ocorrido" fornece informações, dados, utilidade pública e contexto (cultural, social, estatístico e histórico) (SILVA, 2010, p. 17-18).

Em relação à seleção das pautas, a TV pública deve incorporar temáticas que não encontram respaldo na mídia comercial, como o cotidiano das periferias, das favelas e dos rincões do país (FERREIRA, 2002). A seleção das fontes deve levar em conta a "inclusão dos setores dissensuais, contra hegemônicos e contrafactualis", conferindo maior coesão à "sociedade entendida como o vínculo que une todos ao seu destino coletivo" (ROCHA; MARROQUIM, 2011, p. 150).

Quanto ao material visual, a qualidade central do telejornalismo de uma emissora pública é a preservação da intimidade, o cuidado na representação das diferenças, a "recusa a perpetuação dos estereótipos, o respeito aos cidadãos e à dignidade do ser humano, em diferentes gêneros, sotaques, graus de escolaridade, nível socioeconômico e/ ou orientação sexual". Buscando representatividade, defende-se que esses telejornais propiciem "espaço para representação de diferentes grupos identitários" (COUTINHO, 2013, p. 32).

Além da mudança na abordagem das notícias, é preciso consolidar vínculos de proximidade entre os telejornais e seus públicos, os quais devem fazer parte de "todo pro-

cesso de produção, veiculação e repercussão dos noticiários, para além de uma interação reativa" (COUTINHO, 2013, p. 30). Eles também devem fomentar "mudanças nas redações, na prática jornalística e na construção de novos formatos de notícias" com produção colaborativa do público, que detém ferramentas para produzir conteúdo. "O barateamento dos aparatos tecnológicos e a multiplicidade de recursos têm permitido a um público cada vez maior ser o produtor e distribuidor de vídeos", que têm como principal valor seu conteúdo informacional (BARROSO, 2014, p. 26-27).

Para além das comparações, o jornalismo das emissoras públicas deve ser analisado na perspectiva da complementariedade do sistema de radiodifusão no Brasil e do exercício do direito à comunicação e à informação.

Os telejornais e programas jornalísticos nesse sentido deveriam ter como premissa e/ou promessa promover uma melhor compreensão da realidade, tornando mais próximo e efetivo, seu entendimento e apropriação pelos telespectadores. Estes deveriam ser compreendidos e representados nas reportagens como grupo social. Além disso, mais do que informação descontextualizadas, os telejornais públicos deveriam contribuir com a oferta de conhecimento cotidiano e formação de espectadores e, assim, estimular sua autonomização (COUTINHO, 2013, p. 29).

O desafio de estabelecer alteridade entre o jornalismo da TV comercial e o da TV pública é ainda complexo, na medida em precisa transformar as rotinas produtivas e a forma de endereçamento do conteúdo. Outro complicador é que "não há formas consolidadas, racionais, para quantificá-lo, medi-lo e para saber se, segundo parâmetros públicos e comprehensíveis, ele vem sendo vencido ou não" (BUCCI; CHIARETTI; FIORINI, 2012, p. 3).

A TV UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA: DAS CONCESSÕES EDUCATIVAS ÀS TELEVISÕES NA WEB

Dentre as emissoras que compõem o Campo Público de Televisão no Brasil, no qual espera-se que seja praticado o jornalismo público, estão as emissoras universitárias. Esse conceito abrange todas as emissoras produzidas por uma IES; pública ou privada; transmitida por radiodifusão educativa em sinal aberto, por canal universitário na TV a cabo, ou por satélite, circuito interno e internet; e cuja programação seja voltada à educação, cultura e cidadania (MAGALHÃES, 2002, p. 15). O que definiria o termo seria a ligação com uma instituição de ensino e não necessariamente um modelo de transmissão, desde que seja preservada a "programação contínua, formatada e com uma identidade própria" (MAGALHÃES, 2013, p. 11). Dessa maneira, o grupo reúne tanto as concessões educativas geridas por instituições de ensino superior ou fundações de apoio e regulamentadas pelo Código

Brasileiro de Telecomunicações, quanto os canais universitários na TV paga, criados a partir da Lei do Cabo.

As televisões universitárias também apresentam diferentes perfis. Há emissoras institucionais que priorizam o trabalho de assessoria de comunicação; televisões-laboratório, que produzem conteúdos ancorados nas disciplinas dos cursos de Comunicação, e um modelo híbrido que mescla as duas situações (PREVEDELLO, 2013, p. 87-88). Talvez por isso exista uma visão equivocada, tanto no meio universitário quanto na mídia brasileira, de que televisões universitárias têm produção imatura, irrelevante e tecnicamente limitada, que não poderia ultrapassar as fronteiras do processo formativo de estudantes de comunicação (PRIOLLI, 2008 apud ACCIOLY, 2009, p. 6).

No entanto, o caráter público das TVs universitárias determina que esses canais tenham como dever pensar no interesse do cidadão e ser uma porta por onde os conhecimentos e reflexões produzidos na universidade podem ser difundidos (CALLIGARO, 2013, p. 28). Isso se daria mesmo em emissoras ligadas a instituições privadas, pois elas operam com espírito público, uma vez que são proibidas de comercializar sua programação e podem oferecer “noticiário, entretenimento, lazer e debates críticos sobre temas que interessam à sociedade e que não são privilegiados pelas emissoras comerciais” (TORVES, 2007, p. 98-99).

Existem pelo menos 183 televisões universitárias em sinal aberto, em TV a cabo e na internet, que estão em funcionamento no país; sendo que 167 IES possuem uma TV universitária e há instituições com mais de uma emissora (MAGALHÃES; OLIVEIRA, 2020). “Esse total representa menos de 7% das IES brasileiras, que é de 2.448, segundo o Censo da Educação Superior de 2017”, segundo o Mapa 4.0, desenvolvido por Magalhães e Oliveira (2020).

Ao analisar a localização geográfica das TVs universitárias, o Mapa aponta que 85 estão na região Sudeste, 38 na região Sul, 34 na região Nordeste, 14 na região Centro-Oeste e 12 na região Norte. Percebe-se, portanto, que as emissoras “concentram-se nas regiões Sudeste e Sul (67%), as quais possuem maior quantidade de IES” (MAGALHÃES; OLIVEIRA, 2020). O estudo apontou também que a partir de 2011, houve um aumento de televisões universitárias brasileiras veiculando produções audiovisuais apenas pela internet. Do total de emissoras, 117 atuam exclusivamente na internet; 51 transmitem por meio da TV a cabo; 22 veiculam a sua programação pela TV aberta e 3 exibem conteúdo via circuito interno; sendo que várias utilizam mais de um meio de transmissão (MAGALHÃES; OLIVEIRA, 2020).

Outro ponto importante a ser destacado é a veiculação institucional das TVs universitárias. A maior parte delas está ligada a universidades (66%) e uma porcentagem ainda pequena estão ligadas aos centros universitários (16%) e a faculdades (14%) — o que é vedado pela Lei 8.977 — e aos institutos (4%). Em relação às universidades e institutos públicos

é válido ressaltar que a maioria atua em âmbito federal (29%), seguidas pelas instituições estaduais (11%) e municipais (6%). No entanto, mais da metade das IES com TV universitária é ligada ao setor particular de ensino (56%), sendo a maioria sem fins lucrativos (37%). As instituições menores têm se utilizando principalmente dos recursos da internet, já que não podem arcar com os altos custos de uma televisão (MAGALHÃES; OLIVEIRA, 2020).

LEVANTAMENTO DE TELEJORNais EM EMISSORAS UNIVERSITÁRIAS COM SINAL ABERTO E POR CABO

Na presente análise de caráter quali-quantitativo foi desenvolvida uma pesquisa exploratória para identificar quantas e quais são as televisões universitárias administradas por IES que exibem conteúdo em sinal aberto e na TV a cabo, e depois para elucidar quantas delas têm telejornais diários em sua grade de programação. A coleta de dados foi realizada pela internet por meio da busca por informações em sites oficiais, redes sociais e canais de compartilhamento de vídeo na plataforma YouTube, e foi finalizada em março de 2021.

Inicialmente foi realizada uma checagem na lista disponibilizada pelo Ministério da Educação das Instituições de Ensino Superior no Brasil, públicas e privadas; a partir daí foi possível identificar quais delas gerem emissoras de TV. Além disso, depois foram buscados os canais de instituições públicas (estaduais e municipais) e privadas (filantrópicas, confessionais e comunitárias) integrantes da ABTU ou afiliados ao Canal Futura, TV Brasil, TV Cultura ou Rede Minas.

Por meio deste levantamento foi possível encontrar 69 emissoras ligadas às IES privadas e públicas em sinal aberto ou TV a cabo. Para o presente estudo define-se como televisão universitária cada um dos núcleos de produção, seguindo a definição de Ramalho (2010). Dessa maneira, foram contabilizadas individualmente as diferentes emissoras que integram um canal compartilhado na TV a cabo e diferentes núcleos de produção geridos pela mesma universidade.

Do total, 35 televisões universitárias estão exclusivamente na TV a cabo, ou seja, mais da metade do número total de emissoras. Outras 22 emissoras disponibilizam a programação tanto em canais abertos quanto na TV paga e as 12 televisões restantes estão apenas na TV aberta. Apesar dos canais universitários na TV paga serem antenas compartilhadas, cuja programação pode ser dividida entre vários produtores de conteúdo, foi possível identificar apenas quatro canais utilizados por mais de uma televisão universitária, os de Belo Horizonte, de Campo Grande, de Santa Maria e de São Paulo.

Para ter acesso ao segundo dado necessário a essa pesquisa foi necessário observar a programação dessas emissoras por meio das informações divulgadas nos sites oficiais

e dos vídeos compartilhados pelos canais de YouTube e buscar o conteúdo jornalístico disponível, destacando dentre dele os telejornais diários. A busca por conteúdo postado nessa plataforma é a que garante acesso aos conteúdos, uma vez que as emissoras estão espalhadas por todo o país e não havia possibilidade de visitar as instalações para recolher o material durante a pandemia.

O TELEJORNALISMO NAS EMISSORAS LIGADAS ÀS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Em meio a complexidade do Campo Público de Televisão no Brasil e das diferentes constituições e ordenamentos das TV universitária no país, é um desafio tentar traçar um panorama do telejornalismo produzida pelas emissoras ligadas às Instituições de Ensino Superior no Brasil, dado a inexistência de um projeto comum e consolidado.

Em uma análise geral da programação dessas emissoras por meio das informações divulgadas nos sites oficiais e dos vídeos compartilhados pelos canais de YouTube foi possível perceber que a totalidade das televisões universitárias tem programas voltados para a divulgação das atividades das instituições de ensino e para divulgação científica. Ao analisar a programação informativa, constatou-se que a maioria divulga conteúdo jornalístico por meio de programas semanais, boletins ou pílulas informativas, debates, entrevistas, reportagens especiais ou documentários.

A opção por programas de entrevistas e debates destoa do que é produzido das emissoras comerciais, as quais privilegiam as informações factuais. Mas nem sempre essa escolha se baseia unicamente no interesse de aprofundar os assuntos, pois pode ser resultado da falta de recursos financeiros para a produção diária de material telejornalístico.

[...] esses [entrevistas e debates] são os formatos de produção mais simples e barata que a televisão oferece. Uma entrevista custa uma ínfima fração de um teleteatro, por exemplo. E não carece de profissionais especializados. Para emissoras de caixa sempre baixo e ainda imaturas tecnicamente, como as universitárias, há, portanto, gêneros de programação ainda inacessíveis (PEIXOTO; PRIOLLI, 2004, p. 7).

O telejornalismo diário parece ser um desses gêneros inacessíveis para as televisões universitárias. A partir do mapeamento foi possível constatar que apenas doze das 69 emissoras ligadas à IES públicas, privadas, confessionais e comunitárias, tem um programa jornalístico diário na grade; o que representa cerca de 17,39% das televisões universitárias identificadas. Por outro lado, há mais de duas dezenas de emissoras que não disponibilizam qualquer conteúdo jornalístico em plataformas de compartilhamento de produção audiovisual, principalmente os canais universitários na TV paga.

Tabela 1 – Telejornais diários nas televisões universitárias em sinal aberto e na TV a cabo.

	Emissora	Instituição	Exibição	Telejornal
01	TV Uesb	Universidade Estadual	TV aberta/ Cabo	Uesb Notícias 11h45 e 18h
02	PUC TV Goiás	Universidade Privada	TV aberta/ Cabo	TJ Goiás 13h
03	TV UFMA	Universidade Federal	TV aberta	JTV UFMA 13h
04	TV Universitária de Uberlândia	Universidade Federal	TV aberta/ Cabo	Jornal da UFU 19h
05	TV Alfenas	Universidade Privada	TV aberta/ Cabo	Informa Alfenas 12h e 18h30
06	TV Itararé	Universidade Privada	TV aberta	Meio-dia na Itararé 12h
07	Ulbra TV	Universidade Privada	TV aberta/ Cabo	Conexão RS 18h
08	Unisul TV	Universidade Comunitária	TV aberta/ Cabo	Câmera Aberta 12h e 20h
09	UPF TV	Universidade Privada	TV aberta/ Cabo	Café Expresso 07h e 12h
10	Santa Cecília TV	Universidade Privada	Cabo	Caderno Regional 19h30
11	TV RVC	Universidade Privada	TV aberta	Mais Notícias 19h30
12	DOCTUM TV	Faculdade Privada	TV aberta	Acontece 12h e 19h

Fonte: A autora (levantamento realizado em 2021).

O número de televisões universitárias que veiculam programas jornalísticos diários seria maior se fossem computados dados de 2020, pois havia mais dois telejornais nas grades de programação: o Jornal da Univates, da TV Univates, e TVU Notícias, produzido pela TVU Rio Grande do Norte. O primeiro telejornal deixou de ser veiculado em dezembro de 2020 e a emissora ligada à UFRN deixou de exibir seu noticioso diário em setembro de 2020. Ambos os programas foram descontinuados durante a pandemia de covid-19 com a justificativa de necessidade de remodelar o conteúdo produzido.

Os telejornais são exibidos de segunda a sexta-feira com duração de até trinta minutos, com exceção do Conexão RS e do Café Expresso, que passam de uma hora, e do Câmera Aberta, que tem aproximadamente 40 minutos. A maioria deles é exibida durante a noite, entre as 18h e as 19h30. Cinco emissoras têm capacidade de produzir duas edições do telejornal, uma no horário do almoço e outra no início da noite, e o canal universitário Santa Cecília TV, ligado a uma instituição privada, tem três programas que exibem conteúdos

jornalísticos, *Bom Dia Cidades*, *Hora Geral* e *Acontece*. Entretanto, apenas o último é descrito como programa jornalístico e as outras produções são enquadradas como variedades; o *Bom dia* tem conteúdo semelhante ao exibido na programação matinal de emissoras comerciais, que mistura informação e entretenimento, e o *Hora* parece se espelhar em programas policiais.

De forma geral, ao analisar as edições disponíveis nas plataformas de compartilhamento de conteúdos audiovisuais, foi possível notar que as televisões universitárias no Brasil não se afastam dos fundamentos do modelo telejornalístico predominante no que diz respeito à estética. Os recursos utilizados são os mesmos consolidados pelo sistema comercial: programas com um ou mais âncoras em estúdio, matérias com presença de repórteres, quadros sobre cultura, esporte e previsão do tempo. A maneira como o conteúdo é exibido também tem, na maioria dos casos, os mesmos moldes do padrão comercial: matérias curtas, com sonoras de especialistas e de personagens, buscando objetividade na abordagem.

Na análise geral feita dos conteúdos postados em canais de compartilhamento foi possível notar que as pautas abordadas pelas televisões universitárias podem ser classificadas a partir das editorias comuns aos demais veículos jornalísticos: trânsito, cidades, educação, saúde, política e até mesmo polícia. A inserção de materiais institucionais das IES ou de divulgação científica de pesquisas e trabalhos desenvolvidos dentro das instituições é uma característica que marca uma diferença em relação ao telejornalismo comercial.

Um programa jornalístico que aponta para uma busca por mais aprofundamento e contextualização, e não apenas a abordagem factual da realidade, é o Jornal da UFU, da TV Universitária de Uberlândia, o qual apresenta um tema central em toda edição e leva ao estúdio um entrevistado para tratar do assunto em uma conversa mais longa do que o convencional em telejornais de emissoras comerciais. Outro diferencial encontrado na pesquisa se refere ao Conexão RS, da Ulbra TV de Porto Alegre, o qual se aproxima de uma revista eletrônica, já que tem a maior duração entre os telejornais encontrados e se dedica à cultura e entretenimento, com dicas de filmes e participação de músicos ao vivo no estúdio.

A maioria dos programas é voltada para a produção de matérias locais, que trazem assuntos e abordagens semelhantes aos dos telejornais de emissoras comerciais. O que, muitas vezes, diferencia a forma como as emissoras universitárias tratam os assuntos é o espaço dado para professores e pesquisadores do corpo docente das instituições de ensino a que estão ligadas, os quais são fontes privilegiadas de análise e ganham mais tempo de fala nos telejornais universitários.

O predomínio por cobertura local está pode ser relacionado à localização das emissoras que contam com telejornalismo diário, já que nove estão em cidades do interior do Brasil: TV UESB de Vitória da Conquista, Bahia; TV Itararé de Campina Grande, Paraíba; TV

Universitária de Uberlândia, TV Alfenas e DOCTUM TV de Caratinga, todas em Minas Gerais; Santa Cecília TV de Santos e TV RVC do Vale do Paraíba, ambas em São Paulo; TV Unisul de Tubarão, em Santa Catarina; e UPF TV de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul. Nessas cidades nem sempre há equipes de telejornalismo produzindo para os canais comerciais, e por isso, as emissoras universitárias têm a possibilidade de atender ao interesse público ao produzir conteúdo jornalístico local.

Em relação a uma das premissas do jornalismo de interesse comum, a participação qualificada dos telespectadores, as televisões universitárias do país também não têm conseguido se diferenciar das emissoras comerciais. Ambas ainda proporcionam acesso seletivo e participação irregular, pois os cidadãos são inseridos na narrativa prioritariamente para exemplificar um caso e não têm poder de decisão na seleção e processamento do conteúdo telejornalístico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornalismo é fundamental nas sociedades democráticas, pois é por meio dele que o cidadão recebe informações essenciais para a tomada de decisões no meio social. No Brasil o telejornalismo ainda é a principal fonte de informações confiáveis de parcela significativa da população e por isso, pode interferir nas dinâmicas sociais tanto para a inércia dos cidadãos quanto para o fortalecimento da democracia.

O telejornalismo em emissoras públicas brasileiras, ou seja, emissoras não comerciais que fazem parte do Campo Pública de Televisão, pode exercer um papel relevante nesse cenário, uma vez que não se encontra atrelado aos índices de audiência e às pressões econômicas e que não deve sofrer interferências políticas. Assim como prevê o artigo 220 da Constituição de 1988, as emissoras públicas devem oferecer um serviço complementar aos sistemas comercial e estatal, e isto também vale para a programação jornalística oferecida.

No entanto, as televisões universitárias que estão ligadas a uma Instituição de Ensino Superior pública ou privada e que transmitem programação em sinal aberto ou em canais a cabo, parecem ainda não ter encontrado o espaço em que podem se inserir dentro da complementariedade prevista e evidenciar o diferencial de um telejornalismo voltado para o interesse comum.

Isso fica claro quando analisamos quantos e como são os programas jornalísticos diários nas televisões universitárias. Das 69 emissoras em funcionamento no ano de 2021, encontradas por meio de pesquisa em sites oficiais, redes sociais e canais de compartilhamento de conteúdo, apenas doze têm um telejornal em suas grades de programação. Ao analisar o conteúdo desses programas é possível apontar que eles se assemelham

àquilo que é produzido pelas emissoras comerciais e que pode ser considerado o modelo telejornalístico brasileiro, já que essas emissoras consolidaram seu prestígio ao longo das últimas décadas.

As temáticas abordadas nos telejornais analisados são, quase sempre, as mesmas dos telejornais comerciais, e a abordagem dos temas também se assemelha no que diz respeito a estilo e conteúdo. As matérias tendem a tratar com a mesma superficialidade e rapidez os assuntos e a participação dos cidadãos também se dá apenas como forma de personificar algum conteúdo. O único ponto que pode ser apontado como diferencial nas coberturas universitárias é a valorização das opiniões de pesquisadores e docentes das instituições de ensino, os quais são fontes privilegiadas das televisões universitárias.

Pode-se concluir que a produção jornalística das emissoras ligadas a IES no Brasil encontra dificuldades em se diferenciar da produção das emissoras comerciais, pois se baseia no padrão jornalístico tradicional e acaba por concorrer, mesmo que indiretamente com as emissoras comerciais. A televisão universitária não foi capaz ainda de estabelecer um modelo próprio que seja reconhecido pela sociedade e de complementar o que é produzido pelo sistema comercial, por meio da produção de conteúdo diário mais aprofundamento e que contribua para a formação e a autonomização do cidadão.

REFERÊNCIAS

- ACCIOLY, Denise Cortez da Silva. TV Universitária: a televisão da universidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 32., 2009, Curitiba. *Anais* [...]. Curitiba: Intercom, 2009.
- BARROSO, Graciele. Novas Tecnologias Móveis como Plataformas de Produção: participação do público e novos conteúdos para a televisão pública. *Revista ABTU*: TV Universitária x TV Pública, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 25-28, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- BUCCI, Eugênio; CHIARETTI, Marco; FIORINI, Ana Maria. **Indicadores de Qualidade nas Emissoras Públicas**: uma avaliação contemporânea. Brasília, DF: Unesco, 2012. (Série Debates CI). Disponível em: <http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/biblioteca/acervo/producao-academica/002445084.pdf>. Acesso em: 22 out. 2020.
- CALLIGARO, Donesca. TVs Universitárias: em busca de identidade e autonomia financeira. *Revista ABTU*: TV Universitária x TV Pública, São Paulo, n. o, p. 27-32, 2013.
- CARVALHO, Edwin dos Santos. Contribuições de Pierre Bourdieu para o Campo Jornalístico. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 40., 2017, Curitiba. *Anais* [...]. Curitiba: Intercom, 2017.
- COUTINHO, Iluska Maria da Silva. **A Informação na TV Pública**. Florianópolis: Insular, 2013.
- COUTINHO, Iluska Maria da Silva. **Dramaturgia do telejornalismo**: a narrativa da informação em rede e nas emissoras de televisão Juiz de Fora-MG. Rio de Janeiro: Maud X, 2012.
- CURADO, Camila Cristina; BIANCO, Nélia Rodrigues Del. O Conceito de Radiodifusão Pública na Visão de Pesquisadores Brasileiros. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 27., 2014, Foz do Iguaçu. *Anais* [...]. Foz do Iguaçu: Intercom, 2014.

FERREIRA, Giovandro Marcus. Apontamentos sobre as Propriedades do Campo de Produção Jornalístico. **Pauta Geral**: Revista de Jornalismo, Salvador, ano 9, n. 4, 2002.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da Pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê, 1987.

MAGALHÃES, Cláudio Márcio. Dossiê TV Universitária: 45 anos de experiência. **Revista ABTU**: TV Universitária x TV Pública, São Paulo, n. 0, p. 8-14, 2013.

MAGALHÃES, Cláudio Márcio. **Manual para uma TV Universitária**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

MAGALHÃES, Cláudio Márcio; OLIVEIRA, Ricardo. **Mapa 4.0**: TV universitária brasileira. Brasília, DF: ABTU: UNB, 2020. Disponível em: <https://www.abtu.org.br/mapa-4-0>. Acesso em: 22 out. 2020.

MARTIN-BARBERO, Jesus; REY, Gérman. **Os Exercícios do Ver**: hegemonia audiovisual e ficção televisiva. Tradução Jacob Gorender. São Paulo: Editora Senac, 2001.

MEDITSCH, Eduardo Barreto Vianna. **O Conhecimento do Jornalismo**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1992.

MEDITSCH, Eduardo Barreto Vianna. O Jornalismo é uma Forma de Conhecimento? In: HOHLFELDT, Antonio; GOBBI, Maria Cristina (org.). **Teoria da Comunicação**: Antologia de pesquisadores brasileiros. Porto Alegre: Sulina, 2004.

PEIXOTO, Fabiana; PRIOLLI, Gabriel (org.). **A Televisão Universitária no Brasil**: os meios de comunicação nas instituições universitárias da América Latina e Caribe. São Paulo: Unesco, 2004.

PREVEDELLO, Carine. **Televisões Universitárias Público-Estatais**: um breve eco da pluralidade rumo à digitalização no interior do Brasil. 2013. 233 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2013.

RAMALHO, Alzimar Rodrigues. **O Perfil da TV Universitária e uma Proposta de Programação Interativa**. 2010. 173 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

ROCHA, Heitor Costa Lima da; MARROQUIM, Rafael Salviano Marques. O Papel do Jornalismo no Processo Democrático: a ética do discurso como essência da democracia deliberativa. **Estudos em Comunicação**, Curitiba, n. 9, p. 143-160, 2011.

SÁ, Sônia de. **Jornalismo Integrador**: o noticiário televisivo na era da abundância informativa. Covilhã: LavCom, 2019.

SILVA, Luiz Martins. O Jornalismo como Teoria Democrática. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério (org.). **Vitrine e vidraça**: crítica de mídia e qualidade no jornalismo. Covilhã: LavCom, 2010.

TORVES, José Carlos. **Televisão Pública**. Porto Alegre: Evangraf LTDA, 2007.

VILLEGRAS, Juan Carlos Suárez. Como Avaliar a Responsabilidade do Jornalismo frente à Cidadania. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 113-122, 2019.

WOLTON, Dominique. **Elogio do Grande Públco**: uma teoria crítica da TV. São Paulo: Ática, 1996.

PRODUTOS RADIOFÔNICOS E TERRITÓRIO COMUNICACIONAL: ENTRE O COMUNICACIONAL E O SENSÍVEL¹

Pricilla de Souza Andrade²

Magno Medeiros³

RESUMO

Propõe-se uma reflexão sobre os produtos radiofônicos, produzidos no Território do Sisal, no município de Conceição do Coité/Ba, dialogando com a noção de Território (SANTOS, 2007; ZANETTI; REIS, 2017), e com as principais características das Estratégias da Teoria do Sensível — afeto, mídia e política (SODRÉ, 2016). Tendo em vista os princípios norteadores de cada uma delas, aciona-se uma investigação relevante no campo da comunicação que é justamente observar de que maneira o objeto comunicacional aparece em ambas as abordagens. Pensar o objeto comunicacional nessas abordagens teóricas produz reflexões sobre o que de fato vem sendo entendido como comunicação nesses campos de estudo. Utilizando-se da fundamentação teórica sobre Comunicação (BARBERO, 2006; SODRÉ, 2016) e Experiência (DEWEY, 1980, 2010), apoia-se nos aportes da pesquisa qualitativa e da abordagem etnográfica com um recorte temporal que se inicia em 2005 e chega até a atualidade, tendo como marco principal a chegada do Curso de Comunicação Social (Universidade do Estado da Bahia — Campus XIV) na cidade de Conceição do Coité/BA, em razão da demanda dos movimentos sociais e da sociedade civil, e principalmente das características da oralidade midiatizada no município. Utiliza-se como instrumentos de pesquisa: o levantamento bibliográfico, a observação participante e análise de conteúdo. Conclui-se, apoiando-se em Rancière (1995), para o qual, o próprio cotidiano contemporâneo expõe as fraturas nas experiências dos sujeitos e se torna fonte de pesquisa para compreender como as

¹ Texto parcialmente apresentado no XV Semic (Seminário Internacional de Mídia, Cultura, Cidadania e Informação) no PPGCOM/UFG-GO — 2021.

² Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Goiás, linha *Mídia e Cidadania*. Mestre em Cultura e Turismo. E-mail: pricillandrade8@gmail.com.

³ Doutor pela USP, Professor Titular da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás. Pesquisador e docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos, ambos da UFG. E-mail: magno@ufg.br.

experiências se inscrevem e incidem nas subjetividades, possibilitando entender melhor as potências de resistência e emancipação que as expressões culturais apresentam.

Palavras-chave: Território do Sisal. Produtos Radiofônicos. Território Comunicacional. Estratégias Sensíveis. Cidadania.

RADIO PRODUCTS AND COMMUNICATION TERRITORY: BETWEEN THE COMMUNICATION AND THE SENSITIVE

ABSTRACT

A reflection on the radio products produced in the Territory of Sisal, in the municipality of Conceição do Coité/Ba, is proposed, dialoguing with the notion of Territory (SANTOS, 2007; ZANETTI; REIS, 2017), and with the main characteristics of the Strategies from the Theory of the Sensitive — affect, media and politics (SODRÉ, 2016). Bearing in mind the guiding principles of each of them, a relevant investigation in the field of communication is activated, which is precisely to observe how the communicational object appears in both approaches. Thinking about the communicational object in these theoretical approaches produces reflections on what has actually been understood as communication in these fields of study. Using the theoretical foundation on Communication (BARBERO, 2006; SODRÉ, 2016) and Experience (DEWEY, 1980, 2010), it is supported by the contributions of qualitative research and the ethnographic approach with a time frame that begins in 2005 and ends in until the present, having as main landmark the arrival of the Social Communication Course (Universidade do Estado da Bahia — Campus XIV) in the city of Conceição do Coité/BA, due to the demand of social movements and civil society, and mainly due to the characteristics of mediatized orality in the municipality. It is used as research instruments: the bibliographic survey, the participant observation and content analysis. It is concluded, based on Rancière (1995), for which the contemporary daily life itself exposes the fractures in the subjects' experiences and becomes a source of research to understand how the experiences are inscribed and affect subjectivities, making it possible to better understand the powers of resistance and emancipation that cultural expressions present.

Keywords: Sisal Territory. Radiophonic Products. Communicational Territory. Sensitive Strategies. Citizenship.

INTRODUÇÃO

O interesse pelo estudo partiu da convivência no Território do Sisal⁴ (BAHIA, 2017), com abordagens exploratórias, ações pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb), orientações e incursões profissionais, nos últimos anos. Nessas experiências, pode-se observar que o Território do Sisal não está isolado dos problemas do mundo, na contemporaneidade, percebendo-se aspectos peculiares estéticos, intersubjetivo, interculturalizados, relativos, fragmentados (BAUMAN, 2003).

A experiência territorial, regional ou nacional perde-se sob a tendência de se viver em uma aldeia global, intercultural. Não existe, a partir das conexões informacionais, um limite de fronteiras, mas uma universalidade territorial e em paradoxo uma segmentação que permite às pessoas se identificarem também como parte de um grupo, uma cultura, uma religião, algo que possa garantir um nicho no mar da globalização. O que está em jogo é exatamente o desenvolvimento da alteração tempo e espaço e suas consequências, tais como uma simultaneidade que deixa as relações sociais indefinidas, alterando suas características de interação humana e comportamentos, a partir de um local. A compreensão de uma problemática que aponta para a possibilidade de inquietações sobre os conhecimentos acerca do local, da sociedade e da cultura estabelecidas nesse contexto regional do território, seus processos cognitivos, que devem levar em conta a diversidade, a descontinuidade, as diferenças, as rupturas e as transformações, as tecnologias que os saberes dos sujeitos sociais expericiam.

Assim, a história da posse da terra, da ocupação do local se direciona a uma memória (LE GOFF, 1996; NORA, 1981) em que por sua vez sustenta o conjunto de representações, saberes, astúcias e táticas (CERTEAU, 2014) que marcam as narrativas identitárias (MARTINO, 2010) que se pulverizam nos cotidianos. O uso da oralidade, da música, das falas, cores e histórias da posse da terra são constitutivos de narrativas diversificadas. O clima de interação é construído, planejado e ressignificado a todo instante. As conversas em grupo no meio da praça criam um ambiente interiorano e o tempo passa como testemunha; além de apontar esse caráter primordial de grupo aparentemente coeso, a história político-cultural de Conceição do Coité indica um envolvimento social que salienta a importância das identidades que são constituídas. Nesse sentido a Constituição Federal/88 já assegura, que essas expressões identitárias devam prevalecer e englobam o direito à prevalência dos direitos humanos;

⁴ Esse território está inserido no semiárido baiano, a cerca de 200 km de Salvador. Abrangendo uma área de 21.256,50 km² e subdividida nos municípios de Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Serrinha, Teofilândia, Valente, Barrocas, Biritiba, Conceição do Coité, Ichu, Lamarão, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Tucano, Araci, Candeal, Cansanção e Itiúba, de uma população de aproximadamente 570.720 habitantes (58.238 agricultores familiares, 2.482 famílias assentadas, duas comunidades quilombolas e uma terra indígena).

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

II – prevalência dos direitos humanos (BRASIL, 1988).

Em diálogo com o previsto na Constituição Federal, encontra-se no Art. 13º, inciso III da Convenção Americana sobre Direitos Humanos: Pacto de São José da Costa Rica de 1969:

Não se pode restringir o direito de expressão por vias ou meios indiretos, tais como o abuso de controles oficiais ou particulares de papel de imprensa, de frequências radioelétricas ou de equipamentos e aparelhos usados na difusão de informação, nem por quaisquer outros meios destinados a obstar a comunicação e a circulação de ideias e opiniões (COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 1969).

Assim, a pesquisa possibilita investigar as nuances do fenômeno do conhecimento e dos saberes, do convívio social, da cultura no território e suas interfaces entre formas de vida, do cotidiano e das narrativas radiofônicas produzidas, das interações e das políticas públicas; destacando a atualidade, pois aponta para o sentido contínuo de reflexão: a geração de conhecimento e *práxis* para observação social por meio das experiências no Território.

De acordo com o Art. 5º, inciso IX, da CF/88;

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes... Inciso XIV — é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional (BRASIL, 1988).

Por outro lado, para além dos direitos e garantias, o comunicacional na Teoria do Sensível (SODRÉ, 2016) se constitui como um campo que alarga a noção dos estudos de estética, na qual a comunicação é um objeto contemplado, considerando-se o campo das experiências, o qual requer conexão e vínculo entre os humanos. Conclui-se que, esse confronto de perspectivas coloca em ênfase uma forma peculiar de lidar com o campo das tecnologias, especialmente as tecnologias da comunicação. Assim, deve-se trazê-las para uma centralidade ou pelo menos não abrir mão da ideia de que elas são criadas e controladas pela conduta e ação humana.

Para a fundamentação metodológica, utiliza-se uma abordagem qualitativa (descriptiva/analítica) com um método etnográfico (LIMA, 2020; MATEUS, 2015), com um recorte temporal do ano de 2005 até a atualidade, justificando-se pelas transformações nos aspectos históricos e pela chegada do Curso de Comunicação Social (Uneb — Campus XIV) no

município de Conceição do Coité. A instauração desse curso representa uma demanda dos movimentos sociais e da sociedade civil, bem como demonstra a relevância das características da oralidade midiatisada presentes no município. Os instrumentos de pesquisa utilizados serão o levantamento bibliográfico, a observação participante, a análise de conteúdo (BARDIN, [1977] 2006). Como objetivo geral, pretende estudar os processos radiofônicos e as dinâmicas comunicacionais de cidadania no município de Conceição do Coité, Território do Sisal, na Bahia, considerando essa região enquanto um Território Comunicacional.

Como bases conceituais ampara-se nos estudos sobre Experiência (DEWEY, 1980, 2010), Comunicação (BARBERO, 2006; SODRÉ, 2016), Comunicação Radiofônica (BIANCO, 2010, 2018; FERRARETTO, 2007; KISCHINHEVSKY, 2016, 2018; PRATA, 2013), Território (HAESBAERT, 2006; SANTOS, 2018; SOUSA, 2002), Território de Identidade (SERPA, 2015), Território do Sisal e Políticas de Comunicação no Território do Sisal (SANTOS; VIANA, 2018), Território Comunicacional (HAESBAERT, 2006; ZANETTI; REIS, 2017), Comunicação, Cidadania e Movimentos Sociais (LUVIZOTTO; CUNHA, 2020), Cidadania (BENEVIDES, 1991; CORTINA, 2005), Cidadania Comunicacional (SIGNATES; MORAES, 2019).

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO SISAL E CONCEIÇÃO DO COITÉ

O Território do Sisal na Bahia é um lugar de intensa atuação de organizações sociais, sindicatos, associações, cooperativas, organizações de mulheres, dentre outros, que visam o desenvolvimento sustentável do meio rural e as lutas por conta da exclusão. Assim, as principais linhas de ação giram em torno de iniciativas nas áreas da comunicação, agricultura familiar, educação, saúde, infraestrutura, juventude, gênero e cultura. Considerando essas áreas de iniciativas, a presente pesquisa situa-se no campo da Comunicação Radiofônica e da Cidadania. Esses aspectos suscitam inquietações acerca das possibilidades comunicativas radiofônicas e dinâmicas comunicacionais de cidadania no município de Conceição de Coité⁵, na Bahia, considerando que essa cidade está inserida em um território — ou seja, “como um híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e idealidade, numa complexa interação tempo-espacó” (HAESBAERT, 2006, p. 79) — e que esse, por inúmeras circunstâncias, constitui-se um território comunicacional (HAESBAERT, 2006; ZANETTI; REIS, 2017).

⁵ Considerada a “Capital do Sisal”, sua economia é basicamente comercial, conta com uma grande quantidade de propriedades agrícolas destinadas à produção de alimentos como feijão, milho, mandioca. A maior parte da zona rural é utilizada na plantação e extração do sisal, sendo que esse foi o ápice para o desenvolvimento econômico da região durante várias décadas do século XX. A partir da década de 1970, o contexto socioeconômico possibilitou a alavancada de pequenos produtores que se tornaram grandes exportadores. Metade da bandeira do município é ilustrada por essa potência econômica representada pela planta do sisal, originária da América Central.

A comunicação no Território do Sisal sempre foi pauta de grandes debates entre a sociedade civil organizada, seja pela luta em prol da legalização das rádios comunitárias, seja pela sua caminhada em transformar os espaços sociais de comunicação e cultura em prol da melhoria de vida das pessoas que ali habitam. Essas lutas têm se firmado como grande destaque, visando reverter o quadro de exclusão e dominação política. A comunicação exerce papel de destaque nesse processo ao catalisar a soma de esforços de grupos sociais em forma de ação coletiva. A partir disso, ela pode contribuir, enquanto meio e processo, para o desenvolvimento baseado na troca de experiências, na construção nascida a partir de visões compartilhadas.

As principais iniciativas de comunicação social presentes no Território do Sisal são as rádios comunitárias e as diversas formas da oralidade midiatizada. Praticamente todos os municípios do Território possuem pelo menos uma rádio, muitas delas ainda em processo de legalização e, por isso, constantemente são fiscalizadas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Com a popularização da internet, hoje a região também dispõe de inúmeros *sites*, *blogs* e páginas em redes sociais que tentam distribuir informações sobre o território. Sendo assim, percebe-se que, por meio da intervenção da *internet*, novas janelas vêm se abrindo para a produção e veiculação de conteúdos locais e regionais e essa intervenção vem trazendo maior visibilidade à cultura, aos costumes, à atuação dos Movimentos Sociais e à vida da população do Território Sisaleiro e a construção de sua cidadania comunicacional.

COMUNICAÇÃO E TERRITORIALIDADE

Pensar o lugar do comunicacional tem sido um desafio constante e relevante. Para Sodré (2016), na Teoria do Sensível, a comunicação ocorre por meio da conexão e do vínculo entre os seres humanos. É nesse sentido que “a vinculação é propriamente *simbólica*, no sentido de uma exigência radical de partilha da existência com o Outro, portanto dentro de uma lógica profunda de deveres para com o *socius*” (SODRÉ, 2016, p. 93). Ao pensar a comunicação enquanto vínculo que se estabelece com o outro, cabe-nos investigar de que forma esse vínculo se estabelece entre o Território e o indivíduo habita. Acredita-se aqui que o território vai para além de um conceito social, devendo ser pensado “juntamente com aqueles atores que dele se utilizam” (SANTOS, 2007, p. 22).

Com base nos pensamentos de Santos (2007), no qual conceito de território caracteriza-se pelo seu uso no campo social, e o pensamento de Haesbaert (2006), com o qual, o território possui uma noção híbrida do espaço geográfico, o conceito de território aqui pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder material, econômico

político, simbólico ou cultural. Já no entrelaçamento entre o conceito de território que ocorre entre comunicação e territorialidades considera-se que território comunicacional é um termo atribuído à relação intrínseca e determinante entre comunicação e territorialidades e que isso infere diretamente nos rumos decisivos de aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais presentes através de processos comunicativos (ZANETTI; REIS, 2017).

Nesse caso, entende-se que a efervescência da produção radiofônica e das dinâmicas comunicacionais que ocorreram e ocorrem nos últimos anos no Território do Sisal (BAHIA, 2017)⁶, especialmente com a chegada do Curso de Comunicação Social (Uneb – Campus XIV), constitui-se uma “força da comunicação, seja como paradigma organizador das relações, seja como máquina operadora dos processos de circulação de ideias, discursos, valores ou riquezas” (ZANETTI; REIS, 2017, p. 12).

A realidade contemporânea aponta que o meio social de Conceição do Coité está cada vez mais conectado às mídias convergentes. Os meios radiofônicos, bem como as outras dinâmicas comunicativas, se estabelecem como meios que possibilitam pesquisar a convergência de linguagens, já que, além de veicular a produção sonora, permitem a veiculação de fotografias, vídeos e textos escritos. Com isso, surgem inúmeras possibilidades de utilização do conteúdo de produção radiofônica já existente como uma maneira de verificar o comunicacional dentro deste Território de Identidade do Sisal, que é composto por 20 municípios, mas a pesquisa terá como *lócus* apenas o município de Conceição do Coité.

Para Bianco (2018), ao analisar textos de ouvintes na internet, apesar das modificações dos artefatos, “é possível verificar nas mensagens de ouvintes expressas em *fanpages* de rádios populares que esse vínculo tribal com o arcaísmo da cultura da oralidade não se desfez” (BIANCO, 2018, p. 113). Esse vínculo social, que perdura e faz com que os sujeitos possam compartilhar patrimônios culturais comuns (BIANCO, 2018; SODRÉ, 2016), está presente no Território de Identidade do Sisal, especialmente, nas últimas décadas, com um aumento nos fluxos comunicacionais, em um contexto de efervescência em relação ao surgimento de rádios-postes e também das rádios comunitárias que utilizam o formato tecnológico de linguagem tradicional, por meios das ondas eletromagnéticas. Os conteúdos veiculados por essas emissoras, em sua maioria, ainda hoje, são voltados para os interesses das comunidades locais, com forte presença dos representantes de associações e movimentos sociais.

Os processos comunicacionais, sem dúvida, promovem, em suas inquietações, acomodações e tensões, um caráter educativo e formador de aspectos políticos, econômicos, culturais. Cortina (2005), dialoga com essa perspectiva quando nos apresenta um modelo de cidadão que faz parte da cidadania cosmopolita. Para esse cidadão, sua origem étnico-cultural não consiste em um problema para o estabelecimento de relações na comunicada, uma vez que

6 O Território do Sisal faz parte de um dos 27 Territórios de Identidade, da Bahia.

[...] o reconhecimento deste indivíduo enquanto membro em potencial da comunidade que lhe acolhe se dará a partir do sentimento de cidadania que o vinculará ao grupo, mediante o surgimento de uma "identidade comum" (CORTINA, 2005, p. 50).

Ao pensar em cidadania e papel do cidadão neste estudo é imprescindível uma abordagem que traga o objeto comunicacional para o palco da discussão, sendo entendido como "todo e qualquer processo de troca simbólica capaz de gerar algum tipo de vínculo social" (SIGNATES; MORAES, 2019, p. 23). Como consequência desse entendimento, não pode haver cidadania se não houver comunicação (SIGNATES; MORAES, 2019). Assim, a noção de cidadania comunicacional atravessa toda essa pesquisa, por compreender a relevância de trazer o objeto comunicacional para a centralidade do que aqui se considera comunicação enquanto vínculo.

Vínculo que, nesta pesquisa, é consequência da vivência em um determinado Território, conceito tomado aqui também enquanto categoria metodológica para os estudos em Comunicação. Pensando nisso, o estudo faz uma análise antropológica descritiva e analítica a partir das experiências radiofônicas e dinâmicas comunicacionais já existentes no município de Conceição do Coité, tais como as experiências das emissoras comerciais, comunitárias, educativa, os serviços de alto falante, os carros de som, coletivos culturais, associações de moradores etc. (descritos no quadro 1).

Partindo de Lima (2020), a escolha metodológica da etnografia se dá pela concepção de que é preciso superar a visão objetificadora do outro e começar a pesquisa a partir das experiências de aprendizagem, forjando "abordagens alternativas ao problema de como viver, o que auxiliará no conhecimento de mundo e de como habitá-lo" (LIMA, 2020, p. 519). Assim, refletir a postura de pesquisador é mais que relevante, é essencial, para que haja critérios de análise para apreensão de todos os aprendizados possíveis, pois é do lugar de aprendiz, do estabelecimento de vínculos comunicativos e de uma cidadania comunicacional que se "pretende descrever o processo de comunicação enquanto processo simbólico fundador das sociedades humanas" (MATEUS, 2015, p. 85). Por fim, vale ressaltar que o método etnográfico na comunicação tem sido cada vez mais presente nos trabalhos de análise empírica das práticas comunicativas, dado o entendimento da sua relevância, e mesmo riqueza de material coletado.

OBJETO EMPÍRICO: PRODUTOS RADIOFÔNICOS EM CONCEIÇÃO DO COITÉ

O município de Conceição do Coité tem diversas experiências radiofônicas e dinâmicas comunicacionais:

DINÂMICAS COMUNICACIONAIS
RÁDIO SISAL AM (Comercial)
<p>A Rádio Sisal AM é uma emissora de rádio brasileira localizada em Conceição do Coité, na Bahia. Opera desde os anos de 1980, nos 900 kHz em AM. A emissora, além de ser primeira da cidade, é uma das líderes de audiência da região. A Anatel autorizou a migração para FM 97.3, a emissora estava prevista para migrar para FM no primeiro semestre de 2020, mas até o momento não aconteceu. Produz programas jornalísticos, musicais e transmissão esportiva. Utiliza como slogan: "tem credibilidade no ar". Tem muitos terceirizados, os locutores compram seus horários.</p> <p>Proprietário: Márcio Motta Tel.: (75) 9117-6675 Potência da Rádio: 05 Kw Fundação: 20/12/1987 End.: Rua Wercelêncio Calisto da Mota, n. 81, Centro – CEP 48.730-000 Telefax: (75) 3262-1010 (Contato: Márcio) E-mail: radiosisal@yahoo.com.br Rádio on-line: www.radiosisal.com Chefe de Jornalismo: Genivaldo Silva – (75) 9119-9402 Programação Jornalística: i) Jornal da Sisal – 7h às 8h30 (seg. a sex.) – Genivaldo Silva – (75) 9119-9402 e Juciele Moreira – (75) 8147-7887 Produção: Genivaldo Silva Reportagens: Piter Junior</p>
SABIÁ FM (Educativa)
<p>Apesar de ser uma concessão de rádio educativa concedida a Fundação Bailon Lopes Carneiro, não funciona mais com esta finalidade. O presidente da Fundação é o Sr. Helio Carneiro, membro de família tradicional na cidade. Desde 2016 funciona em cadeia, retransmitindo a programação da rádio comercial, Rádio Metrópole de Salvador/Ba.</p> <p>Proprietário: Fundação Baiolan Lopes Carneiro Presidente: Hélio Carneiro. Tel.: (71) 8622-2502 – (75) 3262-4977 – E-mail: evaluz@uol.com.br Diretora: Luzia Mascarenhas Carneiro. Tel.: (75) 3262-1248 (75) 9969-0348 Potência da Rádio: 5k Fundação: 1993 End.: Praça Porcina Rosa, n. 13 — Centro 48.730-000 Tel.: (75) 3262-1876 / 4977 E-mail: radio@sabiafm.com Rádio on-line: www.sabiafm.com Chefe de Jornalismo: Geovandro</p>
JUÁ FM COMUNITÁRIA (Juazeirinho)
<p>Rádio Comunitária localizada no Distrito de Juazeirinho, segundo distrito criado em Conceição do Coité, já teve programação jornalística, atualmente só com programação musical.</p> <p>Proprietário: José Ronaldo. Tel.: (75) 99279-1333 E-mail: ronaldocoite@gmail.com E-mail: radiojuafm@gmail.com</p>

COITÉ FM COMUNITÁRIA (Sede)
Rádio Comunitária localizada na sede do município em um bairro próximo ao centro da cidade. Ela possui a segunda maior audiência da região, funciona há mais de 20 anos e tem resistido às pressões das rádios comerciais. Já teve seus transmissores levados pela ANATEL quatro vezes. Proprietário: Zacarias. E-mail: piterjunior@hotmail.com.
VITÓRIA FM COMUNITÁRIA (Salgadália)
Rádio Comunitária localizada no Distrito de Salgadália e fica a cerca de 19 km da sede do município, ligada por uma estrada asfaltada. Esse foi o primeiro distrito criado em Conceição do Coité e é o maior de todos, com uma população de cerca de 6.876 habitantes, dos quais estima-se que 2.811 são da zona urbana e 4.065 da zona rural. A programação dessa rádio é mais completa com programas jornalísticos, musicais e entretenimento. Proprietário: Hugo. Tel.: (75) 98331-8778
ALTO-FALANTE (Sede de Coité)
O serviço de alto-falante funciona em todo o centro da cidade e em alguns bairros. Tem veiculação das 08h às 17h, basicamente com propagandas e informações de utilidade pública. Funciona desde os anos de 1980, tendo como dono Orlando Gomes, pai de Orlando, responsável atualmente por este serviço no município. Proprietário: Orlando Gomes Fundação: 1980. Produção: DJ Dija. Tel.: (75) 99151-3818
RÁDIO POSTE (Povoado de Salgadália)
Funciona como alto-falante, mas também como rádio poste, com programação radiofônica de maneira esporádica. Proprietário: Neide Costa. Tel.: (75) 98283-2016
RÁDIO POSTE (Povoado Maracujá)
A rádio poste do Povoado do Maracujá foi inaugurada em novembro de 2017, foi uma iniciativa do MOC (Movimento de Organização Comunitária) com financiamento da kNH, uma organização de caridade alemã, com o intuito de atender aos direitos das crianças e adolescentes. Após a instalação na sede da Escola Municipal Emílio Resedá no povoado, foi realizada a sua inauguração, nesse mesmo local, com a participação de moradores, professores, líderes comunitários e estudantes. Fundação: novembro de 2017.
CARROS DE SOM (Sede Coité)
Os carros de som são bastante utilizados por comerciantes e pela prefeitura municipal. Grande parte dos proprietários são locutores de rádios que utilizam seus carros para prestarem esse serviço. Potências maiores: Eliana — (75) 99870-7098; Charles — (75) 99188-5051; Jerry — (75) 99121-2101; Potências menores: Eriton — (75) 98292-3226; Léo — (75) 99121-2846; Norberto (Jamanta) — (75) 98215-2712.

ARCCO (ASSOCIAÇÃO DE RADIOAMADORES DE CONCEIÇÃO DO COITÉ) (Sede Coité)

Há mais de 20 anos, os radioamadores de Conceição do Coité prestam serviço à Justiça Eleitoral no dia das eleições. "O radioamadorismo é um hobby e ao mesmo tempo uma prestação de serviço à comunidade", afirma o juiz de Conceição do Coité, Dr. Gerivaldo Alves Neiva que é radioamador (PY6GA) e conhece como funciona a comunicação via rádio e teve essa iniciativa. É possível saber um pouco mais sobre a atividade dos radioamadores no município a partir do vídeo Radioamadorismo em Conceição do Coité – BA, disponível no YouTube (https://www.youtube.com/watch?v=yEVs_xABA_8).

ASSOCIAÇÃO REVOLUTION REGGAE (Sede coité)

Fundada há mais de dez anos tem na figura do conhecido Xandy *Revoluition*, a representação das favelas. Uma figura pública que já foi vereador e atua na Associação, com oficinas de música, dar aulas de instrumentos, tem como filosofia de vida, os ensinamentos do *reggae music*, esse é o estilo musical central das apresentações e participações desta Associação em eventos culturais do município.

ORQUESTRA SANTO ANTÔNIO (sede Coité)

A Orquestra Santo Antônio – OSA tem no repertório composições clássicas e populares e recebe frequentemente convites para apresentações públicas na Bahia. A sobrevivência do projeto acontece a partir do trabalho voluntário de monitores e coordenadores, apoios pontuais de financiadores, a partir de editais públicos, doações e pela feijoada que continua sendo realizada anualmente. Em 2013, com muito orgulho e fruto de tantos esforços, o Projeto Santo Antônio de Música (<http://projetosantoantonio.org>) passou a ter sede própria, ampliando o raio de ação e atendendo melhor a cada vez mais crianças e adolescentes.

SITE

Site: Calila Notícias. Notícias de Conceição do Coité e dos municípios do Território do Sisal.

Contato: Raimundo. **Tel.:** (75) 99111-3435

PERFIS NO INSTAGRAM

@conceicaodocoite; @coiteon; @c.docoite; @conceicaodocoitee.

GRUPOS NO FACEBOOK

A voz do povo; Conceição do Coité.

Quadro 1 – Coleta de material empírico: meios radiofônicos e processos comunicacionais.

Fonte: Elaboração da autora.

O Território de Identidade e o conceito de Território Comunicacional⁷ dialogam no sentido de fundamentar as bases conceituais deste estudo, pois as práticas radiofônicas e dinâmicas comunicativas do Território do Sisal constituem a sua força organizadora, mobilizadora e alimenta a máquina operadora que faz circular ideias, discursos, valores e riquezas.

⁷ Termo inaugural dentro desta temática, a ser defendido nesta pesquisa como proposta conceitual para analisar o corpus empírico, localizado no Município de Coité, no Território de Identidade do Sisal/BA.

Em um breve levantamento e conversas com envolvidos e pesquisadores de temas afins, destacam-se algumas referências (JESUS; BOTELHO; CERQUEIRA, 2018; OLIVEIRA, 2002, 2020; REGO, 2018, 2019; SANTOS; VIANA, 2018) que apontam, de maneira elucidativa, a constituição deste Território de Identidade e do município de Conceição do Coité.

À medida que o município vai se revelando com fortes características comunicacionais em uma perspectiva oral, o movimento de radiodifusão, bem como as suas produções comunicativas e radiofônicas, aponta para uma forte influência dos grupos e dos movimentos da sociedade civil e para a relação deles com a universidade pública e as transformações sociais, econômicas, históricas e tecnológicas inerentes a todo esse processo.

Santos (2011) e Moreira (2007), pesquisadoras que abordam as políticas de comunicação no Território do Sisal, explicam os caminhos com os quais a "identidade de fibra e resistência" nessa região foi mobilizada, construída e fortalecida pelos processos comunicacionais na formulação da política de comunicação, por meio das lutas sociais e mobilização:

O esforço de construir uma identidade de "Fibra e Resistência" para o Território do Sisal tem sido possível através da comunicação comunitária, notadamente das rádios comunitárias. Num cenário comunicacional de presença intensa das mídias no tecido social, a sociedade civil organizada desse Território entendeu que a configuração da política contemporânea e perpassada pivô, pelos processos midiáticos. A midiatização é pensada não apenas como um espaço de visibilidade, mas como um processo essencial e qualitativo, que transforma a sociedade e o seu funcionamento, modificando a maneira das pessoas e a sociedade se relacionarem, e produzindo transformações da identidade de um povo (SANTOS, 2011, p. 35).

Levando em consideração o fato de que essa população possui sua cultura prioritariamente fundamentada na oralidade, com um grau de escolaridade semialfabetizado, o rádio é o veículo que mais se aproxima da forma de expressão dela, por isso tem maior força e penetração no que se refere à produção e circulação da informação local. Nesse sentido, Moreira (2007) afirma que o uso das dinâmicas sociais na implantação de alguns programas sociais no território influenciou a "a forma como as organizações locais se apropriaram dos recursos e tecnologias comunicativos" (MOREIRA, 2007, p. 112). É dessa forma que, ao longo de mais de uma década, surgiram várias movimentações e iniciativas comunicacionais impulsionadas pela demanda dos movimentos sociais, organização civil e poder público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além das rádios comunitárias, produtos radiofônicos já mencionados no quadro 1, a região possui alguns jornais impressos, a exemplo do *Jornal O Catador* e do *Jornal Regional, O Sertão e Folha dos Municípios*. A região também já contou com duas iniciativas

de produção televisiva, como a da *TV Cultura do Sertão*, sediada na sede de Conceição do Coité e mantida pela Fundação Bailon Carneiro, que atualmente se encontra desativada. Outra experiência de produção de TV é a do município de Valente com o informativo *Jornal de Valente* que, desde setembro de 2003, era veiculado no canal 7. Esse jornal era veiculado diariamente com meia hora de duração. No entanto, em junho de 2007, uma ação conjunta entre a Anatel e a Polícia Federal levou o transmissor da TV que há mais de dez anos aguarda a tramitação de seu pedido de concessão em Brasília.

Os sites jornalísticos que pretendem voltar seu conteúdo para o público local e regional, além de informar, muitas vezes também prestam serviços de utilidade pública. Sousa (2002) afirma que entre todas as funções de um meio jornalístico, a mais importante e característica é a função informativa e utilitária, na medida em que a comunicação social, regional e local, é, ou deve ser, em primeiro lugar, um útil veículo de informação. Essa ferramenta on-line veio abrir as portas para a mediação entre quem produz a notícia e o público, uma vez que muitos desses meios disponibilizam na rede um espaço para que o leitor-internauta dê sua opinião e até sugira pautas. Aproveitando o crescimento e a facilidade de acesso a essa rede tecnológica, cada vez mais iniciativas são direcionadas para a divulgação e circulação de conteúdos e serviços voltados para o interesse de diversos públicos do Território do Sisal.

Esse tipo de mídia jornalística vem se destacando por sua função comunitária, uma vez que, entre seus objetivos, busca mostrar problemas, acontecimentos e reivindicações locais, bem como estabelecer uma proximidade com o público. Ela surge para abrir espaço para a população reivindicar melhorias em seu bairro, em sua cidade, e também para mostrar a cultura dos municípios vizinhos. Assim, o homem pode se sentir mais próximo de suas origens e culturas, mesmo estando em um território diferente. Além disso, nessa rede tecnológica, cada vez mais iniciativas são direcionadas para a divulgação e circulação de conteúdos.

O site *Calila Notícias* (2018) costuma mostrar interesse por tudo que é local e regional, tentando, assim, promover sua própria emancipação. A forma de escrita, a organização e a distribuição de elementos no site seguem uma linha parecida com a dos webjornais de âmbito nacional, mas agrupa outras seções de conteúdos específicos de cada município que compõe o Território do Sisal. Pode-se considerar ainda que o webjornalismo regional e local tende a criar uma fidelização mais profunda com seus leitores através dos conteúdos e das informações que produzem, o que é, consequentemente, uma forma de promoção.

Segundo Barbosa (2002), os websites com informação regional são uma tendência crescente na Internet, atuando para despertar o interesse da comunidade para o uso da rede. Com isso, acredita-se que os internautas se conectam muito mais para saber o que se passa no seu bairro, na sua cidade, do que no resto do mundo. Enquanto as tecnologias

de comunicação precedentes valorizavam a informação global, o web jornalismo privilegia o local. Os sites de notícias, como o Calila Notícias de Coité, e as páginas em redes sociais também veiculam informações locais e de cunho regional.

A partir disso, pode-se perguntar, por exemplo, sobre os modos de organização das produções radiofônicas a partir das possibilidades da escuta tradicional e das plataformas digitais, e quais são as competências de linguagem que elas atualizam, ou, até mesmo, se geram novas competências. Os produtos radiofônicos e demais dinâmicas comunicacionais da oralidade midiatisada revelam-se como produtos sonoros e parasonoros, respectivamente, que possuem aspectos relevantes nos âmbitos institucional, material e político. Assim, para Cardoso Filho (2011), as práticas de escuta não se constituem de meras repetições, mas possuem uma motivação decorrente de qualidades únicas encontradas na experiência. Para o autor, a motivação está relacionada às qualidades plásticas das formas de expressão e à materialidade do significante, outras vezes aos significados das formas do conteúdo. No entanto, independente do elemento ao qual esteja relacionada, entretanto, a motivação, que é instituída na experiência, repercute na prática de modo a possibilitar outras convenções.

A fim de integrar ainda mais o objeto comunicativo deste estudo à sua proposta estético-política, ressalte-se que, como afirma Rancière (1995), o próprio cotidiano contemporâneo expõe as fraturas nas experiências dos sujeitos e se torna fonte de pesquisa para compreender como as experiências se inscrevem e incidem nas subjetividades, possibilitando entender melhor as potências de resistência e emancipação que as expressões culturais apresentam. Nessa perspectiva, reivindica-se que as políticas institucionais desenvolvidas por atores do campo público e privado, no âmbito das artes e cultura, tenham maior capacidade de incorporar as diferentes possibilidades de práticas que forcem o fazer político e o policiamento a aparecerem na ação de grupos historicamente subalternizados em seus regimes de partilha do sensível e de visibilidade.

REFERÊNCIAS

- BAHIA. **Territórios de Identidade**. Salvador: Governo do Estado da Bahia, 2017. Disponível em: <http://www.bahia.ter.sdr.ba.gov.br/servicos/territorios-de-identidade>. Acesso em: 20 out. 2017.
- BARBERO, J. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. 4. ed. Rio de Janeiro: EDUFRJ, 2006.
- BARBOSA, S. **Jornalismo digital e a informação de proximidade**: o caso dos portais regionais, com estudo sobre o UAI e o iBahia. 2002. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, [1977] 2006.
- BAUMAN, Z. **Amor Líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

- BENEVIDES, M. V. **A cidadania ativa**: referendo, plebiscito e iniciativa popular. São Paulo: Ática, 1991.
- BIANCO, N. R. Promessas de mudanças na programação e na linguagem das emissoras digitalizadas. In: MAGNONI, A. F.; CARVALHO, J. M. (org.). **O novo rádio**: cenários da radiodifusão na era digital. São Paulo: Ed. Senac, 2010.
- BIANCO, N. D. Rádio e memória no cotidiano. **Revista Brasileira de História da Mídia**, Teresina, v. 7, n. 1, jan./jun. 2018.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 dez. 2021.
- CALILA NOTÍCIAS. **Calila Notícias**: notícia que você ouve e lê, c2018. Página inicial. Disponível em: <https://www.calilanoticias.com/>. Acesso em: 8 jul. 2021.
- CARDOSO FILHO, J. Para "apreender" a experiência estética: situação, mediação e materialidades. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 22, p. 40-52, 2011.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Convenção Americana sobre Direitos Humanos**: Pacto de São José da Costa Rica de 1969. San José: CIDH, 1969. Disponível em: https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm. Acesso em: 15 dez. 2021.
- CORTINA, A. **Cidadãos do mundo**: para uma teoria da cidadania. São Paulo: Loyola, 2005.
- DEWEY, J. **Arte como experiência**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- DEWEY, J. Tendo uma experiência. In: LEME, M. O. R. P. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- FERRARETTO, L. A. **Rádio**: o veículo, a história e a técnica. 3. ed. Porto Alegre: Doravante, 2007.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização, do "fim dos territórios" à multiterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- JESUS, R. V.; BOTELHO, M.; CERQUEIRA, N. (org.). **Cenários e Pesquisas do curso de Comunicação da UNEB/Campus XIV**. Conceição do Coité: Criativa Comércio e Serviço, 2018.
- KISCHINHEVSKY, M. La constitución de la red brasileña de radios universitarias. In: MARTÍN-PENA, D.; MORENO, A. V. (org.). **Rádios universitarias en marcha**: hacia la construcción de una contra agenda mediática. Avellaneda: Undav Ediciones; Badajoz: Junta de Extremadura; Madrid: Fundación Ramon Areces, 2018. v. 1.
- KISCHINHEVSKY, M. **Rádio e Mídias Sociais**: Mediações e Interações radiofônicas em plataformas digitais de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.
- LE GOFF, J. Memória. In: LE GOFF, J. **História e Memória**. 4. ed. Campinas: Unicamp, 1996.
- LIMA, L. Antropologia: para que serve? **Amazônica**: Revista de Antropologia, Belém, v. 12, n. 1, p. 517-521, 2020.
- LUVIZOTTO, C. K.; CUNHA, I. F. Comunicação, cidadania e Movimentos Sociais: vivências. Aveiro: Ria Editorial, 2020.
- MARTINO, L. M. S. **Comunicação e identidade**: quem você pensa que é? São Paulo: Paulus, 2010.
- MATEUS, S. A etnografia da comunicação. **Revista Antropológicas**, Portugal, n. 13, p. 84-89, 2015.
- MOREIRA, G. **Identidade de fibra e resistência**: os caminhos da comunicação no desenvolvimento do Território do Sisal. 2007. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.
- NORA, P. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1981.
- OLIVEIRA, V. L. **Conceição do Coité e os Sertões dos Tocós**. Conceição do Coité: Clip Serviços Gráficos, 2002.
- OLIVEIRA, V. L. **Conhecendo nossa terra**: história e geografia. Conceição do Coité: Gráfica Coité, 2020.
- PRATA, N. Panorama da Web Rádio no Brasil. In: INTERCOM: SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO, 2013, Manaus. **Anais** [...]. Manaus: Intercom, 2013.
- RANCIÈRE, J. **Políticas da Escrita**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

- REGO, A. E. (org.). **Tecendo manhãs**: educação, saberes e experiências no Território do Sisal. Itabuna: Mondrongo, 2018. v. 1.
- REGO, A. E. (org.). **Tecendo manhãs**: educação, saberes e experiências no Território do Sisal. Itabuna: Mondrongo, 2019. v. 2.
- SANTOS, M. **Território e Sociedade**. São Paulo: Fund. Perseu Abramo, 2007.
- SANTOS, V. M. Cartografando as produções de sentidos: recepção radiofônica do projeto político-identitário no Território do Sisal. 2011. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporânea) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.
- SANTOS, V. M.; VIANA, M. S. **Cenas da Comunicação no Território do Sisal**. Conceição do Coité: Criativa Comércio e Serviço, 2018.
- SERPA, Â. (org.). **Territórios da Bahia**: regionalização, cultura e identidade. Salvador: Edufba, 2015.
- SIGNATES, L.; MORAES, Â. (org.). **Cidadania comunicacional**: teoria, epistemologia e pesquisa. Goiânia: Gráfica UFG, 2019.
- SODRÉ, M. **As estratégias sensíveis**: afeto, mídia e política. 2. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.
- SOUZA, J. P. **Teorias da Notícia e do Jornalismo**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2002.
- ZANETTI, D.; REIS, R. (org.). Comunicação e territorialidades: poder e cultura, redes e mídias. Vitória: Edufes, 2017.

COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL INCLUSIVA: O SURDO NO AMBIENTE CORPORATIVO

Daniela Priscila de Oliveira Veronezi¹

Tiago Mainieri²

RESUMO

Este estudo tem como objeto a comunicação organizacional, com foco nos surdos, que devem ser reconhecidos como públicos das corporações. A comunicação se apresenta como o principal entrave para o convívio dos surdos nesses espaços de sociabilidade, resultando em desmotivação e baixa permanência no trabalho. Parte-se da ideia que a inclusão, enquanto prática social, tem como pré-requisito a transposição das barreiras comunicacionais e a viabilização das interações entre os sujeitos em sua diversidade. No Brasil, há um movimento contínuo, embora incipiente, dos surdos para o ambiente corporativo, respaldado por normas jurídicas como a Lei nº 8.213/1991, que estabelece cotas para as pessoas com deficiência nas organizações. Todavia, o grande marco da conquista de direitos desses sujeitos é a Lei nº 10.436/2002 (regulamentada pelo Decreto nº 5.626/2005), que reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão brasileira. Nesse sentido, a legislação garante uma série de direitos aos surdos, possibilitando que estes (ao menos em teoria) participem, cada vez mais, do convívio social e, por consequência, dos espaços corporativos. No entanto, estar nas organizações, por força de lei, não pressupõe, automaticamente, sentir-se pertencido e incluído a elas. Nessa perspectiva, este estudo apresenta a seguinte questão-problema: como a comunicação organizacional inclusiva pode contribuir para que os surdos se sintam parte das corporações? Para que se possa responder à indagação proposta por essa questão-problema, é preciso compreender a importância do reconhecimento dos surdos como públicos das organizações e a necessidade de conhecê-los em suas especificidades, de modo a estabelecer uma dialogicidade efetiva e duradoura com esses sujeitos. Como resultado, procurou-se demonstrar, com base em pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório, que a inclusão dos surdos é permeada em sua essência pela comunicação

¹ Doutoranda em Comunicação pela Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: danielaveronezi@gmail.com.

² Pós-doutor pela Universidade Nova de Lisboa (UNL) e pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFG. E-mail: tiagomainieri@gmail.com.

e, assim, emerge como uma possibilidade promissora de estudo para esse campo do saber, com vistas ao estabelecimento da cidadania corporativa.

Palavras-chave: Comunicação. Surdos. Públicos. Inclusão. Organizações.

INCLUSIVE ORGANIZATIONAL COMMUNICATION: THE DEAF IN THE CORPORATE ENVIRONMENT

ABSTRACT

This study aims at organizational communication, focusing on the deaf, who must be recognized as corporate public. Communication presents itself as the main obstacle for the deaf to live in these sociability spaces, resulting in demotivation and low permanence at work. It is based on the idea that inclusion, as a social practice, has as a prerequisite the transposition of communication barriers and the viability of interactions between subjects in their diversity. In Brazil, there is a continuous, though incipient, movement from the deaf to the corporate environment, supported by legal rules such as Law nº 8.213/1991, which establishes quotas for people with disabilities in organizations. However, the major milestone in the conquest of the rights of these subjects is Law nº 10.436/2002 (regulated by Decree nº 5.626/2005), which recognizes Libras as a legal means of communication and Brazilian expression. In this sense, the legislation guarantees a series of rights for the deaf, enabling them (at least in theory) to participate, increasingly, in social life and, consequently, in corporate spaces. However, being in organizations, by force of law, does not automatically imply feeling belonged and included with them. In this perspective, this study presents the following problem question: how can inclusive organizational communication contribute to make the deaf feel part of corporations? In order to answer the question posed by this problem-issue, it is necessary to understand the importance of recognizing deaf people as organizations' public and the need to know them in their specificities, in order to establish an effective and lasting dialog with these subjects. As a result, we sought to demonstrate, based on bibliographic research, of an exploratory nature, that the inclusion of the deaf is permeated in essence by communication and, thus, emerges as a promising study possibility for this field of knowledge, with a view to establishment of corporate citizenship.

Keywords: Communication. Deaf. Public. Inclusion. Organizations.

INTRODUÇÃO

Notadamente, a desigualdade é um fenômeno social que posiciona em um patamar de superioridade determinados grupos em detrimento de outros. As pessoas que não participam dessa seletividade se situam à margem, ou, em outros termos, na periferia do sistema social. Segundo Yngaunis (2019b, p. 70), “a busca por uma sociedade ideal e perfeita ganha força no Período Clássico, marcado pelo pensamento de Platão e Aristóteles, que recomendaram a exclusão dos ‘imperfeitos’”. Na dicotomia “perfeitos” e “imperfeitos”, as pessoas com deficiência sempre compuseram o segundo grupo, ou seja, historicamente foram categorizadas como inferiores e subalternas por não contarem com os atributos que constituem uma sociedade perfectiva.

“Com o desenvolvimento da técnica e da manufatura na Idade Moderna, a deficiência é vista como disfunção de uma das peças do corpo humano. Surge então o conceito de reabilitação, que tinha como objetivo minimizar o ‘desvio’” (YNGAUNIS, 2019b, p. 71), visto que uma parcela significativa da população mundial é composta por pessoas com deficiência. No Brasil, segundo dados da Cartilha do Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE (2012), 23,9% da população possui, ao menos, um tipo de deficiência, seja visual (18,6%), auditiva (5,10%), motora (7%) ou intelectual (1,4%). Esse percentual corresponde a 45.606.048 de brasileiros, ou seja, aproximadamente um em cada quatro residentes no país.

O Censo 2010 também identificou o quantitativo de brasileiros acometidos por essas deficiências com maior severidade, obtendo a fração de 8,3%, sendo visual (3,46%), auditiva (1,12%), motora (2,33%) ou intelectual (1,4%). Trata-se de um quantitativo muito expressivo da população brasileira que não pode ficar relegado à inatividade. Nas últimas décadas, o Brasil criou “as políticas afirmativas, que objetivam minimizar o impacto negativo que a deficiência possa ter sobre a contribuição social do indivíduo” (YNGAUNIS, 2019b, p. 71). Assim, foi instituída, em 1991, a Lei nº 8.213 (Lei de Cotas), que estabelece os percentuais de pessoas com deficiência a serem contratados de acordo com o porte da empresa.

Apesar da obrigatoriedade que a referida lei impõe à contratação desses sujeitos, a inclusão é um desafio que se encontra em estágio inicial, pois estar no ambiente corporativo por força de lei não significa participar efetivamente dele. Com vistas à amplitude da noção de deficiência e das diferentes nuances que perpassam suas especificidades, este estudo, que faz parte dos resultados parciais obtidos com a pesquisa do **Programa de Pós-graduação em Comunicação**, nível Doutorado, da Universidade Federal de Goiás (UFG), optou por realizar uma pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório, acerca do surdo, tendo como objeto a comunicação organizacional.

Nessa perspectiva, defende-se que a inclusão dos surdos nas organizações, enquanto prática social, tem como pré-requisito a transposição das barreiras comunicacionais e a viabilização das interações entre os sujeitos em sua diversidade e questiona-se como a comunicação organizacional inclusiva pode contribuir para que os surdos se sintam parte das corporações? Para tanto, neste artigo, apresenta-se a metodologia, seguida por uma explanação acerca dos surdos, da presença desses sujeitos nas organizações e do reconhecimento deles como públicos das corporações. Por fim, aborda-se a comunicação organizacional inclusiva e explicitam-se as considerações.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os caminhos trilhados por esta investigação são resultantes de um processo de reflexão que almeja compreender, por meio de estudos bibliográficos, as abordagens mais propícias para a análise do objeto, a saber, a comunicação organizacional, a partir de uma concepção inclusiva. Segundo Gil (2002, p. 44) "a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos". No tocante aos objetivos, trata-se de um estudo exploratório, que busca "proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que essas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições" (GIL, 2002, p. 41). Coadunando com essa perspectiva, Triviños (1987, p. 109) aponta que "os estudos exploratórios permitem ao investigador aumentar sua experiência em torno de determinado problema".

OS SURDOS

Para adentrar nos estudos acerca do que Bandeira, Rocha e Déa (2018) denominam como diversidade auditiva, é necessário, primeiramente, compreender a diferença entre o surdo e a pessoa com deficiência auditiva, a partir dos modelos médico e social. No âmbito da medicina, a surdez é concebida como uma doença a ser curada e para se analisar o grau da ausência auditiva é necessário realizar um teste de audiometria, que detecte se essas perdas são leves, moderadas, severas ou profundas. Segundo esse modelo, "[...] a surdez passou a ser vista sob o ponto de vista orgânico-biológico, classificada em diferentes graus de (in) capacidade de audição" (NÓBREGA *et al.*, 2012, p. 672).

"Em contrapartida, na construção de uma reflexão contra-hegemônica a esse paradigma dominante, a partir da década de 1960, os chamados estudos culturais trouxeram à tona a discussão sobre o processo de construção cultural das identidades" (NÓBREGA *et al.*,

2012, p. 672), mediante a qual o surdo passa a ser concebido por suas diferenças culturais e linguísticas e não mais pelas orgânicas e biológicas. Diversamente da abordagem advinda da medicina, essa forma de diferenciação entre os surdos e as pessoas com deficiência auditiva correlaciona-se a um viés social. Sob esse aspecto,

[...] os surdos [...] veem a surdez não como uma deficiência, mas como uma diferença linguística e se caracterizam como usuários da língua de sinais, além de se identificarem com a cultura surda e os deficientes auditivos [...] não se identificam com a língua de sinais e a cultura surda (QUADROS *et al.*, 2018, p. 146).

Para além do aspecto físico, a surdez envolve questões culturais, linguísticas e comunicacionais.

Assim, a surdez [...] ancora-se em componentes culturais e linguísticos, ou seja, a pessoa é considerada surda porque compartilha experiências comuns no universo da comunidade surda — percepção e comunicação visual (língua de sinais) — e não porque tem perda de audição (NÓBREGA *et al.*, 2012, p. 674).

Segundo Bandeira, Rocha e Déa (2018, p. 78), as pessoas com deficiência auditiva são as “que realizam leitura labial, que utilizam ou não aparelho auditivo e que têm perda bilateral”, já o surdo é o “que utiliza a Língua Brasileira de Sinais como meio de comunicação”. Nessa perspectiva, para além do percentual de ausência auditiva, a distinção entre os surdos e as pessoas com deficiência auditiva estão arraigadas na identificação desses sujeitos com a comunicação visual-motora que pressupõe a interação sinalizada.

De todo modo, torna-se muito difícil estancar essas duas definições (surdo e pessoa com deficiência auditiva), sendo mais prudente compreender as nuances que envolvem cada uma delas e trilhar os caminhos que respondam à questão-problema. Neste estudo, optou-se pelo modelo social da surdez e, por isso, utiliza-se, predominantemente, o termo “surdo”, tendo a Libras como parâmetro, ao passo que o interesse que permeia esta investigação está justamente nas barreiras comunicacionais existentes entre os surdos (minorias linguísticas) e a cultura oral-auditiva (hegemônica). No entanto, por vezes, faz-se necessário resgatar a expressão “pessoa com deficiência”, pois quando se adentra, por exemplo, na Lei de Cotas, os surdos são contabilizados como pessoas com deficiência para efeito dos percentuais de vagas destinados a esses sujeitos nas organizações.

Após parametrizar os conceitos iniciais que irão permear esta pesquisa, é preciso compreender que a história da Libras se conecta diretamente com a trajetória dos surdos no Brasil. Em 1855, destaca-se a chegada ao país do professor surdo francês Eduard Huet, convidado pelo imperador Dom Pedro II para a abertura de uma escola para surdos. Assim, em 1857, foi fundado esse espaço educacional, no Rio de Janeiro, denominado, à época,

de Imperial Instituto de Surdos-Mudos e, atualmente, conhecido como *Instituto Nacional de Educação de Surdos* (SABANAI, 2007). No entanto, 23 anos após essa conquista, mais precisamente em 1880, foi realizado o II Congresso Internacional de Educação de Surdos, em Milão, na Itália, que proibiu o uso da língua de sinais.

No ano seguinte, 1881, essa censura se estendeu ao Brasil (SABANAI, 2007), resultando em um retrocesso que durou cerca de um século. No âmbito das discussões oriundas desse evento, a língua de sinais impedia os surdos de se desenvolverem na cultura oral-auditiva. Na prática, os surdos seguiram se comunicando também por meio de sinais, mas essa concepção resultante de tal Congresso retardou a difusão da língua de sinais no Brasil. Em 1993, foi realizada, na Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis), uma votação com as primeiras pessoas surdas do Brasil a se organizarem para defender os seus direitos linguísticos e sociais. Nessa deliberação, definiu-se a nomenclatura "língua brasileira de sinais (Libras)" (LEITE; QUADROS, 2014).

Também em 1993, teve início o Projeto de Lei nº 4.066³ para a regulamentação da Libras no país. Em 2002, a Libras se estabeleceu como meio legal de comunicação e expressão brasileira, por meio da Lei nº 10.436, que foi regulamentada, posteriormente, pelo Decreto nº 5.626, de 2005. Assim, a Libras é uma língua, e não uma linguagem, reconhecida por lei, com estrutura e regras próprias, ou seja, não são gestos constituídos para explicar o português. Além disso, é importante frisar que a Libras não é universal, mas sim a língua de sinais brasileira. Nessa história de lutas incessantes e conquistas graduais, cabe ainda ressaltar a Lei nº 11.796, de 2008, que instituiu o Dia Nacional dos Surdos, a ser comemorado, anualmente, em 26 de setembro e a Lei nº 12.319, de 2010, que regulamentou a profissão de Tradutor e Intérprete de Libras.

Como norma legal que beneficia as pessoas com deficiência, de um modo geral, destaca-se a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, aprovada, em 2006, pela Organização das Nações Unidas (ONU). Essa Convenção foi promulgada no Brasil, em 2009, com equivalência de emenda constitucional, resultando, em 2015, na instituição da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146), conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, que se destina "a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania" (BRASIL, 2015, p. 1).

Apesar das inúmeras conquistas elencadas até o momento, a Libras ainda é pouco utilizada entre os ouvintes, embora sua disseminação seja progressiva. Segundo Yngaunis (2019a), os surdos se sentem muito sozinhos, pois não fazem parte dos diálogos e das in-

³ Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegrar?sessionid=0600811B6B0577B2FC-67DA42757AE154.node2?codteor=1138561&filename=Avulso+-PL+4066/1993. Acesso em: 17 fev. 2021.

terações da sociedade. A autora salienta que a cultura se constitui a partir das interações e a ausência de comunicação entre os sujeitos faz com que eles não participem da mesma formação cultural. Assim, os surdos se sentem parte de uma outra cultura, pois não conseguem, efetivamente, interagir com os ouvintes. Essa solidão enfrentada pelos surdos no cotidiano faz com que, por vezes, eles desistam de participar dos espaços de sociabilidade como o mercado de trabalho.

OS SURDOS NAS ORGANIZAÇÕES

Em 1991, foi instituída a Lei nº 8.213, que "dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências" e, em seu artigo 93, disciplina sobre cotas para pessoas com deficiência, estabelecendo que as empresas com 100 ou mais empregados devem contar com esses sujeitos em seus quadros funcionais. Esses percentuais variam entre 2% e 5%, sendo que nas organizações com 100 a 200 empregados o percentual é de 2%; de 201 a 500, 3%; de 501 a 1.000, 4% e acima de 1.001, 5%.

No âmbito das instituições de regime jurídico de direito público federal, há de se considerar a Lei nº 8.112, de 1990, que assegura às pessoas com deficiência

[...] o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso (BRASIL, 1990, p. 2).

Yngaunis (2019b), coadunando com o explanado, argumenta que:

A contratação de pessoas com deficiência pelas organizações é procedimento administrativo de caráter compulsório, com o objetivo de atender ao disposto na lei de cotas, podendo não significar que o fenômeno da inclusão seja efetivo, uma vez que é resultado de uma coerção normativa. Podemos pensar a inclusão enquanto processo de construção de pontes de interação. O "estar juntos" pode não significar "atuar juntos" (YNGAUNIS, 2019b, p. 72).

Apesar dessa movimentação progressiva das pessoas com deficiência para as corporações, entre as quais, do ponto de vista legal, incluem-se as surdas, estar nas organizações, por uma obrigação imposta pela legislação, não significa se sentir incluídas a elas. Nesse sentido, é importante resgatar, mais uma vez, o modelo social da surdez. No Brasil, para além da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, o Estatuto da Pessoa com Deficiência também tem como fundamento esse modelo. Para Bampi, Guilhem e Alves (2010), o modelo médico,

ainda predominante na prática, busca a cura do deficiente para que ele possa se adaptar à sociedade. Tal prerrogativa coaduna com a ideia de forçar a oralização do surdo, de modo que este se integre à cultura dominante.

Em contraposição, o modelo social defende que a deficiência está na sociedade, que encontra dificuldade em se adaptar às diferenças para que as minorias possam participar do convívio social com naturalidade. Para que a inclusão desses sujeitos se torne uma prática, tanto a Convenção quanto o Estatuto salientam algumas barreiras que precisam ser transpostas, entre as quais se encontram as comunicacionais, as informacionais e as atitudinais. Nessa mesma direção, Sasaki (2010), ao conceber as seis dimensões de acessibilidade das pessoas com deficiência no âmbito corporativo, inclui a comunicacional como uma delas, sendo as demais a atitudinal, a arquitetônica, a metodológica, a instrumental e a programática. Adentrando, mais uma vez, no âmbito da surdez, a principal barreira para a inclusão desses sujeitos nas organizações é a comunicacional.

Os surdos brasileiros não têm o português como língua natural, mas sim a Libras, que é a base de sua identidade. Como a língua dos ouvintes (oral-auditiva) e a dos surdos (visual-motora) é distinta, a ocorrência de interação entre ambos se mostra dificultada, quando não, obstruída, pois a construção do eu e do outro se materializa por meio das trocas simbólicas. Pode-se dizer que a condição auditiva do surdo faz com que ele se assemelhe a um estrangeiro, ainda que vivendo em seu próprio país, ao passo que se comunica por meio de uma língua que o ouvinte, em sua maioria, desconhece.

Assim, a comunicação se apresenta como elemento fundamental no processo de inclusão social dos surdos. Nota-se que a legislação vigente, ainda que garanta diversos direitos a esses sujeitos, é insuficiente para que eles se sintam partícipes do ambiente organizacional, pois as reais fronteiras que os apartam da sociedade são identitárias e culturais, afastando-os da condição que lhes é inherente de serem reconhecidos como cidadãos e, desse modo, resultando, também, no "isolamento social dos surdos em organizações" (REIS; GATI; MACHADO, 2019, p. 1).

RECONHECIMENTO DOS SURDOS COMO PÚBLICOS DAS ORGANIZAÇÕES

Conhecer os públicos de uma organização de modo a estabelecer uma relação efetiva, contínua e duradoura sempre fez parte da essência da atividade comunicacional, em especial, das Relações Públicas, pois sem esse reconhecimento prévio as mensagens corporativas tendem a não alcançar as partes interessadas. Com as novas tecnologias da informação e da comunicação, que alçaram, em escala ainda mais expressiva, esses públicos à condição de atores sociais e impulsionaram a dialogicidade entre eles e a orga-

nização, essa necessidade de conhecê-los tornou-se latente e passou a fazer parte do dia a dia das corporações, bem como a delinear a atuação desses profissionais que precisam se reinventar cotidianamente.

Ainda que de grande importância, já não é mais suficiente apenas segmentar os públicos por sua localização geográfica, como fez Andrade (2003) e muitos outros pesquisadores da área, ao classificá-los em interno (dirigentes e funcionários), externo (imprensa, sindicatos, concorrentes, consumidores e governo) e misto (acionistas, fornecedores e distribuidores), entre outros. O mesmo ocorre com a Teoria Situacional de Públicos de Grunig e Hunt (1984) com a categorização em não público (sem vínculo com a empresa), latente (se sentem afetados por causas comuns, mas não conseguem perceber quais são elas), consciente (reconhece o problema e as suas causas) e ativo (se organizam para discutir o problema e propor soluções).

Nessa mesma direção, encontram-se tentativas como a de Lucien *Matrat, evidenciadas por Simões* (1995), que segmentam os públicos de acordo com o poder que exercem frente à empresa, sendo públicos de decisão (permitem o exercício das atividades da organização — governo), consulta (sondados pela instituição para a implementação de suas ações — acionistas e sindicatos), comportamento (aqueles cuja atuação pode impedir ou favorecer a ação a ser tomada pela corporação — clientes e funcionários) e opinião (influem na organização por meio da manifestação de seu ponto de vista — líderes comunitários e jornalistas), entre outros.

Seguindo nessa vertente, França (2004) apresenta uma conceituação lógica de públicos, classificando-os em três categorias. A primeira, os essenciais, refere-se aos públicos vinculados juridicamente à organização e dos quais ela necessita para sua constituição, manutenção e sobrevivência. A segunda representa os públicos não essenciais, que são os que não participam das atividades-fim da organização, mas da prestação de serviços ou da mediação política ou social. Já a terceira são as redes de interferência, que incluem os públicos do ambiente externo da organização que podem apoiá-la ou prejudicá-la.

Certos da importância dessas classificações, é necessário um aprofundamento desse conhecimento acerca dos públicos, no qual os sujeitos sociais possam ser compreendidos de um modo mais singularizado. Portanto, é fundamental que os profissionais da área de comunicação saibam que um percentual significativo dos surdos desconhece a Língua Portuguesa, comunicando-se exclusivamente por meio de sinais. Nessa acepção, o Decreto nº 5.626, de 2005, em seu artigo 2º, considera "pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, comprehende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais — Libras".

Compreender o surdo como público de uma organização é muito mais do que classificá-lo em uma das categorias elencadas, mas é entender que a forma como os surdos

organizam o seu pensamento difere do modo como os ouvintes o fazem, ao passo que estes se baseiam nos sons e aqueles em uma concatenação visual. Ainda que os surdos ocupem o mesmo espaço geográfico que os ouvintes, eles contam com uma identidade própria e uma formação cultural distinta. Para tanto, os profissionais de comunicação devem buscar conhecer as diversas nuances que envolvem a cultura surda para que, de fato, consigam estabelecer uma interação efetiva, contínua e duradoura com esses sujeitos.

A COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL INCLUSIVA

Este tópico busca refletir acerca da indagação que norteou o presente estudo, a saber, como a comunicação organizacional inclusiva pode contribuir para que os surdos se sintam parte das corporações? Entende-se, por essa concepção, a existência de uma cultura comunicacional que compreenda e respeite a singularidade identitária dos surdos como condição para que esses sujeitos sejam concebidos como cidadãos no âmbito corporativo e, desse modo, não apenas estejam nas organizações por força de lei, mas se sintam, de fato, pertencidos e incluídos a elas. Ademais, nessa concepção, faz-se necessário considerar a integralidade dos sujeitos que ao mesmo tempo em que vivenciam as comunicações administrativa e interna, também são alcançados pelas institucionais e, no caso das empresas, pelas mercadológicas.

Para tanto, busca-se respaldo no âmbito legislativo, já que a comunicação é um elemento notório tanto na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo quanto no Estatuto da Pessoa com Deficiência. Destaca-se, como parte da Convenção, a defesa do "direito à liberdade de expressão e opinião, inclusive à liberdade de buscar, receber e compartilhar informações e ideias, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas e por intermédio de todas as formas de comunicação de sua escolha" (BRASIL, 2009, p. 9). Sasaki (2010), como já mencionado, também salienta a comunicação como um dos entraves a serem transpostos para que a inclusão se viabilize.

Com o respaldo da legislação e dos estudos acerca da inclusão, o profissional de comunicação deve empreender esforços em prol de uma comunicação organizacional inclusiva. Nessa perspectiva, salienta-se o que Grunig (2011) denomina de "Comunicação Simétrica de Mão Dupla", as "Relações Públicas Excelentes", que pressupõe equilíbrio entre os interesses da organização e de seus públicos nos relacionamentos estabelecidos. Como as Relações Públicas são fruto do capitalismo, trata-se de um modelo de difícil implementação, visto que demanda interações em condições ideais de reciprocidade entre a corporação e os seus públicos.

De todo modo, por mais que haja um distanciamento entre o idealismo de tal concepção e a prática profissional, a essência das Relações Públicas reside na necessidade de se conhecer e, mais do que isso, reconhecer os públicos com os quais as organizações se relacionam e, a partir disso, estabelecer as maneiras mais adequadas e efetivas de se comunicar com eles, oportunizando trocas mútuas e a constituição de um capitalismo mais humanizado. É preciso compreender que os surdos, pela diversidade comunicacional que os caracteriza, devem ser concebidos como públicos para que a corporação possa traçar um plano de comunicação com ações que os considerem em suas diferenças e os façam, de fato, participar das organizações.

Para tanto, as propostas comunicacionais a serem utilizadas pelas organizações, para interagir com os surdos, devem ser construídas a partir desses sujeitos, bem como dos ouvintes membros das comunidades surdas. Não se trata de incluir o surdo a uma cultura à qual ele não pertence, mas sim de conhecer, minimamente, as diversas nuances que constituem as identidades surdas e a partir de então propor ações inclusivas que as permeiem e as contemplam.

No campo dos estudos da comunicação organizacional, Kunsch (2003) defende a importância de se abordar esse objeto de estudo de modo integrado, o que pressupõe a convergência das comunicações administrativa, interna, institucional e mercadológica em prol de uma atuação sinérgica, com vistas ao estabelecimento de um efetivo relacionamento entre a organização e os seus públicos. Para a autora,

[...] a convergência de todas as atividades, com base numa política global, claramente definida, e nos objetivos gerais da organização, possibilitará ações estratégicas e táticas de comunicação mais pensadas e trabalhadas com vistas na eficácia (KUNSCH, 2003, p. 150).

Em busca de uma comunicação organizacional inclusiva, para além da integração de esforços proposta pela autora, é imprescindível conceber os surdos em sua integralidade, o que implica considerar que o mesmo colaborador que é público-alvo da organização em suas comunicações administrativas e internas, também é alcançado pela corporação, juntamente com suas famílias, amigos e demais membros da sociedade, nas comunicações institucionais e mercadológicas. Em outras palavras, o mesmo sujeito pode compor o quadro funcional de uma dada corporação e, concomitantemente, participar das campanhas educativas empreendidas por ela na comunidade em que reside, além de consumir os seus produtos e/ou serviços.

O mais importante, para que isso ocorra, é que os surdos sejam reconhecidos como públicos da corporação. Considerando a relevância da comunicação no relacionamento entre as organizações e seus públicos, defende-se a ampliação dos estudos acerca da

contribuição desse campo do saber em benefício da diversidade, em especial da inclusão dos surdos nas organizações, como desafio para a construção da cidadania corporativa. Para tanto, salienta-se, mais uma vez, que os profissionais de comunicação devem empreender esforços em favor de conhecer os surdos e as suas constituições identitárias e culturais, para que a organização consiga, efetivamente, comunicar-se com eles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunicação organizacional inclusiva implica uma ressignificação identitária das corporações, que valorize a diversidade e respeite as diferenças como elementos essenciais para a constituição de um capitalismo mais humanizado, que tenha como foco a cidadania corporativa. O movimento das minorias estigmatizadas rumo às organizações, assistida na atualidade, permeia a noção de igualdade e de justiça social, que circunda os conceitos de inclusão e, por consequência, de exclusão. Tanto um quanto o outro estão imbricados em sistemas de poder que definem os grupos que participam ou não dessa relação.

Como elemento essencial das interações sociais, a comunicação deve ser adequadamente concebida nas corporações, com vistas ao estabelecimento de relações equânimes entre os sujeitos desprestigiados pelos sistemas político, econômico e social, buscando maneiras de incluí-los. Nesse sentido, a inclusão dos surdos nas corporações correlaciona-se diretamente com o reconhecimento desses sujeitos enquanto públicos da organização, uma vez que eles participam de uma outra constituição identitária e cultural.

Reconhecer os surdos como públicos é demonstrar que para além das classificações convencionais que delineiam essa concepção, faz-se necessário compreender que no âmbito das categorias ora apresentadas existem sujeitos que devem ser considerados em sua diversidade, para serem, de fato, concebidos como cidadãos. Nesse sentido, entende-se a comunicação como barreira preponderante para a inclusão dos surdos nas organizações e a importância de os profissionais desse campo do saber enveredar esforços em favor da transposição desses entraves que dificultam ou mesmo inviabilizam a convivência social.

Com isso, defende-se a tese de que a inclusão dos surdos nas organizações, enquanto prática social, tem como pré-requisito a transposição das barreiras comunicacionais e a viabilização das interações entre os sujeitos em sua diversidade. No entanto, para proporcionar essa ruptura não basta que os profissionais estabeleçam um rol de ferramentas para se comunicar com os surdos, mas, antes disso, faz-se necessário conhecer esse público e possibilitar a ele construir, conjuntamente, os caminhos para a comunicação organizacional inclusiva, pois o que se almeja é que os surdos sejam tratados como sujeitos singulares e protagonistas de suas vidas.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, C. T. de S. **Curso de Relações Públicas**: relações com os diferentes públicos. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- BAMPI, L.; GUILHEM, D.; ALVES, E. Modelo Social: uma nova abordagem para o tema deficiência. **Revista Latino-americana de Enfermagem**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 1-9, jul./ago. 2010.
- BANDEIRA, A.; ROCHA, C.; DÉA, V. D. **Se inclui**: formação docente para inclusão e acessibilidade. Goiânia: Gráfica UFG, 2018.
- BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em: 15 fev. 2021.
- BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 15 fev. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm. Acesso em: 17 fev. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8213cons.htm. Acesso em: 16 fev. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 15 fev. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 11.796, de 29 de outubro de 2008**. Institui o Dia Nacional dos Surdos. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11796.htm. Acesso em: 16 fev. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 12.319, de 1 de setembro de 2010**. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – Libras. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm. Acesso em: 17 fev. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 15 fev. 2021.
- FRANÇA, Fábio. **Públicos**: como identificá-los em nova visão estratégica – business relationship. São Caetano do Sul: Yendis Editora, 2004.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GRUNIG, J. Definição e Posicionamento das Relações Públicas. In: GRUNIG, J.; FERRARI, M. A.; FRANÇA, F. **Relações Públicas**: teoria, contexto e relacionamentos. 2. ed. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2011.
- GRUNIG, J.; HUNT, T. **Managing public relations**. New York: Holt, Rinehar & Winston, 1984.
- KUNSCH, M. M. K. **Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada**. 4. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Summus, 2003.
- LEITE, T. de A.; QUADROS, R. M. de. Línguas de sinais do Brasil: reflexões sobre o seu estatuto de risco e a importância da documentação. In: STUMPF, M. R.; QUADROS, R. M.; LEITE, T. de A. (org.). **Estudos da Língua Brasileira de Sinais II**. Florianópolis: Editora Insular, 2014. p. 15-27.

NÓBREGA, J. D. et al. Identidade surda e intervenções em saúde na perspectiva de uma comunidade usuária de língua de sinais. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 671-679, mar. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000300013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 fev. 2021.

QUADROS, R. M. et al. **Língua brasileira de sinais**: patrimônio linguístico brasileiro. Florianópolis: Editora Garapuva, 2018.

REIS, R. J. de S.; GATI, H. A; MACHADO, M. M. Isolamento Social dos Surdos em Organizações. In: SEMEAD: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 22., 2019, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: Semead, 2019.

SABANAI, N. L. A evolução da comunicação entre e com surdos no Brasil. **Helb**: Revista História do Ensino de Línguas no Brasil, Brasília, DF, ano 1, v. 1, n. 1, jan. 2007. Disponível em: <http://www.helb.org.br/index.php/revista-helb/ano-1-no-1-12007/92-a-e-volucao-da-comunicacao-entre-e-com-surdos-no-brasil>. Acesso em: 17 fev. 2021.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Cartilha do Censo 2010**: pessoas com deficiência. Brasília, DF: SDH: SNPd, 2012. Disponível em: <http://www.unievangelica.edu.br/novo/img/nucleo/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2021.

SIMÕES, R. P. **Relações Públicas**: função política. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Summus, 1995.

TRIVÍNOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação — o positivismo, a fenomenologia, o marxismo. São Paulo: Atlas, 1987.

YNGAUNIS, S. **A singularidade da pessoa surda se evidencia por meio da comunicação**. 2019. 125 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019a. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8161/tde-13082019-125234/publico/2019_SueliYngaunis_VCorr.pdf. Acesso em: 17 fev. 2021.

YNGAUNIS, S. Uma breve reflexão sobre o ambiente organizacional como um espaço de desconstrução de barreiras para inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. In: LEMOS, E.; SALVATORI, P. **Comunicação, diversidades e organizações**: pensamento e ação. São Paulo: Abrapcorp, 2019b. p. 65-75.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO NO CONTEXTO DAS REDES SOCIAIS DIGITAIS: UFG NO INSTAGRAM¹

Débora Maria Alves dos Reis²

Kalyne Menezes³

RESUMO

Este trabalho apresenta uma necessidade no estudo de comunicação das organizações, com destaque para a comunicação pública. Considerando o contexto das redes sociais digitais, apresentamos uma proposta de pesquisa a ser desenvolvida no nível de graduação que busca investigar mudanças ocorridas com o avanço da internet e o surgimento do Instagram no contexto das assessorias de comunicação por meio de um Estudo de Caso da Universidade Federal de Goiás (UFG). Neste artigo, partiu-se de um breve levantamento bibliográfico acerca dos temas, que destacam que a comunicação pública cada vez mais se desenvolve dentro de uma realidade digital, cada vez mais conectada desde as mudanças ocasionadas pela Internet, especialmente a partir dos anos 2000. Com isso, as assessorias também têm uma necessidade de adaptação para essa nova maneira de fazer comunicação, que é o que se pretende investigar a fundo posteriormente. Dados de 2019 mostram que 74% dos brasileiros têm acesso à internet, o que demonstra uma sociedade em um contexto altamente conectado. Assim, as assessorias de maneira geral, e especificamente a das instituições públicas, também precisam estar conectadas e se desenvolverem nesse contexto. Nossa foco é estudar a rede social Instagram, que tem uma linguagem e um perfil muito acessado e utilizado pela UFG. Para este artigo, discute-se algumas dessas relações e entre comunicação pública e redes sociais a partir de autores como Mafei (2012) e Recuero (2009). As considerações finais reforçam a necessidade de pesquisar de forma aprofundada o tema, investigando até que ponto essas novas realidades conectadas estão

1 Este texto foi apresentado originalmente no XIV Semic e, para o livro, acrescentou-se informações sobre a pesquisa com a Secom-UFG, realizada posteriormente ao evento.

2 Jornalista. Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: debora_sevla@hotmail.com.

3 Jornalista. Especialista em Assessoria de Comunicação e Marketing, Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestra e Doutoranda em Comunicação, Cultura e Cidadania, UFG. Membra dos grupos de pesquisa "Mídia, Imagem e Cidadania" e "História da Comunicação em Goiás", CNPq. Bolsista Capes. E-mail: mskalyne@gmail.com.

3 Trabalho proposto por Débora Maria Alves dos Reis.

trazendo mudanças para as assessorias, como isso se deu no contexto da universidade pública, e qual o valor e mudanças comunicacionais envolvidas.

Palavras-chave: Comunicação Pública, Assessoria de Comunicação, Redes Sociais, Instagram. UFG.

COMMUNICATION ADVICE IN THE CONTEXT OF DIGITAL SOCIAL NETWORKS: UFG NO INSTAGRAM

ABSTRACT

This work presents a need in the study of communication of organizations, with emphasis on public communication. Considering the context of digital social networks, we present a research proposal to be developed at the undergraduate level that seeks to investigate changes that have occurred with the advancement of the internet and the emergence of Instagram in the context of communication consultancies through a Case Study of the Universidade Federal de Goiás (UFG). In this article, we started from a brief bibliographic survey about the themes, which highlight that the public communication increasingly develops within a digital reality, increasingly connected since the changes caused by the Internet, especially from the 2000s. With this, advisors also have a need to adapt to this new way of doing communication, which is what we intend to investigate in depth later. Data from 2019 show that 74% of Brazilians have access to the Internet, which demonstrates a society in a highly connected context. Thus, advisors in general, and specifically that of public institutions, also need to be connected and develop in this context. Our focus is to study the social network Instagram, which has a language and a profile widely accessed and used by UFG. For this article, we discuss some of these relationships and between public communication and social networks from authors such as Mafei (2012) and Recuero (2009). The final considerations reinforce the need for in-depth research on the subject, investigating to what extent these new connected realities are bringing changes to the advisories, how this happened in the context of the public university, and what is the value and communicational changes involved.

Keywords: Communication Advice. Social Media. Instagram. UFG.

INTRODUÇÃO

Na sociedade contemporânea é notável a importância da internet como um todo, e percebemos cada vez mais adesão da população mundial aos espaços e ferramentas digitais, como as redes sociais. Com isso muitas profissões foram se transformando e se atualizando para não perderem seus espaços nesse novo mundo conectado. O Assessor de Comunicação foi uma dessas profissões que aderiram às redes sociais e às mudanças que a internet trouxe, e especialmente por se tratar de uma área que acompanha com agilidade as mudanças sociais, é que este profissional precisou se adequar a essa nova era digital.

Este artigo apresenta uma leitura inicial acerca dessas mudanças, que culminaram em uma pesquisa a ser desenvolvida como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Jornalismo da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC) da Universidade Federal de Goiás (UFG). Trata-se de uma monografia que objetiva identificar tais mudanças ocorridas com o avanço da internet e o surgimento do Instagram no contexto das assessorias de comunicação por meio de um estudo de caso da Secretaria de Comunicação (Secom) da UFG, utilizando entrevistas com profissionais da área, pesquisas nas Redes Sociais e Materiais criados por assessorias sobre o assunto. Consideramos que as organizações privadas bem como as instituições públicas, estão cada vez mais próximas dessa realidade digital e a cada dia mais conectadas, criando seus perfis e interagindo com seu público de maneira on-line, o que ajuda a gerar um contato direto com o público trazendo um maior engajamento. Além disso, o perfil da Universidade Federal de Goiás (UFG) é um exemplo disso, em consulta feita em outubro de 2020, a página contava com mais de 70 mil seguidores, mais de 1.200 publicações e continua conquistando mais espaço, mais seguidores e tudo isso através de um intensivo trabalho da assessoria da Universidade tanto no meio físico como no digital.

Autores como Mafei (2012) trazem uma abordagem mais específica sobre a profissão do assessor e mudanças que vêm acontecendo ao longo dos anos na profissão. Assim, um dos objetivos é também produzir conhecimento sobre o tema, e esse propósito vem do fato de que através de breve pesquisa bibliográfica realizada foi possível identificar as dificuldades em encontrar referências que tratam mais especificamente sobre o tema, e por se referir a um assunto novo e em evolução, e esse projeto poderá servir de parâmetro.

Considerando esse contexto do surgimento das redes sociais, questionamos se e até que ponto o trabalho desenvolvido nos departamentos de comunicação sofreram alterações significativas nas rotinas das atividades comparado a um contexto anterior à criação da rede social Instagram. Além disso, sobre o uso da linguagem utilizada, queremos saber em que medida a linguagem da rede social se difere da linguagem tradicional das assessorias, e se está se assemelha a uma linguagem mais publicitária. Também queremos

saber se é de que maneira essa linguagem interfere no relacionamento com os públicos de uma instituição.

O corpo teórico irá abordar autores como Recuero (2009), Costa *et al.* (2015) e Oliveira (2009) para tratar de assessoria de comunicação, comunicação pública e a relação entre as universidades públicas e redes sociais.

Para o desenvolvimento da pesquisa, utilizaremos uma abordagem qualitativa, pois esse tipo de pesquisa é usado quando se pretende entender detalhadamente o porquê de determinadas coisas. Como método propomos o Estudo de Caso da Secom-UFG, e como procedimentos metodológicos de coleta, sistematização e análise de dados usaremos pesquisa bibliográfica, questionário e entrevista semiestruturadas com profissionais da Secom-UFG. Através desta pesquisa esperamos contribuir para estudos da comunicação pública, tanto nas universidades federais como em âmbito geral. Esperamos servir como referência para pesquisas sobre assessorias e redes sociais e também para assessorias de comunicação.

ASSESSORIA E COMUNICAÇÃO PÚBLICA

Uma das primeiras aptidões do homem é a prática de se comunicar, desde o princípio nossos ancestrais buscavam maneiras de se comunicar e, transponham em desenhos seus pensamentos, tentando transmitir uma mensagem. Como afirma Oliveira (2009, p. 1), "em sua expansão de meios e mediações a Comunicação em sua abrangência assumiu a figuração de ser o próprio mundo do sujeito contemporâneo, das suas situações de vida, sociabilidade, subjetividade, visibilidade, identidade". Comunicação é a aptidão que tem como objetivo compartilhar algo, uma ideia, informação. A palavra comunicação vem do latim *comunicare* que significa tornar comum. Com as mudanças sociais constantes, há sempre uma necessidade de aperfeiçoar a comunicação. Isso se estende para as organizações que são sempre instigadas a buscar novas práticas e refinar o seu método de fazer, relacionar-se com a comunicação.

Dentre práticas, destacamos as relacionadas à Assessoria de Comunicação, que teve seu início no século XX no ano de 1906, nos Estados Unidos, pelo jornalista Ivy Lee que se afastou do jornalismo para introduzir o primeiro escritório do ramo, na cidade de Nova Iorque. A iniciativa teve como primeiro cliente John Rockefeller, considerado um capitalista e odiado por muitos, o objetivo de Lee era mudar a imagem de John e fazer com que ele passasse a ser idolatrado pela opinião pública. Lee iniciou seu trabalho comunicando à imprensa, com clareza e agilidade sobre tudo que envolvia seu cliente, e obteve o resultado

esperado após constantes ações de envio de informações à imprensa e outras iniciativas da época.

De acordo com o *Manual do Assessor de Comunicação No Brasil*, com o retorno da democracia e a sua consolidação, depois da queda do regime militar, os profissionais da comunicação conquistaram maior relevância, uma vez que a população reivindicava respostas. Com isso as instituições públicas e privadas sentiram a necessidade de tornar público seus atos perante a população. Nessas circunstâncias a Assessoria de Comunicação se consolida no mercado, com a função de ser o mediador entre a sociedade e as instituições.

É importante destacar ainda que, segundo Mafei (2012), as instituições acordaram para o fato de que se comunicar, falar e ouvir eram modos de estar em evidência na sociedade e atrair atenção para elas, baseado nisso as instituições passaram a contratar assessores de comunicação. As instituições públicas não ficaram de fora e também investiram na comunicação pública.

A comunicação é um dos meios mais relevantes de se impulsionar as instituições por meio da participação, confiança e interação. A comunicação pública visa ganhar e manter uma reputação positiva, neste caso a população é enxergada como amigos, em lugar de clientes o que muda a dispersão de poder. No caso das Universidades Públicas é essencial existir um canal de conversa entre o público existente nesses ambientes.

A comunicação pública é uma concepção que nasceu da necessidade de prestar contas à população em casos de interesse público. Este ramo da comunicação diz respeito à área que opera sob diversas instâncias, usando várias estratégias, e tem como um dos principais objetivos criar uma relação com valores a ser ampliada entre a população e o Estado, como uma medida de possibilitar o encaminhamento democrático de questões de interesse público.

Como organizações que precisam firmar relacionamento com seu público, com a finalidade de criar uma identidade e imagem, com isso sua primeira meta é conquistar o mercado para gerar lucro, seja ele revertido em dinheiro, ou status e poder. Este primeiro reconhecimento, da comunicação pública como uma comunicação organizacional, leva para as estratégias e procedimentos do ramo, para o processo informacional voltado para a esfera pública.

A Comunicação Pública voltada para a comunicação científica é uma das mais comum nas Universidades, pois nesse tipo de comunicação a divulgação científica tem relevante importância, por se tratar de uma comunicação erguida e mantida pelo Estado, visando o desenvolvimento do país e da população. Com o avanço da ciência frente à opinião pública, fizeram com que essa área também ganhasse a obrigação de prestar contas à sociedade.

O fato de a assessoria pública estar diretamente ligada ao interesse público, fazendo a inclusão da sociedade sobre conhecimentos de informações que lhe dizem respeito, e isso a torna diferente de outros setores da assessoria de comunicação. Portanto, para que o comprometimento com o interesse público tenha seus objetivos atingidos com eficácia e eficiência, há uma necessidade que os meios de comunicação sejam pensados e adaptados às necessidades e interesse de seu público.

UNIVERSIDADES PÚBLICAS E AS REDES SOCIAIS

Ao longo dos últimos anos, o desenvolvimento da tecnologia causou modificações no modo de se comunicar e na forma que as assessorias trabalham. Essa nova era tecnológica acelerou a forma como a comunicação é feita, e incitou a participação da população nas redes sociais. Diante deste cenário de informações e relacionamentos através de redes, as organizações e instituições de ensino superior viram a necessidade de se aderir às redes sociais.

Elas são resultado de um mundo cada vez mais ágil e dominado por facilidades de comunicação. Recuero (2009, p. 16) diz que a comunicação por meio das redes sociais, mais do que permitir aos indivíduos comunicar-se, ampliou a capacidade de conexão, permitindo que redes fossem criadas e expressas nesses espaços: as redes sociais mediadas pelo computador. A utilização das mídias digitais atua na obtenção e troca de informações, por sua capacidade de interação entre as pessoas, podendo proporcionar para a instituição uma percepção de sua qualidade e importante informações a respeito de seus alunos.

Com isso, as empresas e organizações, tanto privadas quanto públicas, estão abrindo espaço para equipes especializadas em assessoria de comunicação, a fim de desenvolver seu papel de administrar as informações, produzir releases, fazer clippings, entre outras funções que cada dia mais estão se tornando imprescindíveis no mercado. Manter esses trabalhos em sincronia e ordem faz com que as instituições tenham junto ao público uma boa e relevante imagem que produz credibilidade, um melhor relacionamento entre as partes consumidoras e consumeristas alcançando um resultado mais eficiente e melhorando o retorno financeiro ou de valor da instituição.

Essas mudanças relacionadas ao universo digital começaram a partir dos anos 1990 com o surgimento das bases de dados e outras fontes de informações documentais na web. Na primeira década deste século XXI, ou seja, de 2001 a 2010, o acesso à internet só foi aumentando e consequentemente, o uso das redes sociais, o que mudou ainda mais o acesso ao conteúdo digital e possibilitou novas maneiras de acessar conteúdo. As ferramentas de trabalho dos assessores de comunicação também passaram a considerar

cada vez mais o meio digital, que tem se expandido de diversas maneiras. Isso porque o avanço digital não elimina outras ações de um setor de comunicação de uma instituição, mas agrega também valor a ações que já são desenvolvidas.

É certo que a internet foi um divisor de águas na forma como as pessoas se relacionam, e o acesso à informação nunca esteve tão próximo das pessoas, à distância de um clique ou um toque do celular é possível saber praticamente tudo que acontece no mundo em tempo real. 74% dos brasileiros acessam a internet de alguma maneira, segundo dados da pesquisa TCI Domicílios 2019, publicada pela Agência Brasil (VALENTE, 2020). Assim também podemos inferir que, neste contexto altamente conectado, quase todas as ações realizadas por um assessor sejam de forma on-line e as redes sociais tornaram-se grandes aliadas no processo de divulgação e contato com o público.

As Redes Sociais estão muito presentes no dia a dia das pessoas, no trabalho não é diferente, principalmente dos assessores de comunicação. Ribeiro *et al.* (2015) afirmam que não há como um assessor não trabalhar com internet, já que as assessorias acompanham as mudanças da sociedade. O trabalho do assessor vem em constante modificação desde as últimas décadas, expandindo-se e acumulando novas funções.

A partir da década de 80, principalmente com o fim do regime militar, quando ressurgia a democracia, o movimento sindical, a liberdade de imprensa, novos padrões de competitividade e o prenúncio de maior exigência quanto aos direitos sociais e dos consumidores, as organizações têm percebido a importância de se comunicarem e montarem suas estruturas de comunicação. Nessa época, a atividade de AI, em plena luta pela sua legitimização, era baseada no envio de releases para as redações e na mediação entre a imprensa e as fontes das organizações (SOUZA, 2008, p. 7).

De lá para cá, muitas mudanças foram observadas na prática das assessorias. Uma delas é referente ao uso das redes sociais que, de acordo com um estudo divulgado em fevereiro de 2020 pela multimarca alemã CupoNation e que mostra que as redes sociais devem crescer mais de 20% no Brasil até 2023. Acredita-se que neste mesmo ano o país pode chegar a cerca de 114,5 milhões de usuários ativos no Instagram entre outras redes, e com isso o Brasil ocupará a quarta posição na classificação de projeções dos países cujo uso das redes sociais é mais popular. No ranking publicado por eles, os primeiros lugares são da China e Índia que devem chegar a ter respectivamente, cerca de 799,6 milhões e 447,9 milhões de usuários ativos nas redes até 2023, o terceiro lugar fica com os Estados Unidos com uma projeção de 257,4 milhões de usuários.

Já dados divulgados em 2019 pelo aplicativo Buffer mostra que as redes sociais têm forte poder no marketing das instituições, segundo eles, 73% das marcas e empresas entrevistadas afirmaram que as expectativas com marketing nas redes sociais foram "positivas" ou "muito positiva". As empresas e organizações não demoraram muito tempo

até perceberem o forte potencial das redes sociais, e seu uso já faz parte do cotidiano das assessorias, em diversos formatos como *stories*, *igtv*, *lives*, *reels*, publicações entre outros. As redes permitem anunciar sem fazer grande investimento e com um bom retorno com publicações de um conteúdo bem feito.

Segundo o Censo da Educação Superior 2017, que teve seus resultados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em 2017 o Brasil tinha um total de 296 Instituições de Educação Superior (IES) públicas, cerca de três em cada cinco IES federais são universidades. Segundo o portal do MEC Brasil, tem 8,4 milhões de estudantes de graduação matriculados em instituições de ensino superior, 24,6% deles em instituições públicas. Um total de 3,4 milhões de estudantes ingressou em cursos de graduação em 2018 e, no mesmo ano, 1,2 milhão de estudantes concluíram a educação superior.

Uma pesquisa feita em abril de 2019 pelo UniRankig ferramenta de educação que classifica universidades no mundo todo, mostra quais as instituições brasileiras com maior número de seguidores no Instagram. A lista publicada por eles conta com 133 universidades brasileiras, sendo que as 13 primeiras colocadas também estão entre as 200 mais seguidas mundialmente. A UFG ocupa a sétima posição com mais de 44 mil seguidores, em primeiro lugar está a Universidade de Fortaleza com 185 mil seguidores, no ranking mundial em primeiro lugar está a estadunidense Universidade de Harvard, uma das mais famosas e conhecida com 1,1 milhões de seguidores.

Esses dados comprovam a importância e necessidade de adesão das redes sociais por instituições, hoje elas são usadas pela equipe de marketing e assessoria ajudando a lidar com crises, promovendo as organizações e fazendo uma boa imagem frente ao público trazendo uma proximidade e ajudando na boa relação. As redes sociais também têm o poder de alavancar pequenas empresas e aumentar a popularidade das grandes.

No caso da UFG, instituição pública, a comunicação é voltada para a transparência de informações e tem como um de seus objetivos o de dar visibilidade e solidificar a reputação. No caso da universidade pública tem também como objetivo incentivar a produção científica, divulgar o conhecimento científico, incentivar a comunidade a buscar o aumento de seu conhecimento. Aproximar a população do ensino superior e de seus conhecimentos, fazem parte do papel social das instituições, e são também um fator para determinar e aumentar o prestígio. Em relação a isso o número de alunos nas universidades públicas no Brasil é alto e fora os alunos outras pessoas também acessam e acompanham as postagens e notícias, sobre as universidades o que mostra também a importância de as universidades terem perfis nas redes sociais e uma Secretaria de Comunicação para postar as informações e sanar dúvidas.

O Instagram é atualmente uma das redes sociais com o maior número de usuários no mundo, e segundo relatório Digital In 2019 do site We Are Social, o Instagram tinha mais de 1 milhão de usuários ativos no mundo, sendo que no Brasil ele é a quarta rede mais usada (VOLPATO, 2021). Já quando se trata de organizações ele ocupa a segunda posição, segundo o site Inovações Digitais em matéria publicada em outubro de 2019, ele conquistou 89.4% das organizações na preferência para campanha de marketing, o sucesso foi tão grande que em 2016 foi criado o Instagram for Business, específico para empresas, tanto de grande quanto de pequeno porte. Ele possibilita criar perfis profissionais com posts patrocinados e métricas com dados do perfil.

Mas apesar de todo esse sucesso e possibilidades que a rede traz, é preciso que as instituições busquem além dos seguidores o engajamento, criando interação e intimidade com seu público. Neste processo de ter um contato mais direto com o público, a Assessoria de Comunicação da Universidade Federal de Goiás, em 14 de julho de 2014, criou o perfil oficial da instituição no Instagram.

Mesmo que uma instituição não faça seu perfil nas redes, ela já está inserida pois neste espaço ela pode ser citada por terceiros a qualquer momento, e sem essa participação ela perde um local de fala e posicionamento poderoso. Esse espaço nas redes sociais pode gerar um retorno muito positivo ajudando nas imagens e reputação da instituição.

No momento da criação de seu perfil oficial no Instagram, a Universidade toma posse de seu espaço e direito à fala nesse espaço, podendo se posicionar. De acordo com Costa *et al.* (2015), a inserção nas redes sociais, se bem dirigida gera visibilidade, no entanto não basta apenas ter um perfil, mas há também a necessidade de alimentá-lo com assiduidade e qualidade, com conteúdo feitos especificamente para seu tipo de público e meio utilizado. A UFG aderiu vários meios de comunicação, que vão desde os mais tradicionais como o "Jornal Samambaia" e a "Rádio Universitária", até os novos espaços nas mídias atuais, como o Instagram, e para cada mídia é preciso fazer um planejamento diferente.

Neste processo de adesão e participação nas redes sociais, as assessorias de comunicação têm um papel muito importante, pois há uma constante necessidade de monitoramento das publicações, e essa é uma forma de avaliar como está a imagem da instituição frente a sociedade. Averiguar se o empenho para lançar e cuidar da imagem da organização é um dos requisitos para que o serviço da assessoria seja justificado.

Um dos ponto-chave da construção de redes sociais na Internet é, justamente, o fato de que os sistemas que as suportam permitem um maior controle das impressões que são emitidas e dadas, auxiliando na construção da reputação. Assim, uma das grandes mudanças causadas pela Internet está no fato de que a reputação é mais facilmente construída através de um maior controle sobre as impressões deixadas pelos atores. Ou seja, as redes sociais na Internet são extremamente efetivas para a construção de reputação (RECUERO, 2009, p. 109-110).

As redes sociais podem trazer também para a universidade popularidade, e o desejo em quem entra em suas redes de fazer parte dessa comunidade. Essa popularidade pode acontecer pelo número de seguidores que o perfil tem ou número de comentários em suas publicações e em quantas vezes a instituição é citada por outros usuários. Mesmo que todos possuam visibilidade nas redes, nem todos possuem popularidade. Essa popularidade pode estar diretamente ligada à reputação.

Todos esses esforços geram credibilidade para a instituição, pois tudo que é feito nas redes, acaba refletindo na forma como o público interpreta a universidade. A imagem é também uma forma de identidade para a instituição e tudo isso afeta em como ela é vista aos olhos de seu público.

SECOM UFG: ESTUDO DE CASO

A UFG conta com uma Secretaria de Comunicação que administra e cuida da imagem da instituição junto a seus públicos, e é separada por departamentos e cada um tem sua equipe e um diretor, além do Secretário Geral da Secom. Em julho de 2021, eram 18 servidores: jornalistas, relações públicas, fotógrafos, redatores publicitários, diretores de arte e designers gráficos, há também dois servidores cedidos para a Fundação RTVE, dois bolsistas profissionais (jornalista e relações públicas), três bolsistas estudantes, vinculados à produção do Jornal UFG e além desses os estagiários obrigatórios que a cada semestre é uma quantidade diferente.

Em relação ao Instagram, a UFG aderiu à plataforma em 14 de junho de 2014, com o objetivo de fazer sua inserção no mundo virtual e buscando mais interação com seus públicos. No entanto, antes de entrar no Instagram a UFG já estava presente em outras redes sociais, como explicou em entrevista para esta monografia, o atual Social Media da Secom-UFG, Vinicius Costa. A primeira rede social da UFG, foi o Twitter em 2009, Facebook em 2012, Instagram em 2014 e Linkedin em 2016. Apesar que o LinkedIn já existia antes desta data, mas o perfil não estava sendo administrado pela Secom. "A partir do momento que conseguimos a senha e começamos a gerenciar, consideramos a partir daí que a UFG ingressou na rede, porque até então o perfil existia mas era um perfil abandonado, que ninguém cuidava", afirmou o profissional.

O Instagram da UFG é muito bem-sucedido atualmente. Em consulta feita em 23 de maio de 2021 o perfil contava com 85.5 mil seguidores. Um dos fatores que ajudam a popularidade da universidade na rede é o fato da humanização feita pela equipe de redes, gerando um sentimento de aproximação e identificação por parte de seu público. Para o Secretário de Comunicação da UFG, Sálvio Juliano Peixoto, as redes da universidade são

grandes, com muitos seguidores e têm se mostrado canais muito eficientes de comunicação, sobretudo entre discentes. O perfil da UFG no Instagram, por exemplo, tem 85 mil seguidores, e o do Twitter mais de 200 mil seguidores. A comunidade inteira da Universidade não chega a 30 mil pessoas. Ou seja, vale colocar uma lupa nesses números: Quem são essas pessoas? Provavelmente egressos, mas também gente que admira, confia e gostaria de fazer parte dessa comunidade. É com esse público, que é tão heterogêneo como vasto, que nós precisamos conversar.

As respostas tanto do secretário quanto do social mídia foram ser confirmadas, através de um questionário aplicado a 136 pessoas seguidoras da página do Instagram da UFG, com idade entre 19 e 32 anos, o formulário foi distribuído em grupos do WhatsApp e Facebook com alunos da universidade e outros participantes da comunidade em geral, no qual 96,3% dos entrevistados afirmam gostar do conteúdo produzido no Instagram da UFG.

Um fator que chama a atenção nas redes da UFG é sua linguagem em alguns momentos menos informal, e o uso de memes e um conteúdo mais descontraído voltado para o entretenimento. Em diversas vezes usado para informar assuntos mais leves sobre a universidade. O social media da UFG reitera que o uso da linguagem não se aplica de qualquer maneira. Antes de usar essa linguagem que entretém foram feitas pesquisas, estudos e uma busca de preferências junto ao público, para só então passar a usar essa linguagem mais jovem e descontraída. Ele aponta que cada rede também exige um tipo de linguagem, por exemplo, essa mais descontraída é usada somente no Instagram e Twitter. Outro ponto levantado em consideração é o cuidado com a língua portuguesa, sem uso de "internetês", mesmo sendo uma linguagem mais jovem.

O social media da UFG reitera que o uso da linguagem não se aplica de qualquer maneira. Antes de usar essa linguagem que entretém foram feitas pesquisas, estudos e uma busca de preferências junto ao público, para só então passar a usar essa linguagem mais jovem e descontraída. Ele aponta que cada rede também exige um tipo de linguagem, por exemplo, essa mais descontraída é usada somente no Instagram e Twitter. Outro ponto levantado em consideração é o cuidado com a língua portuguesa, sem uso de "internetês", mesmo sendo uma linguagem mais jovem. As redes sociais da UFG são um dos pilares da comunicação da instituição, pois através delas a universidade consegue ter um bom retorno da comunicação pública. A sociedade tem uma expectativa em relação às universidades federais e por meio das redes sociais a equipe da Secom-UFG tem conseguido cumprir o papel de "prestar contas à sociedade" sobre o que acontece na instituição, sendo este, um dos fatores para o bom desempenho do Instagram da UFG.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o contexto das redes sociais digitais nas assessorias de comunicação, com destaque para a comunicação pública, cabe-nos investigar as mudanças que ocorreram no método de trabalho e as dificuldades dessa adaptação à era digital para, frente a isso, propor maneiras de atuação profissional de comunicação mais eficiente, seja para o público interno ou externo. Entendemos que todo processo de mudança implica em pontos positivos e negativos, e, portanto, faz-se importante levantar que pontos foram estes relacionados às rotinas de produção de conteúdo digital dentro das assessorias.

Outro ponto motivador com a pesquisa e do qual esperamos respostas mais concretas no desenvolvimento futuro do TCC é saber o que tem sido feito para que os profissionais de comunicação possam se adaptar a esses pontos, bem como driblá-los é essencial para uma compreensão da atuação do papel do assessor. Faz-se necessário, ainda, o entendimento sobre as estratégias que vêm sendo adotadas para um melhor aproveitamento das redes sociais e o aumento da credibilidade das instituições por meio delas junto aos seus públicos, uma vez que tais redes podem ser usadas para alavancar a imagem de uma empresa ou instituição e aproximar a empresa de seu público.

Em um contexto dinâmico da sociedade, é perceptível as mudanças dentro de instituições públicas e privadas com os avanços das redes sociais, e a pandemia de covid-19 evidenciou mais ainda a velocidade de mudança dessas redes, bem como a importância delas em uma sociedade conectada. Assim, é importante é descobrir até que ponto essas novas realidades conectadas estão trazendo mudanças para as assessorias, e como isso se deu no contexto da universidade pública, qual o valor e mudanças comunicacionais que elas estão percebendo, e como as assessorias estão se comportando diante desse novo cenário que lhes é apresentado.

Esperamos que o desenvolvimento da pesquisa de conclusão de curso possa indicar aos novos assessores que ingressam no trabalho voltado para as redes sociais os pontos positivos em seu trabalho e quais métodos usar para driblar os lados negativos, a partir de práticas que o estudo de caso da Secom-UFG deverá apontar. Todo esse conteúdo poderá servir para futuras pesquisas, pois com rápida busca de referência em relação às mudanças nas assessorias e ao Instagram, para realização desta monografia foi possível notar a carência de conteúdo que esse tema detém, por ser relativamente novo ainda faltam estudos que versam de maneira mais abrangente sobre o assunto. Com isso este trabalho poderá ajudar novos pesquisadores que se interessem sobre o tema e desejam agregar conhecimento utilizando-se desta monografia que também poderá ser parâmetro para novos profissionais que desejam ingressar nesse mercado inovador bem como ajudar profissionais que já atuam na área.

REFERÊNCIAS

- COSTA, Juliana. **Comunicação Pública, Assessoria de Imprensa e Compromisso com a Cidadania**: o caso IFPE. [S. l.: s. n.], 2011. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/costa-juliana-comunicacao-publica-assessoria-de-imprensa.pdf>. Acesso em: 25 set. 2020.
- COSTA, Fernanda et al. **A Inserção do Prosumer no perfil do Instagram da Universidade Federal de Goiás**. Goiás: UFG, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/19933315/A_inserção_do_prosumer_no_perfil_do_instagram_da_Universidade_Federal_de_Goiás. Acesso em: 10 nov. 2020.
- FENAJ. **Manual de Assessoria de Comunicação**. 4. ed. rev. e ampl. Brasília, DF: FENAJ, 2007. Disponível em: https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/03/manual_de_assessoria_de_impressa.pdf. Acesso em: 21 out. 2020.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.
- INEP. **Censo da Educação Superior**: Notas Estatísticas 2017. Brasília, DF: Inep, 2017. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/censo_da_educacao_superior_2017-notas_estatisticas2.pdf. Acesso em: 24 set. 2020.
- MAFEI, Maristela. **Assessoria de Imprensa Como se Relacionar com a Mídia**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.
- MOHSIN, Maryam. 10 Estatísticas das Redes Sociais mais Usadas em 2020. **Buffer**, 2020. Disponível em: <https://www.oberlo.com.br/blog/redes-sociais-estatisticas>. Acesso em: 3 out. 2020.
- MORESI, Eduardo. **Metodologia da Pesquisa**. Brasília, DF: UCB, 2003. Disponível em: <https://docplayer.com.br/889693-Metodologia-da-pesquisa.html>. Acesso em: 12 nov. 2020.
- OLIVEIRA, Ana Claudia. **Comunicação e produção semiótica do sentido**. São Luís: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2009. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1110.pdf. Acesso em: 20 out. 2020.
- PAÍSES líderes com base no tamanho do público do Instagram em julho de 2020. **Statista**, 2020. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/578364/countries-with-most-instagram-users/>. Acesso em: 3 out. 2020.
- QUAIS são as redes sociais mais usadas por empresas atualmente? **Inovações Digitais**, 2019. Disponível em: <https://www.inovacoesdigitais.com.br/blog/quais-sao-as-redes-sociais-mais-usadas-por-empresas-atualmente/>. Acesso em: 3 out. 2020.
- RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2009.
- RIBEIRO, Vasco et al. A assessora de imprensa e as redes sociais: Estudo de caso sobre as mudanças no relacionamento fonte-jornalista e o processo de produção do press release. **Comunicação Pública**, [s. l.], v. 10 n. 19, 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cp/1077>. Acesso em: 22 set. 2020.
- SALLIT, Mathias. Instagram: ranking classifica as universidades com mais seguidores. **Quero Bolsa**, 2019. Disponível em: <https://querobolsa.com.br/revista/instagram-ranking-classifica-as-universidades-com-mais-seguidores>. Acesso em: 24 set. 2020.
- SOUZA, Ana Paula Vieira de. **Da assessoria de imprensa à comunicação integrada**: estudos de caso sobre a evolução e os novos contornos da comunicação organizacional. 2008. 127 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Informação e Comunicação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/4296/5/TCCG%20-%20Jornalismo%20-%20Ana%20Paula%20Vieira%20de%20Souza.pdf>. Acesso em: 24 set. 2020.
- VALENTE, Jonas. Brasil tem 134 milhões de usuários de internet, aponta pesquisa. **Agência Brasil**, 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-05/brasil-tem-134-milhoes-de-usuarios-de-internet-aponta-pesquisa>. Acesso em: 8 out. 2020.
- VIEIRA, Douglas. Redes sociais devem crescer mais de 20% no Brasil até 2023. **Tecmundo**, 2020. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/redes-sociais/150579-redes-sociais-devem-crescer-20-brasil-2023.htm>. Acesso em: 24 set. 2020.
- VOLPATO, Bruno. Ranking das redes sociais: as mais usadas no Brasil e no mundo, insights e materiais gratuitos. **Resultados Digitais**, 2021. Disponível em: <https://resultadosdigitais.com.br/marketing/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/>. Acesso em: 3 out. 2020.

O INTERESSE PÚBLICO NAS PRODUÇÕES DO PPGCOM/UFG: LEVANTAMENTO DAS PRINCIPAIS ABORDAGENS TEÓRICAS

Eva Márcia Arantes Ostrosky Ribeiro

Hélder Samuel dos Santos Lima

Lígia Regina Guimarães Clemente

Mayara Martins da Quinta Alves da Silva

Tiago Mainieri

RESUMO

Este artigo apresenta um mapeamento sobre o tema interesse público nas pesquisas do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Goiás, de 2009 a 2020. A intenção é avaliar com qual intensidade e de que maneira a noção de interesse público tem sido abordada nas produções da linha de Mídia e Cidadania. Este panorama é importante para verificar quais as contribuições do Programa no desenvolvimento e fortalecimento do conceito. Foi elaborado um indicador de relevância para avaliar as 91 dissertações apresentadas no período. Este indicador partiu de percepções quanti-qualitativas para determinar de 1 a 5 o nível de importância do interesse público dentro dos trabalhos, partindo do nível 1 como central ao trabalho até o nível 5 aplicado aos trabalhos em que não há menções sobre o tema. Dos 91 trabalhos mapeados, 18 têm interesse público com grande importância para a pesquisa (nível 1 e nível 2). Constatou-se que quase 80% dos trabalhos não mencionam ou mencionam de forma pontual o interesse público. Na análise qualitativa notou-se que mesmo nos trabalhos nos quais o conceito é importante para a análise, muitas vezes, é utilizado de maneira instrumental, sem a presença de definições e percepções em uma perspectiva de interesse público enquanto constitutivo no processo comunicacional. A maioria dos trabalhos aborda interesse público na interface com jornalismo, comunicação pública e cidadania. A partir dessas três abordagens, o artigo traz perspectivas da forma como os trabalhos conceituam e tematizam empiricamente essa interface. Observa-se as três categorias como indissociáveis na garantia do acesso, circulação e participação do cidadão. Compõem um mosaico para uma compreensão de possibilidades e caminhos das pesquisas de mídia e cidadania, que permitem problematizar e buscar novas definições e conceituações para situar a cidadania na área de saber da comunicação.

Palavras-chave: Interesse Público. Cidadania. Comunicação Pública. Jornalismo. Comunicação.

THE PUBLIC INTEREST IN PPGCOM-UFG PRODUCTIONS: PRIMARY THEORETICAL APPROACHES

ABSTRACT

This article presents a mapping on the theme of public interest in the researches of the Graduate Program in Communication at the Federal University of Goiás, from 2009 to 2020. The intention is to assess with what intensity and in what way the notion of public interest has been addressed in the productions of the Media and Citizenship line. This overview is important to verify the Program's contributions to the development and strengthening of the concept. A relevance indicator was created to assess the 91 dissertations presented in the period. This indicator started with quanti-qualitative perceptions to determine from 1 to 5 the level of importance of the public interest within the works, starting from level 1 as central to the work to level 5 applied to works in which there is no mention of the subject. Of the 91 works mapped, 18 are of public interest with great importance for research (level 1 and level 2). It was found that almost 80% of the works do not mention or mention the public interest in a punctual way. In the qualitative analysis, it was noted that even in works where the concept is important for the analysis, it is often used instrumentally, without the presence of definitions and perceptions about what is the public interest referenced and removed from the view of interest. public as constitutive in the communication process. Most works address public interest in the interface with journalism, public communication and citizenship. Based on these three approaches, this article brings perspectives on how the works conceptualize and empirically thematize this interface. The three categories are inseparable in guaranteeing access, circulation and citizen participation. They make up a mosaic for an understanding of the possibilities and paths of media and citizenship research, which allow us to problematize and seek new definitions and concepts to situate citizenship in the area of knowledge of communication.

Keywords: Public Interest. Citizenship. Public Communication. Journalism. Communication.

INTRODUÇÃO

As pesquisas em comunicação com temas de impacto social, em interface com a cidadania, muitas vezes se utilizam da noção de interesse público. Nesse sentido, é necessário avaliar a qual interesse público os pesquisadores têm se referido e de que maneira os estudos utilizam o conceito.

A importância e centralidade do interesse público nas pesquisas em comunicação e cidadania é evidente, mas não há um consenso sobre o termo. É essa fragmentação das determinações do conceito que o fazem ser utilizado das mais diversas formas. Para Vieira da Costa (2006):

Comunicação de Interesse Público é toda ação de comunicação que tem como objetivo primordial levar informação à população que traga resultados concretos para se viver e entender melhor o mundo. Na comunicação de interesse Público, os beneficiários diretos e primordiais da ação sempre serão a sociedade e o cidadão (COSTA, 2006, p. 20).

Wilson da Costa Bueno (2009) traz críticas à tal percepção, pois comprehende que esta é uma noção instrumental, assistencialista e que acaba colocando a comunicação como uma ação e não como um processo, dando ao conceito um caráter funcional, limitado.

Partindo deste problema de fragmentação da área e de dualidades conceituais, esse artigo foi constituído com a intenção de observar como as pesquisas do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC) da Universidade Federal de Goiás (UFG) têm utilizado o conceito de interesse público.

O PPGCOM (UFG) existe desde 2007 e atualmente tem três linhas de pesquisa consolidadas no mestrado e doutorado: Mídia e Cidadania, Mídia e Cultura e Mídia e Informação, sendo um importante programa no desenvolvimento das pesquisas em comunicação no centro-oeste e com reconhecimento nacional, fato que valida a importância em analisar de maneira crítica as produções até o atual momento.

A análise trará um panorama do uso do interesse público enquanto abordagem dentro das pesquisas do programa, apresentando como os pesquisadores têm referenciação o tema dentro das pesquisas científicas e, ainda, auxiliando na percepção do conceito e na compreensão sobre as formas que o interesse público tem sido utilizado nas pesquisas em comunicação.

O mapeamento aqui proposto partiu de uma pesquisa exploratória para avaliar se o interesse público era tema presente nas dissertações do PPGCOM (UFG) considerando o período de 2009 a 2020, com um total de 91 dissertações dentro da linha de Mídia e Cidadania do programa. Este recorte foi determinado devido a relevância do interesse

público enquanto abordagem para os trabalhos. Na pesquisa flutuante observou-se uma constância no aparecimento do tema ao longo dos anos.

O objetivo é avaliar de maneira quanti-qualitativa a incidência e os modos em que o interesse público influí nas dissertações ao longo deste período. No mapeamento realizado pretende-se demonstrar as principais abordagens utilizadas, os autores referenciados e qual a importância do interesse público dentro dos trabalhos.

Nas dissertações analisadas, as abordagens sobre interesse público estão de acordo com o enfoque que o autor dá ao tratar do tema. Na pesquisa exploratória foram encontradas três principais abordagens utilizadas como categorias para a análise, sendo: jornalismo, comunicação pública e cidadania.

Para avaliar a importância do interesse público, em cada trabalho, foi elaborado um indicador de relevância e, a partir deste, foi realizado o recorte do corpus para análise qualitativa, conforme descrito nos procedimentos metodológicos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para realizar o mapeamento proposto, inicialmente foi realizada uma pesquisa flutuante em todos os anos e produções do PPGCOM — FIC (UFG) para avaliar a incidência do interesse público nos trabalhos.

Como a intenção da pesquisa é avaliar o interesse público em pesquisas que tenham comunicação e cidadania como interface, a análise é focada na linha de Mídia e Cidadania. Os 91 trabalhos publicados na linha passaram por uma avaliação inicial que utilizou os seguintes critérios: ano de publicação; nome do autor; título do trabalho; quantidade de menções ao termo “interesse público”; abordagem; autores utilizados para conceituar interesse público e o nível de relevância do conceito interesse público para a dissertação.

Para definir o nível de relevância foi desenvolvido um instrumento de categorização para aferir em que medida o interesse público aparece na íntegra dos trabalhos e se é ou não central na análise. Cada uma das dissertações recebeu uma avaliação que variava do nível 1 ao nível 5 para diferenciar a importância a partir de parâmetros pré-determinados.

NÍVEL	NORMATIVAS DETERMINANTES
1	É central ao trabalho (presente no título e/ou resumo e/ou palavra-chave).
2	Discute o termo, traz conceitos e concepções.
3	Discute superficialmente.
4	Menciona, mas não discute.
5	Não faz menção ao termo interesse público.

Quadro 1 – Indicador de relevância por nível.

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

No **nível 1** o interesse público é uma narrativa central para o trabalho. Há uma relevância, o autor traz contextualização e utiliza mais de um autor para conceituar aspectos sobre o interesse público. Para receber avaliação de **nível 2** o conceito de interesse público está presente, é importante para a pesquisa, mas não central. Há sempre alguma citação em que o interesse público é conceituado ou debatido.

Nas dissertações categorizadas como **nível 3** o conceito de interesse público está presente, mas é abordado de maneira muito pontual, é secundário ainda que referenciado. O **nível 4** diz respeito aos trabalhos nos quais o termo aparece, mas de maneira ainda mais superficial. Não há citações e definições sobre o tema. Está presente de forma pontual, breve e descontextualizada.

Por fim, o **nível 5** é direcionado às pesquisas em que não há interesse público mencionado em nenhuma medida na dissertação, nem mesmo citado. O indicador de análise foi utilizado para delimitação do corpus da análise qualitativa. A análise qualitativa restringiu-se aos trabalhos de nível 1 e nível 2, por serem considerados os indicadores de trabalhos em que há uma forte relevância do interesse público.

Além dos critérios do indicador de relevância, foram elencadas três abordagens principais para a análise: jornalismo; comunicação pública e cidadania. Todos os trabalhos elencados para análise sinalizavam o interesse público relacionando-o com uma dessas três abordagens. As dissertações foram separadas nestas três categorias para análise qualitativa.

INTERESSE PÚBLICO NAS DISSERTAÇÕES ANALISADAS

No total de 91 dissertações da linha Mídia e Cidadania publicadas de 2009 a 2020 no PPGCOM (UFG) foi encontrado um total de 1.000 menções do termo "interesse público".

A maioria dos termos aparece em 2017, 2018 e 2020. O grande quantitativo nestes anos é motivado por três dissertações que utilizaram o conceito como central, citando o termo mais de 100 vezes em cada e, por conseguinte, aumentando a incidência nestes períodos, conforme observa-se no gráfico a seguir.

No corpus dos 18 trabalhos selecionados para a pesquisa qualitativa (dissertações de nível 1 e nível 2) foi encontrado um total de 783 menções que representam quase 80% das menções contidas nas 91 dissertações (todos os níveis). É possível inferir com tais dados que as citações acabam se concentrando em poucos trabalhos em que o tema é central.

Essa é uma das motivações metodológicas que justificam o recorte do corpus da análise qualitativa centrado nos trabalhos de nível 1 e nível 2, por serem dissertações avaliadas com indicador de relevância elevado.

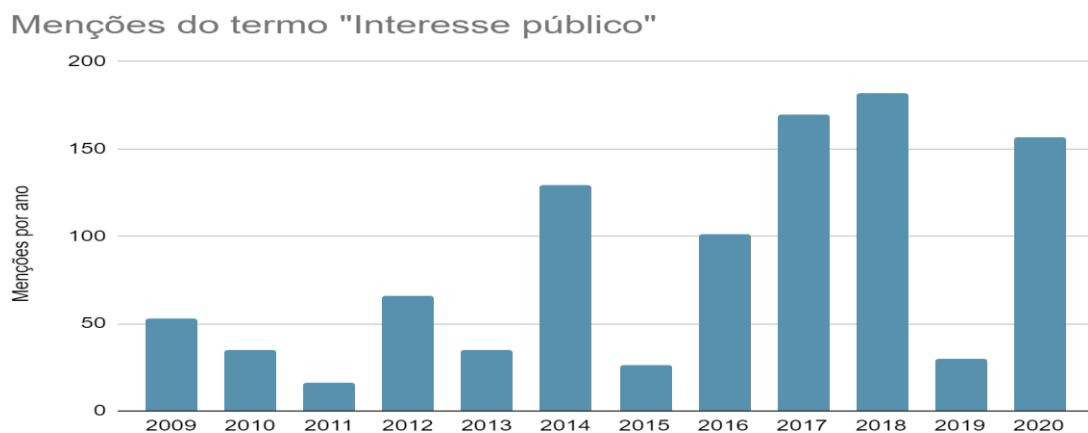


Gráfico 1 – Quantitativo de citações do termo por ano.

Fonte: Elaborado pelo autores (2021).

Sobre o indicador de relevância, dentre os 91 trabalhos observou-se que a maioria (33 dissertações) mencionam interesse público de forma muito pontual, mas não discutem o termo (nível 4). Em sequência 29 dissertações não inserem interesse público em nenhuma medida no trabalho (nível 5); 11 trabalhos mencionam e discutem superficialmente (nível 3) e 18 trabalhos discutem o termo e/ou o utilizam como central na pesquisa, desses 13 são considerados nível 2 e 5 de nível 1.

Os trabalhos de nível 1 e nível 2 utilizados na pesquisa qualitativa representam um total de 19,8% o que demonstra um baixo quantitativo de dissertações na linha de Mídia e Cidadania que abordem o interesse público com centralidade e importância para a pesquisa. Dentre estes trabalhos, 6 têm como abordagem principal o vínculo do interesse público com o jornalismo; 5 com comunicação pública e 7 com cidadania, demonstrando uma fragmentação das abordagens, o que comprova a variabilidade das formas como o interesse público aparece nas pesquisas e a importância de tentar visualizar as confluências e congruências entre estas três abordagens.

INTERESSE PÚBLICO NO JORNALISMO

Nesta categoria foi possível observar a existência de 24 dissertações que mencionaram Interesse Público entre 2009 e 2020 associadas ao jornalismo, das quais 6 foram analisadas qualitativamente por apresentarem indicadores de relevância de nível 1 e 2, conforme o quadro 2 a seguir:

ANO	TÍTULO	AUTOR
2012	Participação Popular e os valores notícia no Telejornalismo: interação e Cidadania	Adriana Teixeira de Moraes
2012	Entre a Televisão e a Internet: o jornalismo e o exercício da cidadania	Tatiane Dias Pimentel
2016	Jornalismo e Liberdade de Imprensa em Sinaloa, México, em contexto de violência	Ana Rosalva Osuna Zamora
2017	A relação da Mídia e da Cidadania na formação da Opinião Pública em cenários políticos: a construção da imagem pública de Marconi Perillo	Priscilla Guerra Guimarães Bernardes
2018	Qualidade e Interesse Público no Jornalismo Regional: análise semiodiscursiva da interface impresso e on-line do jornal O Popular	Raphaela Xavier de Oliveira Ferro
2019	O método de Apuração de notícias no Gênero Opinativo sob a ótica da objetividade: um estudo deontológico da coluna Giro, de O Popular	Edson Francisco Leite Junior

Quadro 2 – Dissertações para análise qualitativa Interesse Público e Jornalismo.

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Na perspectiva apresentada por Moraes (2012), embora não haja uma definição conceitual explícita, a noção de Interesse Público está associada a configuração do telejornalismo como mediador entre o Estado e o Cidadão (SQUIRRA, 1999); como elemento presente na definição de notícia sob a perspectiva de Stephens (1993); e na vocação e função pública da mídia sob a ótica de Silva (2002).

De acordo com Moraes (2012, p. 72), “arrisca-se a dizer que o jornalismo está para o interesse público assim como a comunicação está para a cidadania”. Ao recorrer a definição de Gomes acerca do interesse público, Moraes (2012, p. 72) acrescenta que “o interesse público consiste na garantia de que o que interessa ao público possa ter influência na produção da decisão política”. Na perspectiva do jornalismo, interesse público “seria colocar à disposição do público as informações necessárias para que o cidadão possa influenciar a decisão política e a gestão do Estado”.

Uma das contradições na perspectiva de Moraes (2012) diz respeito ao tratamento dado pela pesquisadora às noções de interesse público e interesse do público, de forma convergente. Embora resgate a proposição de Temer (2010), no qual o interesse do público está associado a temas ou assuntos que visam despertar a atenção das audiências no

telejornalismo, a pesquisadora ressalta que o jornalismo, como elemento da comunicação e como mediador e potencializador da cidadania, sempre deve estar em defesa dos interesses do público.

Na investigação de Zamora (2016), a noção de Interesse Público aparece de forma instrumental enquanto elemento relacionado à informação, fatos, assuntos, e critérios de noticiabilidade que delineiam a prática jornalística. "O elemento principal da notícia é a informação nova, relevante e de interesse público: ela é a matéria prima do jornal, a base de tudo o que é publicado" (ZAMORA, 2016, p. 25).

Ainda que não haja uma definição concreta do que vem a ser interesse público, a pesquisadora trata o interesse público e a função social da imprensa como premissas do jornalismo, embora reconheça haver um atravessamento de interesses nesta relação "pelos interesses do jornal com suas necessidades enquanto negócio, sendo por sua vez diretamente ligados à sua credibilidade como condição de sobrevivência" (ZAMORA, 2016, p. 58). Assim, observa-se que a autora tenta apresentar uma noção de contraposição entre o interesse público do jornalismo e o privado representado pelos interesses do jornal enquanto instituição empresarial.

Na ótica de Bernardes (2017) que investigou a relação entre a mídia e a Cidadania na formação da Opinião Pública, o interesse público está associado a acontecimentos, questões e conteúdo que auxiliam a fomentar discussões de interesse público, ou seja, em uma abordagem instrumental e implícita do conceito.

Assim, a noção de interesse público na produção de Bernardes (2017) foi apresentada de forma genérica e neste caso está relacionada a discussões em espaços públicos retomada por Tuzzo (2016) da obra de Jürgen Habermas. As famosas ágoras que o teórico explorou em toda sua discussão sobre esfera pública se configuraram em espaços públicos no qual "a discussão era sobre o público, aquilo que é de interesse de todos e não discussões do privado, de interesses pessoais" (TUZZO apud BERNARDES, 2017, p. 183).

Já Leite Júnior (2012) em sua pesquisa sobre a objetividade jornalística na coluna Giro do Jornal O Popular, a noção de interesse público, assim como boa parte das pesquisas anteriormente analisadas, está vinculada majoritariamente a fatos e informações que são checadas e publicadas a partir do trabalho jornalístico.

Em certa medida, ainda que não se apresente uma definição clara do que venha a ser Interesse Público, o pesquisador adota a noção de Interesse Público a partir de um viés instrumental na qual o interesse público deve ser preponderante em relação aos interesses privados na cobertura jornalística. Em um diálogo com Marques de Melo (2006), o autor traça paralelos entre a objetividade jornalística e o interesse público afirmando que cabe ao jornalista se configurar em "agente social responsável por mediar os fatos de interesse público e a própria cidadania" (LEITE JÚNIOR, 2012, p. 59).

No entanto, ao buscar em Gomes (2009) uma discussão em torno da ética jornalística, o pesquisador retoma a dualidade que permeia a natureza do jornalismo que embora seja considerado um serviço público, apresenta caráter empresarial por se constituir como negócio que assim como os demais ramos empresariais, visa o lucro. Apesar desta condição, o autor defende que reconhecer a natureza empresarial do jornalismo, “não é o fim dos argumentos a favor de uma ética jornalística” (LEITE JÚNIOR, 2012, p. 74).

A abordagem de Leite Júnior (2012) se aproxima da proposta de investigação de Pimentel (2012), no qual a noção de Interesse Público também se apresenta vinculada ao telejornalismo em uma visão meramente instrumental. Assim ela define que “jornalismo é interesse público, portanto, é direito do cidadão ao menos conhecer seus meios de produção e circulação das notícias” (PIMENTEL, 2012, p. 26) em uma crítica aos critérios de seleção de notícias no jornalismo que embora busque sustentação na imparcialidade sofre intercorrências de ordem capitalista.

Por fim, conforme já mencionado anteriormente, apenas Ferro (2018) cumpriu todos os indicadores estabelecidos para a análise qualitativa. Além de apresentar um referencial teórico consistente acerca da noção de Interesse Público no jornalismo, a autora trouxe o termo no resumo, palavras-chave e título. Além disso, configurou-se na produção acadêmica do PPGCOM-UFG com o maior número de menções a Interesse Público no levantamento realizado, 104 no total.

É oportuno ressaltar que Ferro (2018) construiu um capítulo de sua dissertação para debater as relações do jornalismo com as noções de Interesse público e Cidadania, sendo estes elementos centrais em sua investigação. Na pesquisa, a autora enfatiza que o jornalismo é considerado um serviço tradicional voltado para o interesse público, embora mencione as divergências presentes nas perspectivas de Gomes (2009) e Sartor (2016).

Enquanto Gomes (2009) destaca que a noção de Interesse Público não se configura como princípio norteador do jornalismo, Sartor (2016) apud Ferro (2018) vê a noção de Interesse Público como delineador de identidade do campo. Para Sartor (2016, p. 22), “a noção de interesse público incide como um dos critérios básicos nas escolhas que o profissional precisa fazer, cotidianamente, ao produzir a notícia”.

Ainda, a perspectiva de Sartor (2016) vai de encontro à proposição de Wolf (2003), que vê os critérios de noticiabilidade e o estabelecimento de valores notícia como intrínsecos à prática jornalística, a partir da escolha das

[...] ocorrências a serem noticiadas, quais são as fontes a serem ouvidas, qual o destaque ou espaço a ser atribuído para cada notícia e qual o quadro de sentidos em que devem ser emoldurados os fatos que constituem o referente do relato noticioso (SARTOR, 2016, p. 22).

Ao recorrer a Gomes (2009), Raphaela Ferro (2018, p. 21) destaca que a noção de Interesse Público está associada “à dificuldade de garantir que o que interessa à esfera civil influencie na decisão política”. Para a autora, “a ação projetada ao jornalismo considerando esse servir ao interesse público está ligada a mais um termo com significação ampla e não estática: ao servir à cidadania”, acrescenta.

A partir desta noção de serviço, Gomes (2009, p. 79) explica que servir ao interesse público remete a “colocar à disposição do público os repertórios informativos necessários para que ele possa influenciar a decisão política e a gestão do Estado, para que possa fazer-se valer na esfera política”. Desta forma, a noção de interesse público pode estar associada ao bem comum e ao interesse geral da sociedade.

Conforme Ferro (2018, p. 22), cabe à informação, nesta visão instrumental de interesse público, configurar-se como direito social que é “indispensável para um uso coletivo das conquistas humanas no campo social”. A autora complementa que o jornalismo, embora não seja o meio exclusivo de disseminar informações, ainda é referência no que diz respeito ao cumprimento do direito à informação, em certa medida pela sua credibilidade conquistada ao longo dos anos.

Na ânsia de promover uma distinção entre as noções de interesse público e interesse do público, Ferro (2018) novamente recorre a Gomes (2009) que defende um distanciamento de normas empresariais e interesses capitalistas por parte dos jornais que prezam pelo interesse público. O interesse do público, conforme Ferro (2018) diz respeito ao interesse das audiências, que em nosso entendimento nem sempre condiz com informações, temas, fatos, declarações, revelações de interesse coletivo.

INTERESSE PÚBLICO E COMUNICAÇÃO PÚBLICA

Nessa categoria serão analisadas as dissertações que discutem Interesse Público relacionado a perspectiva teórica da Comunicação Pública. Seguindo os critérios, definidos nos procedimentos metodológicos, foram elencadas para análise qualitativa, cinco dissertações que estão disponibilizadas no quadro 3 a seguir.

ANO	TÍTULO	AUTOR
2010	Caminhos para a Comunicação Pública: a rádio universitária como estudo de caso	Pablo K. Galli Vieira
2012	A Comunicação Pública como processo para o exercício da cidadania a partir das mídias sociais: Estudo de Caso — Twitter Marconi Perillo	Eva Márcia Arantes Ostrosky Ribeiro

2014	Cidadania, Comunicação Pública e educação superior: estudo de caso sobre ações afirmativas da UFG	Suzy Meiry Silva
2016	A comunicação do Ministério Público de Goiás: o desafio de contribuir para o desenvolvimento da cidadania	Cristina Rosa Franco
2017	Comunicação Pública <i>versus</i> comunicação do governo: estudo de caso sobre o portal de notícias do poder executivo de goiás	Alessandra Siqueira Lessa

Quadro 3 – Dissertações para análise qualitativa Interesse Público e Comunicação Pública.

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Diante desse quadro, vale ressaltar, que a autora Alessandra Siqueira Lessa cumpriu a maioria dos requisitos estabelecidos para análise qualitativa. Além de apresentar um referencial teórico consistente e aprofundado acerca da noção de Interesse Público, a autora trouxe o termo no resumo e palavras-chave, não apresentando no título. Além de se configurar na produção acadêmica com maior número de menções a Interesse Público no levantamento realizado, cento e vinte sete (127) no total.

Essa dissertação, apresenta a noção de Interesse Público como central ao trabalho, pois utiliza o conceito na problemática da pesquisa, como forma de indicador de análise do objeto.

Lessa (2017) conceitua Interesse Público trazendo várias abordagens teóricas. Apresenta uma conceituação do termo, com base em Silva (2001), que define como contrário ao interesse particular, sendo assim, um interesse da coletividade. Desse modo, a autora aproxima o termo do conceito de Comunicação Pública, sendo Interesse Público essencial para a comunicação do Estado com o cidadão, para isso, apoia-se em autores como Zèmor (2009), que afirma que o Interesse Público deve estar sempre a serviço da Comunicação Pública.

Continuando na abordagem teórica do termo, a autora o relaciona a trechos da Constituição Federal Brasileira. Assim, Lessa (2017) relaciona o entendimento de Interesse Público aos princípios constitucionais da Administração Pública para demonstrar a supremacia do interesse público ao privado. Com isso, aproxima Interesse Público com a comunicação do Estado, seguindo princípios da administração pública. Além disso, menciona o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros aproximando-o do entendimento de Interesse Público.

Além de uma extensa reflexão teórica, a autora apresenta o termo nos objetivos da pesquisa e nos critérios de análise do seu objeto de pesquisa, sendo o termo essencial para qualificar o objeto, buscando entender em que medida o portal de notícias do estado de Goiás é portador de mensagens/comunicação de Interesse Público.

Outra dissertação que apresenta essa centralidade do conceito de Interesse Público é da autora Cristina Rosa Franco (2016), porém não é mencionado no título, resumo e palavras-chaves. A ênfase do entendimento do termo está relacionada ao conceito de

Comunicação Pública, embasando em diferentes estudos, como Bueno (2009); Maia (2011). Franco (2016) também aborda o termo relacionando-o com o jornalismo, com base em Chaparro (2010), além de apresentar conceitos da área jurídica e da ciência política, com autores como Silva (2011), Fernando Filgueira (2012) e Armando de Faria (2009). Ao todo, a dissertação apresenta oitenta e quatro (84) menções do termo, tendo feito a análise do estudo de caso com referência a Interesse Público, de forma bastante clara e aprofundada.

As demais dissertações quantificadas para a análise, apresentam o conceito de Interesse Público como determinante para a Comunicação Pública, e para isso utilizam de autores como Habermas (1984), Duarte (2009), Zèmor (2009), Brandão (2009), Maia (2011), Matos (2009), dentre outros.

Nessas dissertações, fica claro que, para o exercício da comunicação pública é primordial que se tenha uma comunicação entre Governo e cidadão de mensagens portadoras de Interesse Público, como percebido nas dissertações das autoras Eva Márcia Arantes Ostrosky Ribeiro (2012) e Suzy Meire Silva (2014). Assim, percebe-se nessas dissertações, que as mensagens transmitidas pela Comunicação Pública devem ser imbuídas de Interesse Público, sendo este fundamental para uma efetiva Comunicação Pública, como apontado por Zèmor (2009) e demais autores que estudam Comunicação Pública.

Na dissertação de Ribeiro (2012), Interesse público está também presente em uma categoria de análise do objeto estudado, mas não como central ao estudo, e sim como critério para analisar a efetividade da Comunicação Pública. A autora traz o entendimento do termo com base em Maia (2011).

Pablo Kossa (2010), diferencia interesse público de interesse do público, sendo o último relacionado a audiência de emissoras de rádio. Além disso, apresenta uma abordagem do termo a partir da esfera pública habermasiana.

Com a análise qualitativa das dissertações mencionadas neste estudo, pode-se inferir que o Interesse Público está sempre associado ao entendimento do conceito de Comunicação Pública, e mais que isso, essencial ao exercício dessa comunicação de forma plena e efetiva, conforme apontado por autores que discutem essa temática.

Nessa perspectiva, as dissertações apresentam Interesse Público e discutem o termo para trazer uma reflexão acerca da Comunicação Pública, e não como central a pesquisa desenvolvida.

INTERESSE PÚBLICO E CIDADANIA

Essa categoria abrange as dissertações que discutem Interesse Público a partir de uma perspectiva teórica na relação com a cidadania. Seguindo-se o critério dos indicadores

de relevância da abordagem sobre Interesse Público, sete dissertações foram elencadas para a análise qualitativa, das quais três abordam o tema como central (está presente no resumo e/ou palavra-chave) e quatro discutem o conceito.

Quantitativamente, os sete trabalhos apresentam menções a “interesse público”, respectivamente (de acordo com a ordem da tabela a seguir): 78; 15; 27; 03; 42 e 139.

ANO	TÍTULO	AUTOR
2014	A internet como espaço de ação para prática da cidadania ativa: Análise de conteúdo do movimento contra corrupção	Douglas Ribeiro Romani
2015	Ciberjornalismo e interação: exercício da cidadania nos espaços de comentários de notícias	Lara Guerreiro Pires
2017	A comunicação nas <i>fanpages</i> : o desafio da cidadania na interação entre deputados e cidadãos	Carolina Zafino Isidoro
2017	Idosos e cidadania: um olhar sobre uma construção mediada pelas novas tecnologias de informação e comunicação	Claudimiro Lino de Araújo
2018	Comunicação pública e seu conteúdo online: uma análise das publicações da seção cidadania do portal da EBC	Vivian Duarte da Silva
2018	Cidadania como diálogo: As dimensões pública e comunitária da comunicação no Programa de Regularização Fundiária Plena do Jardim Curitiba em Goiânia.	Luciano Alves Pereira
2020	Comunicação Pública e campanhas nacionais de vacinação em contexto de midiatização: as estratégias comunicacionais do ministério da saúde na crise da cobertura vacinal de 2018	Johnny Ribas Da Motta

Quadro 4 – Dissertações para análise qualitativa Interesse Público e Cidadania.

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Empiricamente, as pesquisas analisadas abordam a discussão Interesse Público/Cidadania a partir de estudos sobre novas tecnologias e a internet, ciberjornalismo, comunicação comunitária e mesmo comunicação pública. Observa-se que, embora haja alguma correlação com as categorias anteriormente analisadas, o foco nos estudos desse conjunto de pesquisas é o interesse público como constitutivo ou instrumental para a cidadania. Pires (2015) retoma Peruzzo (1998) e as graduações adotadas para se pensar a participação na comunicação, para discutir a cidadania constituída por três esferas: os direitos e deveres, o interesse público e o relacionamento do cidadão com as instituições políticas.

Assumimos a determinação de que o público se caracteriza como um processo de identificação de interesses comuns e compartilhados, em torno dos quais pessoas e organizações se comunicam. Ou seja, é de interesse público o que não se restringe à esfera privada. Essa categoria reforça a anterior – direitos e deveres, uma vez que expressa os direitos humanos quando se afirma que, em sua história, as conquistas de uma classe são assumidas por todos (PIRES, 2015, p. 128).

Isidoro (2017, p. 38) levanta que “na constante luta pelos direitos e a realização dos deveres, os cidadãos exercitam a cidadania quando tomam consciência do interesse público, como membro de uma comunidade política, cujos interesses coletivos estão acima dos pessoais”. Silva (2018) destaca que é preciso entender o tipo de comunicação que envolve Estado e cidadãos para o interesse público e adota a visão de Kunsch (2013), de que cidadania se refere aos direitos e às obrigações nas relações entre o Estado e o cidadão. “Por isso, tem-se a comunicação como um direito e uma forma para o conhecimento e discussão do interesse público com a proposta de buscar a cidadania e promover a coletividade social” (SILVA, 2018, p. 32).

Observa-se nas pesquisas uma recorrência da abordagem teórica a partir de Habermas, na percepção de que o interesse público deva ser determinado por meio do debate e argumentações e que a opinião pública deva ser formatada e protagonizada pelos cidadãos. “A argumentação tem a forma de um concurso que visa aos melhores argumentos a favor de ou contra pretensões de validade controversas e serve à busca cooperativa da verdade” (HABERMAS, 2004, p. 250).

Inclusive, muitas pesquisas do grupo analisado veem a internet e suas ferramentas (apesar de suas patologias), como possibilidade de exercício de uma cidadania ativa, com participação direta dos indivíduos nas decisões sobre questões de interesse público. Nota-se uma tendência na abordagem do conceito de interesse público como as informações que pertencem à coletividade, “de conhecimento geral, passível de acesso e compreensão por toda a sociedade” (HASWANI, 2013, p. 29).

Brandão (2016, p. 125), no entanto, problematiza esse conceito de interesse público, que segundo ela, sofre do mesmo mal que acomete o de comunicação pública e o de comunicação social: “a utopia, que aceita como premissa o fato de que a verdadeira função da comunicação é o — esclarecimento de uma pretensa verdade, e a consequente negação do seu papel de mediadora e, frequentemente, defensora de conflitos e interesses divergentes”.

O Interesse Público costuma ser tratado sob uma ótica dicotômica, como observa Gomes (2009): uma contraposição entre a esfera política, de um lado, e a cidadania ou esfera civil, de outro.

A questão do interesse público na teoria e na prática democrática consiste no problema de fazer garantir que o que interessa à esfera civil, ao público, possa ter

influência na produção da decisão política. Nesse sentido, servir ao interesse público significa oferecer à esfera civil a possibilidade de se ver representada e satisfeita nos procedimentos regulares da esfera política (GOMES, 2009, p. 79).

Motta (2020) avalia, na sua pesquisa, que a comunicação pública não deve estar dissociada das finalidades das instituições públicas e que o interesse público deve direcionar todas as ações comunicacionais do Estado. Segue o pensamento de Duarte (2009), que relaciona cinco características para que sua *práxis* seja efetiva: 1) privilegiar o interesse público em relação ao interesse privado ou corporativo; 2) centralizar o processo no cidadão; 3) tratar a comunicação como um processo amplo e dialógico; 4) adaptar os instrumentos às necessidades, possibilidades e interesses dos públicos; e, 5) compreender a complexidade da comunicação, considerando o seu todo (DUARTE, 2009, p. 59).

A síntese dos achados nessa categoria incorre na percepção de interesse público como central para o exercício da cidadania, seja na tomada de consciência ou na discussão pela esfera civil do que é tido como interesse público. Para desfazer a trincheira Estado X Sociedade, a sociedade civil precisaria participar dos processos de decisão política e se sentir representada. Muitas vezes utópica (Brandão), essa perspectiva precisaria superar os conflitos e interesses divergentes da esfera pública e privada. Nestes termos, as três categorias em análise: jornalismo, comunicação pública e cidadania são indissociáveis na garantia do acesso, circulação e participação do cidadão ao que lhe é próprio da sua cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mapeamento da produção das dissertações do PPGCOM da UFG permitiu fazer uma análise quanti-qualitativa sobre como o conceito de interesse público tem sido problematizado nas pesquisas da linha Mídia e Cidadania ao longo de 11 anos. Observa-se que não há um conceito único ou uniforme de interesse público, mas que ele se apresenta multifacetado e possui diferentes matizes.

A análise qualitativa demonstra três principais abordagens teóricas, a partir de diferentes corpus empíricos de análise, na concepção do conceito de interesse público: na relação com o jornalismo, com a comunicação pública e com a cidadania. É possível alinhar pontos em comum às três abordagens, como a noção do interesse coletivo e daquilo que é de interesse de todos (e não discussões do privado, de interesses pessoais); e como a comunicação se situa na relação com a cidadania. Nesse segundo ponto está a razão pela qual as dissertações da mesma linha "Mídia e Cidadania" buscam a discussão pelo interesse público como central ou tangencial, mas ainda assim relevantes para a contribuição das pesquisas para os estudos do campo da comunicação.

As três abordagens ou categorias analisadas também possuem especificidades, a partir da tensão com os corpus empíricos analisados e abordagens teóricas discutidas. Na relação com o jornalismo nota-se uma perspectiva mais instrumental, na qual a prática jornalística atua na disponibilização de informações necessárias para que o cidadão possa influenciar a decisão política e a gestão do Estado. O jornalista se situa como esse "agente social", que faz a mediação dos fatos de interesse público e cidadania, e para garantir a efetividade da práxis precisa haver uma clara diferenciação entre o interesse público e o interesse do público.

Na abordagem sobre Comunicação Pública, interesse público é apresentado como essencial e deve estar a serviço da comunicação do Estado com o cidadão de forma plena e efetiva. A discussão do conceito é considerada também como abordagem instrumental da Comunicação Pública.

Na perspectiva teórica que coloca em primeiro plano a discussão pela relação entre interesse público e cidadania abre-se uma brecha para conceber interesse público como uma das esferas que compõem a cidadania. Debate, participação, representação e interação são os movimentos imprescindíveis para desfazer a trincheira que situa Estado de um lado e Sociedade de outro.

As três abordagens sob as quais o tema é tratado nas pesquisas compõem um mosaico para uma compreensão de possibilidades e caminhos das pesquisas de mídia e cidadania, que permitem problematizar e buscar novas definições e conceituações para situar a cidadania na área de saber da comunicação.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, Elizabeth Pazito. Comunicação pública, 17 anos depois. In: MORAES, A; SIGNATES, L. (org.). **Cidadania Comunicacional:** teoria, epistemologia e pesquisa. Goiânia: Gráfica UFG, 2016.
- BRANDÃO, Elizabeth Pazito. Conceito de Comunicação Pública. In: DUARTE, Jorge. (org.). **Comunicação Pública:** Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público. São Paulo: Atlas, 2009.
- BERNARDES, Priscila Guerra Guimarães. **A relação da Mídia e da Cidadania na formação da Opinião Pública em cenários políticos:** a construção da imagem pública de Marconi Perillo. 2017. 278 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.
- BUENO, Wilson da Costa. Comunicação, iniciativa privada e interesse público. In: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação pública:** estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2009.
- CHAPARRO, Manuel Carlos. Cem anos de assessoria de imprensa. In: DUARTE, Jorge (org.). **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia.** São Paulo: Atlas, 2010.
- COSTA, João Roberto Vieira da. **Comunicação de interesse público:** ideias que movem pessoas e fazem um mundo melhor. São Paulo: Jaboticaba, 2006.
- DUARTE, Jorge. Instrumentos de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação Pública:** Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público. São Paulo: Atlas, 2009.

FARIA, Armando Medeiros de. Imprensa e interesse público. In: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação pública**: estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2009.

FERRO, Raphaela Xavier de Oliveira. **Qualidade e interesse público no jornalismo regional**: análise semiódiscursiva da interface impresso e on-line do jornal O Popular. 2018. 174 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

FILGUEIRA, Fernando. Justiça constitucional, legitimidade e interesse público. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, DF, n. 7, p. 319-347, 2012.

FRANCO, Cristina Rosa. **A Comunicação do Ministério Público de Goiás**: o desafio de contribuir para o desenvolvimento da cidadania. 2016. 161 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

GOMES, W. **Jornalismo, fatos e interesses**: ensaios de teorias do jornalismo. Florianópolis: Editora Insular, 2009.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HABERMAS, Jürgen. **Verdade e justificação**: ensaios filosóficos. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HASWANI, Mariângela. **Comunicação pública**: bases e abrangências. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

ISIDORO, Carolina Zafino. **A Comunicação nas Fanpages**: o desafio da cidadania na interação entre deputados e cidadãos. 2017. 207 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

KOSSA, Pablo. **Caminhos para a Comunicação Pública**: a Rádio Universitária como estudo de caso. 2010. 125 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

KUNSCH, M. M. K. Comunicação pública: direitos de cidadania, fundamentos e práticas. In: MATOS, H. (org.). **Comunicação pública**: interlocuções, interlocutores e perspectivas. São Paulo: ECA/USP, 2013.

LEITE JÚNIOR, Edson Francisco. **O método de Apuração de notícias no Gênero Opinativo sob a ótica da objetividade**: um estudo deontológico da coluna Giro, de O Popular. 2012. 204 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

LESSA, Alessandra Siqueira. **Comunicação Pública Versus Comunicação do Governo**: Estudo de Caso sobre o Portal de Notícias do Poder Executivo de Goiás. 2017. 148 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

MAIA, Rousiley Celi Moreira. Em busca do interesse público: tensões entre a argumentação e a barganha. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling (org.). **Comunicação Pública, Sociedade e Cidadania**. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2011.

MARQUES DE MELO, José. **Teoria do jornalismo**: identidades brasileiras. São Paulo: Paulus, 2006.

MATOS, Heloiza. Comunicação pública, esfera pública e capital social. In: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação Pública**: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público. São Paulo: Atlas, 2009.

MORAES, Adriana Teixeira de. **Participação Popular e os valores notícia no Telejornalismo**: interação e Cidadania. 2012. 151 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

MOTTA, Johnny Ribas da. **Comunicação Pública e campanhas nacionais de vacinação em contexto de midiatização**: as estratégias comunicacionais do Ministério da Saúde na crise da cobertura vacinal de 2018. 2020. 321 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

PERUZZO, Cecilia Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

PIMENTEL, Taís Dias. **Entre a Televisão e a Internet**: o jornalismo e o exercício da cidadania. 2012. 149 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

PIRES, Lara Guerreiro. **Ciberjornalismo e Interação**: exercício da cidadania nos espaços de comentários de notícias. 2015. 144 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

RIBEIRO, Eva Márcia Arantes Ostrosky. **A Comunicação Pública como Processo para o Exercício da Cidadania a Partir das Mídias Sociais – Estudo de Caso:** Twitter Marconi Perillo. 2012. 157 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

SARTOR, Basílio Alberto. **A noção de interesse público no jornalismo.** 2016. 252 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário Jurídico.** Rio de Janeiro: Forense Jurídica: Grupo GEN, 2001.

SILVA, Frederico Rodrigues. A relatividade da supremacia do interesse público: um estudo comparado. **Revista do Mestrado em Direito**, Brasília, DF, v. 5, n. 2, p. 460-517, jul./dez. 2011.

SILVA, Luiz Martins da. Imprensa e Cidadania: possibilidades e contradições. In: MOTTA, Luiz Gonzaga (org.). **Imprensa e Poder**. Brasília, DF: Editora UNB, 2002.

SILVA, Suzy Meiry. **Cidadania, Comunicação Pública e Educação Superior:** estudo de caso sobre ações afirmativas da UFG. 2014. 135 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

SILVA, Vivian Duarte da. **Comunicação Pública e seu conteúdo online:** uma análise das publicações da Seção Cidadania do Portal da EBC. 2018, 204 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

SQUIRRA, Sebastião. O telejornalismo brasileiro e a competitividade. **Revista Comunicação e Sociedade**, São Bernardo do Campo, v. 1, n. 31, p. 51-70, 1999.

STEPHENS, Mitchel. **História das comunicações:** do tantã ao satélite. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa. A mistura dos gêneros e o futuro do telejornal. In: VIZEU, Alfredo; PORCELLO, F.; COUTINHO, I. (org.). **60 anos de telejornalismo no Brasil:** história, análise e crítica. Florianópolis: Insular, 2010. p. 101-126.

TUZZO, Simone Antoniaci. **Os sentidos do impresso.** Goiânia: Gráfica UFG, 2016. (Coleção Rupturas metodológicas para uma leitura crítica da mídia, v. 5).

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ZAMORA, Ana Rosalva Osuna. **Jornalismo e Liberdade de Imprensa em Sinaloa, México, em contexto de violência.** 2016. 106 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

ZÈMOR, Pierre. As formas de Comunicação Pública. In: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação Pública:** Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público. São Paulo: Atlas, 2009.

ÍNDICE REMISSIVO

A

- ANÁLISE DE CONTEÚDO 6, 14, 17, 22, 23, 206, 209
ANÁLISE DISCURSIVA 7, 52, 55, 58
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO 198, 239, 241
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO 8, 97, 236, 237, 239, 240, 244, 248
ASSISTÊNCIA PSIQUIÁTRICA 7, 130, 134, 139
ATIVISMO DIGITAL 6

C

- CIDADANIA MEDIATIZADA 5, 6
COMUNICAÇÃO 5, 6, 7, 8, 14, 16, 17, 20, 22, 23, 24, 27, 29, 31, 33, 34, 39, 40, 41, 50, 52, 54, 55, 62, 63, 64, 68, 71, 73, 75, 76, 77, 79, 82, 83, 84, 85, 86, 91, 92, 93, 94, 95, 103, 110, 113, 116, 118, 119, 123, 126, 127, 146, 149, 164, 168, 171, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 196, 197, 198, 205, 206, 209, 210, 211, 212, 213, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 235, 236, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 246, 247, 248
COMUNICAÇÃO DA CIÊNCIA 7
COMUNICAÇÃO DA CIÊNCIA 7
COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL 8, 222, 224, 225, 231, 232, 233, 240, 248
COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL 8
COMUNICAÇÃO PÚBLICA 7, 14, 22, 31, 77, 193, 236, 239, 240, 246, 247
COVID-19 7, 9, 26, 34, 35, 43, 44, 50, 81, 83, 96, 97, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 179, 201, 247

D

- DEMOCRACIA 6, 16, 17, 18, 19, 21, 24, 30, 31, 32, 33, 34, 50, 56, 62, 70, 71, 73, 74, 76, 176, 189, 192, 195, 203, 205, 240, 242
DESINFORMAÇÃO 44, 68, 77, 168, 179, 188
DIREITOS HUMANOS 5, 6, 9, 10, 14, 15, 16, 17, 19, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 50, 52, 64, 65, 103, 206, 209, 220
DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA 7, 174, 176, 177, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 188, 189, 190, 200, 202, 240

E

- ESFERA PÚBLICA 6, 65, 66, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 240

F

- FAKE NEWS 16, 77
FEMINISMO 60, 83, 89, 90, 94, 95, 100
FEMINISMO 79, 96

I

IMPRENSA BRASILEIRA 6, 158

IMPRENSA DIGITAL 7, 110, 127

INTERESSE PÚBLICO 22, 31, 72, 87, 112, 188, 189, 190, 196, 203, 240, 241

J

JORNALISMO 7, 9, 34, 35, 37, 38, 43, 44, 49, 50, 51, 85, 87, 94, 106, 108, 110, 117, 127, 129, 140, 142, 143, 145, 146, 148, 150, 157, 158, 161, 163, 164, 168, 173, 174, 177, 178, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 192, 194, 195, 196, 197, 203, 205, 219, 239

JORNALISMO CIENTÍFICO 7, 177, 178, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190

L

LOUCURA 7, 130, 133, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 166, 168

M

MACHISMO 87, 94, 102, 103, 104

MÍDIA INDEPENDENTE 35, 40

MÍDIA NINJA 6, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50

MOVIMENTOS SOCIAIS 6, 19, 36, 50, 65, 66, 67, 68, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 170, 206, 209, 212, 217

MULHER 9, 24, 25, 27, 52, 57, 60, 75, 79, 81, 82, 83, 84, 88, 89, 91, 92, 94, 95, 100, 101, 102, 103, 106, 153, 155

N

NARRATIVAS DA VIOLENCIA 6

NEGRITUDE 53

P

PANDEMIA 7, 9, 26, 34, 36, 37, 43, 44, 46, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 88, 92, 96, 97, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 179, 200, 201, 247

PRODUTOS RADIODÔNICOS 206, 217, 219

R

RAÇA 18, 55, 56, 57, 95, 133, 138

RAÇA 53, 89, 141

RACISMO 9, 15, 24, 28, 30, 31, 56, 57, 60, 62, 64, 89, 157, 158

REDES SOCIAIS 8, 14, 34, 35, 41, 42, 43, 44, 48, 54, 61, 68, 75, 94, 126, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 188, 189, 190, 199, 203, 211, 219, 236, 238, 239, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248

S

SUICÍDIO 7, 23, 110, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129

T

TELEJORNALISMO 79, 84, 85, 86, 95, 193, 194, 195, 196, 200, 202, 203, 204

TELEJORNALISMO 79, 191

TERRITÓRIO COMUNICACIONAL 7, 210, 211

TERRITÓRIO COMUNICACIONAL 207, 210, 216

U

UFG 8, 9, 10, 14, 34, 52, 65, 77, 97, 99, 133, 141, 177, 206, 221, 222, 224, 234, 236, 237, 238, 239, 243, 244, 245, 246, 247, 248

V

VIOLÊNCIA DE GÊNERO 7, 23, 24, 26, 97, 99, 100, 101, 104, 105, 106, 107, 108

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA 7, 23, 24, 25, 26, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA 7, 25, 99, 107

VIOLÊNCIA MIDIATIZADA 6

VOZES NEGRAS 6, 52, 54, 64

O livro se propõe a aprofundar o debate sobre as diversas formas de violência simbólica midiatisada, que se manifestam por meio do racismo, do machismo, do negacionismo, da desinformação, das relações assimétricas de poder e da discriminação contra comunidades e grupos socialmente vulneráveis. A obra aborda temas contemporâneos relacionados à comunicação, buscando analisar teórica e empiricamente os entraves simbólicos e culturais provocados pelas constantes violações aos direitos significantes. Os capítulos estão organizados em três partes: 1) Ativismo digital, violência midiatisada e direitos humanos; 2) Narrativas da violência, comunicação e direitos humanos; 3) Jornalismo, divulgação científica e cidadania midiatisada. Em perspectiva interdisciplinar, os autores discutem questões atinentes à (des)construção da cidadania a partir de processos midiáticos: ciberativismo, movimentos sociais em rede, esfera pública subalternizada, contornos midiáticos do preconceito institucional, comunicação organizacional e de interesse público, jornalismo, comunicação da ciência e desinformação no contexto pandêmico e na ambiência digital. Trata-se, portanto, de leitura necessária a quem pretenda compreender melhor a trama que afeta o modo de ser e de conviver nesta sociedade enredada.

